

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

LAIR MEDEIROS DE ARAÚJO

**ATERRO/LIXÃO, MINERAÇÃO E MORADORES “SACRIFICADOS”:
CONFLITOS AMBIENTAIS E “ALTERNATIVAS INFERNAS” NA COMUNIDADE
RURAL SANTA TECLA, GRAVATAÍ**

PORTO ALEGRE

2017

LAIR MEDEIROS DE ARAÚJO

**ATERRO/LIXÃO, MINERAÇÃO E MORADORES “SACRIFICADOS”:
CONFLITOS AMBIENTAIS E “ALTERNATIVAS INFERNAIS” NA COMUNIDADE
RURAL SANTA TECLA, GRAVATAÍ**

Dissertação a ser apresentada ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Verdum
Coorientador: Prof. Dr. Cleyton Gerhardt

PORTO ALEGRE

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Araújo, Lair Medeiros de
Aterro/lixão, mineração e moradores "sacrificados" :
conflitos ambientais e "alternativas infernais" na
comunidade rural Santa Tecla, Gravataí / Lair
Medeiros de Araújo. -- 2017.

256 f.

Orientador: Roberto Verdum.

Coorientador: Cleyton Gerhardt.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Conflito ambiental. 2. Aterro sanitário e
mineração. 3. Comunidade rural. 4. Santa Tecla-
Gravataí-RS. I. Verdum, Roberto, orient. II.
Gerhardt, Cleyton, coorient. III. Título.

LAIR MEDEIROS DE ARAÚJO

**ATERRO/LIXÃO, MINERAÇÃO E “MORADORES SACRIFICADOS”:
CONFLITOS AMBIENTAIS E “ALTERNATIVAS INFERNASIS” NA COMUNIDADE
RURAL SANTA TECLA, GRAVATAÍ**

Dissertação a ser apresentada ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: Porto Alegre, 04 de julho de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Roberto Verdum - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Caio Floriano dos Santos
FURG

Prof^a. Dr^a. Lorena Cândido Fleury
UFRGS

Prof^a. Dr^a. Rumi Regina Kubo
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que contribuíram e agregaram nessa caminhada acadêmica, e em especial, a meu pai, Willy “in memória”, pelo esforço e empenho em dar a seus filhos a possibilidade de estudo, mesmo em condições adversas. A meu amigo e irmão, Laury, modelo de superação e retidão, e também mecenas familiar. Aos meus filhos, Tainá, Caio e neto, Luan, pela compreensão e apoio incondicional durante essa trajetória, e aos amigos do programa Projovem, Roberto, Laura, Dani, Eni, que sempre incentivaram a concretização desse objetivo por mim alentado, e também ao colega Wagner, pelo apoio.

Ao meu orientador Roberto Verdum, e em especial ao coorientador Cleyton Gerhardt pelo incentivo e colaboração, por seus valiosos ensinamentos, por ter me acompanhado e orientado nessa trajetória desde o projeto inicial, e também pela parceria na luta por visibilizar os conflitos ambientais no local de estudo, em fim por ter acreditado. Ao PGDR pela acolhida diferenciada, pela imersão no universo rural apresentado com uma vasta gama de perspectivas, aos professores pela troca de conhecimento propiciada de forma tão profícua. Aos colegas de curso, pelo companheirismo, bom humor e “in memória” a Francisco, guardarei sempre o seu sorriso largo e contagiante. E a banca, aos professores Caio Floriano, Lorena Fleury e Rumi Kubo, por suas proposições e contribuições, e em especial as professoras, figuras importantes nessa minha caminhada acadêmica, considerando-me privilegiada por ter sido aluna de ambas.

Agradeço aos especialistas e servidores da prefeitura de Gravataí, da FMMA, do SMDUR, e Aterro Sanitário Santa Tecla, e ex-diretor do DMLU de Porto Alegre. A toda a comunidade de Santa Tecla, do núcleo da mineração, ao núcleo do aterro/lixão, aos representantes da associação Xô Lixão, Sr. Nilton, Carla, Ivete, e, em especial, à professora Suzana Parzianello, e a Nelson Bitelo, fontes inesgotáveis de conhecimento local e sempre solícitos, suas contribuições foram fundamentais para a construção da dissertação. Ao Sr. Pedro e dona Ester, da associação de Moradores das Adjacências do Lixão Santa Tecla, ao Sr. Zé Esperança, à dona Lurdes sempre tão cordial e receptiva, e também meu especial agradecimento à professora Dinorá Bitelo, memória viva da história de Santa Tecla, por toda a ajuda que me prestou no contato com os entrevistados, na busca de informações precisas, pela porta e coração sempre abertos.

“O que preciso fazer é cuidar para que de modo algum
eu participe das misérias que condeno”.
(THOREAU, 1986 p. 47)

RESUMO

Este estudo aborda os conflitos decorrentes de injustiças ambientais ligadas à mineração e à implantação de um lixão/aterro sanitário na área rural de Santa Tecla, Gravataí/RS. O objetivo é compreender como a comunidade lida com os impactos ecológicos e ambientais gerados por esses empreendimentos e quais estratégias são utilizadas pelos moradores, poder público e interesses privados quando da conformação dos conflitos. Da mesma forma, a partir da descrição da dinâmica por trás dos embates envolvendo a mineração e o aterro/lixão nessa localidade, se busca descrever e analisar as relações de poder que conformam as disputas por fixar e priorizar um conjunto de significados sobre um dado território (no caso, Santa Tecla), bem como pelo controle e uso (material, simbólico e afetivo) do que nele pode ser encontrado, representado ou sentido. A metodologia baseia-se num estudo de caso realizado através de pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. O estudo demonstra que Santa Tecla está inserida em um contexto de “zona de sacrifício” onde a atividade de mineração e o aterro/lixão são centrais na sua constituição enquanto tal, sendo as mineradoras que lá atuam (legal e ilegalmente) e o consórcio que administra o aterro/lixão os principais agenciadores das injustiças ambientais. Em síntese, o trabalho mostra como se deu a geração e apropriação diferenciada do discurso ambiental por representantes do Estado (em suas diferentes instâncias, mas sobretudo representado pela prefeitura de Gravataí), por representantes do setor privado que lá atuam e pela população que vive em Santa Tecla.

Palavras-chave: Conflito ambiental. Aterro sanitário e mineração. Comunidade rural. Santa Tecla-Gravataí-RS.

ABSTRACT

The study englobes the conflicts that concerns environmental injustices connected to the developmental project, with the rock mining activities and landfill implementation on Santa Tecla rural area, Gravataí RS. This work main objective is to understand how the local community deals with the environmental burden generated by such enterprises, and which strategies are used by the inhabitants, governments and private companies, and the community reactions through these conflicts. In the same way, through the description of the dynamic behind the conflicts involving mining and landfills in this community it is appropriate to describe and analyze the power relations that support the disputes towards fixation and giving priority to a group of meanings about a certain territory (in this case, Santa Tecla), as well as the control and use (material, symbolic and affective) of what can be found in it, represented or felt. The methodology used, a case based study, with bibliographical and documental research, and field research. This study shows that Santa Tecla is inserted in a “sacrifice zone” context, which are mining activities and landfills main characters in this process, the mining companies that work there (legal and illegally) and the consortium that manages the landfill are the main components of the environmental injustices. In sum, the project has the objective of understanding how works generation and differentiated appropriation of the environmental speech from Government (in the most vary instances, but most important by Gravataí City Hall), by private sector agents that work there, and by the inhabitants who live in Santa Tecla.

Key words: Environmental conflict. Landfill and mining. Rural community. Santa Tecla - Gravataí/RS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Escolaridade Núcleo Mineração	37
Figura 2 – Atividades Núcleo Mineradora	38
Figura 3 – Renda Núcleo Mineração	38
Figura 4 – Situação Fundiária.....	39
Figura 5– Famílias entrevistadas/Núcleo Mineração e sua vinculação com a empresa mineradora	40
Figura 6– Acesso à água Núcleo Aterro/lixão.....	42
Figura 7- Estrada Henrique Closs.....	77
Figura 8 - Buraco/cratera na estrada Henrique Closs	78
Figura 9 - Buraco/cratera na estrada Henrique Closs	78
Figura 10 – Região do Delta do Jacuí	84
Figura 11 - Região metropolitana de Porto Alegre.....	85
Figura 12: Pedra Mineração e Pavimentação	86
Figura 14-Mineração Ilícita	87
Figura 15- Barreira, estrada Henrique Closs	88
Figura 16 – Aterro/lixão rodeado por residências e entorno com unidades agrícolas e sítios de lazer	94
Figura 17 - Vista do “morro” do aterro/lixão de um outro morro do núcleo da mineração	95
Figura 18- Croqui bairro Santa Tecla	99
Figura 19 - Assoreamento do arroio Santa Tecla	108
Figura 20 – Gráfico Doenças-Núcleo Mineração.....	111
Figura 21 – “Praça” em frente à escola Santa Tecla.....	112
Figura 22 – “Praça” em frente à escola Santa Tecla.....	113
Figura 23 - Aterro/lixão e a redistribuição dos resíduos feita na parte mais alta do “morro”	117
Figura 24 - Imagem de Divulgação do Aterro Sanitário Santa Tecla que dá uma ideia da sua dimensão.....	118
Figura 25- Renda no Núcleo do Aterro/lixão	119
Figura 26 - Profissões núcleo Aterro/lixão.....	120
Figura 27 – Imagem de algumas casas da Vila Tripa situadas de frente para a estrada Henrique Closs e com fundos para o aterro/lixão.....	122
Figura 28 - Pátio na Vila Tripa com o “morro” do aterro/lixão ao fundo, Santa Tecla, Gravataí/RS	122

Figura 29 - Casa na Vila Tripa	123
Figura 30 – Galpão de depósito de resíduos.....	124
Figura 31 - Pátio de recicladora da Vila Tripa	125
Figura 32 - Catação diurna em 2009 no aterro/lixão Santa Tecla, Gravataí/RS	129
Figura 33 - Catação diurna em 2009, aterro/lixão, Santa Tecla, Gravataí/RS	130
Figura 34- Aterro/lixão Santa Tecla, Gravataí/RS	132
Figura 35 - Porta de entrada da casa de uma recicladora	138
Figura 36- Casa de recicladora e uma das portas de acesso	138
Figura 37 - Pátio da entrevistada 1A/L, Vila Tripa, Santa Tecla, Gravataí/RS.....	139
Figura 38 – Entrada do terreno de uma família que recicla de forma autônoma na Vila Tripa	141
Figura 39 - O que as pessoas pensam sobre a contaminação da água	148
Figura 40 - Recorrência de doenças no núcleo aterro/lixão	151
Figura 41 - Casas na Vila Tripa, Santa Tecla, Gravataí/RS	152
Figura 42 - Imagem do banhado com parte do “morro” do aterro/lixão ao fundo, o qual faz divisa com o pátio das moradias da Vila Tripa	156
Figura 43 - Manifestação estrada Henrique Closs.....	158
Figura 44 - Manifestação na estrada Henrique Closs	159
Figura 45 - Primeira manifestação do “Movimento da Estrada”.....	159
Figura 46- Manifestação e fechamento da estrada Henrique Closs.....	160
Figura 47- Vínculo com a empresa mineradora	163
Figura 48- Restaurante no centro do Núcleo da Mineração	166
Figura 49- Manifestação da comunidade liderada pela Amalst, 2003	176
Figura 50- Denúncia de vazamento de chorume do aterro/lixão de Santa Tecla, Gravataí/RS	178
Figura 51 - Presidente da Amalst denuncia dois canos que escoavam chorume do aterro/lixão Santa Tecla	179
Figura 52 - Presidente da Amalst, com “Diário Gaúcho” de 21/11/ 2004 em suas mãos, aponta para o escoamento do chorume	180
Figura 53- Esquema do vazamento de chorume, aterro/lixão, Santa Tecla, Gravataí/RS.....	181
Figura 54 - Caminhão despejando chorume em cima do aterro/lixão.....	182
Figura 55 - Plantio de grama, obra do PRAD, 2015. Aterro/lixão, Santa Tecla, Gravataí/RS	186

Figura 56 - Sessão na Câmara de Vereadores de Gravataí em que seria votada a decisão sobre o veto de proibição ao aterro/lixão	195
Figura 57- Transbordo	214
Figura 58- Transbordo e aterro/lixão ao fundo.....	215
Figura 59- Pavilhão do Transbordo em 2017	215
Figura 60 - Chorume em propriedade vizinha ao aterro/lixão	217

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Faixa etária e sexo/ Núcleo Mineração.....	36
Tabela 2 – Escolaridade Núcleo Aterro/lixão	41
Tabela 3 – Faixa etária e sexo-Núcleo Aterro/lixão	41
Tabela 4 – Posse Fundiária.....	42
Tabela 5 – Renda no entorno do Aterro/lixão e Vila Tripa	119
Tabela 6 – O que mais incomoda com relação ao lixão/aterro.....	137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACOST	Associação Comunitária de Santa Tecla
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
AMALST	Associação dos Moradores das Adjacências do Lixão de Santa Tecla
ANVISA	Agencia Nacional de Vigilância Sanitária
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALRS	Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
APN - VG	Associação Preservação da Natureza do Vale do Gravataí
APP	Área de Preservação Permanente
APA	Área de Preservação Ambiental
APESFA	Associação de Patrulheiros Ecológicos São Francisco de Assis
ARST	Associação de Recicladores de Santa Tecla
ATP	Atividade Econômica Principal
AVC	Acidente Vascular Cerebral
BR	Rodovia de Responsabilidade Federal
CEEE	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica
CNUMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
COOTRACAR	Cooperativa de Trabalhadores Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis, Industrialização e Comercialização
CORSAN	Companhia Rio-grandense de Saneamento
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
CRVR	Companhia Rio-grandense de Valorização de Resíduos
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DAER	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
DMLU	Departamento Municipal de Limpeza Urbana
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
ECO92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
EEEF	Escola Estadual de Ensino Fundamental
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EJA	Educação de Jovens e Adultos

EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FEPAM	Fundação Estadual de Preservação Ambiental Henrique Luiz Roessler
FLV	Frutas Legumes Verduras
FMMA	Fundação Municipal de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JFRS	Justiça Federal do Rio Grande do Sul
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LI	Licença de Instalação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
METROPLAN	Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional
NBR	Normas Brasileiras
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIPs	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PCA	Plano de Controle Ambiental
PLAGEDER	Graduação em Planejamento e Gestão de Desenvolvimento Rural
PMs	Policiais Militares
PNAB	Política Nacional de Direitos dos Atingidos por Barragens
PRAD	Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PSF	Programa de Saúde da Família
PT	Partido dos Trabalhadores
RBJA	Rede Brasileira de Justiça Ambiental
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RS	Rodovia de Responsabilidade Estadual
SEDUC	Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul
SMDUR	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta

TKCSA	Companhia Siderúrgica do Atlântico
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	OBJETO DE ESTUDO, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS DA PESQUISA.....	21
1.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
1.3	SOBRE O PÚBLICO ENTREVISTADO	35
1.4	IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DA ÁREA DE CONFLITO AMBIENTAL	43
2	REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL E SUA RELAÇÃO COM SANTA TECLA	47
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO-PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	47
2.2	AMBIENTALIZAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIAIS E IDEOLOGIA/UTOPIA DO DESENVOLVIMENTO	57
2.3	CONFIGURAÇÃO DE SANTA TECLA COMO “ZONA DE SACRIFÍCIO”	70
2.4	MINERAÇÃO DE ROCHAS EM SANTA TECLA	79
2.5	DIVERSIDADE INTERNA NA COMUNIDADE DE SANTA TECLA E SUA RELAÇÃO COM O ATERRO/LIXÃO	91
3	DAS INJUSTIÇAS AMBIENTAIS: MORADORES SACRIFICADOS	98
3.1	NÚCLEO DA MINERAÇÃO	99
3.1.1	O primeiro martírio: excesso de velocidade, fluxo e peso/carga dos caminhões...	99
3.1.2	Detonações e o segundo suplício: deslocamento forçado, má qualidade de vida, perda de atividades rurais e destruição da paisagem.....	103
3.1.3	A terceira aflição: poluição atmosférica e problemas de saúde	110
3.1.4	Mineração, Estado e iniciativa privada	111
3.2	NÚCLEO DO ATERRO/LIXÃO	116
3.2.1	Instalação do lixão/aterro: entre desapropriações, reocupações, perda de atividades produtivas e de qualidade de vida.....	116
3.2.2	Vila Tripa, estratégias de vivência e reinvenção identitária: catação noturna, guardas e porcos	126
3.2.3	Anestesiando os sentidos: o cheiro e o estigma	136
3.2.4	Lixão/Aterro e danos ecológicos: sobre chorumes, arroios, poços e água de beber	146

4	ARTICULAÇÕES E (R)EXISTÊNCIA LOCAL X ATUAÇÃO DOS PODERES PÚBLICO E PRIVADO	157
4.1	AÇÕES E MANIFESTAÇÕES CONTRA A ATIVIDADE MINERADORA E A PRODUÇÃO DA ACEITAÇÃO INFERNAL.....	157
4.1.1	O “Movimento da Estrada”	158
4.1.2	Um negócio de família e a “cordial” chantagem das alternativas infernais: mineração e seus empregos	162
4.1.3	Mineração e a cotidiana resistência silenciosa: asfalto, energia elétrica, progresso e desenvolvimento	167
4.2	LUTA PELO FIM DA DEPOSIÇÃO DE LIXO/RESÍDUOS E A VINDA DE NOVOS LIXÕES/ATERROS	172
4.2.1	Santa Tecla ganha visibilidade: construindo a resistência	174
4.2.2	Amalst e suas primeiras lutas: entre chorume, canos e vazamentos clandestinos	176
4.2.3	A batalha contra liminares, deposição de lixo hospitalar e excesso de volume despejado no aterro/lixão	182
4.2.4	Um ótimo negócio: ganhos e irregularidades na deposição do lixo no aterro/lixão Santa Tecla	188
4.2.5	O Movimento Xô Lixão e a resistência contra novos lixões/aterro	194
4.2.6	A retórica da tecnologia e do argumento legal na concepção de Santa Tecla como “zona de sacrifício”	199
4.2.7	Momento presente: transbordo e o eterno chorume ou continuidade do aterro/lixão	212
4.2.8	Do nascimento da Amalst ao Xô Lixão: dissidência, coesão interna e continuidade das lutas	219
4.2.9	Duas alternativas infernais: aterro sanitário ou lixão?.....	222
5	ALGUMAS CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
	REFERÊNCIAS	233
	APÊNDICE A – BREVE DESCRIÇÃO DO PERFIL DOS ENTREVISTADOS	242

ANEXO A – PANORAMA DA PRECARIEDADE DA ESTRADA HENRIQUE CLOSS	250
ANEXO B - PANFLETO DE DIVULGAÇÃO DE REUNIÃO DA COMUNIDADE	252
ANEXO C - FOLDERS DE ENCONTROS PARA A DISCUSSÃO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS	253
ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO	255

1 INTRODUÇÃO

No final da década de 1990, ao fazer um passeio com minha família em companhia de um casal de amigos que nos levou a um parque com piscinas naturais, em São Leopoldo-RS, quase divisa com Gravataí-RS, o trajeto tomado foi em direção à localidade de Santa Tecla, local completamente desconhecido para mim. Atravessamos a RS-118 e entramos na Estrada Henrique Closs¹, cujas curvas sinuosas e muito verde foram nos revelando muitas belezas pelo caminho. Depois de algum tempo, o asfalto deu lugar a outras estradas sem pavimentação, até que por fim chegamos ao nosso destino. Lembro que fiquei extasiada com a natureza do local e surpresa por constatar que, tão próximo de minha cidade e da zona urbana, havia uma área rural da qual não sabia da existência e que, apesar de morar em Cachoeirinha fazia duas décadas, desconhecia completamente aquela paisagem e a comunidade rural que estava sendo apresentada a mim por um morador da capital.

Hoje, pensando sobre aquele passeio, vejo de forma nítida a invisibilidade do lixão/aterro que lá existe para um transeunte ocasional. Assim como nós não imaginávamos que, em dado momento, passávamos em frente a tal empreendimento (posto que ninguém fez qualquer menção ao fato), outras pessoas possivelmente também tenham essa sensação de inexistência, de “não ver” e “não sentir”, fato que é percebido e comentado pela comunidade em relação aos que são “de fora”. Similaridade esta encontrada por Lima (2015, p.22) na sua experiência com outro lixão, Jardim Gramacho, no estado do Rio de Janeiro, e que aponta as implicações geradas por tal invisibilidade: “[...] diante da impossibilidade do desaparecimento físico, a eliminação da matéria se dá com a sua retirada do campo de visão, trazendo como consequência a sua exclusão do campo de ação onde a política se faz”, condição essa também existente em Santa Tecla.

Alguns anos mais tarde tive a oportunidade de experimentar a mesma sensação (daqueles que são “de fora”) mais uma vez, pois o local que por mim havia sido abstraído da memória se apresentou novamente, então como alternativa de trabalho. Assim, retornei em 2008 à localidade, quando passei a fazer parte do quadro de professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental Santa Tecla (EEEF Santa Tecla). A opção por essa escola significava uma mudança de vida, pois implicava trocar o ensino médio e a comodidade de lecionar em uma escola próxima a minha casa por uma escola rural em outro município, mais de 20 km distante do bairro em que residia e que possuía somente o ensino fundamental. Estava atrás de

¹ O nome do bairro e estrada identificados por mim são fruto do conhecimento posterior da localidade, na época desconhecia as denominações.

arejamento e qualidade de vida, seduzida pela propaganda de um ex-colega, então diretor dessa escola, que dizia: “[...] é muito bonito e agradável tanto o lugar quanto a escola e a comunidade, além de ter um acréscimo salarial de difícil acesso por se tratar de zona rural”.

Os comentários dele, associado a minha paixão pela natureza, me levaram depois de dois anos de tratativas a trocar de escola. Apesar da distância da localidade e do transporte público deficitário não favorecer a mudança, ela se concretizou e assim passei a trabalhar 20h semanais como professora de história e de outras disciplinas, característica de escolas pequenas com poucos professores. Apesar de enfrentar algumas dificuldades em virtude de utilizar duas conduções e caminhar um quilômetro na estrada Henrique Closs para poder sair de Santa Tecla, chegando em casa muito tarde, insisti e fiquei. A vontade de permanecer era maior e por isso fiz um esforço e comprei um carro usado, o que me permitiu mais tranquilidade no ir e vir e gerou muitas situações nesse período, algumas engraçadas, outras preocupantes.

De todo modo, a compra de um fusca para viabilizar minha permanência no local - que passei a chamar de paraíso sempre que me referia a Santa Tecla ao comparar com outras realidades escolares - significou a concretização de uma escolha de vida. Em 2013 troquei de carro e completamente de escola, passando a trabalhar 40h semanais em Santa Tecla e a conviver mais tempo com a comunidade, abandonando com isso o trabalho no ensino médio, o qual tinha muito apreço. Assumi então a vice-direção da escola, cargo que ainda exerço em segunda gestão, o que me permitiu aprofundar as observações e vivências, participar das problemáticas locais e tentar compreender formas e não fórmulas de me agregar e contribuir com essa comunidade.

As perguntas eram inevitáveis. Com o olhar mais atento, o que era invisível se tornou concreto e com os anos passou a fazer parte do cotidiano; e a utopia de lugar idílico foi dando espaço a uma realidade que não condizia com o imaginário e que associa zona rural à qualidade de vida, a um lugar onde se vive "junto da natureza". Foi logo no primeiro ano, no trânsito para a escola, que senti o que caracterizei como fedor insuportável, mas não sabia do que se tratava. Na escola, quando indaguei, as colegas me explicaram que era o cheiro do lixão. Ao ir para o trabalho, não detectava seus sinais, mas ao retornar ao meio dia estes se tornavam muito perceptíveis. Depois, quando comecei a trabalhar no turno da tarde, sentia mais amiúde o desconforto do odor, tanto na ida como no retorno, às 17h. Intrigava-me como aquelas pessoas que moravam no entorno do lixão toleravam aquilo e demorou um pouco para conhecer os alunos e descobrir onde moravam e assim perceber que muitos vinham dali e que o cheiro na verdade era constante.

Estar convivendo com aquele contexto me levou a buscar conhecimentos na academia para melhor entender o rural e as questões sociais e ambientais (que para mim se evidenciavam através de Santa Tecla), pois não me conformava com a perda das belezas naturais e da apazibilidade de um lugar que vinha e vem sendo descaracterizado rapidamente e a mercê do descaso público. Tornou-se prerrogativa para mim compreender a dinâmica da desigualdade ambiental relacionada ao “lixão”, como minhas colegas na escola sempre denominaram e eu, na minha ignorância daqueles que vem “de fora”, corrigia chamando de “aterro sanitário”. E assim cursei uma graduação: Tecnólogo em Planejamento e Gestão de Desenvolvimento Rural (PLAGEDER), aliando um projeto pessoal a outro de caráter profissional.

Sempre com o pensamento voltado para Santa Tecla, e clareando muitos pontos para mim até então obscuros, fui me dando conta tanto das potencialidades para a localidade como das ambiguidades existentes nas relações sociais locais e com o poder público. Percepções que foram aprofundadas no decorrer do curso de mestrado em Desenvolvimento Rural e que resultam agora na presente dissertação. Essa conjunção de fatores teve como efeito a organização (da qual participei ativamente) junto à escola Santa Tecla de dois encontros² na localidade, nos anos de 2013 e 2015, no intuito de visibilizar e discutir os conflitos ambientais decorrentes do aterro/lixão e da mineração de rochas que também lá ocorre. Em ambos, além da participação de representantes do poder público, entidades privadas e da academia, houve significativa presença da comunidade, suas organizações e lideranças.

Com relação à mineração, apesar da proximidade com a escola, estava tão focada no aterro/lixão que durante muito tempo ela permaneceu invisível para mim, encoberta pelo histórico de "coexistência pacífica" e "parceria" da empresa com a escola e que imperam também nas relações com a comunidade. Isso até entender que a própria relação "parceira" da empresa com escola era instrumento adotado (entre outros) pela primeira como estratégia de cooptação da segunda e que nela se estabeleciam relações assimétricas em que o imperativo era o oportunismo de se beneficiar com a miséria alheia. Por fim, em 2014 pude também participar ativamente da articulação³ e da resistência da comunidade contra a mineradora e prefeitura de Gravataí em razão da precariedade da estrada Henrique Closs, como se verá mais para frente, uma das consequências da atividade da extração de rochas em Santa Tecla.

² Em anexo folder dos encontros sobre conflitos ambientais.

³ Em anexo convite para reunião com objetivo de debater os problemas relativos a estrada.

Assim, tenho acompanhado os desdobramentos decorrentes da atividade de mineração de rochas e da instalação de um lixão/aterro sanitário⁴ na comunidade. E a partir desta experiência, nos últimos cinco anos venho observando de perto tanto a intensificação do processo de degradação ecológica local, como os transtornos e dificuldades causados às pessoas que lá vivem devido à extração de minério e do depósito de lixo urbano.

Como disse, em Santa Tecla é comum se dizer que o aterro/lixão lá existente passa despercebido por quem desconhece sua localização ou então confundido com um simples morro de terra avermelhado, caracterizando uma situação de relativa invisibilidade do que este representa para as pessoas e, claro, dos problemas relativos ao meio ambiente e à saúde que dele decorrem. Como se encontra relativamente distante da principal estrada que dá acesso à localidade (também a entrada é vedada ao público pela administração), mesmo nos horários mais críticos, quando o cheiro se agrava a partir do meio dia até o entardecer e o odor de material em decomposição se faz mais forte, o aterro/lixão é pouco percebido por quem está de passagem. Quanto à mineração, esta, por ser uma atividade antiga na área de estudo, realizada há mais de 50 anos de maneira informal, foi já naturalizada como algo "normal" para as pessoas e vista por vezes (sobretudo por políticos locais) como "vocação econômica" da região, fato que também ajuda a invisibilizar às dificuldades, inconvenientes e descontentamentos produzidos pela constante amplia o das minas.

Desta experiência anterior pude constatar algumas das angústias, expectativas e afli es vividas na comunidade relativas às injustiças ambientais e aos impactos negativos causados pela explora o mineral e instala o do aterro/lixão. Vivência para a qual contribuiu o fato de ter participado, como parte afetivamente implicada e, mais recentemente, como pesquisadora socialmente situada, de muitos dos eventos e mobiliza es que levaram a constitui o e explicita o de um processo-situa o de conflito ambiental resultante de um lado, da apropria o/distribui o desigual do patrim nio natural local e, de outro, da socializa o

⁴A op o e referência ao termo "aterro" está vinculada ao discurso dos especialistas e está associado   inova o tecnológica e a algo "limpo", higienizado, controlado; já a escolha pela expressão "lixão"(que remete a sujeira, a algo irregular, mau cheiro, atraso etc.) corresponde ao imaginário local que resiste e se contrapõe a ideia de aterro. No que se refere ao complemento "sanitário" que vem logo após o termo "aterro", de fato, se este for pensado em termos do que nele   depositado, não se trata de nada próximo ao sentido principal do termo, isto  , de algo "saudável" ou ligado   "conserva o da saúde". No limite, seria mais apropriado definir o local como um "banimento" ou "desterro sanitário", lugar onde saúde e assepsia não combinam e mesmo inexistem. Assim, como geralmente a comunidade se refere ao "aterro" como "lixão" e as fontes oficiais utilizam o termo "aterro sanitário", ora o texto traz um termo ou outro de acordo com o ator que dela faz uso. Já para me referir de modo mais geral, adotei a jun o dos dois termos (através do uso da barra) separando ambas as expressões e adotando de modo intercalado os termos "aterro/lixão" e "lixão/aterro".

(direcionada aos moradores de Santa Tecla) dos passivos, ônus, efeitos e danos ecológicos desta mesma apropriação pelas empresas responsáveis.

Da mesma forma, ao acompanhar de perto nos últimos anos boa parte da articulação, questionamento e construção/execução de formas de ação e resistência cotidiana elaborados por quem vive nesta localidade visando contrapor, denunciar, negociar ou mesmo se adequar minimamente à implantação de lixões/aterros⁵ e minas, pude ter acesso a diversos acontecimentos e desdobramentos subsequentes. Repercussão esta que levou ao reconhecimento de tal conflito como questão pública não só por quem mora em Santa Tecla, mas também por agentes e aparelhos do Estado, pelos próprios defensores e representantes de tais empreendimentos e por uma série de outros atores sociais e entidades que passaram a se envolver e interessar pelo assunto.

1.1 OBJETO DE ESTUDO, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS DA PESQUISA

Esta dissertação tem como tema geral a questão dos conflitos e injustiças ambientais que emergem quando da execução de projetos de desenvolvimento. Mais especificamente, se trata de um estudo envolvendo constrangimentos sociais e danos ecológicos decorrentes da mineração de rochas e instalação de um lixão/aterro na comunidade de Santa Tecla, Gravataí-RS, bem como das lutas, formas de ação, resistência e proposição de alternativas que as pessoas que lá vivem vêm construindo ao longo dos últimos dez anos em relação a estes empreendimentos.

O que suscita os seguintes questionamentos: por que o bairro de Santa Tecla atrai, de forma recorrente, investimentos dessa ordem nocivos ao ambiente e às pessoas que lá vivem? Quais precedentes, justificativas (por vezes encobertas pela retórica da "vocação econômica") e a sistemática de ação que estão por trás da identificação e escolha dessa localidade como "zona de sacrifício" por empresas e governos? Como as pessoas que lá vivem identificam, reagem, convivem, contestam e propõem soluções para os danos ecológicos causados e como se relacionam com representantes do poder público e das empresas? E, no caso da atuação destas últimas, quais suas formas de aproximação, aliciamento, cooptação, barganha, ameaça, coação e violência adotadas em relação à população e lideranças locais?

⁵ Como se verá mais adiante, de tempos em tempos a possibilidade de instalação de novos aterros sanitários surge na região, bem como os boatos subsequentes que se espalham entre os moradores, causando expectativas e ansiedade.

Com base em questões como estas, o presente trabalho visa, como objetivo primeiro, entender como se dá a geração e apropriação diferenciada do discurso ambiental por representantes do Estado em suas diferentes instâncias, por representantes do setor privado que lá atuam e pela população que vive em Santa Tecla (incluídas aí diferenças internas em termos de desejos, alianças, trajetórias, interesses, vínculos, posição de liderança ou representação, etc.). Da mesma forma, a partir da descrição da dinâmica por trás dos embates e acontecimentos envolvendo a mineração e o aterro/lixão instalados nessa localidade, busca descrever e analisar as relações de poder e dominação que ao mesmo tempo se constituem e conformam as disputas por fixar e priorizar um conjunto de significados sobre um dado território (no caso, Santa Tecla), bem como pelo controle e uso (material, simbólico ou afetivo) do que nele pode ser encontrado, representado ou sentido.

Entre os objetivos específicos estão ainda:

- a) identificar as injustiças ambientais e os conflitos decorrentes da mineração e do aterro/lixão na comunidade de Santa Tecla;
- b) compreender os fatores que tornam a região suscetível a essas atividades e as estratégias utilizadas para a implantação desses empreendimentos;
- c) descrever as articulações de resistência de Santa Tecla diante dessas atividades e como esses empreendimentos reagem e interagem com a comunidade.

Uma primeira justificativa para sua proposição reside no fato de que, exceto por estudos muito pontuais, focados e com recorte limitado (na sua maioria restritos às áreas da saúde, biologia, hidrologia e gestão de resíduos sólidos), no caso do Rio Grande do Sul há poucos estudos sobre conflitos decorrentes de aterros sanitários e mineração que levem em conta não só seus efeitos propriamente ecológicos e sanitários⁶, mas também o ponto de vista ativo, o protagonismo e o papel criativo e propositivo de populações que vivem próximo a tais empreendimentos ou então que tem suas vidas de algum modo alteradas pela sua instalação.

Neste sentido, o foco do trabalho recai sobre a complexa dinâmica social que está por trás de fatos e episódios mais salientes, evidentes ou emblemáticos envolvendo ambas as atividades citadas (caso, por exemplo, da transformação do lixão em aterro sanitário) e que aparentemente parecem se explicar por si mesmos ou então surgir como decorrência natural dos acontecimentos. O que implica levar em conta o aspecto inconstante e não pré-

⁶ Tais como: contaminação de rios, córregos e mananciais subterrâneos, degradação da paisagem natural, contaminação e depreciação da qualidade do solo, danos à microbiota e a vegetação local, pressão sobre microhabitats da fauna terrestre, proliferação de macro e micro vetores como ratos, baratas, mosquitos, bactérias e vírus, que são responsáveis pela transmissão de várias doenças etc.

determinado que um conflito supõe, ao pôr no centro e como objeto de análise os papéis exercidos por atores sociais diferenciados e em permanente movimento, tendo estes suas ambiguidades, ambivalências, inter-relações, pequenas e grandes traições, hesitações, afetos, desejos, interesses e contradições. No caso particular de Santa Tecla, isso significa historicizar e descrever o próprio processo de constituição do lixão/aterro e das minas de rocha como questão social relevante, ou seja, como um fato social cujos encaminhamentos, a partir de certo momento, passam a ser motivo de disputa e controvérsia públicas entre os atores envolvidos.

Por outro lado, a presente pesquisa pode contribuir para pôr em evidência e em discussão também a própria degradação ambiental que Santa Tecla vem sofrendo nas últimas décadas e que tem se acentuado sobretudo nos últimos cinco anos, bem como dar visibilidade à desconsideração, espoliação, exploração e violência que esta comunidade vem sofrendo. Além disso, a eleição deste local como “zona de sacrifício”⁷ por parte do poder municipal e do setor privado - cujas ações parecem estar na contramão de políticas públicas que busquem diminuir desigualdades sociais e garantir qualidade de vida a quem mora neste universo social e cultural diferenciado - requer a atenção também da academia e particularmente das ciências sociais no sentido de procurar discutir, entender e problematizar o ambivalente papel do Estado na produção de injustiças ambientais.

Situação que se junta ao fato da área de estudo ser rica em belezas naturais, repleta de pequenos cursos d’água, nascentes, morros, piscinas naturais, trilhas para passeios no meio da mata e demais locais destinados ao lazer (como “pesque-e-pague”), além de ser conhecida por suas festas religiosas (protestantes e católicas) e tradicionais (como as “carreteadas”⁸), constituindo uma área frequentada não só por moradores, mas por um público significativo proveniente da região metropolitana. Porém, mesmo a aptidão para o turismo rural (pois Gravataí, cidade da qual faz parte Santa Tecla, e mesmo cidades próximas possuem área expressiva de Mata Atlântica relativamente preservada) tem sido simplesmente desconsiderada e mesmo eliminada pela rapidez com que matas, rios, arroios e morros vêm sendo depredados e a comunidade aviltada, inviabilizando a eventual elaboração de projetos

⁷ Locais que se caracterizam pela fragilidade política e social dos atingidos, aliada a desvalorização e degradação da área, tornando-a atrativa a outras atividades também deletérias ao ambiente e reforçam a escolha dessas áreas para a implantação de projetos de “desenvolvimento” (ACSELRAD, 2011). A noção de “zona de sacrifício” será discutida e aprofundada no segundo capítulo.

⁸ Festa em que carreteiros de vários municípios do entorno se encontram para desfile de carretas de bois. Em geral são dois a três dias de acampamentos e atividades tradicionais que ocorre anualmente.

de desenvolvimento rural ligados a este tipo de atividade⁹. Nesse sentido, colocar em discussão a suposta "vocação" de Santa Tecla para a mineração e o recebimento de lixo/resíduo urbano pode auxiliar um eventual debate em que esteja em pauta a elabora o de propostas alternativas a estas atividades nocivas ao meio ambiente e às pessoas que l  vivem.

Com rela o   organiza o do estudo, ele está constituído desta introdu o inicial seguida de quatro capítulos e das considera es finais. Na introdu o, além do que já foi exposto até aqui sobre o tema dos conflitos e injustiças ambientais e dos propósitos da pesquisa, seus objetivos, direcionamento e justificativa, esta apresenta os conceitos e a prática que guiou a pesquisa, a forma como ela se desenvolveu, os caminhos trilhados, o tipo de abordagem que a regeu, a metodologia utilizada e os procedimentos de coleta e análise dos dados e qual o perfil do público com o qual se trabalhou e interagiu.

No caso do segundo capítulo, este trata das dimensões conceituais que embasaram o estudo, bem como do contexto político mais amplo em que se inserem os conflitos ambientais atrelados a obras e projetos de desenvolvimento¹⁰. Aborda ainda a origem dos movimentos socioambientais e o processo de "ambientaliza o" do que até então seria visto como conflitos sociais. Juntamente a isto, apresentam-se os conceitos de "zona de sacrifício" e "alternativas infernais", os quais, embora se apliquem a diferentes realidades, são aqui mobilizados para entender e descrever como se d  a implanta o das atividades de minera o e do aterro/lixão. A seguir, partindo de um âmbito maior envolvendo localidades em que se instalam grandes obras, chega-se ao universo social de Santa Tecla enquanto "zona de sacrifício" e cuja popula o tem a sua disposi o um número restrito de "alternativas infernais". Para finalizar, o capítulo traça um histórico e uma breve descri o da área de conflito.

O terceiro e quarto capítulos tratam especificamente do universo empírico da pesquisa e são o resultado direto da pesquisa de campo, em um esforço de procurar entender como a comunidade de Santa Tecla se relaciona com esses empreendimentos, como são afetados, como reagem aos comprometimentos ambientais e articulam suas formas de resistência. Da

⁹ Por exemplo, através da montagem de uma rota de turismo rural e de iniciativas (administrativas, legais e financeiras) efetivas, por parte dos governos municipais e estadual, de barrar e interromper, de fato, esse processo de degrada o ambiental.

¹⁰ Segundo Lins Ribeiro (2008, p.11), "[...] projetos de infraestrutura de grande escala (PGEs), como canais, ferrovias, represas e outras grandes obras que formam a quintessência dos chamados "projetos de desenvolvimento". Os PGEs têm características estruturais que lhes permitem ser tratados como "[...] 'expressões extremas' do campo do desenvolvimento: o tamanho do capital, territórios e quantidade de pessoas que eles controlam; seu grande poder político; a magnitude de seus impactos ambientais e sociais; as inova es tecnológicas que frequentemente criam; e a complexidade das redes que eles engendram".

mesma forma, busca-se descrever e analisar os mecanismos utilizados pelos poderes públicos e privados para implantar e dar continuidade às atividades minerárias e ligadas à deposição de lixo/resíduos.

O terceiro capítulo faz uso, para fins analíticos, de uma divisão relativa aos dois empreendimentos aqui envolvidos entre o que se chamou "Núcleo da Mineração" e "Núcleo do Aterro/lixão", ambos separados geograficamente e, em alguma medida, também socialmente, visto o núcleo do aterro/lixão abrigar uma população que se diferencia dos demais moradores por estar diretamente envolvida com este (os catadores da Vila Tripa). A partir dessa separação, problematiza a relação existente entre os dois empreendimentos e as pessoas que vivem próximo a eles, incluindo aí entidades que buscam representá-las - caso da Associação dos Moradores das adjacências do Lixão Santa Tecla (Amalst) e do movimento Xô Lixão -, bem como diferenças internas no que se referem à necessidade de conviver com as minas e o aterro/lixão. Além disso, trata das injustiças ambientais decorrentes destes, os danos ecológicos daí resultante e como a comunidade tem lidado com eles.

Já o quarto capítulo, também embasado na pesquisa de campo, aborda como se deu a constituição dos conflitos ambientais e as articulações de resistência através dos movimentos sociais. Aborda também as contradições, estratégias e expedientes utilizados pelos poderes públicos e privados, seus bônus e os ônus para a comunidade. O objetivo aqui, portanto, foi acompanhar a trajetória de resistência da localidade de Santa Tecla com relação às atividades de mineração e deposição de lixo urbano, bem como descrever como os poderes público e privado agem e reagem diante da explicitação dos conflitos ambientais e quais mecanismos utilizam.

Por fim, faz-se uma análise das “alternativas infernais” apresentadas à Santa Tecla e seus moradores seguida das considerações finais, as quais sintetizam as principais conclusões e análises feitas ao longo do trabalho.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à metodologia da pesquisa, se trata de um estudo de caso que seguiu uma abordagem qualitativa priorizando a análise profunda do objeto de estudo e que busca abarcar a complexidade do universo estudado e suas relações (TRIVIÑOS, 2011). A opção por essa abordagem é em razão da sua capacidade de abranger a análise das relações sociais e pela devida significância dada aos atores envolvidos.

Além da coleta de dados secundários (por meio eletrônico e documental) que já passaram por crivo anterior (como relatórios de pesquisa, estatísticas, tabelas e outros materiais), foram analisadas fontes primárias como documentos oficiais, reportagens de jornais, fotografias, gravações, artigos, relatórios ambientais, livros, teses, trabalhos acadêmicos. Com relação aos documentos, foram também consultadas as liminares e leis que impediam ou liberavam a atividade do aterro/lixão e relatórios e licenças ambientais de operação do chamado transbordo (ver adiante).

A identificação prévia do material existente sobre o tema ocorreu com a execução de levantamento bibliográfico e posterior análise e fichamento das informações. Devido à escassa literatura disponível sobre a localidade quando relacionada aos conflitos ambientais, a pesquisa se apoiou em material jornalístico. Disso, foram recolhidos 37 jornais encontrados junto a representantes da Associação dos Moradores das Adjacências do Lixão de Santa Tecla (Amalst) e mais seis reportagens com representantes da associação Xô Lixão, o que possibilitou a reconstrução da trajetória de resistência da comunidade contra o que denominam lixão e não aterro sanitário.

Através das informações contidas neste material de cunho jornalístico e dos depoimentos obtidos junto aos atores envolvidos (quadros técnicos e especialistas dos órgãos da prefeitura de Gravataí e de Porto Alegre), foi possível descrever os acontecimentos mais relevantes e traçar uma cronologia dos eventos que marcaram a instalação e operação de ambos os empreendimentos (minas e lixão/aterro). Neste caso buscou-se, como método explicativo, justapor, associar, contrapor e confrontar, de um lado, a lente da imprensa e, de outro, a memória coletiva da comunidade, de modo a compor um quadro narrativo que trouxesse à tona também as contradições contidas em cada versão externada pelos atores, delineando com isso de forma mais clara o contexto estudado e a própria evolução dos eventos desencadeados pelos empreendimentos.

As fontes jornalísticas datam a partir do ano de 2003, quando o tema passa a ser midiático, servindo como instrumento de denúncias para a Amalst. Ano este profícuo de reclamações, processos e reportagens que se estendem até 2009 (em 2004, há uma redução na frequência de matérias, mas que é retomada em 2005). Além da consulta a outras tantas reportagens na mídia virtual, jornais eletrônicos e sites oficiais, as fontes utilizadas são, em sua maioria, de jornais locais da região e da capital. As reportagens (42) referentes aos

conflitos ambientais e notícias pertinentes ao aterro/lixão Santa Tecla foram todas compiladas¹¹.

Por fim, adotou-se a observação-participante como forma de aproximação com a comunidade, acompanhando de perto desde 2014 o processo de resistência, adequação e contraposição à atividade mineradora, ao aterro/lixão e à prefeitura de Gravataí, articulação feita pelos representantes da associação Xô Lixão e que teve como ponto desencadeador/mobilizador o que se denominou “Movimento da Estrada”. Além de estar em contato direto com a comunidade desde 2008 devido à relação profissional enquanto professora e vice-diretora da EEEF Santa Tecla, a partir desse momento (2014) pude participar de quase todas as reuniões e manifestações do movimento citado acima, com apenas uma ausência em ambas as atividades. Da mesma forma, estive também presente em eventos sociais como as festas tradicionais que lá ocorrem (carreteadas, vispadas¹² e galeto¹³), desfiles comemorativos, aniversários, bem como outros episódios envolvendo a relação de proximidade com a comunidade escolar, entre eles reuniões, formaturas, datas comemorativas, solenidades e eventos diversos promovidos pela escola. Quanto aos depoimentos, foi desta vivência e das conversas informais junto às famílias de Santa Tecla que foram realizadas as entrevistas com integrantes da comunidade, nas demais áreas do entorno do aterro/lixão, bem como com representantes da associação Xô Lixão e da Amalst.

Como já havia mantido contato com algumas pessoas entrevistadas por conta de outras pesquisas desenvolvidas na graduação (entre 2009 e 2013), esse contato anterior ajudou no trânsito entre os dois núcleos. Também o fato de exercer as funções de professora e depois vice-diretora possibilitou não só acesso a algumas informações, mas uma intensa vivência com o cotidiano local proporcionada pelo ambiente escolar, o que me levou a fazer as primeiras indagações sobre injustiças ambientais em Santa Tecla. Sobre o estigma dos moradores da Vila Tripa, por exemplo, lembro do dia em que uma professora comentou que, no processo de metamorfose do lixão para aterro, houve uma palestra na escola sobre o

¹¹ Para sistematizar essas informações e facilitar consultas posteriores, após compilar as reportagens e os dados de identificação, os periódicos foram numerados e ordenados por data de publicação, disso resultando um quadro com as referências de edição, manchetes e um pequeno resumo com as principais ideias abordadas. Dessa forma, quando buscava referências e depoimentos, para me situar nos acontecimentos de forma cronológica ou confrontar dados obtidos nas entrevistas com as fontes oficiais, primeiro consultava o quadro e, conforme a necessidade, acessava o material na íntegra. Esse procedimento agilizou o uso das informações e facilitou em muito na hora de referenciar os jornais e trazer aquilo que achava pertinente para a discussão.

¹² Uma espécie de jogo de bingo, com cartões onde são marcados os números que são retirados de uma gaiola metálica ou saco de tecido escuro, vence quem preencher a cartela.

¹³ Almoço ou jantar, que tem como cardápio principal frango assado na brasa, acompanhado de saladas e polenta frita, prato típico de colonização italiana.

empreendimento direcionada aos alunos. Após assistirem um curta metragem sobre reciclagem, enquanto eram mostradas cenas na cooperativa e associação uma aluna, ao identificar sua mãe, ficou muito constrangida, abaixou sua cabeça sobre a classe e permaneceu assim até o final da apresentação, se negando a assistir.

A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas. Foram 55 no total, sendo 48 feitas na comunidade entre os meses de julho e setembro de 2016 e as sete restantes com órgãos competentes entre outubro e novembro de 2016. As entrevistas foram realizadas nos dois núcleos (mineração e aterro/lixão), 24 em cada um deles. Foram entrevistados os responsáveis pelos domicílios e demais membros que tenham se engajado no conflito, representantes das associações e outros atores sociais que resistiram e participaram dos conflitos. As entrevistas foram feitas com as pessoas individualmente, entretanto, em cinco delas houve participação de outros integrantes da família, que permaneceram durante a entrevista e interagiram com a pesquisadora e a pessoa entrevistada emitindo opiniões, acrescentando informações e/ou fazendo comentários. Para esses que contribuíram não foi atribuído numeração (forma aqui usada para identificar os entrevistados), sendo mencionados de acordo com o grau de parentesco com o entrevistado.

No núcleo do aterro/lixão foram feitas oito entrevistas no entorno e 16 na ocupação, denominada Vila Tripa, onde majoritariamente residem os catadores e recicladores. No núcleo da mineração praticamente todas as entrevistas foram no que se considera o centro da localidade e duas residências próximas à área de detonações e britagem. Sobre esta divisão em dois núcleos, trata-se apenas de um recurso visando delimitar, analiticamente, os dois epicentros irradiadores de mobilização local, visto que ambos, mina e lixão/aterro ocupam um lugar determinado. Além disso, ainda que seus efeitos não se espacializem apenas no entorno mais imediato, é nele onde se verificam os maiores impactos ecológicos e danos à população que vive em Santa Tecla.

Quanto a sistematização das entrevistas, as informações obtidas foram dispostas na forma de texto e a partir da montagem de um quadro analítico. Material que fundamenta as tabelas e figuras sobre dados socioeconômicos de renda, escolaridade, posse fundiária e outras informações cruciais agrupadas em torno de dados pessoais como faixa etária, profissão, doenças, vínculo com os empreendimentos, origem da água que bebem, participação das manifestações. Trabalhando com os dois núcleos separadamente, depois esses dados foram cruzados visando um melhor entendimento dos resultados que embasam as análises nos capítulos empíricos e considerações finais.

Já o trabalho de campo ocorreu nos núcleos de forma concomitante, pois estão próximos um do outro (cerca de três km). Iniciei no dia 06/07/2016 na Vila Tripa e no dia subsequente no outro núcleo, finalizando em 24/08 do mesmo ano no núcleo do aterro/lixão e em 10/09 no da mineração. Algumas vezes não ia num ou noutro núcleo, mas no geral quando estava em campo visitava os dois. Evitei fazer entrevistas nos dias em que estava trabalhando, o que ocorreu somente duas vezes, uma entrevistando uma pessoa na hora do almoço e outra em período de plantão de férias. Em outra situação agendei a entrevista na escola em dia de folga, mas no geral as entrevistas foram feitas nas residências, excetuando as pessoas que trabalham no comércio local, as quais foram entrevistadas em momento de suas folgas nos respectivos estabelecimentos.

Para um melhor entendimento dos depoimentos, se encontra em apêndice e de forma mais detalhada uma breve descrição de cada um dos entrevistados, listados em ordem numeral de um a 24 e com as iniciais de seus respectivos núcleos (M para o núcleo da mineração e A/L para o entorno do aterro/lixão). Quanto ao roteiro das entrevistas, foram feitas 48 perguntas nos dois núcleos, com algumas pequenas diferenças, pois algumas não diziam respeito a um ou outro núcleo. O roteiro contemplou, entre outras questões, a identificação do entrevistado, sua origem e relação com a localidade, dados socioeconômicos, como se via diante dos empreendimentos, de que forma sentia-se afetado, o que considerava positivo e negativo em relação a eles e como se posicionava frente aos problemas causados. Já para os integrantes da associação¹⁴ Xô Lixão, além do roteiro como moradores foram feitas ainda nove questões relativas ao envolvimento direto com o movimento e o conflito.

Como nas primeiras entrevistas percebi um certo padrão em algumas respostas, optei por simplificar o roteiro, readaptando-o e introduzindo questões e comentários para além das perguntas que eram feitas. Da mesma forma, quando achava pertinente ou necessário, procurava aprofundar algumas perguntas e fazer outras que não estavam no roteiro. Sobre a duração das entrevistas, estas variaram de 40 minutos a cerca de uma hora. As mais demoradas foram com representantes das associações, pessoas que fizeram denúncias ou cujo testemunho e vivência na localidade vem de longa data.

Optou-se pelo anonimato dos entrevistados por entender que essa postura preserva a identidade e a integridade do entrevistado em seu ambiente social e/ou de trabalho, evitando ferir suscetibilidades ou produzir possíveis constrangimentos ou situações vexatórias em

¹⁴ Esse roteiro não foi aplicado para outra associação, a Amalst, pois havia sido elaborado antes de tomar conhecimento desta. Porém, ainda assim as entrevistas com o representante da Amalst e sua companheira foram intensas, resultando disso dois encontros.

razão do teor de suas falas. Além disso, o sigilo de identidade teve efeito tranquilizador sob os entrevistados, que se sentiam mais a vontade para emitir suas opiniões.

A minha presença na comunidade foi logo detectada por todos, tanto no entorno da mineradora como na Vila Tripa, constituída apenas de 24 casas, com estreitos laços familiares, amizade e vizinhança entre seus habitantes. No caso do núcleo da mineração, as dificuldades de acesso às pessoas praticamente inexistiram, com exceção de uma recusa por uma pessoa que está em litígio com a empresa por se sentir prejudicada com o assoreamento do arroio Santa Tecla, que faz divisa natural com sua propriedade. Por ser autora já de denúncias junto a Fepam e FMMA, achou por bem não conceder a entrevista em razão disso. Porém, em geral as pessoas que vivem próximas às minas me receberam de forma muito cordial e solícita.

Já no núcleo do aterro/lixão, o fato de ser professora na comunidade há nove anos facilitou a entrada na Vila Tripa, localidade cujo público (na sua maioria dependente da economia do lixo) já é por demais estigmatizado e por quem fui, em geral, recebida muito bem, sem o receio e desconfiança que muitas vezes pesquisador e entrevistado despertam. Ainda assim, algumas poucas pessoas foram reticentes e três se mostraram resistentes a assinar o termo de consentimento para a realização da entrevista, todas do núcleo do aterro/lixão. Dessas, uma que mora no entorno se recusou veementemente, alegando ter no passado experiência negativa ao conceder entrevista e assinar um documento que foi depois utilizado para outros fins, dando a entender que se tratava de uma petição relacionada à desapropriação de propriedades devido a obras de uma rodovia (BR - Rodovia de Responsabilidade Federal) em Canoas. Apesar de explicar de todas as formas que não era esse o intuito da pesquisa, não consegui convencê-la e enfim sua negativa foi respeitada.

Em verdade, por esquecimento o termo de consentimento foi apresentado às pessoas, após as entrevistas realizadas, e creio que se isso não tivesse ocorrido, uma boa parte das pessoas teriam se recusado a assinar principalmente da Vila Tripa. Pois, através das recusas soube que estava sendo ventilado por algumas pessoas que moram na vila, que o objetivo da pesquisa seria “tentar fechar” a mineradora e o aterro/lixão, o que me fez compreender a postura refratária de algumas pessoas, preocupadas que estavam em não comprometer seu sustento. Já com relação a duas que se mostraram resistentes, uma delas (que foi moradora da Vila Tripa e hoje vive no entorno) acabou concordando em ser entrevistada depois de ouvir minhas argumentações; já a outra (que ainda reside na vila) consentiu somente após uma moradora antiga dali interceder a meu favor.

Quanto à empresa (Pedra Mineração e Pavimentação), seus representantes se recusaram a dar entrevistas, não permitindo inclusive que a funcionária técnica responsável (melhor dizendo, “colaboradora¹⁵”) pela parte ambiental concedesse qualquer fala sobre a empresa. Assim, no núcleo da mineração foram entrevistados apenas parentes (esposas, irmãos, pais, tios, sobrinhos, primos) e amigos de funcionários da empresa.

No núcleo do aterro/lixão o ponto de partida foi a entrevistada 1A/L, mãe e avó de alunos meus, precursora na associação dos recicladores e com quem estou em contato há muitos anos. Ela e o marido recolhiam de carroça os resíduos secos na escola, até que o marido sofreu um AVC (Acidente Vascular Cerebral) e ela passou a ficar mais em casa para cuidar dele. Passei então a levar para ela os meus resíduos secos domésticos, roupas, acessórios infantis e coisas que já não precisava. E por duas vezes (em 2012 e 2014) intermediei saídas de campo de alunos com professores da UFRGS a localidade de Santa Tecla com uma visita a sua residência e o galpão contíguo a casa onde reciclava, mas já sem vínculo com a associação. Confesso que os contatos com os entrevistados na Vila Tripa sempre me tocaram mais e me deixavam preocupada; saía de lá sempre conjecturando como seria para meus alunos voltar da escola para aquele local extremamente insalubre, com o cheiro constante do lixo oriundo do aterro-lixão e dos resíduos que estavam pelo pátio e abarrotados dentro de um galpão ao lado da residência (com menos de meio metro entre a janela de um dos quartos).

Com certeza, algumas das motivações que me levaram a tentar entender esse universo vieram do contato mais próximo com 1A/L. Hoje ela recicla muito pouco, pois está com sérios problemas cardíacos. Em razão da doença, não querendo incomodar e para evitar o deslocamento para me atender, passei a deixar os resíduos no portão, retornando o contato durante o campo. A opção por iniciar com ela as entrevistas não poderia ser mais acertada, pois, por ter certa intimidade, já de saída foi possível sentarmos no pátio e conversarmos por quase duas horas. Ela foi fundamental para eu poder me situar tanto na história do lixão/aterro, quanto com relação à população da Vila Tripa e à comunidade de Santa Tecla como um todo, pois era moradora desde o tempo do lixão e, como se verá no terceiro capítulo, foi uma das famílias despejadas que depois retornou para a ocupação da “área verde”.

Com vasto conhecimento sobre a formação da vila, ela a mapeou imaginariamente, me dando com isso o total de 24 moradias. A partir dessa informação foi definida a amplitude do

¹⁵ No ano de 2013, em saída de campo com estudantes e professor do PGDR/UFRGS a essa empresa, o engenheiro encarregado de nos acompanhar usava a expressão “colaborador” para se referir aos seus colegas de trabalho.

campo, pensando em abranger a quase totalidade da Vila Tripa, pois teria que subdividir esse núcleo com aqueles atores importantes no contexto dos conflitos ambientais e que residem no entorno do aterro/lixão. 1A/L falou de todas as famílias que moram ali, muitas pessoas inclusive seus parentes. Essa conversa me possibilitou saber também quem se envolveu mais diretamente nas lutas e conflitos subsequentes, quem era proprietário e/ou morador antigo, quem depois retornou para a ocupação, quem trabalhava na associação, na cooperativa, quais os vínculos de parentesco entre os moradores e outras informações relevantes. O que funcionou como uma espécie de filtro qualificador dos depoimentos que recolhi posteriormente. E, como mencionado, ela também foi responsável por convencer uma entrevistada da Vila Tripa que se mostrava relutante a assinar o termo de consentimento.

No mais, houve apenas mais um percalço com potenciais entrevistados, quando tive que insistir um pouco para agendar uma entrevista com um morador da Vila Tripa e só consegui realizá-la no terceiro encontro, pois a pessoa não se recusava, mas sempre adiava o momento. Porém, como era uma entrevista que considerava importante, insisti, pois este é filho de um antigo produtor de porcos, um dos ex-proprietários das terras onde hoje se encontra o lixão e que, desapropriado, liderou a ocupação da Vila Tripa; portanto, um personagem central no que se refere ao olhar sobre os acontecimentos e conflitos. Quando finalmente me recebeu, perto de um galpão, no pátio em uma área com muito barro, percebi que estava refratário não por algum tipo de temor relacionado ao conteúdo da pesquisa, mas sim devido ao aspecto físico do local e da precariedade da casa onde vivia e do seu entorno, constrangimento este que, como também se verá no terceiro capítulo, remete à resistência simbólica dos catadores/recicladores diante do estigma de que são vítimas, tanto da sociedade mais ampla como de parte dos demais moradores de Santa Tecla.

Esta entrevista, somada as demais 47 que realizei, permitiu não somente acessar uma riqueza de dados para a construção da história do lixão/aterro, mas também para ter uma melhor compreensão do universo do reciclador/catador e seus posicionamentos em relação aos conflitos ambientais. Dessa forma, acredito que o livre trânsito na vila e a receptividade por parte dos entrevistados se deu por essa minha relação anterior com a comunidade, postura esta que não se estendeu aos alunos, que ficavam visivelmente constrangidos e envergonhados com minha presença quando chegava em suas casas.

As entrevistas no entorno do aterro/lixão também foram cruciais, pois foram seis importantes atores sociais que atuaram diretamente nos conflitos e uma ex-moradora da Vila Tripa, que também havia sido desapropriada e que voltou com a ocupação, irmã do entrevistado 14A/L. Por outro lado, a facilidade de entrada no campo se deu nos dois núcleos,

pois os anos de vivência com a comunidade do núcleo da mineração e o fato de uma das principais minas de rocha na localidade estar localizada ao lado da escola onde trabalho permitiu identificar quem seria relevante entrevistar, como e em que temas tocar e o que eventualmente seria importante dizer e não dizer.

No núcleo da mineração a primeira entrevista que fiz foi com 24M¹⁶, também essencial para que a pesquisa fluísse, pois, apesar de ter livre acesso à comunidade, ela me orientou sobre os melhores horários para encontrar as pessoas e a localização de algumas moradias. Também fez contatos com alguns futuros entrevistados e intermediou minha ida a duas propriedades próximas à área de detonação da empresa, inclusive me levando até o local. Além de entregar e recolher nesse núcleo a maioria das assinaturas dos termos de consentimento, por mim esquecido. Seu depoimento é riquíssimo, pois foi seu pai que iniciou a concessão com a empresa de mineração e faz parte da primeira família da comunidade a sentir os efeitos dessa atividade de forma agressiva por causa da proximidade e descontrole na exploração e nas explosões, o que a levou posteriormente a vender sua propriedade.

De fato, como se verá ao longo dos capítulos três e quatro, hoje vejo que 24M e 1A/L sintetizam uma diferença de classe presente em Santa Tecla e importantíssima para entender, sobretudo, os conflitos envolvendo o lixão/aterro. Mas para além dessa distância, ambos são pessoas muito carismáticas e agregadoras. 24M parte inclusive das famílias que colonizaram a região, e também ex-diretora da EEEF Santa Tecla e professora aposentada, atuando hoje como produtora rural e junto com o filho cria ovelhas. Muito dinâmica, faz pães,ucas, biscoitos e bolos que vende nos eventos da comunidade ou por encomenda. É conhecida e muito querida por todos na localidade e no entorno, sua casa é sempre movimentada pelo seu espírito hospitaleiro e acolhedor, sendo difícil o dia que não recebe alguém para o almoço ou café. Fui sua colega por dois anos, quando se aposentou, porém, nunca deixou de frequentar a escola, fazendo serviços voluntários, participando dos seus eventos e por fim retornando formalmente como monitora no Programa Mais Educação por quase dois anos. Mas, mesmo após o programa cessar (indo para a “geladeira” junto com outros da educação brasileira), ela permaneceu mais dois anos como voluntária na escola, onde orientava e cuidava junto com os alunos de uma horta orgânica. Ela participa ativamente dos eventos na comunidade e faz parte de alguns grupos como a “galera do mate” e o “grupo das comadres”¹⁷.

¹⁶Embora tenha sido a primeira entrevistada desse núcleo, não a considerei finalizada e retornei a falar com 24M no final do campo, por isso a computei como última (24) e não primeira entrevista.

¹⁷ Grupos formados por moradoras da comunidade e algumas pessoas que embora tenham se mudado continuam a participar dos encontros, eventos e viagens de lazer.

Em um sábado chuvoso, comecei o campo no meio da manhã na Vila Tripa e depois fui para o núcleo da mineração, onde passei a tarde entrevistando. Por volta das 17 horas passei na casa da entrevistada 24M, antes de ir embora. Ela então me convidou para um bingo que iria ocorrer mais tarde no Centro de Tradições Gaúchas (CTG) local e onde estaria boa parte da comunidade (especialmente aquelas que vivem no núcleo da mineração, mas também no núcleo do aterro/lixão), inclusive pessoas mais difíceis de encontrar por causa do trabalho e por não morar próximo. Então fiquei para o bingo e passei algumas horas tomando chimarrão com várias pessoas que ali estiveram para cumprimentar ou deixar o carro estacionado na casa dela. Esse dia foi muito proveitoso para a pesquisa, pois, como a conversa com 1A/L, também me situou com relação às pessoas que moram no entorno dos núcleos e aquelas que estão mais afastadas e só aparecem nas festividades. Durante o bingo sentamos juntas com outras pessoas da comunidade, amigas de 24M, algumas avós de alunos da escola Santa Tecla e nessa noite, além de agendar algumas entrevistas, me diverti, dei boas gargalhadas e ainda ganhei um prêmio¹⁸.

Mas confesso que sair a noite de Santa Tecla causa tensão. O sentimento é de temor devido à carência de segurança pública e a recorrência de assaltos aos motoristas dos veículos que transitam pelas estradas da localidade. Na semana subsequente ao bingo, ao realizar entrevista com 23A/L, quando comentei estranhar sua falta no sábado, disse que atualmente não se arriscava mais, não saía à noite na estrada Henrique Closs por causa da violência e dos assaltos e furtos, traumatizada por ter sua residência invadida e roubada há dois anos, quando os ladrões a fizeram refém por algumas horas, sofrendo maus-tratos físicos e psicológicos. Um tempo depois, em 2015, quando ela já estava se recuperando desse evento fatídico, a propriedade vizinha em frente a sua também foi assaltada, resultando em uma pessoa morta. Sabedora desse e de outros relatos, algumas vezes retornei do campo já escuro, mas evitava, pois sabia dos problemas de miséria social do entorno, além do péssimo estado da estrada e do fato de ali não haver sinal de celular, portanto, não seria um bom local para furar um pneu ou ter qualquer problema mecânico dessa natureza.

Outras fontes importantes foram as entrevistadas 13M e 14M, representantes da associação Xô Lixão, duas professoras, uma ex-colega e a outra ainda atuando na escola. Venho colhendo depoimentos delas desde as minhas primeiras indagações e depois com os trabalhos na graduação em Desenvolvimento Rural, fontes de informações fidedignas, mas

¹⁸ No geral a premiação está associada à comida,ucas, bolos, ovelhas e porcos inteiros ou em partes ou kits desses alimentos. Os prêmios secundários não são comestíveis.

que também remetem a uma memória afetiva. Também o entrevistado 24A/L, comprometido com as causas da localidade, primeiro pelo engajamento através da organização e movimento social, foi presidente da antiga Associação Comunitária de Santa Tecla (Acost) e depois atuou dentro da subprefeitura do distrito de Costa do Ipiranga. Este, além de coparticipar de conquistas junto à comunidade, tem se envolvido diretamente em todas as questões sociais e ecológicas locais, profundo conhecedor da região e autor, por sinal, do croqui do bairro Santa Tecla aqui reproduzido (ver fig.18, pg.96).

De fato, acredito que as dificuldades maiores se apresentaram realmente nas entrevistas com especialistas, técnicos das empresas e representantes de órgãos governamentais. Além da dificuldade de conseguir conciliar minha agenda com a dos entrevistados, essa parte do campo foi demorada (cerca de dois meses), levando em consideração que os potenciais entrevistados se restringiam a sete pessoas. Também não imaginava encontrar tantas reportagens sobre os conflitos ambientais junto aos integrantes das associações. E como tinha que devolver o material, o senso de historiadora, minha formação original, me levou a leitura e compilação desse material, o que demandou tempo, sendo, porém, fundamental para entender a história principalmente do lixão/aterro.

1.3 SOBRE O PÚBLICO ENTREVISTADO

Abaixo segue uma breve caracterização da população pesquisada em seus aspectos gerais, como sexo, faixa etária, condição socioeconômica (ao final, nos apêndices, há também uma descrição mais detalhada e individualizada). Uma primeira diferença importante refere-se a classe social dos entrevistados nos dois núcleos (mina e lixão) e dentro do próprio núcleo do aterro/lixão. O núcleo da mineração é formado por professores, funcionários públicos, produtores rurais, comerciantes, agricultores familiares, sitiante e moradores descendentes de imigrantes que deram início ao processo de colonização na região. Pessoas no geral de poder aquisitivo e instrução escolar mais alto que o outro núcleo, que apresenta um perfil com menor poder aquisitivo e escolaridade. Porém, também existe uma subdivisão dentro do núcleo aterro/lixão entre os moradores da Vila Tripa (cujas profissões ligam-se na sua quase totalidade à coleta e reciclagem de resíduos, tendo renda e condições de vida muito mais baixas) e dos entrevistados do entorno, formado por sitiante, professor, bancário aposentado, proprietário de caminhão/transporte, paisagista, agricultor/construtor, funcionário público, tendo a maioria deles nível universitário.

A totalidade da população pesquisada nos núcleos foi de 30 mulheres e 18 homens. Entre os entrevistados estão um representante da Associação dos Moradores das Adjacências do Lixão de Santa Tecla (Amalst), quatro representantes do Xô Lixão, um representante da Acost (atualmente desativada); e dois importantes atores sociais desvinculados das associações e que atuavam em parceria (4A/L e 9A/L), responsáveis pelas denúncias de irregularidades no lixão/aterro: o primeiro, reciclador associado morador da vila Tripa; o segundo, proprietário de sítio no entorno do lixão/aterro.

A composição socioeconômica do núcleo da mineração é visivelmente mais alta em comparação ao núcleo do aterro/lixão, como demonstra os indicadores de escolaridade, profissão e renda. A escolaridade está em consonância com a idade¹⁹, as pessoas de faixa etária mais avançada são as que tem o ensino fundamental incompleto. Abaixo (Tabela 1) com faixa etária e sexo desse núcleo.

Tabela 1 – Faixa etária e sexo/ Núcleo Mineração

Faixa etária e sexo -núcleo mineração	24
A partir de 61 anos	(5) m (4) f
Entre 51 a 60 anos	(0) m (5) f
Entre 41 a 50 anos	(2) m (5) f
Entre 31 a 40 anos	(0) m (1) f
Entre 20 a 30 anos	(1) m (1) f

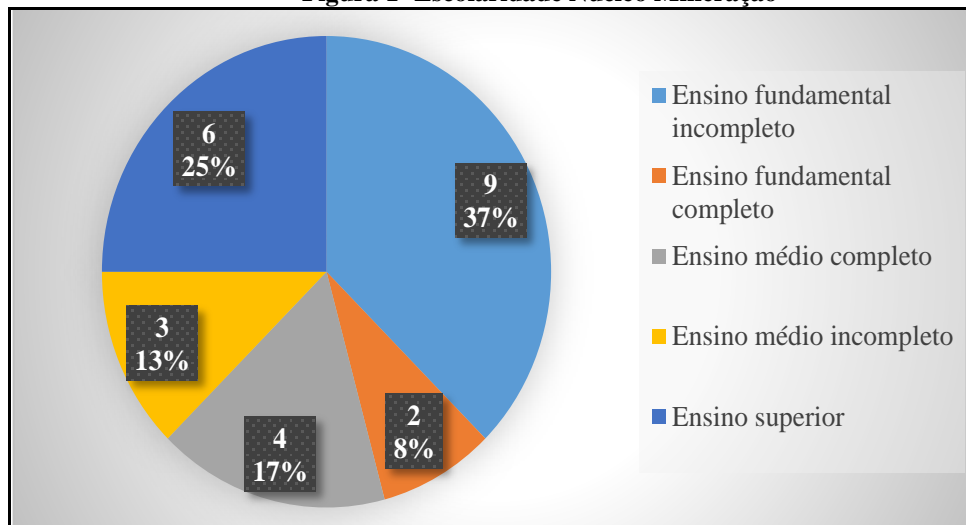
Fonte: Autora (2016).

Representando 37% no núcleo da mineração, são nove os entrevistados que cursaram somente as séries iniciais, entre a 1ª e 5ª séries (hoje, 6º ano) e no geral não avançaram além do 3º ano do fundamental. Desses nove entrevistados, a partir de 61 anos, seis estão aposentados. Somente duas pessoas (8%) da comunidade entrevistada no núcleo da mineração possuem certificação de ensino fundamental completo²⁰, o que hoje equivaleria a nove anos de estudo (Figura 1).

¹⁹ O que permite fazer a associação entre faixa etária e escolaridade, é a restrição no acesso à escola pela população brasileira, pelas gerações das décadas de 1930 a 1960, que encontravam empecilhos para continuidade dos estudos principalmente na zona rural.

²⁰ As últimas mudanças e reformas na Educação Básica ampliaram de oito para nove anos o ensino fundamental.

Figura 1- Escolaridade Núcleo Mineração



Fonte: Autora (2016).

Quatro entrevistados possuem o ensino médio completo (17%), com uma composição mais heterogênea na faixa etária: uma jovem de 20 anos, funcionária de restaurante local; uma senhora de 71 anos, ex-professora e diretora de escola; um entrevistado de 41 anos, profissional liberal/carpinteiro; e uma professora²¹ de 50 anos. Já com o ensino médio incompleto são três pessoas (13%) dos entrevistados e estão na faixa etária entre 40 e 50 anos. As pessoas graduadas em nível universitário correspondem a seis pessoas (25%), são eles: quatro professores, um administrador e um contabilista, todos com faixa etária entre 27 e 68 anos.

Entre as atividades desse núcleo se encontram ainda um produtor rural, três comerciantes, um ovinocultor e um total de sete aposentados com idades entre 55 e 81 anos; desses, dois aposentados são servidores públicos estaduais, um funcionário da mineradora e os demais (4) ocupados em funções e serviços domésticos (Figura 2).

²¹ Até o final do século XX os diplomas que habilitavam os professores para as séries iniciais/ensino primário, que compreendia a pré alfabetização até o quarto ano, eram obtidos através de certificação em nível secundário, com o curso de magistério. Após algumas reformas, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) instituiu no final da década de 1990, a necessidade de certificação em nível superior para a docência. E a partir dos anos 2000, o Estado passa a oportunizar e cobrar de forma gradativa a continuidade dos estudos e a habilitação universitária. Embora tenham ocorrido políticas públicas que contemplassem a maioria dos professores que se encontravam nesta condição, muitos se aposentaram sem ter cursado a universidade.

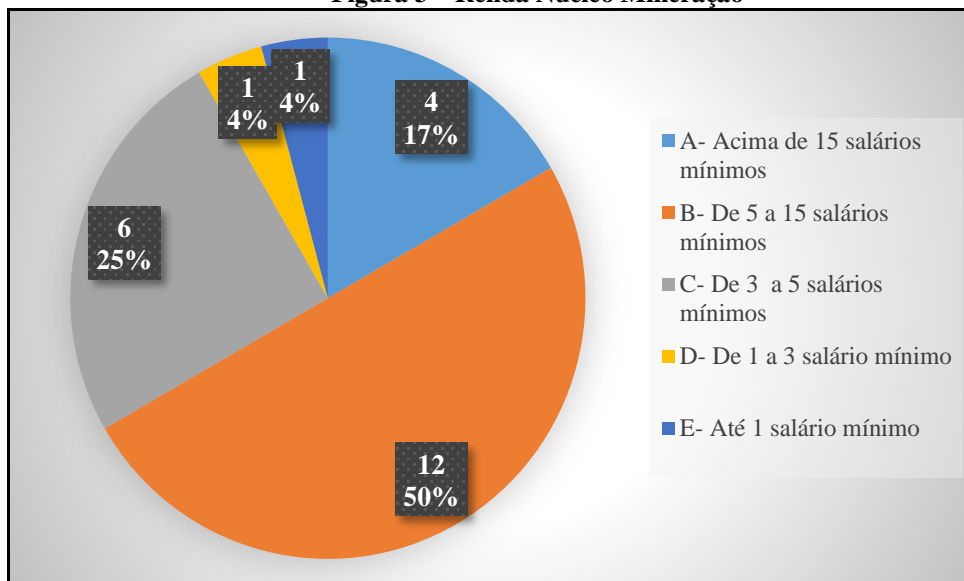
Figura 2 – Atividades Núcleo Mineradora



Fonte: Autora (2016).

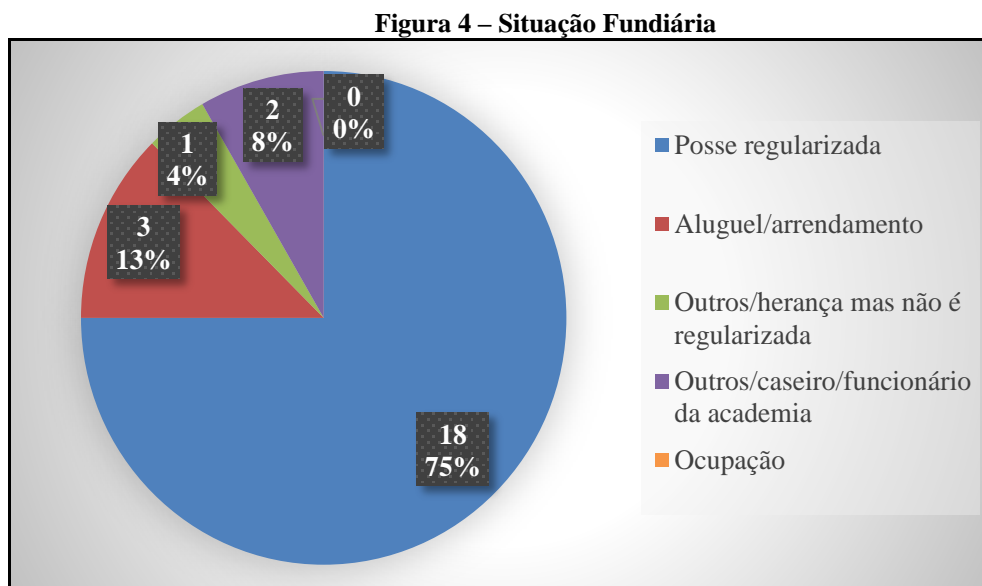
Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), a partir do indicador de renda que tem por base o salário mínimo (renda familiar per capita), as classes sociais são classificadas e representadas pelas letras: A, B, C, D e E. As pessoas pertencentes a classe A tem renda familiar acima de quinze salários mínimos, a classe B de cinco a quinze salários, classe C de três a cinco salários, a D de um salário a três e a classe E até um salário mínimo. No universo de 24 entrevistas do núcleo da mineração, quatro pessoas estão entre a classe A, representando 17% da população pesquisada, 12 (50%) pessoas na classe B, seis (25%) na classe C, uma (4%) na classe D, e uma (4%) na classe E, (Figura 3).

Figura 3 – Renda Núcleo Mineração



Fonte: Autora (2016).

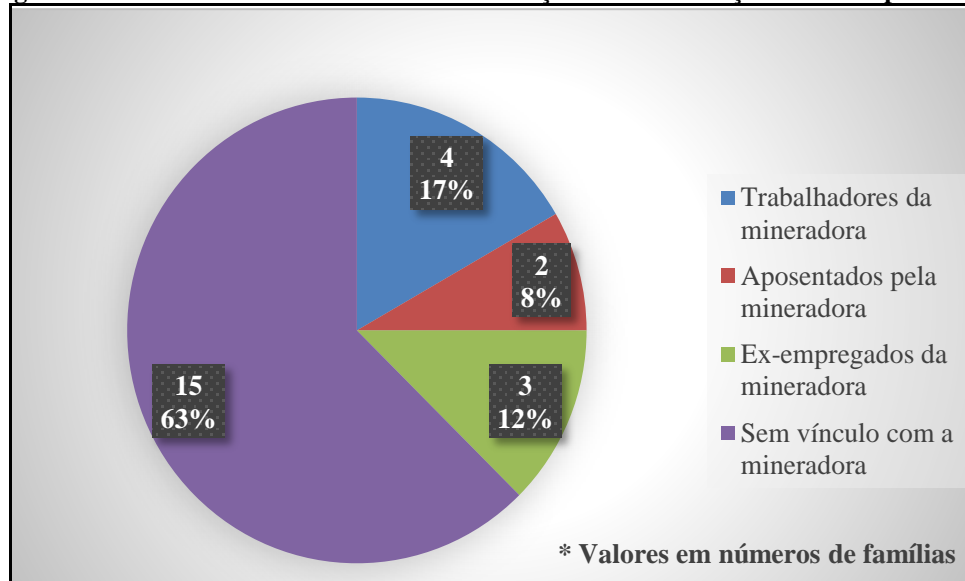
A maioria dos entrevistados (18 - 75%) possui propriedades com posse regularizada²² e uma por meio de herança ainda não inventariada. Exceto dois comerciantes que locam e moram no estabelecimento e um terceiro que, apesar do sistema de arrendamento, possui propriedade na localidade, três pessoas (13%) alugam e/ou arrendam suas áreas. Não estão nessa modalidade uma pessoa que exerce a atividade de caseiro e corresponde a 4% das entrevistas e um funcionário da academia Seicho No Ie (também 4%), que também reside no local de trabalho (Figura 4).



Fonte: Autora (2016).

A água que abastece essa comunidade vem de vertentes canalizadas por mangueiras nos morros, o que, como se verá nos capítulos três e quatro, também as diferencia da maior parte da população do núcleo do aterro/lixão, especialmente da Vila Tripa. Especificamente em relação à atividade mineradora, com exceção da obrigatoriedade de ter que viver como vizinhos e arcar com suas consequências, 15 (63%) famílias de entrevistados não tem qualquer vínculo direto com a empresa, três (12%) são ex-empregados dela, dois (8%) são aposentados pela mineradora e quatro (17%) pertencem ao quadro atual de funcionários (Figura 5). Ainda sobre estes últimos dados, achei mais esclarecedor contabilizar também os parentes que porventura residam com os entrevistados e que prestam serviços à mineradora. Isto porque, além de ser um número bastante expressivo, aponta para a relação de dependência entre a empresa e os moradores e que será discutida mais à frente.

²² Regularizada no sentido de ter documento de posse, poucos tem escritura, tema abordado adiante.

Figura 5– Famílias entrevistadas/Núcleo Mineração e sua vinculação com a empresa mineradora

Fonte: Autora (2016).

No caso da composição socioeconômica²³ do núcleo do aterro/lixão, apenas uma pessoa (4%) integra a classe A, duas (8%) pertencem à classe B, e quatro (17%) estão na classe C e sete (29%) na classe D e dez (42%) na classe E. E aqui foi preciso fazer outra diferenciação interna a este núcleo entre moradores da Vila Tripa e do que chamei de área do entorno do aterro/lixão. Isso porque, embora obviamente a Vila Tripa faça parte desse mesmo entorno, foi preciso fazer tal distinção tendo em vista as diferenças socioeconômicas e de trajetória social existentes entre seus habitantes. Ainda sobre a renda, esta e a escolaridade mais elevadas são encontradas no entorno do aterro/lixão, com duas pessoas de classe A e uma da B, dois com ensino superior completo, um com algumas graduações inconclusas. Já na Vila Tripa se concentram as pessoas com baixa renda e com ensino fundamental incompleto. Assim, lá há 12 pessoas nessa condição enquanto somente uma do entorno do aterro/lixão não tem o ensino fundamental completo, porém, originalmente também morava na vila, abaixo a escolaridade do núcleo aterro/lixão (Tabela 2).

²³ Ver Figura 25-Renda Aterro/lixão, p.116.

Tabela 2 – Escolaridade Núcleo Aterro/lixão

Escolaridade - núcleo aterro/lixão	24
Ensino fundamental incompleto	14
Ensino fundamental completo	0
Ensino médio	6
Ensino médio incompleto	1
Ensino superior	2
Ensino superior incompleto	1

Fonte: Autora (2016).

Dos 10 entrevistados que pertencem à classe E, nove deles estão ligadas ao universo do trabalho com os resíduos/lixo, exercido atualmente através da catação, reciclagem, limpeza urbana e outras atividades exercidas formal e informalmente. Outras profissões²⁴, meios de vida, também são encontradas na Vila Tripa, como cobradora de ônibus, carroceiro, vigilante, aposentados, pensionista por doenças, duas pessoas que naquele momento estavam desempregados e uma pessoa que realiza trabalhos e serviços domésticos. Já das pessoas da classe D, sete são da vila e um do entorno do aterro/lixão. No caso dos dois entrevistados da classe B, todos são do entorno, e as profissões encontradas são diversificadas: vigilante, agricultor, comerciante aposentado, bancário aposentado, paisagista, professor, e uma pessoa que realiza trabalho doméstico. Dos seis entrevistados com ensino médio completo, apenas dois são da Vila Tripa, aí residindo também uma pessoa com ensino médio incompleto.

A faixa etária dos entrevistados do núcleo do aterro/lixão varia dos 19 aos 69 anos. Na faixa etária dos 60 anos são apenas três entrevistados, dos 50 anos seis pessoas, dos 40 anos, quatro entrevistados, predominando a faixa etária dos 30 anos, com seis pessoas. Já na faixa dos 20 anos são somente quatro pessoas e uma jovem de 19 anos, como se pode ver abaixo (Tabela 3).

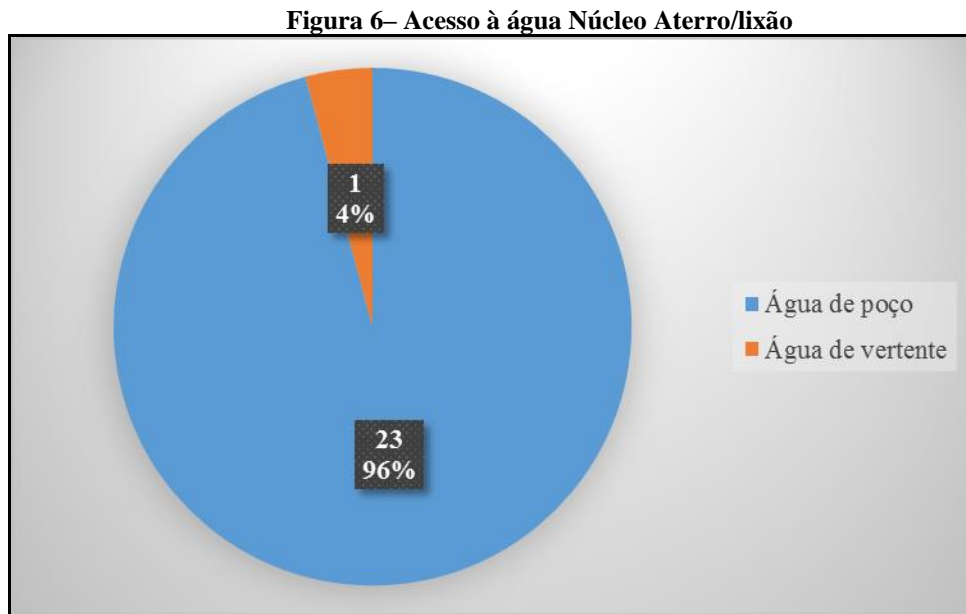
Tabela 3 – Faixa etária e sexo-Núcleo Aterro/lixão

Faixa etária e sexo -núcleo aterro/lixão	24
A partir de 61 anos	(3)m (0) f
Entre 51 a 60 anos	(2)m (4) f
Entre 41 a 50 anos	(1)m (3) f
Entre 31 a 40 anos	(3)m (3) f
Entre 20 a 30 anos	(1)m (3) f
Menos de 20 anos	(0)m (1) f

Fonte: Autora (2016).

²⁴ Ver Figura 26-Profissões Núcleo Aterro/lixão, p.117.

A maioria, 23 entrevistados do núcleo do lixão/aterro (96%), faz uso de água de poço artesiano (cuja provável contaminação, como se verá, resulta numa questão central envolvendo o aterro/lixão) e apenas uma pessoa (4%) utiliza vertente. (Figura 6).



Fonte: Autora (2016).

Por fim, não existe regularização fundiária na Vila Tripa, constituída por uma ocupação iniciada em 2004, quando a prefeitura inicia obras de ampliação. Com isso, 67% (16) das moradias são consideradas "irregulares"; já no entorno do aterro/lixão, todos os 33% (8) que lá moram detém posse fundiária (Tabela 4).

Tabela 4 – Posse Fundiária

Posse fundiária-núcleo aterro	24
Posse regularizada	8
Aluguel/arrendamento/de favor	1
Ocupação	16

Fonte: Autora (2016).

Já no que se refere aos órgãos que representam o Estado, do consórcio formado para gerenciar o aterro/lixão e das prefeituras foram entrevistadas seis pessoas. Todas atuaram durante a vida útil do lixão/aterro, e tiveram ingerência direta ou indireta na atividade e, com exceção de uma, continuam atualmente trabalhando para a prefeitura, alguns com outras atribuições. São cinco de Gravataí e mais o ex-diretor do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), de Porto Alegre, que hoje não tem mais ligação com a prefeitura

da capital. Totalizam aqui sete entrevistas com a inclusão do secretário da Escola Municipal de Ensino Fundamental Humberto de Campos (EMEF).

Foi utilizada a letra Ó para diferenciar dos demais entrevistados, são eles: entrevistado 1Ó, ex-diretor do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) de Porto Alegre; 6Ó, bióloga responsável pela fiscalização da operação do aterro/lixão e transbordo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDUR) vinculada à prefeitura; 4Ó, representante do aterro/lixão, gestor e administrador a cargo da prefeitura; 7Ó, secretário da EMEF Humberto de Campos; e mais três profissionais da Fundação Municipal de Meio Ambiente (FMMA) do município de Gravataí, 2Ó, ex-diretor da fundação; 5Ó, geólogo; 3Ó, fiscal ambiental²⁵.

Todas as entrevistas²⁶ com os órgãos foram gravadas, menos com o primeiro entrevistado. No roteiro inicial havia 21 perguntas, porém as conversas geraram outras indagações e esse número dobrou. A duração das entrevistas com os órgãos variou de uma hora (a mais rápida) até duas horas, sendo que, de acordo com as respostas, fui elaborando outras perguntas e comentários. Todas as entrevistas foram digitalizadas e as informações dispostas em forma de texto para posterior consulta e utilização dos depoimentos.

1.4 IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DA ÁREA DE CONFLITO AMBIENTAL

Santa Tecla está localizada em Gravataí e faz parte da região metropolitana de Porto Alegre, pertencente ao Delta do Rio Jacuí. O município está localizado entre as bacias hidrográficas do Rio Gravataí e uma pequena parte na bacia hidrográfica do Rio dos Sinos. A vegetação natural é de Mata Atlântica. O bairro Santa Tecla, pertence ao subdistrito Costa do Ipiranga, faz divisas com os municípios de Novo Hamburgo, Sapucaia e é passagem direta pela zona rural para os municípios de São Leopoldo e indireta para Morungava, Taquara, Glorinha, Esteio. Próximo à cidade de Cachoeirinha, centro de Gravataí e Porto Alegre, está a 10 minutos do perímetro urbano, sendo que a via que conduz ao bairro é asfaltada. A

²⁵ Lembrando que nenhum representante da Mineradora aceitou conceder entrevista.

²⁶ A metodologia adotada contempla a realização de entrevistas de acordo com os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, o qual prevê que, para a realização de pesquisa, devem ser seguidos padrões éticos, tais como: a não remuneração dos entrevistados; comprometimento do pesquisador na condução da pesquisa; respeito à fala do entrevistado, evitando manipulação; e respeito à cultura, valores, credo e hábitos da comunidade em questão. E explicitação com clareza dos termos que regem essa pesquisa aos entrevistados e autorização de consentimento por escrito.

população local gira em torno de 1.000 habitantes e do distrito de Costa do Ipiranga em torno de 5 mil.

A localidade foi passagem de tropeiros e teve ao longo do tempo o estabelecimento de matadouros de gado, plantação de cana-de-açúcar e alambiques. Os primeiros habitantes deste território foram os indígenas, seguidos por padres oriundos de Bagé. A região possui uma rica diversidade cultural, as etnias formadoras da sua população são as indígenas, africana e europeia. Contudo, a identidade da comunidade de Santa Tecla está fortemente associada aos imigrantes alemães e italianos, predominantes e vinculados à colonização mais recente da localidade. A população local se reconhece como descendente de imigrantes e cultivam laços e tradições, que de acordo com Fleury (2007, p.20) sintetiza “[...] a capacidade de reprodução social de uma comunidade ou população através da reinterpretação contínua de seus valores tradicionais”.

Até a Segunda Guerra Mundial, o alemão era língua falada de forma corrente em Santa Tecla, quando em virtude de represálias durante o Estado Novo a comunidade foi tolhida de falar o idioma. A população local original está ali há décadas, muitas pessoas passaram a residir no centro da cidade e outros bairros, mas mantém vínculo com a comunidade, trabalhando ali, mantendo propriedades ou a visitando com frequência. Existe um reconhecimento identitário nas duas culturas, com laços estreitos tanto entre descendentes de alemães como italianos, fortalecidos por compadrios e laços de parentesco, com fortes raízes no local e ligados por uma memória coletiva, pela história oral e documental.

A comunidade dá continuidade à tradição através de um sentimento de pertencimento ao local, o que leva ao conceito de território. Sobre este último, Little (2002, p.2) comenta que “[...] a cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele”. Em síntese, ao menos para essa parcela identitária da população de Santa Tecla, estão seus membros integrados ao tempo e no espaço, à paisagem, à natureza, ao entorno e ligados por uma memória coletiva que reconhece seus signos e resgata e “re” significa as tradições.

As casas, antes distantes devido às extensões das propriedades, com o decorrer das décadas e o empobrecimento do meio rural passaram a ser aos poucos vendidas, loteadas ou transformando-se em pequenos sítios de lazer e moradia. Da mesma forma, concomitante a pauperização da população local, as propriedades foram divididas ao longo dos anos devido ao processo de sucessão familiar. Na parte central do bairro e entorno estão localizados agricultores familiares que exploram o mercado de frutas, legumes e verduras (FLV), cana-

de-açúcar e criação de ovinos, suínos, bovinos, cavalos, cabanhas²⁷, hotelaria para cavalos, sítios de lazer privados, parque de águas, e três alambiques ainda ativos. A população que não é absorvida por essas atividades ou pela empresa mineradora e comércio local compõe a mão de obra nas “pedreiras” legais e ilícitas, serralherias, escolas públicas da região ou vive da reciclagem do lixo. Muitos buscam empregos distantes do bairro, nas imediações de Gravataí, em Porto Alegre, Cachoeirinha, São Leopoldo e Novo Hamburgo. A perspectiva daqueles que não são proprietários ou arrendatários de terras não é muito promissora caso dependam da oferta de empregos na região, pois estes são poucos.

O nível de escolaridade é baixo devido às dificuldades de continuidade dos estudos. No bairro há somente uma escola e contempla apenas o ensino fundamental, o que dificulta o acesso ao ensino médio pela necessidade de deslocamento para uma única escola no distrito da Costa do Ipiranga, que oferece essa modalidade, ou outros municípios e centro de Gravataí. O problema se agrava no entorno, com a miséria social principalmente no bairro Morro do Paula, que está na zona limítrofe a Santa Tecla, designado por muitos moradores como “terra de ninguém”. Existe um descaso das autoridades e contenda entre os municípios de São Leopoldo e Gravataí a respeito da responsabilidade sobre essa localidade. Com alto índice de criminalidade e ausência de segurança pública, a prática de assaltos nas estradas que ligam Santa Tecla a outras cidades é frequente. Esse quadro compromete a integridade das comunidades circunvizinhas, principalmente Santa Tecla, que se torna alvo recorrente de violência e furtos. Assim, a localização de Santa Tecla, ao mesmo tempo em que potencializa a sua exploração econômica por seu fácil acesso a vários municípios e pela proximidade com área urbana e centro de Gravataí, também se apresenta como problema devido ao entorno.

Santa Tecla pode ser considerada um bairro rururbano (GRAZIANO, 2001), onde o rural e o urbano se confundem com integração de atividades econômicas de base pluriativas. Apesar da proximidade com o perímetro urbano, a região carece de serviços básicos, como transporte e comunicação, extremamente deficitários. Não há telefones fixos e somente uma companhia opera o sinal de telefonia móvel na região; assim, as pessoas ou tem acesso limitado à internet ou simplesmente não tem. Não existem serviços de internet, casas de videogames ou acesso à TV a cabo, fazendo com que os hábitos de lazer remetam à tradição rural, onde as pessoas se visitam com constância e confraternizam aos finais de semana, sempre envolto no ritual da comida. A culinária típica alemã e italiana, as festas tradicionais, os desfiles temáticos da comunidade e das escolas convivem com o novo, como as trilhas de

²⁷ Espaço rural onde se criam determinadas raças de animais com técnicas avançadas de genética.

moto e parques aquáticos. Aos jovens como recurso de lazer estão as brincadeiras de rua, como andar de bicicleta, jogar bola, tomar banho nos arroios e açudes e participar das festas da comunidade.

Um fator relevante no contexto das injustiças ambientais concernente ao local é o fato da circulação de pessoas na comunidade se restringir à população flutuante oriunda dos sítios de lazer, da mão de obra especializada que vem de fora e da própria população local que se desloca para o entorno para trabalhar ou suprir suas necessidades urbanas, fazendo com que os impactos ambientais gerados por estas atividades estejam distanciados dos olhares da sociedade e das autoridades fiscalizadoras. A injustiça ambiental se concretiza na segregação espacial e na vulnerabilidade ambiental, associada à vulnerabilidade social, pois é a população de baixa renda que habita os locais insalubres. A lógica é de abandono desses lugares de risco por aqueles que têm condições financeiras de assim o fazer; em contrapartida, estes locais se tornam atrativos às indústrias em virtude, entre outros, do baixo valor dos imóveis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL E SUA RELAÇÃO COM SANTA TECLA

Este capítulo aborda as dimensões teóricas e conceituais que respaldam o estudo, o contexto político nos quais os conflitos ambientais estão inseridos e sua ligação com projetos de desenvolvimento. Trata da origem dos movimentos ambientais e do processo de “ambientalização” dos conflitos sociais a partir de uma análise macro, mas que se estende ao universo de Santa Tecla. Os conceitos de “zona de sacrifício” e “alternativas infernais” são aqui aplicados à realidade de exploração mineral e operação do aterro/lixão na localidade, num esforço de entendimento e descrição de como se processou a implantação desses empreendimentos. Por fim, o capítulo traz o histórico da área de conflito.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO-PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Segundo Acselrad (2004, 2011), Zhouri (2010) e Leite Lopes (2006), devido ao acirramento das desigualdades sociais e a permanência de boa parte da população brasileira à margem do que se conhece por direitos e cidadania, sobretudo a partir dos anos 1980, com a paulatina e relativa "abertura democrática" iniciada pelos governos militares, “[...] o antagonismo entre meio ambiente e desenvolvimento marcou o solo do debate ambiental que nas décadas de 1970 e 1980 colocava em dúvida o modelo de desenvolvimento” (ZHOURI; LASCHEFSKI, p.10, 2010). Já no final da década de 1970, o projeto e ideário desenvolvimentistas passam a ser fortemente questionados no país (GERHARDT et al., 2012). Paralelamente a esta crítica, a ação de movimentos de cunho ecológico de diversas matizes e influências (CARVALHO, 2001), conjugados à aceleração da intensidade do processo de devastação ambiental - decorrente do incentivo e financiamento de grandes obras realizadas em nome do desenvolvimento, tais como construção de hidrelétricas, ferrovias, rodovias, mineração e na outra ponta do processo, instalação de imensos lixões a céu aberto - levou a um reconhecimento social generalizado do que hoje se conhece por problemática ou "questão ambiental" (GERHARDT, 2005; HANNIGAN, 2009).

Ocorre que, em todos estes empreendimentos, a incidência e a intensidade dos impactos negativos deles decorrentes estão concentrados em locais onde vivem grupos sociais com baixo poder econômico, acesso a direitos básicos como saúde, educação, saneamento, transporte etc. e com pouca capacidade de se contrapor as ações daqueles que os defendem, propõem, financiam e executam. A isso se soma o afastamento (na maioria das vezes

premeditado e intencional) e o acesso precário destas populações às instâncias políticas, legais e administrativas em que se dá o planejamento e a tomada de decisão sobre estes mesmos megaprojetos. O que ocorre ou com a simples negação desta possibilidade ou a produção de extrema dificuldade (através da criação de uma série de empecilhos administrativos, obstruções legais e mecanismos dissuasivos) de intervir direta e ativamente tanto na forma como são pensados, negociados e postos em prática como na escolha de sua localização para implantação e posterior execução e entrada em operação.

Sob tal ótica, portanto, como atestam Acselrad et al. (2011, p.41), “[...] as causas das injustiças sociais são as mesmas da degradação ambiental, sendo impossível separar os problemas ambientais das questões sociais”. Isso porque não se trata somente de "impactos ao meio ambiente", seja este associado a rios, florestas, belezas naturais, recursos hídricos, espécies ameaçadas, ar, biodiversidade etc., pois, segundo Acselrad (2004), eles transcendem a esfera material (física e/ou biológica) e utilitária (dos ditos "recursos naturais"), mobilizando interesses, relações de poder, mas também afetos, memórias, desejos e vínculos subjetivos. Portanto, aqui se adentra ao mesmo tempo na esfera da política e no domínio do simbólico e do que dá sentido a vida e ao fazer viver das pessoas. Assim, para o autor, quando da constituição de movimentos que se contrapõem e questionam a origem, os efeitos, as justificativas e a própria necessidade ou inevitabilidade de tais "impactos", está-se diante de situações de conflito ambiental envolvendo

[...] grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem pelo menos quando um dos grupos tem a continuidade das formas sociais e apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis-transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos-decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004. p.26).

Já de acordo com Zhouri e Laschefski (2010), a exigência institucional pela elaboração de critérios de avaliação dos impactos ambientais e sociais levou, na década de 1990, a uma "adequação" dos processos de acumulação capitalista ao se associar ecologia e proteção ambiental às práticas e iniciativas econômicas ditas "sustentáveis". Assim, com o surgimento da noção de desenvolvimento sustentável¹ no final dos anos oitenta, passa-se a considerar como sendo viável (ou, como diria Lins Ribeiro, 2008, como nova "utopia") a compatibilização de crescimento econômico ilimitado (via aumento do binômio

¹ Segundo este mesmo autor: “[...] desenvolvimento sustentado é aqui interpretado como uma categoria que permite a criação de um novo campo de alianças políticas entre ambientalistas e empresários interessados em crescimento econômico” (Lins Ribeiro, p.23, 1992).

produção/consumo) e garantia de preservação ambiental através do uso "racional" e "eficiente" da natureza e seus recursos.

Segundo Acselrad (2004), é dentro deste contexto de adequação que se forja e se imprime significado, como solução para os problemas ambientais, à noção de "ecoeficiência" (leia-se, melhoria da eficácia técnica em termos de diminuição e mitigação das chamadas "externalidades ambientais" indesejáveis²). Da mesma forma, passa-se a reafirmar a ideia (tratada como premissa necessária e não discutida criticamente) de que seria possível compatibilizar e harmonizar os conflitos decorrentes através do uso e aplicação de abordagens "participativas" e metodologias de "negociação" e "resolução de conflito" (BEZERRA; ACSELRAD, 2010), disso resultando numa gestão e num ambiente colaborativo que garantiria ganhos mútuos ("solução *win-win*") a todas as partes envolvidas. Da mesma forma, ocorre uma redução do espaço e do sentido do que se conhece por "questão ambiental", a qual passa a ser debatida, publicizada e tratada na esfera dos ditos "impactos ambientais", estando entre as "soluções" disponíveis o investimento nas ditas "tecnologias limpas", bem como em projetos (sempre ditos "participativos") de "educação ambiental", perfazendo, conforme Leite Lopes (2006, p.136), parte de todo um "[...] novo código de conduta individual e coletiva" e "[...] nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos".

Porém, a despeito da retórica e da propaganda produzida pelos departamentos de relações públicas das empresas responsáveis, o que ocorre de fato quando da chegada de empreendimentos de grande porte é um tratamento diferenciado e desproporcional em relação à população local, que acaba arcando e tendo que conviver com a maior parte dos riscos envolvidos e dos efeitos negativos deles provenientes. Caso da exploração mineral e instalação de lixões/aterros em periferias urbanas e áreas rurais escolhidas como "zonas de sacrifício", cujo destino (não poucas vezes trágico) é oferecido em nome do desenvolvimento do país, do bem comum, do crescimento econômico, do povo brasileiro. Com isto, os "custos ambientais" decorrentes da mineração e da deposição de lixo urbano, ao se concentrar num dado território (Santa Tecla), tornam-se distantes do olhar do restante da população que vive em Gravataí, na capital Porto Alegre e demais cidades do entorno, produzindo uma condição de invisibilidade que se retroalimenta e se fortalece com a desconsideração dos órgãos e autoridades competentes e da fiscalização.

² Segundo Herculano (2001, p.217), estas se referem aos “[...] custos que são empurrados para o exterior das empresas e sobre os quais elas não respondem [...]. Ou seja, há custos sociais e ambientais no processo produtivo, que são pagos diferencialmente pelos mais pobres, sobretudo com sua própria saúde e tempo de vida”.

É nesse contexto que as “alternativas infernais³”, impostas pelas minas de rocha e o lixo/aterro em Santa Tecla, se inserem: “[...] o risco socioambiental ampliado é alocado sistematicamente às populações mais destituídas com base na lógica de uma suposta livre escolha - a alternativa infernal - entre condições precárias e arriscadas de trabalho e nenhum trabalho” (ACSELRAD; BEZERRA, 2010, p.188). Também para Gerhardt (2013), do ponto de vista de que foi “[...] efetivamente impactado, caso permanecessem resignados à negociação que lhes estava sendo oferecida e as condições impostas pelas empresas, à possibilidade que restava (a ‘alternativa infernal’) se restringia somente a uma luta por ‘perder menos’ e a tolerar o intolerável” (GERHARDT, 2013, p.15).

No caso da mineração, esta figura como alternativa infernal na medida em que, além da comunidade ter se adequado ao seu modo a existência e a proliferação das minas, muitas famílias passaram em parte a depender de seus empregos e de sua atividade que, segundo as empresas e membros do executivo municipal, serviria para supostamente "dinamizar" a economia local. A armadilha aqui reside, primeiro: em tomar como fato/verdade uma positividade inerente à instalação das minas, com isso tornando-a inevitável e escondendo a desigualdade na distribuição social da riqueza decorrente da produção de minério; e, segundo: na criação de uma relação de dependência (emprego ou expectativa de e pequenas obras locais como "adoção" de praças públicas etc.) disfarçada de "benefício" (renda ou expectativa de) como meio garantidor de uma aceitação ao menos parcial dos impactos (ecológicos, sociais, econômicos, psíquicos etc.) produzidos pelas minas.

Como resultado desse processo de convencimento orientado, decorrente do que Acselrad e Bezerra (2010) denominaram "chantagem locacional", produz-se um movimento em direção à aceitabilidade, com aquilo que noutra situação talvez fosse percebido pelas pessoas como intolerável tornando-se aceitável e visto como algo cotidiano e natural. Conforme Acselrad (2014, p.95), ao imporem as,

[...] condições mais desejáveis para si, os grandes empreendimentos tornam-se também quase-sujeitos dos limites de aceitabilidade dos riscos sociais e ambientais para a própria população. O processo de construção, por parte dos atores, do que se entende por intolerável e arriscado (Fassin e Bourdelais, 2005) ver-se-á, via de regra, constringido pelas condições impostas pelas empresas.

³ Adotado também por Acselrad, o termo tem origem no livro de Stengers e Pignarre, “La sorcellerie capitaliste: pratiques de désenvoûtement” (2005).

A isso se soma, na outra ponta do processo, o fraco apelo social ao compartilhamento da riqueza gerada a partir dessa atividade (cujo lucro fica com uma ou algumas poucas empresas e seus acionistas), apoiada que está no discurso imediatista da necessidade de se produzir matéria-prima para exportação e, com isso, aumentar o chamado PIB (Produto Interno Bruto) e equilibrar a balança comercial do país. Da mesma forma, haja vista esse tipo de exploração (no presente caso, de rochas, britas, areia e argila) assentar sua justificativa na esfera macro (que varia do apelo à economia nacional ao dinamismo regional) e na alegação pragmática de que é preciso suprir a demanda da construção civil e obras de infraestrutura realizadas pelo Estado, empresas privadas, consórcios ou através de parcerias público-privadas, riscos e ônus são repassados diretamente à comunidade local. Já as pessoas que lá vivem - cujos potenciais constrangimentos são avaliados a portas fechadas em reuniões entre políticos, burocratas, executivos, diretores de empresas ou altos funcionários destas, como econômica e socialmente menos importantes ou então como passíveis de ser financeiramente "compensáveis" - podem então ser sacrificadas em nome do "desenvolvimento" e/ou do "bem-estar da coletividade", enquanto extratos mais capitalizados da população são poupados de tais externalidades.

Já no caso da mudança do status de lixão para aterro sanitário (e que também ocorre com algumas mineradoras que atuam na região, que de ilegais passaram à legalidade e, como se verá, a se auto definir como "sustentáveis"), o empreendimento foi vendido como algo que traria um grande "benefício"⁴ à comunidade, como exemplo de "avanço ambiental" através do uso de tecnologia de ponta e de mecanismos "eficientes" de "mitigação" da degradação decorrente do lixão a céu aberto, antes existente na área. Contudo, embora a primeira vista a transformação em aterro tenha sido vista como algo positivo pela comunidade, logo as pessoas começaram a perceber que, ao contrário do que havia sido prometido, os problemas persistiram e, como também se verá, em certos momentos se agudizou.

Eis aqui um caso típico de produção de "alternativas infernais", visto que as opções disponíveis se traduzem entre o pior, no caso o lixão (que tinha como ponto interessante o fato de sua existência ter sido posta em questão e de aglutinar, como também será visto, um movimento organizado em torno de seu fechamento) e o menos pior, o aterro sanitário (que, embora agora passe a ser minimamente controlado, sua presença torna-se, como foi o lixão durante anos, fato aceito e consumado). De fato, como notou Gronemeyer (2000, p.18), muitas vezes o que aparece como "[...] ayuda sólo puede ser aceptada si viene acompañada de

⁴Dentro da ideologia/utopia do "desenvolvimento" não há ajuda desinteressada, mas sim um "reciprocidade assimétrica", a qual traz a ideia de compartilhamento de "benefícios" em relações matizadas pela máxima "do ut des", "dou para que me dê" (GRONEMEYER, 2000, p.12).

ameaças". Apesar do discurso sobre "melhorias" e da retórica sobre eventuais e potenciais "benefícios", o que se tem constatado é a acentuação do impacto ao ambiente natural e do sentimento de frustração e descontentamento de parte das pessoas que vivem em Santa Tecla, ambos decorrentes justamente do aterro/lixão e do extrativismo predatório de rochas em minas legais e ilegais.

Por outro lado, a vinda do lixão criou uma demanda específica para um público também específico, o que viria a acirrar divergências entre a própria população de Santa Tecla e que tem como fundo uma diferença entre classes sociais distintas. Isto porque, como se verá, a existência do lixão determinou a entrada em cena de catadores e pessoas que passam a ter seu meio de vida baseado na manipulação do lixo, o que, em Santa Tecla, terminou por constituir uma separação entre os que querem ver o lixão/aterro fechado e aqueles que têm (muitas vezes desde criança ou antes mesmo de nascer) dele se beneficiado, ainda que de um modo precário e com sérias consequências e riscos à própria saúde.

Sobre tal desencontro interno à Santa Tecla, ambos explicitam uma contradição que será abordada no terceiro capítulo e que tem íntima ligação com o que Philippe Layrargues (2002, p.11) chamou de "cinismo da reciclagem", pois, apesar do discurso das indústrias sobre o "benefício social da reciclagem" e "[...] apesar da remuneração do catador e sucateiro oriunda da reciclagem contribuir para a melhoria de sua condição de vida, os ganhos econômicos estão mal distribuídos". De fato, como sustenta Layrargues (2002, p.12), na realidade "[...] catadores e sucateiros atuam como operários terceirizados da indústria da reciclagem, desprovidos de quaisquer benefícios trabalhistas [...]. Essa relação configura a exploração do trabalho pelo capital de modo selvagem e revela uma das engrenagens responsáveis pela concentração de renda no país".

Embora políticos locais, técnicos e representantes do lixão/aterro se esforcem em dizer que estariam contribuindo para o "desenvolvimento da região" (esta última, termo genérico que novamente oculta as diferenças existentes), o fato é que ambas as atividades são as principais poluidoras do ar, do solo, das matas e das águas superficiais de toda a microbacia do Rio dos Sinos. Com isso, produz-se uma situação de negação de direitos básicos. No caso dos moradores que não dependem do lixo como fonte econômica, o direito: de respirar ar puro; tomar água que não esteja contaminada; ter acesso a um ambiente natural saudável e a uma paisagem esteticamente agradável; de não viver ao lado de empreendimentos que comprometam sua saúde e de ter assegurados seu equilíbrio mental e psicológico. E, no caso dos catadores e aqueles que trabalham com reciclagem, todos esses direitos somados ainda ao direito de todo trabalhador de ter condições adequadas (no caso, sobretudo de salubridade) de

executar seu ofício de maneira segura e digna (como se verá, esta última uma categoria-chave mobilizada positivamente pelos catadores em relação ao que fazem com o lixo).

E se a "sociedade brasileira" como um todo parece supostamente se beneficiar com as minas (produzindo um "custo de oportunidade"⁵ que precisa ser cobrado, mas que no caso significa a precarização da vida de quem mora e trabalha em Santa Tecla) e a região metropolitana gaúcha com o lixão/aterro (poupando com isso seus respectivos habitantes dos malefícios de receber este tipo de "empreendimento sanitário"), resta novamente às pessoas que vivem nessa pequena localidade exatamente isso: o resto, a sobra, o resíduo, aquilo que o senso comum associa a todo tipo de "imundice" produzido pela civilização ocidental e que ela própria desejaria ver longe de si mesma. Disso tudo decorre outro aspecto que será abordado no terceiro capítulo: o efeito de estigmatização das pessoas e do lugar onde moram⁶. De fato, como percebeu Lima (2015, p.10),

[...] sempre que acionamos o termo "lixo" para definir algum tipo de objeto, imediatamente recorremos a um compartimento devidamente separado na casa, a lixeira, mas preferencialmente, tal coisa deve ser alojada já fora dos limites circunscritos pelo interior do território que consideramos nosso. Normalmente, nesse caso, elas são encaminhadas para o exterior da casa ou algum lugar escondido do edifício, e ali aguardam o momento em que um caminhão chegará para concluir o processo, com o afastamento definitivo.

Assim, ao se tomar o que diz a autora não a partir do exemplo da casa, mas da região metropolitana de Porto Alegre, Santa Tecla surge como a "[...]lixeira [...] alojada já fora dos limites circunscritos pelo interior do território", localizada na fronteira com o "exterior" onde, de preferência num "lugar escondido" (do mundo urbano), se processará o "afastamento definitivo" do lixo/resíduo. Lixo este produzido pelo consumo de um "nós" inclusivo que, paradoxalmente, exclui um "outro", ou melhor, o inclui como cidadão de segunda ou terceira categoria e cuja casa (no caso dos catadores) ou bairro (para os demais) passa a ser depósito do que restou desse mesmo consumo⁷. Mais do que isso, voltando à análise de Lima (2015,

⁵ “Simplificadamente, o preço a pagar por uma opção. Ao tentar resolver um problema econômico ou adquirir/produzir um bem qualquer, se geraria outro problema ou a privação de outros bens, fazendo com que se tivesse que escolher entre manter a situação atual ou arcar com os “custos” da própria ação” (GERHARDT, 2014, p.69).

⁶ No sentido proposto e discutido por Goffman (1976, p.7) do que este qualifica como estigma: “[...] um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” e que se encontra geralmente associado a algo depreciativo.

⁷ Embora se trate de outro contexto, situação e de uma realidade bastante diversa, vejo aqui certa correspondência com a ideia, tal como pensada pela então escritora, favelada e catadora de papel Carolina Maria de Jesus (2000, p.171) ainda nos anos 1950, de “favela” como uma espécie de “quarto de despejo”. Escrevendo em 1955, a autora, moradora de uma então recente favela paulista, comenta que, “[...] em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres que residíamos nas

p.10), importa aqui ter em mente que o "fora", o "distante" e o "exterior" não dizem respeito "[...] somente a uma concepção geográfica e uma fronteira espacial, mas designa um tipo de relação e ao mesmo tempo a configuração de um ponto de vista daquilo que deve estar à margem do olhar, fora do campo de visão, algo com o qual não se deve ter contato visual, tampouco físico".

Aliás, muito desta negatividade do sentido conferido à ideia de lixo contribuiu para sua assepsização quando dos esforços por modificar a terminologia adotada (e com isso "limpar" seu significado pejorativo) para se referir ao local onde se depositam objetos provenientes do consumo humano, sendo estes rebatizados nos anos 1980 e popularizados nas décadas seguintes como "rejeitos" e "resíduos sólidos". Processo esse em que a normalidade socialmente aceita do "lixão" como simples lugar onde se deposita lixo passa a ser pública, científica, administrativa e legalmente contestada, vista como ecologicamente inadequada e associada à imagem de algo "sujo, nojento, repulsivo"⁸, causador de "graves problemas à saúde pública"⁹, tida juridicamente como atividade "irregular" e, por fim, contraposta a sua alternativa tecnicamente neutra, eficiente e segura: o "aterro sanitário", lugar "seguro" e cujos "resíduos" são "adequadamente controlado". Local cujo acesso e uso direto, ao contrário da maioria dos lixões e de modo idêntico ao de uma mina, é geralmente vedado ou então bastante restrito ao público em geral e aos catadores em particular (para sua própria "segurança"), devendo ser "racionalmente" gerenciado por empresas devidamente autorizadas e certificadas para tal.

De fato, uma característica peculiar, no caso de Santa Tecla, é que lá se destacam, entre outras atividades que serão descritas mais adiante, duas delas que correspondem respectivamente ao início e ao fim das complexas cadeias que conformam a circulação de mercadorias no sistema capitalista e que se juntam para ser executadas numa mesma "zona de sacrifício": de um lado, a exploração de matéria prima através da extração de minério, atividade que está na base de toda produção mercantil, da acumulação de capital e, portanto, da própria existência da sociedade industrial contemporânea tal como se organiza e estrutura hoje; de outro, a deposição final de lixo urbano através da implantação de aterros sanitários¹⁰.

habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos".

⁸ Para uma discussão concisa sobre os significados do lixo, ver Lima (2015), trabalho em que a autora realiza uma etnografia centrada no universo dos catadores de materiais recicláveis de Jardim Gramacho, conhecido lixão da região metropolitana do Rio de Janeiro, hoje desativado.

⁹ Ver Andreoli et. al. (2014, p.533).

¹⁰ Esses empreendimentos normalmente não desistem e esperam por mudanças conjunturais até conseguir o licenciamento e implementar seus projetos, o que vem ocorrendo com Santa Tecla, que resistiu a implantação

Ou seja, se de Santa Tecla extrai-se algo socialmente percebido como valioso, útil, necessário e mesmo indispensável ao modo de vida ocidental, a ela retorna aquilo que esta mesma sociedade vê como desprezível, indesejável, tóxico, maléfico, nocivo, perigoso, algo que, após ser rejeitado, descartado e, para usar o termo de Carolina de Jesus recém citado, “despejado”, deve permanecer longe do convívio social: o lixo. Intrigante paradoxo este vivido pelas pessoas que lá moram, que veem a extração permanente de algo precioso e socialmente necessário retornar silenciosa e sorrateiramente como danoso e prejudicial às suas próprias vidas.

Contudo e a despeito das diferenças, salvo a avaliação geral vinda do senso-comum, qualitativamente ambas as atividades (mineração e deposição de lixo/resíduo) estão mais próximas do que se imagina tanto quanto aos danos ecológicos (reais ou potenciais) a elas vinculados como no que se refere aos transtornos materiais, psicológicos e aos riscos à saúde sofridos por quem vive e resiste ao que delas resulta¹¹. Para começar, se a riqueza mineral extraída pela mineração de pedras simplesmente escoar para fora de Santa Tecla, escorregando rapidamente por seu território através do fluxo intenso e ininterrupto de caminhões cujo trânsito, além da insegurança proveniente do perigo de acidentes, termina por precarizar as estradas existentes, tornando-as por vezes intransitáveis, a pobreza dos objetos considerados inúteis ou sem valor - normalmente associados a algo "nojento" (LIMA, 2015) - numa sociedade de consumo como a brasileira retornam com a mesma rapidez e constância também através de caminhões cheios de lixo.

Ademais, tanto a extração e beneficiamento de matérias primas e sua posterior transformação em mercadorias como a geração de resíduos a serem descartados advindos desse processo trazem subjacente à lógica do crescimento *ad infinitum* da produção mercantil e o *ethos* consumista a ele associado. Ambos (lógica e *ethos*) são não só incentivados e vistos como benéficos por empresas, governos, corporações e organismos multilaterais que financiam projetos de desenvolvimento, mas, paradoxalmente, como o meio pelo qual

de um mega aterro, mas não escapou da implantação de um aterro industrial na região, como será visto mais adiante. Por outro lado, quando as empresas e consórcios envolvidos desistem de transformar determinado lugar em um grande depósito de lixo urbano, geralmente isso significa (sentencia) que já há, no horizonte de seu planejamento estratégico, outro local que virá a ser também assombrado com a possibilidade de materialização do empreendimento.

¹¹ Como se verá, os riscos e danos ecológicos e injustiças sociais vão além da geração e manutenção da baixa qualidade de vida vinculada à poluição, do pavor daqueles que estão próximos à área de detonações de serem atingidos em suas residências pelas rochas e do temor pelo armazenamento de grande quantidade de explosivos, o que sujeita essas pessoas a pressão constante, numa espécie de terrorismo psicológico. Também o cerceamento de atividades produtivas e do simples desfrutar dos sítios de lazer - que essencialmente antagonizam com as atividades de mineração e aterro sanitário e implicam em perdas, que não se restringe a depreciação de seus imóveis.

resultaria uma melhoria da qualidade de vida das pessoas e a possibilidade de atenuar e remediar - via avanço tecnológico, racionalização do processo produtivo, inovações institucionais - as chamadas "externalidades ambientais negativas" (ACSELRAD, 1994). Não à toa, portanto, que uma "solução" encontrada para as chamadas "áreas degradadas" pela mineração (como antigas pedreiras e locais de extração de carvão mineral) tem sido a instalação de "modernos"¹² aterros sanitários, juntando-se assim num mesmo local as duas pontas localizadas mais à jusante e à montante do processo de produção, circulação e consumo capitalistas resultantes dos ditos "modelos de desenvolvimento"¹³.

Disso resulta a reiteração permanente:

- a) do dogma acerca do imperativo do progresso/crescimento econômico;
- b) do discurso da "modernização" (produtiva, institucional, gerencial etc.) visando garantir "racionalidade" ao funcionamento dos mercados e suas "falhas";
- c) da crença salvacionista no avanço da ciência, da técnica e cujo resultado mais visível seria o investimento em inovações e tecnologias "limpas";
- d) além, claro, do direito inviolável à "liberdade de escolha" do consumidor que, cada vez mais "ambientalmente consciente", passaria a adquirir mercadorias "ecologicamente sustentáveis".

Conforme aponta Leff (2006, p.5), sejam gestados por interesses privados representados por corporações, capital financeiro, *clusters* econômicos - estejam estes associados ou não a órgãos e empresas estatais - ou então elaborados, financiados e executados direta e exclusivamente através da ação e incentivo do Estado, trata-se de produzir e fazer valer como verdade "[...] un saber sobre las formas de apropiación del mundo y de la naturaleza a través de las relaciones de poder que se han inscrito em las formas dominantes de conocimiento". Como seria de esperar, a população da localidade de Santa

¹² De acordo com os manuais técnicos e inúmeros trabalhos acadêmicos, o aterro sanitário representa a modernidade, representada pelo uso de "tecnologia de ponta", capaz de não somente mitigar, mas de recuperar áreas degradadas, prometendo aquilo que parece ser impossível cumprir: "[...] o aterro sanitário é uma das técnicas mais seguras e de menor custo para a disposição final dos resíduos sólidos urbanos. Fundamentado em critérios de engenharia e normas técnicas específicas, permite confinar tais resíduos de uma forma mais segura, controlar a poluição ambiental e proteger a saúde pública" (FEAM, 2006, p.7).

¹³ Conforme Gerhardt (2017, p.5), "[...] a despeito das diferentes conceituações existentes, sobre os usos e a operacionalização da noção de 'desenvolvimento' (e suas versões "neo"), esta, ao ser desta forma nomeada, interpretada e repercutida, produz um universo discurso auto-referente que, por um lado, cria sua própria existência e sua necessidade, passando-se não só a falar sobre, mas sobretudo a ter que defini-lo, caracterizá-lo, explicá-lo, justificá-lo e, no limite, enaltecê-lo ou, ao contrário, criticá-lo. Por outro lado, esta mesma criação se traduz em um conjunto de objetivos, orientações, diretrizes, políticas, normatizações, programas, projetos e ações que repercutem e se materializam em diferentes localidades (como no caso de Santa Tecla) de diferentes formas (pois, embora tragam contidos objetivos comuns e tenham um *modus operandi* semelhante, precisam ser adaptados a contextos muito diversos e específicos)".

Tecla não foge a este contexto mais amplo, tendo sido de forma recorrente alvo, vítima e, em se tratando da indústria do lixo, depósito (um “quarto de despejo”, diria Carolina de Jesus – ver nota 7) de empreendimentos de grande porte e monta, com comprometimentos ecológicos que implicam em uma série de angústias e prejuízos de ordem material e imaterial.

Sem contar que, caracterizando-se novamente como "zona de sacrifício", as atividades econômicas ali presentes, além da mineração e do aterro/lixão, incluem ainda um gasoduto e o operação de diversas indústrias poluentes, como fábrica de fraldas e de postes de cimento. Para a comunidade local, a contrapartida desses investimentos vem com:

- a) a baixa qualidade de vida, ou melhor, a produção deste rebaixamento;
- b) a exposição da saúde das pessoas aos riscos potenciais envolvendo diversos tipos de doenças (incluindo aquelas de caráter emocional e psicológico);
- c) a depreciação de imóveis (agora cercados por lixo e minas);
- d) perdas de produção (pela restrição parcial ou completa das atividades agrícolas);
- e) além de ter de conviver com o estigma negativo vinculado ao lixão/aterro, com seus odores e chorume¹⁴ lançados no ar, na terra, nos rios, arroios e córregos.

Em suma, apesar das belezas naturais, da riqueza dos aquíferos, dos remanescentes de Mata Atlântica e da intensa vida social caracterizada por vínculos baseados em laços de solidariedade e tradições regionais e de caráter popular, Santa Tecla tem sido marcada pela degradação ambiental produzida por tais empreendimentos, pela geração de um permanente estado de ansiedade coletiva diante do cenário existente e das perspectivas futuras, pelo descaso (premeditado e intencional) ou pela parcialidade da ação do poder público frente às demandas locais quando contrapostas aos interesses econômicos das empresas que lá atuam.

2.2 AMBIENTALIZAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIAIS E IDEOLOGIA/UTOPIA DO DESENVOLVIMENTO

Nas últimas décadas do séc. XX e início do XXI, denúncias de problemas decorrentes da produção industrial, do avanço tecnológico e da utilização abusiva da natureza vista como simples fornecedora de "serviços" e "recursos" naturais passaram a ser frequentes no Brasil. Associadas ao paradigma desenvolvimentista adotado nos anos 1970, suas limitações no que se refere aos aspectos ambientais e sociais se tornaram cada vez mais visíveis e, principalmente, reconhecíveis, o que levou ao seu questionamento em meio à crise

¹⁴ Líquido produzido a partir da decomposição de resíduos orgânicos provenientes do lixo.

do sistema capitalista das décadas de 1980/90, quando foi imposto aos “[...] países devedores políticas neoliberais, que consistiam em diminuição do papel do Estado, privatizações, desregulamentações e abertura comercial” (CANO, 1999, p.299).

Porém, a proposta original contida na ideia de desenvolvimento já era por si só paradoxal desde os anos 1950, pois instiga a exploração predatória e ilimitada da natureza ao mesmo tempo em que compromete a alimentação da cadeia produtiva ao gerar escassez. Ainda que, de fato, no curto e médio prazos tal escassez possa ser convertida em novas "oportunidades de negócios" e "ampliação de mercados", se pensada num contexto histórico mais amplo e estando ela baseada no crescimento do consumo, acaba por se auto inviabilizar no interior do próprio sistema ao provocar, dentro da ótica capitalista, destruição dos recursos naturais e degradação ambiental. Segundo Fleury; Almeida; Premebida (2014, p.41),

[...] os resíduos do processo produtivo estariam crescendo numa expropriação ecológica do estoque planetário de alimentos, ar, água, gerando e difundindo novos riscos objetivos (químicos, nucleares, biogenéticos) que seriam produzidos industrialmente, externalizados economicamente, individualizados juridicamente, legitimados cientificamente e minimizados politicamente.

Como resposta a este problema (que, a depender do espectro ideológico, é classificado como "falha", portanto, algo que poderia ser “corrigido”) aplica-se “mais do mesmo”, no sentido de creditar novamente à ciência e ao avanço tecnológico o condão mágico com poder de reverter tal cenário, estando entre as alternativas aquelas que passam pela valoração e precificação da natureza (MORENO, 2016). De acordo com Zhouri (2010, p.14),

[...] propostas que visam a eficiência energética material na produção, o desenvolvimento de novas mercadorias 'ecologicamente corretas', o desenvolvimento de mecanismos de mercado (certificação ambiental, mercado de carbono) e melhoramento das condições de trabalho, sempre encaixada numa racionalidade produtiva que visa à abertura de novos mercados.

À artificialização da natureza a partir de inovações tecnológicas - processo identificado já no início dos anos 1990 por Goodman; Sorj; Wilkinson (2008) como apropriação e substitucionismo - se juntam mecanismos de mitigação e medidas de compensação que operam como uma espécie de tecnologia “reversa”. Conforme Moreno (2012, p.7), “[...] é tudo uma questão de compensação: quem polui demais, em vez de reduzir os danos (o que sai muito caro), paga (mais barato) para que outrem polua ou desmate menos e as contas se equilibrem no zero a zero. Economicamente, todos ganham, menos o clima e o meio ambiente”. E, como preconiza Redclifit (2002, p.134), “[...] a invenção da necessidade

de um manejo global do meio ambiente se fundamenta, em parte, no pressuposto de que ele ajudaria a corrigir as anomalias da economia e da política comercial”. Já Zhouiri (2010, p.6) salienta que a alegação exaustivamente reproduzida pelo *mainstream* propugna que “[...] as questões relativas à poluição/contaminação podem muitas vezes ser solucionada através de meios técnicos, dentro da lógica da modernização ecológica, (substituição de produtos cancerígenos, instalações de filtros ou técnicas de tratamento de água, esgoto, etc.)”.

Porém, a ciência, através da tecnologia, doura a pílula que traz o “veneno e o remédio” dentro do mesmo pacote, produzindo e demandando novos produtos e mercados sem tocar no cerne daquilo que gera as ditas "externalidades ambientais": a criação, por parte dos agentes de mercado, de novas e infinitas necessidades individuais e coletivas as quais requerem, por sua vez, o crescimento desmedido da produção e consumo de matérias-primas, bens e serviços que, por fim, precisam em algum momento ser descartados e receber algum tipo de destino (sendo que entre eles estão lixões e aterros sanitários). Por trás desse movimento ao infinito está a separação ontológica entre sociedade e natureza, iniciada no período cientificista do séc. XVIII e que leva a supremacia da ciência sobre o conhecimento tradicional e a desestruturação de acordos de uso coletivo do meio e de regras costumeiras de convívio baseados na experiência cotidiana e na produção de um senso comum vivido e compartilhado no mundo concreto das relações comunitárias e/ou face-a-face.

Assim, a ciência, ao ser capturada dentro da lógica capitalista e ao tomar o lugar da religião como centro irradiador de nossas certezas, do que nos traz segurança, de como funciona o mundo mundano e do que daí deve ser feito, fez com que a produção de inovações tecnológicas ganhasse um caráter teleológico de um fim preso em si mesmo e cujo sinal é sempre positivo e genericamente benéfico. Essa separação socialmente construída - assim como o meio ambiente enquanto valor e patrimônio social e os problemas ambientais como questão pública - passa a fazer parte do agir e do pensar de uma diversidade de atores sociais, como cientistas, industriais, políticos, funcionários públicos, jornalistas e ativistas ambientais (HANNIGAN, 1997), mas também de grupos subalternos que veem na defesa de um meio ambiente que lhes é próximo (da "sua natureza" tal como eles a concebem) um modo de se contrapor a expropriação por eles vivida (MARTINEZ-ALLIER, 2007).

Disto se tem como resultado um fenômeno identificado por Leite Lopes (2006, p.3) como “ambientalização dos conflitos sociais” e que está intimamente vinculado à construção do meio ambiente como “uma nova questão social, uma nova questão pública”, fenômeno que já havia sido percebido anteriormente por Hannigan (1997) e mais recentemente por Gerhardt (2005). Em síntese, se trata de um movimento de construção e inclusão da

"problemática ambiental" (que não deixa de ser um recorte circunscrito e mediado pelas ciências biológicas e que a distância da polissêmica ideia de natureza) nas esferas públicas ao ser tomada agora também como "questão social" que precisa receber a devida atenção. Ocorre que, para Leite Lopes (2006), tal ambientalização levou a uma reelaboração e transformação comportamental, cognitiva, institucional e ética da chamada sociedade civil organizada, do meio empresarial, do próprio Estado e todo aparelho institucional e burocrático-administrativo que permite seu funcionamento, chegando por fim ao âmbito doméstico, familiar e individual¹⁵.

Ainda segundo Leite Lopes (2006), a origem urbano-industrial do processo de ambientalização dos conflitos sociais está associada às revoluções industriais e ao sistema capitalista. Para ele o processo de devastação da Amazônia é sintomático à pressão pela diminuição do ímpeto industrial associado às exigências da legislação ambiental e trabalhista e a sujeição de empresas à fiscalização: "[...] desse processo surgem mecanismos de defesa estatais como as agências, as leis e normatizações ambientais; a reconversão de profissionais às novas questões ambientais, assim como novos profissionais" (LEITE LOPES, 2006, p.50). Contudo, como reação a tais restrições, o capital se expande onde há maior flexibilidade e menor rigor nas aplicações dessas leis, como ocorreu com a expansão das fronteiras agrícolas no norte do país. Nesse processo se legitimam diversos interesses que não são dos estratos sociais economicamente mais frágeis, que tanto podem ser penalizados como favorecidos através de políticas públicas.

Assim, aquilo que hoje se reconhece como meio ambiente, ao mesmo tempo em que ganha materialidade e força simbólica, passa por um processo subjetivo de internalização coletiva de sua importância enquanto bem comum (por isso dito "de todos", "do país", "da sociedade", "da humanidade"), algo com valor social que, por essa razão, precisa ser "cuidado", "protegido". Por outro lado, isso se dá dentro de uma crescente institucionalização da problemática ambiental enquanto questão, ou seja, de criação de mecanismos que permitirão gerir, controlar e disciplinar com se dará esse cuidado (essa "preservação", "conservação") com o meio ambiente e, eventualmente, punir, caso ele não seja respeitado. Nesse sentido, o meio ambiente enquanto realidade ao mesmo tempo concreta e imaginada de

¹⁵ Já segundo Acsehrad (2010, p.103), "[...] ambientalização pode designar tanto o processo de adoção de um discurso ambiental genérico por parte dos diferentes grupos sociais, como a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas etc."

certo modo une as pessoas¹⁶, não só pelo fato de que todos o reconhecem como algo tangível e fazem algum tipo de uso deste, mas também porque, em torno da aceitação de que ele deve ser cuidado/preservado/gerido, conformam-se leis, normas e regras gerais de comportamento que deverão ser iguais e coletivamente obedecidas. O que implica, por sua vez, reconhecer que sua operacionalização como bem comum, bem como a delimitação de tudo o que isto implica em termos jurídicos e técnico-administrativos se dá no campo da política, das relações de poder, dos mecanismos ideológicos de dominação e de como se organiza e está desigualmente dividida a sociedade como um todo.

Daí o caráter controverso e sempre mutável da dita "problemática ambiental", visto que suas potenciais "questões", ao menos desde o final dos anos 1970 e início da década de 1980, passam a desempenhar papel significativo na vida diária das pessoas, produzindo relações sociais inéditas e gerando novas institucionalidades. É o caso da criação de novos órgãos (ambientais), de toda uma legislação (ambiental) e da especialização de profissionais do campo jurídico (como a de procuradores especializados em temas concernentes ao meio ambiente). Da mesma forma, também grupos, organizações e movimentos sociais bastante diferenciados como indígenas, quilombolas, camponeses, agricultores familiares em geral e moradores de periferias urbanas acabaram não só por se apropriar do discurso, mas construir seu próprio discurso em relação a temas diretamente ligados ao processo de ambientalização e que vão desde políticas de preservação-conservação ambiental até propostas concretas de "desenvolvimento sustentável". Como resultado, conforme Gerhardt (2013, p.4),

[...] ao longo da década de 1990 o sentido daquilo que era até então visto como conflito ambiental - associado às lutas por proteção à natureza, contra a poluição do ar, contaminação de recursos hídricos, destruição de ecossistemas e florestas, perda de biodiversidade, etc. - se ampliou de modo a incorporar, como sujeitos ativos, as próprias pessoas que mais sofrem com os impactos causados por grandes projetos de desenvolvimento.

Segundo Leite Lopes (2006, p.36), este movimento que leva à ambientalização inicia já na década de 1970, com o crescimento "[...] da esfera institucional do meio ambiente; associada aos [...] conflitos sociais ao nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas". E, no que se refere ao mercado, é nos anos 1980 que este também começa a se "ambientalizar", sobretudo com a apropriação por parte das empresas, da noção de

¹⁶ Aqui a dimensão de grupo varia bastante conforme o contexto, podendo abarcar uma mesma cultura (por exemplo, dos Yanomami), um grupo de pessoas que se organiza politicamente (como o movimento Xô Lixão), uma sociedade organizada como Estado-Nação (Brasil) ou então, numa leitura preferida de especialistas vindos das ciências naturais, uma mesma espécie do reino animal (*homo sapiens*) e que genericamente se conhece por humanidade.

"sustentabilidade", introduzida e propagada pelo conhecido Relatório de Brundtland¹⁷ (1987) e sedimentada alguns anos mais tarde após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro. De fato, conforme Malagodi (2013, p.4), “[...] o ideário da 'sustentabilidade', polemicamente consagrado na Rio-92, vem desde então sendo utilizado como importante combustível da renovação da própria lógica capitalista”.

Desde então tal ideário e todo o léxico que o acompanha vem sendo utilizado de forma estratégica e apelativa por governos, empresas e organizações multilaterais (como Banco Mundial, Organização das Nações Unidas (ONU) etc.). Segundo estes, a busca pela chamada "sustentabilidade ampliada"¹⁸ (MELLO, 2006, p.81) - cuja efetividade vem acoplada à retórica da "eficiência", da "boa governança", das "boas práticas", da "responsabilidade socioambiental", da "educação ambiental" e da "gestão racional" dos recursos naturais - permitiria levar, paradoxalmente, a uma maior e pretensa "inclusão social" (GERHARDT, 2014). Sem questionar o sistema produtivo e os pressupostos que o sustentam, o crescente "esverdeamento" da economia (daí o eufemismo contido na expressão "economia verde"), maquiada pela retórica da sustentabilidade, acaba por legitimar a continuidade do paradigma do crescimento econômico *ad infinitum*, alicerçado que está na perpetuação de relações assimétricas de poder nos âmbitos local e global.

Como bem notou Leite Lopes (2006, p.32), “[...] a medida mesmo que a temática se impõe e o movimento avança, os empreendedores, eles próprios causadores principais da degradação ambiental, também se apropriam da crítica à sua atuação e procuram usá-la”. Na mesma linha, para Zhouri (2010, p.14) o meio empresarial passa a se utilizar deste suposto esverdeamento, alegando representar ele o “[...] casamento feliz entre a economia e a ecologia”. Assim, em seu esforço por se “ambientalizar”, o sistema econômico capitalista incorpora, se apropria e significa (dá sentido) a bandeira da sustentabilidade, passando inclusive a ditar o que seria “ecologicamente correto” em termos de práticas, ações, condutas

¹⁷ Relatório elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), o qual faz uma crítica ao modelo desenvolvimentista e alerta para a escassez dos recursos naturais.

¹⁸ Após várias críticas em relação ao reducionismo por trás da noção de sustentabilidade que vinha sendo adotada até a Rio-92 - que tendia a só levar em conta "concepções estritamente ecossistêmicas" (MELLO, 2006, p.83) -, a conhecida Agenda 21 ampliou sua definição, dividindo-a em quatro novas dimensões: "sustentabilidade ambiental", "sustentabilidade social", "sustentabilidade política", "sustentabilidade econômica". Contudo, como notou Mello (2016, p.83), ainda assim a noção de sustentabilidade ampliada, "[...] pressupõe existir uma separação entre ecologia e justiça social, entre sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social. Os objetivos da justiça social, nesta ótica, se somariam aos objetivos materiais da prudência ecológica, determináveis em si, separadamente de suas formas sociais".

e via mecanismos de mercado, tais como exigência de certificação ambiental e regulamentação de um mercado de carbono.

Tais certificados e regulamentações, todavia, são justamente o que de fato possibilita aos empreendimentos a continuidade de suas atividades poluidoras mediante pagamento pelas "boas práticas" adotadas como as "emissões evitadas" ou o sequestro de carbono (MORENO, 2012; MORENO; SPEICH; FUHR, 2016). Segundo estes últimos, "[...] o discurso ambiental dominante é a motivação econômica de dar um 'preço ao carbono' e em torno desta premissa básica é possível então se ter orçamentos de carbono, metas de carbono, mercados de carbono e direitos de carbono como uma commodity comercializável". Com isso, como sintetiza Acselrad (2010, p.109), "[...] uma revolução da eficiência é evocada para economizar o planeta, dando preço ao que não tem preço".

Já no caso da ambientalização dos movimentos sociais, em grande medida no Brasil tal processo se insere no contexto da reabertura política e redemocratização vividos na década de 1980/90, quando ocorre uma ampliação das lutas e reivindicações de uma diversidade de grupos sociais até então invisibilizados ou impossibilitados de se auto-representarem enquanto força política e/ou grupo culturalmente diferenciado. Somam-se a isso os novos arranjos político-econômicos que se apresentam com o fim da Guerra Fria, queda do sistema comunista na ex-URSS, reconfigurações geopolíticas regionais (Mercado Comum do Sul - Mercosul), a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), bem como um ambiente interno de crônica e permanente crise econômica e implantação de políticas neoliberais (no Brasil, sobretudo após 1994).

Acselrad (2004), Leite Lopes (2006) e Zhouri (2010) analisam a resistência à implantação de obras que comprometam o ambiente, evidenciando a dialética do paradigma desenvolvimentista. Segundo Zhouri (2010, p.15), que aborda os conflitos ambientais com ênfase nos embates que se desdobram em razão da "adequação ambiental", a proliferação de grandes obras no Brasil ficou bastante evidente através do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), quando foram retomados projetos de infraestrutura, como hidrelétricas, hidrovias, rodovias, portos, entre outros, ao longo dos antigos eixos de desenvolvimento. Para esses autores não existe equidade ambiental e social em razão de apropriações desiguais da natureza pelo capital e que levam ao confronto de interesses econômicos, oriundos do modelo de desenvolvimento atual.

Ocorre que, conforme Leite Lopes (2006), com o neologismo "ambientalização dos conflitos" o autor pretende definir também um deslocamento qualitativo das disputas já existentes no âmbito trabalhista, agrário, enfim, social, as quais passam a migrar (ao menos

parcialmente) para o campo das disputas ambientais. Esses movimentos podem estar relacionados ao uso e à posse da terra e a reivindicações sociais que passam pelo modo como as pessoas vivem e vão capitalizar a questão ambiental, apropriando-se dessa bandeira e engajando-se em novas lutas. Paralelamente, segundo Acsehrad (2004, 2010, 2011), Zhouri (2010) e o também Leite Lopes (2006), as consequências sociais de grandes obras referendadas pela “ideologia/utopia do desenvolvimento” (LINS RIBEIRO, 2008), ao começar a ser percebidas como transversais aos impactos estritamente ecológicos por elas ocasionados (que vão da poluição do ar, contaminação de recursos hídricos, erosão de solos e assoreamento de rios ao chamado "aquecimento global"), ganham não só maior visibilidade, mas tratamento institucional¹⁹. Conforme aponta novamente Leite Lopes (2006, p, 32), neste momento “[...] tanto trabalhadores quanto partes das populações atingidas por danos ambientais passam a utilizar-se também da questão ambiental como repertório de seus interesses e reivindicações”.

No que se refere ao atual contexto brasileiro, passada a avalanche neoliberal dos anos 1990 (que a partir de meados de 2016 parece retornar com força), nos últimos dez a doze anos foram retomados e elaborados uma série de projetos e grandes obras, na sua maioria geridos em "parceria" (chamadas PPPs), como "concessão" ou de forma "consorciada" entre Estado e iniciativa privada. Ao mesmo tempo, a desigualdade na distribuição do ônus e dos riscos ambientais decorrentes destes empreendimentos (ou seja, por parte de quem mais está exposto às tais "externalidades") caracteriza um quadro de injustiça ambiental (ACSELRAD, 2004). Porém, ocorre que tais injustiças muitas vezes desencadeiam processos que levam à constituição de grupos mais ou menos organizados ou então que se mobilizam e se articulam de algum modo questionando tal situação ao pô-la na agenda pública. Segundo Acsehrad (2011, p.44),

[...] injustiça ambiental é o processo pelo qual o processo de implementação de políticas ambientais, ou a omissão de tais políticas ante a ação seletiva das forças de mercado, cria impactos socialmente desproporcionais, intencionais ou não intencionais, concentrando os riscos ambientais sobre os mais pobres e os benefícios para os mais ricos.

¹⁹ Exemplo típico deste fenômeno encontra-se na reivindicação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) por uma política específica para este grupo social, por eles definida como "Política Nacional de Direitos dos Atingidos por Barragens" (PNAB). Para os pontos reivindicados pelo MAB, ver <http://www.mabnacional.org.br/noticia/mab-entrega-proposta-pol-tica-direitos-dos-atingidos-senadores>.

Como consequência, tem-se a emergência de conflitos ambientais relacionados à contestação sobre a desigual apropriação/uso de territórios e repartição da riqueza (no seu sentido amplo, portanto não restrito ao âmbito financeiro) contida nos elementos (materiais e imateriais) que conformam um tipo específico de "natureza" (incluído seus "recursos") localmente significada.

Por outro lado, como sintetiza Acselrad (2010, p.103), conforma-se um confronto entre concepções diferenciadas do que representa a natureza, de como se avalia a importância do meio ambiente e de como se mobilizam seus significados. Em meio a tais "[...] disputas em que diferentes atores sociais ambientalizam seus discursos, ações coletivas são esboçadas na constituição de conflitos sociais, incidentes sobre esses novos objetos, seja questionando os padrões técnicos de apropriação do território e seus recursos, seja contestando a distribuição de poder sobre eles" (ACSELRAD, 2010, p.103). Aí entra em conflito uma miríade de interesses e reivindicações, dele participando grupos sociais e pessoas que se veem constrangidos por grandes empreendimentos e que passam a ter que interagir, confrontar ou negociar com o aparelho estatal (sobretudo a máquina administrativa governamental), setores empresariais (públicos e privados) e a sociedade civil organizada (na forma de ONGs, OSCIPs, (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), associações, cooperativas, coletivos, sindicatos, etc.).

No caso desta última, encontram-se tanto vertentes ambientalistas cuja trajetória está ligada mais à proteção da natureza em si ou a finalidades de caráter pragmático (voltado à descoberta de soluções técnicas ou elaboração de políticas públicas), como as surgidas diretamente dos movimentos sociais e que acabaram por se ambientalizar ou, nos termos de Martinez-Alier (2007), se "ecologizar". É deste último movimento que sobrevivem as demandas por equidade e justiça ambiental, as quais nascem da percepção de que tanto a proteção ambiental é desigual como há uma maior exposição aos riscos ecológicos de grupos com pouco poder econômico e influência política aos riscos ambientais embutidos nos chamados "projetos de desenvolvimento" (ACSELRAD, 2011, p.2). Estes, reforçando uma lógica perversa, mais do que simplesmente "atingir" populações "socialmente vulneráveis" (aos impactos causados), produzem e/ou reforçam através de suas iniciativas a própria vulnerabilidade, na medida em que as pessoas passam a ter que conviver com "alternativas infernais" (ver adiante) advindas da chegada do empreendimento.

E aqui não se pode desconsiderar o fato de que a pressão exercida por movimentos ambientalistas internacionais e nacionais de diversas matizes, alcance e orientação político-ideológica também contribuiu para que o ambiente, enquanto construção social, se tornasse

pauta pública e fosse inserido na agenda governamental. Desde então, problemas e questões sociais são trazidos e transpostos para a esfera ambiental que, ao ser reconhecida como tal, ganha relativa autonomia enquanto campo legítimo de disputa (CARVALHO, 2001), estando no centro deste a elaboração de leis, normas, ações, diretrizes, projetos e políticas agora nomeadas "ambientais". Neste sentido, instaura-se uma concorrência por dizer sobre o meio ambiente entre diferentes interesses políticos, econômicos, instituições e segmentos da sociedade, que passam a competir pela elaboração e execução de políticas públicas (ambientais). Porém, como esta nova "arena pública" (FUKS, 1998) é construída e se sustenta a partir do exercício assimétrico do poder (de definir, classificar e propor) entre quem nele atua e quem luta por ao menos participar minimamente, produz-se um não-lugar ou então um lugar acessório - invisível, diria Acselrad (2001); "participativo", diriam empresas interessadas e suas "entidades-satélites" (GERHARDT, 2013). Estes não-lugares ("participativos") são então destinados a grupos sociais que, a despeito de serem os mais afetados pelas decisões tomadas, sofrem com os dolos ambientais tanto no que tange à apropriação desigual da natureza, quanto à socialização dos ônus desta.

Trata-se, portanto, de um processo específico e de caráter distributivo de produção da "desigualdade ambiental" em que, conforme Acselrad (2010, p.109), "[...] os riscos ambientais se diferenciam e "são diferenciados e desigualmente distribuídos, dada a diferente capacidade de os grupos sociais escaparem aos efeitos das fontes de tais riscos". Ao mesmo tempo, a apropriação do discurso ambiental gera uma demanda pela produção de peritos e todo um aparato institucional de legitimação para lidar com tais riscos, segundo Beck (2011), oriundos de um processo de modernização em que a sociedade convive simultaneamente com os riscos, os quais são naturalizados. Nesse processo, a ciência e seus *experts* ocupam e desempenham papel fundamental no que se refere à legitimação da gestão do risco, com a apropriação política da natureza e de como encaminhar questões a ela relativas, levando a sua aceitação como algo inevitável.

Contudo, ao pôr em evidência a desigualdade distributiva e os múltiplos sentidos atribuídos à natureza (incluído toda base material que sustenta a vida humana), abre-se espaço para a percepção e a denúncia de que o ambiente (construído) de certos sujeitos sociais prevalece sobre o de outros, fazendo surgir o que se veio denominar "conflitos ambientais" (ACSELRAD, 2010, p, 109). Ainda segundo o autor (2004, p.15), "[...] base da produção de diferenciação social, a desigual distribuição de poder sobre os recursos configura assim as diversas formas sociais de apropriação do mundo material".

Já para Zhouri (2010, p.18), conflitos ambientais ou socioambientais podem ser de diferentes matizes, no caso: territoriais, espaciais e distributivos, os quais “[...] indicam graves desigualdades sociais em torno do acesso e da utilização dos recursos naturais”. Entre os conflitos distributivos, estão aqueles relacionados à água, às florestas, à exploração de minérios, à posse e uso do solo (terra) e subsolo. Quanto aos conflitos espaciais, estes se vinculam aos efeitos ou impactos provenientes, por exemplo, da poluição do ar e da água, mudanças climáticas, poluição industrial, lixo tóxico (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p.21). Ainda segundo os autores, os conflitos ambientais também podem ser territoriais, quando “[...] existem sobreposições de reivindicações de diversos segmentos sociais portadoras de identidades e lógicas culturais diferenciadas sobre o mesmo recorte espacial” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p.23).

Atualmente, os conflitos de maior repercussão no país são decorrentes da exploração mineral e construção de hidrelétricas e seus respectivos lagos e barragens, sendo os casos mais conhecidos: a construção da hidrelétrica de Belo Monte no Pará (FLEURY, 2013) e o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco Mineração em Minas Gerais; seguido pela instalação e operação de indústrias como a Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) na região de Santa Cruz e a da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), ambas localizadas no RJ (LEITE LOPES, 2006), bem como pela expansão da fronteira agrícola a partir do chamado agronegócio e suas "agroestratégias" (ALMEIDA, 2010).

A todo este contexto se soma ainda um terceiro componente: a confluência entre a luta reivindicatória concreta de grupos sociais subalternos e o surgimento, entre pesquisadores e ativistas que com eles trabalham, assessoram ou militam, de novas perspectivas práticas, conceituais e interpretativas que trazem, como eixo central de análise e de ação, a noção de "justiça ambiental". Esta última, ao ajudar a impulsionar a luta por políticas públicas que venham, se não reverter, ao menos frear a produção da desigualdade ambiental, surge da criatividade estratégica de lideranças e representantes de movimentos sociais que, em diálogo com estes personagens tão diferentes (intelectuais, acadêmicos, técnicos e especialistas) e deles afastados em termos de classe social, alteraram em alguma medida a configuração de forças sociais envolvidas nas lutas ambientais e, em certas circunstâncias, produziram mudanças no aparelho estatal e regulatório responsável pela proteção ambiental²⁰.

²⁰ Exemplo emblemático dessa entrada de novos atores na arena pública conformada em torno da questão ambiental é a criação das chamadas Reservas Extrativistas, uma criação totalmente inédita dos seringueiros do Acre, os quais, em parceria com pesquisadores de diversas áreas literalmente inventaram uma outra forma de

De acordo com Acelrad (2010, p.11), os primeiros conflitos em que a noção de justiça ambiental passa a ser mobilizada ocorreram nos EUA na década de 1980, quando estudos associaram à desigualdade social e os impactos ambientais à questão racial. De fato, ela passou a ser adotada na sociologia norte-americana a partir dos estudos sobre o episódio conhecido como Love Canal, ocorrido no estado de Nova York em 1978 e envolvendo a contaminação química e exposição da população predominantemente afro-americana a produtos químicos altamente tóxicos (HERCULANO, 2001, p.215), desde então nomeado como um caso típico de “racismo ambiental”. Conforme Acelrad (2010) e a bibliografia por ele citada, tal associação está diretamente ligada à escravidão e ao passado de segregação racial, com violências que foram atualizadas e desigualdades transferidas para a esfera ambiental. Assim, conforme Herculano (2011, p.3), “[...] a distribuição espacial dos depósitos de resíduos químicos perigosos, bem como a localização de indústrias muito poluentes nada tinham de aleatório: ao contrário, se sobrepunham à distribuição territorial das etnias pobres nos Estados Unidos e a acompanhavam”.

Como resultado, o preconceito racial e as práticas de discriminação institucionalizadas, quando conjugadas à falta de equidade ambiental (UFRJ, 2011), naturalizaram a injustiça social em algumas nações como EUA e Brasil. Mas se o tratamento dado aos negros reflete relações de dominação racializadas de caráter socioeconômico, no Brasil as desigualdades produzidas pelo recorte racial se reflete também pelo viés ambiental em uma população que é de forma majoritária composta por excluídos ou marginalizados sociais com baixa representatividade política. Disto resulta que não só negros no Brasil (que sofrem com o racismo e a discriminação praticados e escamoteados pelo expediente da “democracia racial²¹”) fazem parte da população que mais está exposta aos riscos ambientais, mas também diversos grupos sociais fragilizados nas arenas de disputa pelo poder e alijados do acesso à cidadania. De fato, o racismo ambiental é aqui ainda mais abrangente e não está preso à questão da cor da pele, expandindo-se para as esferas cultural, social e étnica. Para Herculano, essa questão:

apropriação coletiva do território que não aquela baseada na propriedade privada ou na posse individual ou restrita a unidade familiar. Para saber mais sobre este processo (ver ALMEIDA, 2004).

²¹ Durante anos, após a inversão valorativa promovida por Gilberto Freyre nos anos 1930, o discurso corrente no Brasil foi o da não existência de racismo nas relações entre brancos, negros e mestiços, e que os casamentos interétnicos e a intensa miscigenação eram provas cabais desse fato. Entretanto, estudos como os de Fernandes (1978) e Nogueira (1985), realizados já nos anos 1950, deixaram claro que tal suposta congregação e harmonização racial no Brasil não se concretizou.

[...] diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais – ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas etc. que têm se defrontado com a ‘chegada do estranho’, isto é, de grandes empreendimentos desenvolvimentistas – barragens, projetos de monocultura, carcinicultura, maricultura, hidrovias e rodovias (HERCULANO, 2011, p.16).

A partir de certo momento no Brasil, relações sociais assimétricas são problematizadas e associadas às questões ambientais, levando ao surgimento do movimento por justiça ambiental e a constituição, no final dos anos 1990, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA). Nesse contexto, se a Rio-92 permitiu aos grandes interesses econômicos unificar seu discurso em torno de uma agenda comum, então batizada de "Agenda 21" (MELLO, 2009), a Eco-92 e o chamado "Fórum Global 92" (do qual participaram cerca de 10 mil Organizações Não-Governamentais) desempenhou papel essencial na evidência dos conflitos ao trazer a diversidade étnica e a articulação de novas categorias sociais responsáveis (mesmo que indiretamente) pela resistência a permanente produção de riscos ambientais.

É diante desse cenário que comunidades urbanas e rurais afetadas pela implantação desses projetos, fragilizadas em sua existência em vários aspectos, passam a lutar contra empreendimentos levadas a cabo em nome do desenvolvimento a partir da apropriação do discurso ambiental, gerando um novo tipo de conflito ligado à denúncia da ausência de equidade ambiental (UFRJ, 2011). Entre estas últimas estariam, segundo Acselrad (2010, p.114):

[...] a defesa dos direitos a uma proteção ambiental equânime contra a segregação socioterritorial e a desigualdade ambiental promovida pelo mercado; a defesa dos direitos de acesso equânime aos recursos ambientais, contra a concentração das terras férteis, das águas e do solo seguro nas mãos dos interesses econômicos fortes no mercado.

Em síntese, se a ambientalização dos conflitos está posta nas últimas duas décadas do século XX, estes hoje são fundamentais no contexto brasileiro para movimentos como dos seringueiros, ribeirinhos, povos indígenas, catadores de coco babaçu, povos da floresta, quilombolas e outras populações diretamente atingidas pelo paradigma do desenvolvimento e que pressionam por políticas públicas. É este o caso, como se verá a seguir, da comunidade de Santa Tecla e, em particular, dos integrantes do movimento Xô Lixão e dos catadores e recicladores que trabalham com o lixo urbano. Isto porque, como dito, projetos e obras desenvolvimentistas geralmente não atingem e quase nunca tem como vizinhos grupos

sociais e pessoas de alto poder aquisitivo ou vindos da classe média, mas sim integrantes das classes sociais mais baixas e economicamente desfavorecidas, o que caracteriza uma condição de injustiça ambiental e ausência de direitos (UFRJ, 2011).

2.3 CONFIGURAÇÃO DE SANTA TECLA COMO “ZONA DE SACRIFÍCIO”

Na história recente do país, a região norte possui os exemplos mais emblemáticos envolvendo “zonas de sacrifício” e a dinâmica de atração de grandes empreendimentos no nível nacional. São os casos da implantação do Projeto Grande Carajás nos anos 1970 e da construção da hidrelétrica de Tucuruí na década seguinte, quando “vários empreendimentos siderúrgicos (...) foram implantados na região, alimentando a demanda por madeira para fabricação de carvão vegetal” (ACSELRAD; SILVA, p.175, 2004). Mais recentemente, há o caso da construção da hidrelétrica de Belo Monte e a ampliação da fronteira minerária no entorno desta, “[...] com estreitas relações entre mineração e produção de energia hidrelétrica na Amazônia” (FLEURY, p.35, 2013).

Contudo, embora problemas gerados por grandes obras desenvolvimentistas - entre vários outros, aumento da violência, prostituição, perda dos meios de subsistência - se concentrem na Amazônia devido à alta incidência desses empreendimentos (FLEURY, 2013), eles ocorrem e podem ser detectados em todo o país. Tanto nestas como em outras regiões, junto com a mineração é preciso que sejam construídas rodovias, ferrovias e mineriodutos para escoar o minério; hidrelétricas e termoeletricas para abastecer com energia a atividade de extração em si; siderúrgicas e fábricas (por exemplo, de celulose) que se instalam para o processamento dos minerais; bem como portos e complexos navais para fazer com que a riqueza mineral seja exportada para outros países.

Situação a que não fogem Porto Alegre e região metropolitana, onde boa parte dos conflitos ambientais surge em torno da poluição causada pela indústria de celulose²², mineração, construção, expansão e duplicação de rodovias, implantação de aterros sanitários e outras obras de infraestrutura. Já no âmbito local, desde o final da década de 1990 a área rural de Gravataí vem se tornando um polo de atração para empreendimentos que degradam o ambiente de forma direta e indireta, os quais vão da mineração de rochas para fins diversos (e que se inicia já nos anos 1960), extração de terra vermelha, passagem do gasoduto Bolívia-

²² Que se inicia com a instalação da antiga Borregaard em 1966 e que, depois de várias transferências de seus ativos financeiros, passa a se chamar Riocell em 1975, Aracruz Celulose em 2004 e, em 2009, Celulose Riograndense.

Brasil (2010), construção do lixão/aterro (1997) e instalação, entre outras, de indústrias de fabricação de postes de concreto (2014), fraldas (2016) e ração animal (2015).

Um dos efeitos desse processo encontra-se justamente na transformação do sentido de ruralidade que povoa o imaginário local sobre Santa Tecla, a qual passa a ser cada vez mais identificada como zona industrial e periferia urbana²³. Contudo, a escolha de locais com histórico de baixa visibilidade social não é aleatória, pois, como já ressaltado, a baixa representatividade sociopolítica aliada à exclusão econômica (ACSELRAD, 2004) fazem desses locais “zonas de sacrifício”. Zonas estas onde empreendimentos - que em princípio seriam indesejáveis do ponto de vista da população afetada - se instalam e passam a atrair outros investimentos também nocivos, criando com isso um círculo vicioso difícil de ser revertido, sobretudo quando encontram baixa resistência organizada da comunidade local.

Como afirma Gerhardt (2013, p.11), “[...] trata-se do reconhecimento explícito de que, para se atingir um ‘bem maior’, teriam que existir (ou melhor, ser criadas) o que integrantes dos movimentos por justiça ambiental chamam de zonas de sacrifício”. Elas se caracterizam pela recorrência de atividades social e ecologicamente degradantes num mesmo local. Assim, ao obedecer a lógica desenvolvimentista, acaba por atingir aqueles grupos mais descapitalizados, “[...] vítimas da contaminação de espaços não diretamente produtivos – entorno de grandes empreendimentos portadores de risco e periferias das cidades onde são localizadas instalações ambientalmente indesejáveis (lixões, depósitos de lixo tóxico, etc.)” (ACSELRAD, 2010, p.114).

Segundo Santos e Dornelas (2015, p.63), com a “[...] implantação de Grandes Projetos de Desenvolvimento”, não há repasse às populações vindas de classes sociais mais baixas as benesses desses empreendimentos. No Rio Grande do Sul é exemplo de “zona de sacrifício” a cidade de Rio Grande, a qual concentra uma série de conflitos concernentes à expansão do complexo naval e portuário, iniciada em 2005. Com relação ao tema, Santos, Araújo e Machado (2013, p.92) apontam que a localização geográfica favoreceu a atração de diversos investimentos empresariais e industriais com alto potencial poluidor, elementos próprios da constituição de “zonas de sacrifício”. Segundo os autores, em termos mais amplos também a região do extremo sul do estado se caracteriza como tal, aí se somando conflitos em torno de “[...] monoculturas de soja, arroz, eucalipto, pastagens para gado, indústria de fertilizantes,

²³ Sobre as representações e o acionamento do sentido de “ruralidade” pelos poderes públicos, privados, sociedade e por habitantes rurais, ver Oliveira e Bühler (2015).

cadeia produtiva do petróleo (indústria naval e refinaria de petróleo), pesca industrial e outras” (SANTOS; ARAÚJO; MACHADO, 2013, p.198).

Santa Tecla está dentro desse quadro. Além do subsolo propício a determinadas atividades de extração mineral e deposição de resíduos, está estrategicamente localizada, pois faz divisa e dá acesso a vários municípios circunvizinhos em cuja área estão os principais consumidores (de pedras) e produtores (de lixo). Tal condição espacial atrai a mineração de rochas que abastece a construção civil, pois seu baixo valor agregado faz com que seja necessário que tal atividade esteja próxima de seus destinos, tornando o custo menor e o negócio rentável. Em contrapartida, a presença e atuação de ambas (minas e lixão) na localidade deprecia os imóveis em virtude das externalidades, tais como poluição, mau cheiro, poeira, barulho, tremores, precarização e insegurança nas estradas de acesso à localidade. Como resultado, e caracterizando o círculo vicioso já referido, os danos ecológicos somados aos constrangimentos à população, além de afastar antigos moradores e possíveis novos residentes (visto que Santa Tecla ainda possui um potencial turístico considerável), termina por atrair outros empreendimentos com potencial de geração de poluentes.

Apesar do município de Gravataí, de médio porte²⁴, ter vasta extensão rural (em torno de 342km²), a predominância das atividades econômicas está ligada a vários setores da indústria, do comércio e da prestação de serviços, com hegemonia da cidade sobre o campo (CIDADES/IBGE, 2010). No caso das áreas rurais de Gravataí, estas têm sido sistematicamente preteridas pelas políticas e poderes públicos, ampliando com isso o espectro de invisibilidade de quem lá vive. Embora sua população seja bastante heterogênea em termos étnicos, renda, origem etc., ela concentra grupos de baixo poder econômico e alta vulnerabilidade social, a exemplo dos catadores de lixo e de quem trabalha com reciclagem do mesmo. Já de acordo com Medeiros (2014, p.73), percebe-se um quadro de insegurança alimentar em Santa Tecla, caracterizado pela imprecisão na obtenção dos alimentos diários e ou “alimentação inadequada”, fruto das baixas condições socioeconômicas. Conforme o estudo, 40% das famílias de Santa Tecla gastam entre 21 e 40% de sua renda com alimentação, com “[...] relatos de dificuldades para obtenção de alimentação em 21% das famílias, sendo sua frequência referida em alguns dias do ano por 40% das famílias e em todos os dias por 30%, sendo a principal razão para a dificuldade, a falta de dinheiro”.

²⁴ Pelo censo de 2010, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são 255.660 mil habitantes, já em 2016 a estimativa da população foi de 273.742.

Como exemplifica Herculano (2011, p.6),

[...] não são apenas os trabalhadores industriais e os moradores no entorno das fábricas aqueles que pagam, com sua saúde e suas vidas, os custos das externalidades da produção das riquezas brasileiras, mas também os moradores dos subúrbios e periferias urbanas onde fica espalhado o lixo químico, os moradores das favelas desprovidas de esgotamento sanitário, os lavradores no campo, levados a consumir agrotóxicos que os envenenam, e as populações tradicionais extrativistas, progressivamente expulsas de suas terras de uso comunal.

O contexto de Santa Tecla não está descolado dessa realidade descrita pela autora. Se pensado em retrospecto, sua construção como “zona de sacrifício” inicia ainda na década de 1970, com os projetos desenvolvimentistas implementados durante a ditadura militar, entre eles sobretudo a finalização da construção da Freeway em 1973 (autopista que liga Porto Alegre ao litoral norte do estado) e, alguns anos mais tarde, a implantação de um parque industrial no município de Gravataí (que alcança seu auge com a instalação de uma fábrica de automóveis da GM em 2000). Ocorre que a chegada do discurso (e das obras) do "progresso" e da "modernização" provocou num primeiro momento um forte êxodo rural nas décadas de 1970/80, exacerbando em grande medida um quadro de desigualdade social já existente. Conforme Medeiros (2014, p.53), “[...] o aumento das atividades produtivas na cidade, como indústria, comércio e serviços, e o aumento da demanda habitacional gerado pela concentração populacional, acarreta a substituição do espaço rural pelo urbano para atender as exigências da expansão urbana”. Dessa forma, a agricultura e pecuária passaram a ter papel secundário na economia da cidade de Gravataí, visto que “[...] a urbanização impulsionada pela industrialização e estimulada pela proximidade da capital do estado foi determinante nessas transformações” (MEDEIROS, 2014, p.67).

Ao mesmo tempo, a busca por matérias primas para suprir demandas que surgem em nome do "desenvolvimento" ampliou a produção e o mercado consumidor, levando à exploração da área rural de Santa Tecla. Como resultado, o município, por sua composição do solo rico em argila e rochas, tornou-se foco de intensa atividade mineradora já na década de 1970, sendo esta historicamente o “carro chefe” da inserção da comunidade de Santa Tecla na "modernidade". Contudo, além de trazer tecnologia e gerar empregos, ela trouxe a necessidade de obras de infraestrutura básica, como o asfalto para escoamento da produção, primordial no elo de contato não só entre localidade e cidade, mas entre a extração da riqueza mineral e o mercado consumidor desta. A estrada que ligava Santa Tecla ao centro de Gravataí, até então, não era pavimentada, o transporte coletivo era parco e as distâncias percorridas demoradas ou, dependendo das chuvas, muitas vezes intransponíveis. Tais

transformações, porém, trouxeram mais recentemente um movimento migratório contrário ao fluxo campo-cidade iniciado nos anos 1970, resultado da exclusão urbana e que fez com que uma parcela dessa população pauperizada migrasse novamente também para a zona rural em busca de melhores condições de vida, produzindo novos espaços favelizados²⁵ e com assistência e atuação precária dos órgãos públicos. Segundo Medeiros (2014, p.136), “[...] apesar de Gravataí possuir Programa de Saúde da Família (PSF), localizados em zonas rurais, de acordo com a representante da Secretaria da Saúde, o município não possui projetos específicos para o meio rural”. Também há a ausência de “recursos disponíveis, como centros de referência de assistência social e unidades básicas de saúde” (MEDEIROS, 2014, p.140).

O segundo empreendimento de peso que chega para a comunidade de Santa Tecla - segundo os peritos, também supostamente atraído pela composição geológica e hidrogeomorfológica propícia - foi o aterro/lixão. Como já comentado, os conflitos ambientais gerados pela sua implementação cristalizaram relações de poder e dominação em torno da argumentação (e sua legitimidade) relativa à construção de uma "questão ambiental" cuja especificidade local passa a ser percebida por quem vive em Santa Tecla e por quem por ela circula ou ali tem algum tipo de interesse político, econômico ou mesmo afetivo.

De fato, para Hannigan (2009) a construção social do problema ambiental ocorre com o envolvimento da mídia, governo, ciência e, por fim, do público em geral. Em Santa Tecla o Estado, representado pelas prefeituras de Gravataí e Porto Alegre através da articulação de um consórcio envolvendo mais duas administrações municipais, desempenhou papel fundamental como ator, argumentador e legitimador de ações visando a conclusão/solução do lixão/aterro. Firmado entre as prefeituras de Porto Alegre, Cachoeirinha, Esteio e Gravataí - que formam parte da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), em 1998 - visando o gerenciamento e destinação do lixo/resíduo produzido por esses municípios. Entretanto, segundo Cotrim e Reichert (2000, p.2), somente a partir de 1999 o depósito de resíduos/lixo passa a operar como aterro sanitário, “recebendo 700 ton./dia por resíduos classe II”, em 12 hectares inicialmente “[...] operados e gerenciados pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre (DMLU)”. Segundo os autores, o município de Gravataí ficou responsável pela pavimentação da estrada, pelo “[...] fornecimento de energia elétrica e água potável e a manutenção da vigilância no local”, a Cachoeirinha e Esteio coube o “[...] repasse

²⁵Segundo Medeiros (2014, p.65), “Santa Tecla possui um aterro sanitário, ocasionando aglomerações de moradias de famílias, grande parte irregulares, que tem como principal renda a coleta e reciclagem do lixo”.

de custo por tonelada aterrada ao Município Sede (Gravataí)” (COTRIM; REICHERT, 2000, p.3).

Como também foi mencionado, a produção de resíduos urbano-industriais é fruto da relação dialética entre sociedade e natureza, legitimada pelo Estado, que ao mesmo tempo em que produz o risco também é quem o administra. É nesse contexto que os riscos gerados pela produção excessiva de lixo/resíduo, problema que vem se agravando nas últimas décadas, são apresentados à sociedade como possíveis de serem monitorados e controlados. No caso da formação do referido consórcio e sua pretensão de "resolver" o problema de destinação dos resíduos sólidos da RMPA, o resultado, como se verá em pormenores ao longo dos capítulos três e quatro, foi uma distribuição desigual dos riscos ambientais, com praticamente todo dolo material e imaterial assumido pela população local. Já no que se refere à atuação do Estado - sobretudo através das prefeituras de Gravataí e Porto Alegre, responsáveis pelo gerenciamento do aterro/lixão até 2003, este tem se posicionado de modo ambivalente: se num primeiro momento funciona como agenciador do empreendimento (pois sem o consórcio provavelmente o lixão/aterro teria outro destino), ao mesmo tempo passa a atuar de forma omissa com relação aos impactos causados com a sua construção, o que por sua vez termina por abrir as portas para outras atividades, tão ou mais predatórias e trazem graves problemas ambientais.

Por outro lado, o poder público municipal tem negado ou colocado em segundo plano a existência da vocação agropastoril da agricultura familiar da região. Embora haja Secretaria de Agricultura e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) no município, o corpo técnico é restrito, assim como as iniciativas no rural, se postando muitas vezes na contramão de alternativas de desenvolvimento rural que capitalizem e potencializem a paisagem natural da Mata Atlântica, bem como a cultura e tradições locais. Assim, se por um lado se posiciona de forma omissa no sentido de não ter nenhuma proposta e política direcionada à comunidade ou aos produtores rurais e com relação a práticas produtivas menos impactantes e já tradicionalmente existentes em Santa Tecla e na zona rural de Gravataí como um todo (caso da agricultura baseada no policultivo e trabalho familiar), por outro, o Estado tem sido o principal agenciador do lixão/aterro e incentivador da instalação de novas minas e outros empreendimentos que trazem problemas ambientais. Ao mesmo tempo, sua atuação ajuda a reforçar a condição e a aura de invisibilidade social de quem lá vive, ao não atender as comunidades nas suas demandas mais básicas, tendo como resultado

um transporte público extremamente precário, estradas em estado de abandono²⁶ ou péssima conservação, insegurança pública, inexistência de assistência à saúde, ausência de escola de ensino médio e escolas rurais relegadas ao ostracismo.

Quanto ao transporte, são poucas as linhas e empresas que fazem a rota para Santa Tecla. A recorrência de atrasos e irregularidades nos horários é respaldada pelas empresas de transporte público, devido às péssimas condições da estrada Henrique Closs e vicinais, muitas vezes intrafegáveis. Os horários são escassos, tanto para sair como para chegar no local, o primeiro ônibus a fazer a rota do centro de Gravataí para o bairro é da empresa Sogil e chega a Santa Tecla às 7h25min., com retorno ao centro da cidade às 8h10min. Depois, somente há ônibus para o centro às 11h, 12h e 16h, e a noite há um ônibus específico para estudantes que sai do centro de Gravataí às 23h30min. Aos sábados sai do centro do município um ônibus que chega às 8h a Santa Tecla e retorna às 9h, e somente tem outro horário ao meio dia, com retorno ao centro às 13h45min. Depois, tem um às 17h, que não retorna e vai direto para a garagem. Aos domingos, os horários são os mesmos de sábado, porém nesses dois dias há um acréscimo de uma hora e meia nos percursos com alteração no itinerário, pois os ônibus fazem outras rotas juntas²⁷.

No que se refere à segurança pública, não existe policiamento efetivo no local. Há apenas ações pontuais de policiais, como a presença de um caminhão da Brigada Militar (BM) que ficou ao lado do CTG (região central do núcleo da mineração) por alguns meses no ano de 2015, em razão dos inúmeros assaltos e mortes ocorridos. Ou então, se fazem presentes em busca de supostos criminosos, com ações de blitz a contraventores que praticaram delitos em outros municípios e se utilizam dessa zona rural como rota de fuga, devido às alternativas de acesso e ligação a vários municípios. Apesar de existir um posto da brigada construído pela comunidade e a antiga associação do bairro (Acost), em 1992, o qual era sustentado por ambos, com as despesas de luz, porém, nunca foi efetivo, pois sempre alegavam falta de Policiais Militares (PMs), dessa forma foi desativado e o prédio está abandonado, necessitando uma reforma geral. Assim, a população, quando necessita de

²⁶ Ver, em anexo, sequência de imagens da precariedade da estrada Henrique Closs e dos buracos desta, principal queixa que deflagrou em 2014 o conflito entre a comunidade e a empresa Pedra Mineração e Pavimentação e a prefeitura de Gravataí.

²⁷ Para Porto Alegre, a empresa Transcal oferece quatro horários pela manhã que saem da garagem de Cachoeirinha (somente ida) às 5h40min., 6h10min., 6h50min. e 7h40min.; já de Porto Alegre para Santa Tecla há dois horários, 18h e 19h30min. Aos sábados para ir a Porto Alegre são oferecidos os horários de 7h50min. e 9h50min. e para voltar simplesmente não tem. Algumas pessoas optam por pegar um ônibus no Morro do Paula (divisa com Santa Tecla) até São Leopoldo e de lá pegar o trem para Porto Alegre. Esses horários foram passados por uma moradora antiga na região, pois segundo relatos, os horários que estão no site das empresas não correspondem a realidade.

policciamento, fica a mercê do pequeno contingente existente no município e de sua localização distante no momento de alguma chamada.

No caso da saúde, o único posto que atende Santa Tecla está localizado no subdistrito Costa do Ipiranga, a qual Santa Tecla pertence, distante 8 km do centro da localidade. Não há nenhum tipo de assistência à saúde direta à comunidade, apenas campanhas esporádicas de medição oftalmológica e odontológica a alunos das séries iniciais (primeiro ao quinto ano do ensino fundamental) nas escolas da região com a função de alertar os pais e algumas vezes dar encaminhamento a estes, enquanto pacientes. Os casos de urgência são atendidos no posto 24h, na RS 118, distante 16 km, geralmente lotado. Os relatos são de horas e até dias esperando por atendimento em bancos de espera.

Já as escolas de ensino fundamental de Santa Tecla, trabalham de forma irregular devido à ausência de alunos, isto ocorre por causa do transporte escolar oferecido pela prefeitura que é extremamente deficitário em razão das condições ruins dos veículos e das estradas (como dito, muitas vezes intransitáveis), como se pode comprovar nas imagens a baixo (Figuras 7, 8 e 9).

Figura 7- Estrada Henrique Closs



Fonte: Suzana Parzianello (2014).

Esses problemas implicam em descontinuidade dos estudos de crianças e adolescentes, com comprometimentos na aprendizagem, na qualidade do ensino, além de desregular o calendário escolar, que tem que se ajustar as intempéries climáticas e as ausências de infraestrutura e transporte escolar.

Figura 8 - Buraco/cratera na estrada Henrique Closs



Fonte: Suzana Parzianello (2014).

Figura 9 - Buraco/cratera na estrada Henrique Closs



Fonte: Suzana Parzianello (2014).

Tal situação, associada à quase inexistência de escolas de ensino médio (há somente uma sediada na Costa do Ipiranga em frente ao posto de saúde municipal, local de difícil acesso devido ao transporte para quem mora em Santa Tecla, distante 8 km), transforma a vida dos estudantes que querem continuar a jornada escolar em uma verdadeira saga, obrigando-os muitas vezes a migrar para escolas de cidades vizinhas com maior oferta de

ônibus (como São Leopoldo) ou simplesmente optando por abandonar os estudos²⁸. Aqueles que estão em idade irregular e/ou necessitam de modalidades específicas - como Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) - tem no geral que recorrer aos cursos privados. Fato que leva muitos a também pararem de estudar pela questão econômica e pelas alternativas de estudo público que lhes são oferecidos, concretamente impeditivas em função do turno (geralmente noturno) que dificulta o acesso também pela distância e carência de transporte público.

Por fim, ainda que do ponto de vista do executivo municipal e dos interessados em tais investimentos, estes sejam apresentados à comunidade de Santa Tecla como portadores de "benefícios" para as pessoas, vê-se que a construção da região enquanto "zona de sacrifício" vem ocorrendo há algumas décadas, sendo que os atuais conflitos ambientais na região irão ocorrer dentro deste contexto. No caso das minas e do lixão/aterro, a recorrência e permanência dessas atividades indicam que seus precedentes são importantes para se entender o caso de Santa Tecla. Isto porque, como se verá ao longo da presente pesquisa, a chegada das primeiras minas abriu as portas e capitaneou a vinda do lixão, assim consolidando a localidade como "sacrificável" social e ecologicamente falando. Já no caso do aterro/lixão, ao mesmo tempo em que foi atraído, também atraiu para sua órbita outros empreendimentos poluentes e "alternativas infernais", incluindo outros aterros/lixões, como a tentativa de implantação de um mega aterro sanitário por uma multinacional que receberia resíduos inclusive de outro estado.

2.4 MINERAÇÃO DE ROCHAS EM SANTA TECLA

Os conflitos ambientais decorrentes de atividade de mineração conectadas à construção civil no Brasil estão ligados a sérios comprometimentos ambientais, sobretudo os detectados com a produção de areia, disso resultando em contaminação do lençol freático, inviabilização do uso futuro do solo, "[...]destruição da mata ciliar, turbidez, conflitos com uso e ocupação do solo, acidentes nas rodovias causados pelo transporte" (FARIAS, 2002 p.14). Já o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (FIOCRUZ, 2010), referente

²⁸ A EEEF Santa Tecla vem desde 2013 solicitando a 28ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC) a abertura de ensino médio em suas dependências, com apoio da comunidade através de relatórios e abaixo assinados. No entanto, somente obtém respostas negativas, com notado descaso do governo do estado para com essa zona rural.

à atividade mineradora, põe em evidência a exploração de brita no Ceará e as subsequentes disputas entre interesses privados e comunidade indígena. Assim, vê-se que os conflitos ambientais decorrentes de mineração de rochas no sul do país não estão tão visíveis como os conflitos gerados por grandes obras de mineração no norte, nordeste e sudeste do país. Neste último, os conflitos são mais perceptíveis especificamente sobre a produção de brita e agregados da construção civil em São Paulo e Rio de Janeiro, com experiências recorrentes de problemas relativos a acidentes causados por transporte e decorrentes de vibrações e ruídos (FARIAS, 2002, p.14).

Sobre este ponto, uma das maiores queixas da comunidade Santa Tecla diz respeito às condições da estrada e o tráfego intenso de caminhões carregados de brita e que oferecem risco as pessoas e prejudicam a qualidade da estrada. Fator que levou ao único confronto aberto entre a comunidade e a mineradora. A localização desse tipo de atividade (extração de rocha) é essencial por ter como característica o rendimento menor devido ao baixo valor agregado. Por isso, geralmente está estrategicamente próximo ao mercado a que se destina. A concentração da atividade se dá nas regiões metropolitanas do país, estimando-se “[...] que em 1992 existiam em torno de 16.528 pequenas empresas, com produção mineral de US\$ 1,98 bilhões, em geral atuando em regiões metropolitanas na extração de material para construção civil” (BARRETO Apud FARIAS, 2002, p.3). Embora a mineradora esteja localizada em zona rural, o bairro Santa Tecla está providencialmente (para as mineradoras) entre vários municípios e muito próximo de Porto Alegre, o que faz com que o gasto com transporte seja menor, possibilitando maior lucro.

Devido à proximidade com a atividade, as comunidades ficam submetidas às externalidades da mineração, que vão dos impactos ecológicos aos conflitos em virtude do uso do solo, depreciação das propriedades, problemas de saúde e outros (FARIAS 2002). Porém, em Santa Tecla não existe pressão por parte da comunidade com relação a esses problemas, excetuando as manifestações individuais devido às perdas materiais relativas ao desmoronamento de casas e rachaduras que comprometem a estrutura das edificações, como mencionado. Apesar da alta incidência do problema, foram poucas as denúncias, possivelmente porque, no geral, a comunidade está cerceada de entrar com processos de pedidos indenizatórios em razão da ausência do Habite-se²⁹ dessas residências, necessário para o andamento do pleito judicial e possível ressarcimento dos prejuízos. Constitui-se

²⁹ Documento emitido pela prefeitura que comprova o cumprimento das suas exigências nas construções, obras ou reformas de imóvel.

assim, um impedimento legal que tem sua origem na ausência de títulos fundiários³⁰. Com o reconhecimento apenas da posse, os lotes estão inseridos e vinculados dentro de um único documento que remete a várias propriedades.

Como descrito anteriormente, somente um morador na região teve êxito, sendo indenizado pela perda de uma casa centenária que ruiu com os abalos das detonações de dinamites. Contudo, sua situação é bastante peculiar. Proprietário regularizado, de elevada condição socioeconômica para os padrões da região, este senhor foi o intermediador do negócio entre mineradora e a família que concessionou as terras, ator social importante na implantação da atividade em Santa Tecla. De todo modo, a não resistência evidencia que, mesmo descontente, a comunidade, devido à situação material e fundiária precária e ao escasso acesso às instâncias regulatórias e decisórias, é tolhida de usufruir seus direitos enquanto cidadãos e proprietários.

Inicialmente, as explosões eram tão fortes que era possível ouvi-las em outros bairros distantes e em Cachoeirinha, município vizinho. Entre os comprometimentos a saúde, aqueles decorrentes do barulho são geralmente minimizados. Porém, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a poluição sonora, provoca, além do desconforto diário, outros tipos de transtornos de acordo com o tempo de exposição e da intensidade do som, incluindo surdez (embora, importante dizer, não haja – ainda - relatos na comunidade Santa Tecla de surdez associado à mineração). Outro problema grave decorrente das explosões é a mudança das correntes de água em razão dos abalos.

Mesmo assim, a comunidade considera, segundo relatos de moradores antigos, que houve uma evolução com relação aos impactos negativos causados pelas explosões, pois antes ocorriam duas vezes ao dia, fator principal das reclamações. A mineradora atual, de nome empresarial Mineração Vera Cruz Ltda. e fantasia Pedra Mineração e Pavimentação, há cerca de 16 anos amenizou consideravelmente esses efeitos através da adoção de tecnologia alemã, o que reduziu em alguma medida o barulho e, com isto, os danos materiais e psicológicos. Contudo, por estar situada em área limítrofe à escola³¹ e várias residências, sua atuação permanece incompatível com a legislação atual no que tange a qualidade de vida e as questões ambientais, contrariando o Capítulo VI, Art. 225, inciso V da Constituição brasileira, que trata do Meio Ambiente e que indica a necessidade de “[...] controlar a produção, a

³⁰ “Tradicionalmente, em nosso Direito, a propriedade imóvel é constituída de maneira formal, através da apresentação do título hábil ao Registro de Imóveis. Se não há um título não há condições jurídicas de constituir a propriedade” (Lei nº 11.977/2009).

³¹ A escola é centenária, fundada por uma professora oriunda de São Leopoldo e trazida pelos imigrantes de origem alemã de Santa Tecla.

comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente” (BRASIL, 1988, p.127).

Ainda, segundo o Código de Mineração, Decreto-lei n. 227, de 1967, Art. 47, no Capítulo V, inciso XI, ficará obrigado o titular da concessão: “[...] evitar poluição do ar, ou da água, que possa resultar dos trabalhos de mineração”³² (BRASIL, 1989, p.41). Desde 2013 tramita no Congresso Nacional o projeto de lei que trata das mudanças do marco regulatório da mineração, sendo que a proposta do novo código, além de flexibilizar a política de legislação mineral e atender aos interesses do setor privado, exclui e retira direitos das populações atingidas.

De qualquer sorte e a despeito da introdução de “melhorias” tecnológicas, os moradores mais próximos a sua localização ainda sofrem com os mesmos desconfortos e danos físicos de antes, como paredes rachadas, vidros quebrados, estremecimento das casas, pedras que saltam em suas propriedades e o barulho ensurdecedor (que, segundo relatos, fica ainda pior quando o tempo está para chuva). Ademais, a mineradora tem em seu entorno o núcleo urbano da região, composto como visto acima por residências, escola, e também uma igreja católica e uma protestante centenária, ambas com cemitérios contíguos, e a sede estadual da Academia de Treinamento Espiritual Seicho-No-Ie (seita de origem oriental que agrega adeptos no mundo todo), um armazém/açougue³³, dois restaurantes, uma agropecuária e o Centro de Tradições Gaúchas³⁴ (CTG). Em suma, está localizada no coração da localidade no centro da comunidade, local onde também ocorrem festas, encontros e eventos públicos, como as carreteadas, festa natalina, bingos e bailes, o que amplia e intensifica os impactos e constrangimentos da atividade.

A mineração de rochas, do início ao fim do processo, implica sérios problemas ambientais e, conforme Dias (2001), consiste em agravante à proximidade entre as áreas mineradas e as áreas habitadas. Segundo Silva e Moraes (2010), o capeamento é o primeiro procedimento que consiste na “retirada do material superficial”, responsável pela degradação ambiental inicial do local, com a retirada da vegetação e do solo, o que vai descaracterizar a paisagem e comprometer a existência de animais silvestres, “[...] é o caso dos impactos visuais, resultantes dos altos volumes de rocha e solos movimentados e às dimensões da cava

³² As concessões, controle e fiscalização das atividades mineradoras estão a cargo do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e, no âmbito municipal, o órgão fiscalizador é a FMMA de Gravataí.

³³ Local de comercialização de produtos comestíveis (pães, grãos, carnes, laticínios, bebidas, sorvetes, etc.) e não comestíveis (carvão, lâmpadas, produtos de limpeza, etc.).

³⁴ Lugar onde se desenvolve atividades de preservação da cultura e tradição gaúcha, como as danças, indumentárias, música, culinária, etc.

ou da frente de lavra. [...] O desconforto ambiental pode ser sentido mesmo quando as emissões estiverem abaixo dos padrões ambientais estabelecidos" (DIAS, 2001, p.9).

A perda da biodiversidade, de espaços antes utilizados pela comunidade e a descaracterização da área transformaram a paisagem e o cotidiano de Santa Tecla. O morro onde está localizada a mineradora, antes local de lazer da comunidade cujos moradores, sobretudo nos finais de semana, iam banhar-se na “Sanga dos Padres”, hoje se tornou o local onde a empresa lava as máquinas, com isso contaminando os arroios a jusante da sanga. Na parte de baixo do morro plantavam-se acácia, eucalipto, milho e mandioca. Já acima do morro, além da existência de mata nativa bastante preservada (hoje suprimida em grande parte por conta do empreendimento), se extraíam ervas medicinais como macela, carqueja e barba de pau. Também havia grande biodiversidade animal na área, com a presença de tatus, tamanduás, gatos do mato, graxains, bugios e gambás.

Com relação ao segundo procedimento, não menos comprometedor, diz respeito ao depósito do “material removido” não comercializável (dito estéril) em locais que são chamados de “bota-fora”. Já a terceira “[...] fase é a da perfuração e o carregamento com explosivos para o desmonte da rocha, operação denominada de fogo primário” (SILVA; MORAES, 2010, p.5). Essa operação é geradora de grande stress para a comunidade do entorno do empreendimento, resultante de explosões que trazem problemas materiais e de saúde devido às “[...] vibrações, poeiras e lançamento de fragmentos de rochas” (SILVA; MORAES 2010, p.5). As explosões na mineradora hoje são feitas diariamente a partir das 18h, assim, após o horário comercial a população que reside no local fica a mercê da poluição sonora ocasionada pelas explosões, sirenes e poluição do ar.

A quarta e quinta etapa ocorre com “[...] a desagregação do material, transporte e desmonte secundário” e o posterior processamento com o britador que tritura, classifica, separa a rocha e por último empilha as britas em locais a céu aberto. Por fim, a última etapa da produção se dá com a estocagem e transporte do produto para comercialização (SILVA; MORAES, 2010, p. 5). Esta é a parte do processo que tem se mostrado a mais problemática e conflitante no que tange a comunidade de Santa Tecla, que se vê fragilizada em sua integridade física e material. Reflexo disso é que esta foi a principal motivação que levou ao conflito entre comunidade e empresa devido ao comprometimento e insegurança da estrada principal, Henrique Closs, no ano de 2014.

A empresa Pedra Mineração e Pavimentação explora e beneficia a extração de lavra de basalto a céu aberto em uma área de 49,29 hectares. Comercializada na forma de pedra brita, o material é utilizado em construções e pavimentações, matéria prima essencial nas obras de

infraestrutura, sejam elas demandadas pela sociedade, agenciadas por interesses econômicos particulares ou implantadas pelo Estado. Está na categoria de agregados para a construção civil, e uma peculiaridade dessa exploração é o alto percentual de aproveitamento da extração, transformando praticamente tudo em produto comercializável e com isso gerando menos resíduos que outras atividades minerárias.

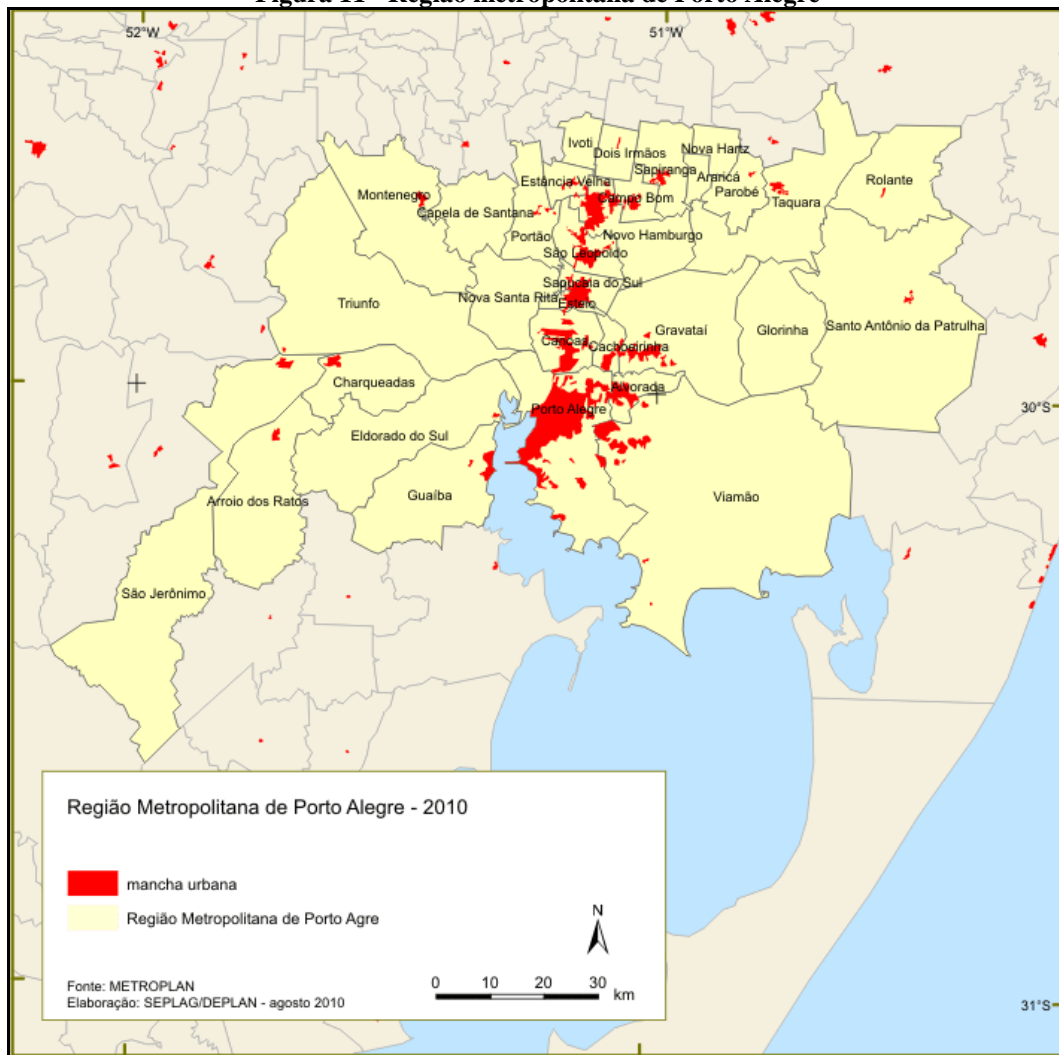
A atividade é antiga na região, com as primeiras explorações ocorrendo em 1935, com a retirada de rochas para a base naval de Canoas e na década de 1960, para a construção do estádio Beira-Rio. Inicia a primeira exploração legal com a empresa Serra Almeida, que prospectou o local em 1973 para suprir a demanda do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), que necessitava de brita para a construção da RS 118. A exploração inicia com a concessão de três ha de terras por quatro anos, instalando-se a primeira grande mineradora com maquinário para a exploração da brita e que vai alimentar as obras nas cidades de Gravataí e região metropolitana. Após a concessão, a atividade cessou por uns dois anos e retornou com a compra das terras pela empresa Guaporense, de propriedade de Asmuz, que em 1980 compra mais 27 ha. A exploração de brita foi contínua até 1985, quando por problemas de cunho privado e de ordem familiar o proprietário da empresa suspende a exploração e fecha a mineradora. Reaberta em torno de 1989 pela família Zandoná, passa então a se chamar Vera Cruz/Pedra Mineração e Pavimentação. Esta última possui hoje 220 ha de terras no local, com média de cem funcionários e produção de mil toneladas de brita/dia. Abaixo, segue a localização do município, localidade e área de mineração (Figuras 10 a 13):

Figura 10 – Região do Delta do Jacuí



Fonte: <https://images.google.com.br> (2017).

Figura 11 - Região metropolitana de Porto Alegre



Fonte: FERU-RS: I Seminário de Políticas Metropolitanas (2010).

Abaixo, imagens da mineradora (Figuras 12 e 13). A primeira, mais distante, entreve a atividade em meio à vegetação e a segunda dentro da área de extração, local que antes da exploração era um morro com mata nativa.

Figura 12 - Pedra Mineração e Pavimentação

Fonte: Autora (2012).

Figura 13 - Pedra Mineração e Pavimentação

Fonte: Autora (2013).

Com relação às mineradoras ilícitas, essas exploram as pedras grés, o que exige outros procedimentos e técnicas, sendo desnecessárias as explosões, impactando menos a comunidade em termos diretos. Mas o fato de serem ilegais as torna mais nocivas em outro sentido, pois não há controle ou qualquer tipo de fiscalização sobre elas. Já em contraponto, esse tipo de exploração implica uma produção menor, o que se reflete nos seus efeitos

negativos se comparados à extração lícita que ocorre no local. A mineração abaixo ocorre em área limítrofe a Santa Tecla, no bairro Morro do Paula (Figura 14).

Figura 14 - Mineração Ilícita



Fonte: Suzana Parzianello (2011).

Há também a extração de barro e argila para fabricação de tijolos, atividade que inicia em 2012 em terras que serviam de pastagens para animais (Figura 15). Esta, assim como a mineração de pedra grés, acarreta uma transformação drástica da paisagem natural e atinge intensamente a população, que se vê lesada quando da ocorrência de chuvas, pois provoca o deslizamento do barro para o asfalto que, por sua vez, ocasiona acidentes de trânsito.

Tal situação teve como desfecho algumas denúncias feitas à Fundação Municipal de Meio Ambiente (FMMA), o que levou em 2015 a interdição da exploração por alguns dias e pagamento de multa, voltando em seguida a operar, mas não mais de forma sistemática. Até o presente momento, primeiro trimestre de 2017, a extração de argila não voltou à ativa, e a comunidade passa a se indagar sobre que medidas serão tomadas para com a cratera aberta na beira da estrada, já que não se tem conhecimento de nenhuma medida de compensação.

Figura 15 - Barreira, estrada Henrique Closs



Fonte: Autora (2013).

A região vai abrigar ainda, entre outras atividades poluentes, uma fábrica de postes de cimento, a qual faz uso de materiais como areia, brita e cimento. Essa fábrica ilustra a dinâmica da “zona de sacrifício” em Santa Tecla, com a mineração de rochas atraindo outras atividades que têm ligação com ela e igualmente poluentes. Nesse caso, a produção de postes está estreitamente ligada à mineração pela composição da matéria prima básica, a brita, a qual está associada a outros componentes impactantes como o cimento. Além da poluição sonora, as denúncias feitas a esse tipo de atividade em outras regiões do país destacam, entre os efeitos nocivos, a poluição atmosférica devido ao pó resultante do processo de fabricação, principalmente em razão do uso do cimento. Soma-se a isto odores decorrentes da utilização do óleo diesel na confecção dos produtos e rachaduras nas residências em razão da vibração do terreno na elaboração dos postes.

Além disso, a proximidade desse tipo de empreendimento com escola e residências não é o indicado e não contempla a legislação ambiental. Ambos os empreendimentos (mineração e fábrica de cimento) contrariam e desrespeitam o que diz a Constituição de 1988, que em seu artigo 225 dispõe, entre os direitos difusos, daqueles relativos ao ambiente: “[...] o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia

qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

O que remete a questão da desinformação da comunidade acerca das obrigações das empresas com relação às medidas aplicadas de compensação e mitigação. Assim, as pessoas não sabem, por exemplo, de que forma é executado o Plano de Controle Ambiental (PCA³⁵), que são “[...] projetos executivos de minimização dos impactos ambientais” (CONAMA, 1990, p.781). Assim, voltando à atuação da mineradora, o conhecimento local sobre medidas de mitigação é bastante superficial, e se restringe a fala e ao que propõe (ou não propõe) a própria empresa. Segundo consta, esta preservou algumas áreas verdes com replantio de seis mil árvores, porém o morro está completamente devastado, fato que levou inclusive a interdição da empresa há dez anos atrás.

Já em 2015, a empresa foi multada e impedida de operar por três meses, porém, até hoje a comunidade não sabe por quais irregularidades foi interditada. Ademais, é visível a falta de iniciativa da empresa com relação à proteção ambiental, posto que são poucas suas ações nesse sentido, como por exemplo a ausência de uma cortina vegetal para o isolamento das áreas de operação industrial, bem como o replantio de espécies nativas. No âmbito social contribuem minimamente através de pequenas doações à comunidade, como computadores para as escolas municipais, pintura para a escola estadual, cestas de páscoa, doação de um terreno para construção de uma praça e auxílios para a comunidade.

Com relação à exploração de gás natural, Santa Tecla é trajeto do gasoduto Brasil-Bolívia, e embora a Lei Nº 7.990/1989 (BRASIL,1989) institua, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, a “[...] compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências” (Art. 21, XIX da CF), a comunidade vive em plena ignorância a respeito tanto dos potenciais riscos envolvidos como de eventuais medidas de compensação a que teriam direito.

Segundo Acselrad (2011), também a desinformação é um mecanismo bastante utilizado pelos produtores de risco, pois torna turvo o conhecimento a respeito de determinado empreendimento. E aqui outra vez vê-se como Santa Tecla foi se constituindo em uma zona de sacrifício. O gasoduto Bolívia-Brasil abrange 15 unidades administrativas, indo de São

³⁵ É necessário para a concessão da Licença de Instalação (LI) de atividade de extração mineral de todas as classes, conforme o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), resolução nº 009/90.

José dos Ausentes (SC) a Canoas (RS), passando por Gravataí e Cachoeirinha. Em caso de acidente, este colocaria em risco o ambiente e a vida das pessoas que aí vivem, sendo por isso as áreas por onde passa consideradas vulneráveis à ocupação humana (STAHNKE, 2010). Tal como no caso do aterro/lixão, a tecnologia utilizada é dita "de ponta", inclusive com o uso de sensoriamento remoto, o que permitiu o mapeamento geológico e sua posterior instalação. No entanto, entre os riscos previstos está o de “[...] deslizamento e deslocamento de terra, por vibrações ou tráfego de veículos pesados, causados por explosões” (STAHNKE, p.16, 2010). Portanto, causa estranheza o fato do gasoduto passar pela região de Santa Tecla, onde existe um grande número de mineradoras, e algumas inclusive utilizam o método de explosões, além do tráfego intenso de seus caminhões.

De fato, o gasoduto construído no local no final da década de 1980 está na categoria das obras invisíveis para a comunidade de Santa Tecla, que pouco recorda do seu histórico ou consequências. Além de não fazer parte da vida cotidiana e do inconsciente coletivo local, o tema não é exposto e poucos sabem a respeito, ficando a impressão de que sua instalação se deu magicamente, sem negociações anteriores com a própria comunidade ou existência de contratos de concessão. Imperceptível aos olhos, risco silencioso não compartilhado entre moradores, somente não passa despercebido em razão de uma pequena placa indicativa escrita "gasoduto", próximo à mineradora. Se mencionado, não causa aflição, estando naturalizada sua existência pelo seu próprio esquecimento, ou seja, como não é visto, não gera desconforto e nem a sensação de risco, não é sequer lembrado. Os aspectos negativos ao ambiente oriundos do gasoduto não são contabilizados pela comunidade, que convive com o risco de forma tranquila, ou seja, quando questionadas, as pessoas dizem não ser afetadas e que o risco de explosão não faz parte de seus temores. Por isso, tal empreendimento é física e simbolicamente invisível, sequer se configurando como risco real para as pessoas: já que não está presente no seu cotidiano, não projeta expectativas. Como resultado, o gasoduto não é reconhecido pela comunidade como algo que pode causar insegurança ou ser perigoso.

Em suma, tanto a invisibilidade dos empreendimentos quanto da comunidade constituem uma dupla condição que se retroalimenta de modo negativo para quem vive em Santa Tecla. O que novamente confirma o que propõem Acselrad e Bezerra (2010) sobre a existência de certas "vantagens" locais que, juntas, passam a atrair e abrigar outras empresas, gerando com isso um círculo vicioso em que estas últimas vão contribuir para o agravamento dos problemas, impactos e conflitos ambientais locais já existentes. Conforme os autores, “[...] enquanto houver áreas de menor resistência, toda decisão que restringe o

dano ambiental dos empreendimentos é seguida pela transferência das atividades danosas para áreas residenciais de populações despossuídas” (ACSELRAD; BEZERRA 2010, p.206).

2.5 DIVERSIDADE INTERNA NA COMUNIDADE DE SANTA TECLA E SUA RELAÇÃO COM O ATERRO/LIXÃO

O histórico da implantação do hoje dito Aterro Sanitário Metropolitano de Santa Tecla está associado à instalação de um lixão a céu aberto que perdurou por longos anos. No local havia criação de porcos e uma antiga exploração de argila (“barreira”, como era chamada), a qual comercializava sua produção até para o estado de Santa Catarina. Uma das famílias proprietárias dessas terras (eram duas), passou a receber na década de 1970 do município vizinho, Cachoeirinha, resíduos alimentares oriundos de restaurantes, destinando-os a seus animais. Originalmente, tais restos de alimentos eram descartados no solo, longe da casa do criador, e os animais ficavam livres nesse espaço, onde se alimentavam. Porém, logo em seguida a quantidade de caminhões de resíduos foi aumentando, de forma que o proprietário passou a receber um valor em dinheiro e o lixo deixou de ser somente para alimentação animal. Como resultado, aos poucos passou a ser depositado nos buracos da extração de argila, processo que foi se intensificando até que o proprietário passou a receber, sem distinção ou restrição, resíduos de toda espécie (sólidos, hospitalares, químicos) e também de outras cidades do entorno, como Esteio, e Gravataí, que passou a depositar seu lixo ali no início da década de 1980.

Assim, embora o lixão tenha se constituído a partir da atividade produtiva voltada para a suinocultura e antiga barreira, a paisagem começou a se transformar, sendo que as atividades do lixão e posteriormente aterro resultaram em um passivo de mais de um milhão de toneladas de resíduos ao longo dos anos. Segundo relatos de moradores, incêndios tornaram-se recorrentes no local, com uma fumaça escura que afetava principalmente as crianças, algumas inclusive hospitalizadas. Tal situação gerou toda uma movimentação social no município levada a frente pela Associação de Preservação da Natureza do Vale do Gravataí (APN-VG³⁶), na década de 1980, a qual encampou a luta e se articulou pedindo a interferência da prefeitura municipal de Gravataí. Disto resultou a intervenção e interdição do

³⁶ Entre os participantes desta organização estão dois entrevistados, um representante da FMMA e um do DMLU.

lixão em 1997 pela prefeitura, mas somente em 1998³⁷ passou a operar efetivamente como aterro sanitário, o que gerou a ampliação da área e desapropriação das terras onde já se localizava o lixão em 2004. Das famílias desapropriadas algumas foram retiradas a força e retornaram posteriormente ocupando a área do entorno do aterro/lixão, constituindo o que hoje denominam de Vila Tripa, formada por habitações sem infraestrutura, com uso clandestino de eletricidade e com abastecimento da água via poço.

Com relação ao aterro/lixão, no processo de ambientalização dos conflitos (LEITE LOPES, 2006) a comunidade de Santa Tecla vem se apropriando do discurso ambiental, assim como alguns políticos da região e a própria prefeitura, que apresentou como alternativa ao lixão existente a figura do aterro sanitário. O consórcio entre as cidades de Porto Alegre, Esteio, Gravataí e Cachoeirinha foi então apresentado à comunidade como uma obra "saneadora", pois se propõe, através da tecnologia e da técnica, mitigar e dar conta do problema dos resíduos sólidos dessas cidades ao mesmo tempo em que não geraria maiores riscos às pessoas que vivem em Santa Tecla. O aterro surge assim, no discurso oficial, como uma "melhoria" em relação à condição anterior de lixão a céu aberto já existente no local. Como se pode notar, eis mais uma "alternativa infernal" que se apresenta à comunidade, pois a população local viu, no geral, com bons olhos a implantação do projeto, assim como a intervenção municipal que permite dar fim aos resíduos sólidos de forma "menos impactante" (o que, por sinal, supõe a permanência de impactos).

Porém, como se verá ao longo deste capítulo, essa solução trouxe outros problemas a curto, médio e longo prazo, pois o volume de resíduos trazidos até o aterro Santa Tecla aumentou exponencialmente, enquanto as leis ambientais foram constantemente desrespeitadas. O dilema para a comunidade se apresenta infernal na medida em que é obrigada a optar entre a convivência com o mau cheiro, o estigma de viver perto do lixo, animais roedores, água contaminada, incêndios, explosões e outros problemas oriundos de um lixão ou aceitar um empreendimento do porte de um aterro sanitário, que acena com a continuidade do lixo, mas em outros parâmetros, amparados no discurso tecnológico e na retórica da "sustentabilidade". Sobre esta, LEFF (2006, p.18) comenta que,

[...] la sustentabilidad pasa a ser un objetivo que desborda las capacidades de las ciencias para convertirse en un proyecto político a través de la constitución de actores sociales movidos por propósitos e intereses inscritos dentro de

³⁷ Essas datas oscilam, pois enquanto algumas fontes afirmam ter começado a operar como aterro sanitário somente em 1998, outras citam a data de 1997 (caso da técnica da prefeitura entrevistada 6Ó que, em seu depoimento, afirmou que o lixão começa a operar como um "aterro controlado" neste mesmo ano de 1997).

racionalidades diversas, orientados por saberes y valores arraigados en identidades propias y diferenciadas.

Assim, se concebe que um aterro sanitário tenha a propriedade de cumprir a promessa de recuperação e mitigação, o que remete à apropriação do discurso ambiental formalizado na figura do Estado. Segundo Leite Lopes (2006, p.50),

[...] desse processo surgem defesas estatais como as agências, as leis e normatizações ambientais; a reconversão de profissionais às novas questões ambientais, assim como novos profissionais; e mesmo a construção de uma justificativa empresarial, baseada na apropriação da crítica ambiental ao capitalismo ou aos seus aspectos devastadores, que desemboca em novas “responsabilidades ambientais corporativas” e mesmo na lucratividade com investimentos antipoluentes e ambientalmente ‘sustentáveis’.

Contudo, o que em um primeiro momento parecia ser a solução através da tecnologia, da técnica, da atuação de especialistas, se torna um problema para a comunidade. Através de denúncias e da Organização Não Governamental (ONG), APN-VG, passam a se opor a esse tipo de descarte ilegal e indevido, o que vai ser determinante na intervenção da prefeitura, e, conseqüentemente do consórcio entre prefeituras, o qual oferece o aterro sanitário como salvação provisória e paliativa. De fato, o aterro foi criado com a proposta de recuperação do lixo pela prefeitura de Gravataí em 1997 e deveria operar por cinco anos e meio, o que não ocorreu, sendo sistematicamente postergada a sua existência por 16 anos, operando ainda hoje como transbordo. Jamais a comunidade pensou que estava trazendo para si problemas muito mais graves dos que já tinham, devido à proporção gigantesca (em toneladas de lixo) que tomou o empreendimento e suas conseqüências impactantes para com a população de Santa Tecla (Figura16).

Figura 16 – Aterro/lixão rodeado por residências e entorno com unidades agrícolas e sítios de lazer



Fonte: <http://maps.google.com.br/> (2012).

Em linhas gerais, o aterro sanitário ameaça a comunidade com diversos riscos e impactos ambientais, além de comprometer atividades agrícolas e de criação de animais realizadas pela população da Vila Tripa³⁸ e do entorno. As pessoas sofrem com a baixa qualidade de vida, sendo o miasma constante na atmosfera e tendo que conviver com males decorrentes das contaminações. Além de enfrentar a desvalorização das suas propriedades, também o estigma e o estereótipo negativo de morar próximo ao aterro/lixão aflige a comunidade no geral, crianças, adultos e idosos.

Para se ter uma ideia do tamanho da montanha de lixo formado, abaixo se observa a Figura 17, com o aterro/lixão ao longe podendo ser facilmente confundido com a própria paisagem do seu entorno, constituída de elementos da natureza e do espaço agrícola³⁹.

³⁸ Para imagens da Vila Tripa, ver fotografias tiradas pela autora entre as páginas 135 a 138.

³⁹ Registro feito em 2012, período em que o empreendimento ainda operava.

Figura 17 - Vista do “morro” do aterro/lixão de um outro morro do núcleo da mineração



Fonte: Autora, (2012).

Em 2014 – e a despeito da retórica acerca da maior eficiência do “aterro sanitário” (em relação ao antigo lixão) no que se refere ao seu controle e uso de tecnologia - ocorreu o maior vazamento da história, com um impacto ambiental de grandes proporções. Segundo estudo feito pela Fundação Municipal do Meio Ambiente (FMMA), foram 10 mil litros de chorume⁴⁰ que terminaram contaminando o Arroio dos Martins, pois o aterro/lixão localiza-se às margens desse curso d’água. Como este último constitui um dos afluentes do rio dos Sinos, deságua no Delta do Jacuí, atingindo conseqüentemente a Bacia do Guaíba e as águas que banham Porto Alegre.

Segundo Dossiê do Aterro Sanitário Santa Tecla (ROSA; ROSA, 2004) elaborado pela Associação dos Moradores das Adjacências do Lixão de Santa Tecla (Amalst), o chorume, que é levado por um sistema de dutos diretamente para o arroio e controlados através de válvulas manuais, jamais foi tratado e acabou por se infiltrar e contaminar o solo e o lençol freático (de cuja água faz uso boa parte da população, sobretudo os moradores da Vila Tripa). Além disso, os responsáveis pelo lixão/aterro canalizaram e despejaram clandestinamente o líquido que escorre do lixo nos arroios e nas propriedades do entorno, contaminando-os. Como em praticamente todos os casos envolvendo descarte de resíduos sólidos, a população da Vila Tripa e do entorno do aterro/lixão é a mais atingida pelo mau cheiro e gases que são

⁴⁰ Líquido preto, fétido e poluente, resultante da decomposição de resíduos orgânicos. Para imagens de fatos envolvendo o vazamento de Chorume, ver Figuras 50 a 54 (respectivamente páginas 174 a 178).

lançados no ar e, depois, por eles exalados diariamente. Da mesma forma, o efeito visual é extremamente negativo, tendo como complemento o aparecimento de aves como garças e urubus que se alimentam no aterro e defecam nas propriedades vizinhas.

Toda essa configuração gerou, voltando ao referencial proposto por Acselrad (2004), uma situação de conflito envolvendo diferentes atores sociais que lutam pela apropriação de um dado território (no caso, o aterro/lixão e a área de entorno) e pelo uso dos recursos naturais (aqui, terra, água e ar) que lá estão. Já no que concerne às pessoas que vivem em Santa Tecla e seus apoiadores, estes têm se contraposto aos responsáveis pelo lixão/aterro e ao poder público municipal de Gravataí, se organizando e denunciando uma série de impactos ambientais negativos provenientes deste tipo de uso do solo. Tal empreendimento, além de socializar os danos por ele causados ao meio ambiente e monopolizar os ganhos (lucro) provenientes da exploração da área para depósito de resíduos sólidos, tem colocado em risco a própria permanência destas pessoas no lugar onde moram. Ademais, devido à condição relativamente precária de suas moradias, elas sofrem constantemente ameaças de expulsão da área, seja de modo direto (via ação de grileiros urbanos ou através do próprio Estado), seja de modo indireto devido à criação de uma situação "infernial" e extremamente danosa em termos de qualidade de vida.

Por fim, sobre a relação de cooptação por representantes do consórcio que geria o aterro/lixão, esta foi menos acentuada e mais restrita se comparada à relação dos moradores com a mineradora, pois abrange somente os recicladores e catadores que residem no entorno do aterro/lixão. Além disso, exceto por estes dois grupos específicos (recicladores e catadores) e o que tem se designado localmente como "indústria do lixo", o aterro/lixão não contribuiu de forma significativa para a dinamização da economia local. Contudo, embora o efeito da promessa de empregos aqui ser menos efetivo do que no caso da mineração, o fato de recicladores e catadores dependerem diretamente do lixão/aterro fez com que se criasse uma (muitas vezes não dita) divisão interna na comunidade, sobretudo entre moradores da Vila Tripa e a população do entorno e integrantes do movimento Xô Lixão. E, como é fácil notar, do ponto de vista dos administradores do lixão/aterro e de quem dele se beneficia financeiramente, ter uma comunidade dividida e pouco articulada facilita bastante sua atuação na região.

Em suma, como não há retorno econômico à maioria da população local, mas somente aqueles que vivem da reciclagem vinculadas à Cooperativa de Trabalhadores Recicladores Carroceiros e Catadores de Rua (COOTRACAR), à Associação de Recicladores Santa Tecla (ARST) e alguns moradores que trabalham de forma autônoma, o aterro sanitário como

“alternativa infernal” foi tolerado enquanto cumpriu o papel de mitigador do lixão. Porém, passou a ser logo depois bastante questionado, principalmente por aqueles que não se beneficiam economicamente com a deposição de lixo. O que torna seus aspectos negativos mais latentes para quem está mais longe fisicamente do aterro/lixão, enquanto para quem vive nos seus arredores este segue cercado pela aura de invisibilidade, outorgada pelas baixas condições de vida na Vila Tripa cujos moradores (que, como se verá, muitas vezes negam os constrangimentos ambientais causados pelo empreendimento) têm como resultado prático a convivência com a degradação provocada por ele. O antagonismo dessas diferentes perspectivas, associadas a estes grupos e categorias como os catadores e recicladores cooperativados, os associados, autônomos e sitiantes, comerciantes e antigos moradores, vão gerar conflitos de interesses. Como resultado, quando da formação de associações que vão lutar contra o aterro/lixão, essas vão sofrer oposição dentro da própria comunidade.

3 DAS INJUSTIÇAS AMBIENTAIS: MORADORES SACRIFICADOS

Os próximos capítulos são resultado direto da pesquisa de campo, em um esforço de procurar entender como as pessoas que vivem em Santa Tecla se relacionam com esses empreendimentos, como são afetados, como reagem aos impactos ecológicos e constrangimentos ambientais e como articulam suas formas de resistência. Da mesma forma, busca-se descrever e analisar os mecanismos utilizados pelos poderes públicos e privados para implantar e dar continuidade às atividades minerárias e à deposição de lixo/resíduos.

Como dito, a exploração mineral formal tem mais de 40 anos de existência em Santa Tecla e a deposição de lixo também se inicia nos anos 1970, embora sua formalização como aterro sanitário viesse a ocorrer no final da década de 1990. Através do contato com as pessoas que lá vivem e das entrevistas realizadas com algumas delas, foi possível visualizar e analisar a relação da comunidade com esses empreendimentos e as consequências no seu cotidiano e no meio físico em que vivem. As injustiças ambientais decorrentes dessas atividades variam de acordo com suas peculiaridades, porém muitas se assemelham, como a poluição visual, a mudança drástica da paisagem, o desmatamento, os prejuízos materiais e imateriais.

O croqui abaixo, Figura 18, elaborado por um antigo morador de Santa Tecla, permite visualizar a abundância de sangas e arroios, bem como por onde passam e desembocam. Da mesma forma, além de mostrar onde se localizam alguns dos danos ecológicos decorrentes das minas e do lixão/aterro, nele vê-se a proximidade da comunidade com ambos os empreendimentos e onde residem os entrevistados tanto do núcleo da mineração como do aterro/lixão. Os pontos em azul correspondem às entrevistas realizadas com pessoas que moram próximas ao núcleo da mineração e, na cor laranja, às do núcleo do aterro sanitário.

sem lona e com excesso de peso/carga e velocidade. São vários depoimentos de atropelamentos e situações de risco vividos até hoje, muitas vezes não se concretizando um "acidente"², como dizem as pessoas, “por sorte”. No geral, as queixas envolvem os caminhões que trafegam a serviço da mineradora ou de empresas por ela contratadas. De acordo com a companheira do entrevistado 4A/L³ “[...] meu filho de 14 anos quase foi atropelado outro dia ao descer do ônibus; a estrada é perigosa para as crianças que atravessam para [ir]a escola que fica do outro[lado], porque não tem acostamento” (julho de 2016).

Ao longo da estrada Henrique Closs, que é via de acesso e ligação ao centro do município de Gravataí e cidades do entorno, algumas cruces de madeira sinalizam e confirmam as mortes. São em torno de oito km percorridos entre a RS 118 e o núcleo da mineração, onde se localiza a empresa. As mortes provocadas por acidentes na estrada, atingem tanto motoristas, quanto pedestres vítimas de atropelamentos pelos carros e caminhões que transitam muitas vezes na contramão para fugir dos buracos, situação que se agrava, como dito pela entrevistada, pela ausência de acostamento ao longo da via e pelo excesso de velocidade. De acordo com a entrevistada 18A/L:

É ruim, porque os caminhões tão sempre em alta velocidade, é cheia de buracos e não tem acostamento. O que eu acho o pior de tudo, porque outro dia a minha sobrinha de dois anos saiu do pátio e estava indo em direção à estrada; e bem na hora vinha uma carreta em alta velocidade e só deu tempo de outra menina segurar ela pela mão; e a carreta quase pegou ela. Tem muitas crianças andando nessa estrada, sem acostamento. A estrada é ruim por causa dos caminhões e a prefeitura devia arrumar (julho de 2016).

As pessoas que utilizam o transporte público também se veem lesadas pela péssima condição da estrada, o que torna o serviço irregular, com sucateamento, quebras e atrasos dos ônibus, tudo isso somado às já poucas linhas e horários oferecidos. Segundo a entrevistada 12M, “[...] a estrada é péssima e me sinto prejudicada porque dependo de ônibus; e eles atrasam e não cumprem horário por causa da estrada ruim” (em julho de 2016). Assim, as pessoas se sentem tolhidas no seu ir e vir diário para o trabalho, estudo, bem como em suas demais atividades cotidianas, comprometendo a qualidade de vida em razão do stress provocado por esses problemas e pela convivência com os riscos que a estrada oferece a todos. Dos 24 moradores entrevistados no núcleo da mineradora, 18 se sentem extremamente

² Acidente é algo imprevisto, que acontece sem que uma previsão mais precisa possa ser feita, um infortúnio. Porém, no caso de Santa Tecla, o excesso de tráfego, velocidade elevada, precariedade das estradas etc. produz uma situação de perigo iminente e que leva a tais "acidentes" (por isso as aspas).

³ A sigla A/L é usada para o núcleo de aterro/lixão e M para o núcleo da mineração.

incomodados e prejudicados em razão da estrada. Esta, embora de diferentes maneiras, atinge a todos independente do meio de transporte utilizado, afetando não só pedestres, mas motoristas de carros, motos, carroças, com prejuízos recorrentes como extravio de pneus, rodas, vidros, lataria, etc.

Na parte da estrada em que se localiza o núcleo do aterro/lixão os problemas são da mesma ordem, porém potencializados, pois as pessoas sofrem com o trânsito dos dois empreendimentos somados. Como resultado, a falta de conservação da estrada, sempre precária, gera inconvenientes tanto para quem depende de ônibus como para aqueles que tem carro, moto ou outro veículo, como carroças, meio de transporte ainda bastante usual na localidade. Por isso, esta é também a principal reclamação desse núcleo, que se sente prejudicado com a precariedade da estrada. Em 18 entrevistas realizadas foi apontado pelas pessoas como o pior problema, atingidas que são pelo tráfego incessante do aterro/lixão e da mineração. Segundo depoimento da entrevistada 22A/L, “[...] no auge do aterro/lixão eram caminhões a noite toda, funcionava 24h” (julho de 2016); da mesma forma, para a entrevistada 6A/L, “[...] na época do lixão era um caminhão passando em menos de vinte minutos; e estremejava tudo em casa” (julho de 2016).

A comunidade do entorno do aterro/lixão se sente lesada pelos caminhões que circulavam com o aterro e hoje pela atividade do transbordo⁴. Segundo a entrevistada 6Ó saem dali de quatro a cinco carretas diárias, mas de acordo com os entrevistados que vivem na comunidade, esse número é bem maior. Outra preocupação constante para os pais desse núcleo é em relação aos seus filhos. Para a entrevistada 2A/L, “[...] deveria haver acostamento na estrada e mais quebra-molas, [pois] é muito perigoso para as crianças, principalmente as que vão sozinhas para a escola. Hoje o pior são os caminhões em alta velocidade da pedreira” (julho de 2016).

O número de pedestres que circulam na estrada sem acostamento é muito maior nesse núcleo, principalmente o trânsito de crianças indo em direção a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Humberto de Campos. Como resultado, no entorno do aterro/lixão os atropelamentos são mais recorrentes, pois as pessoas são atingidas pelo fluxo dos dois empreendimentos. Já na Vila Tripa os prejuízos transcendem em muito os aspectos materiais, pois, como a maioria se utiliza de transporte público, e como os acidentes devido ao excesso de velocidade e de carga são as principais queixas, suas consequências deixam marcas

⁴ Somente os resíduos da coleta diária do município de Gravataí são levados até o aterro/lixão, e depois são transportados em carretas para a cidade de Minas do Leão.

indelévels, muitas vezes profundas na memória e cujos efeitos psicológicos (pesares, mágoas, angústias, traumas) não podem ser facilmente avaliados. Conforme o entrevistado 4A/L, que perdeu um irmão atropelado na estrada Henrique Closs⁵, “[...] os caminhões principalmente da mineradora andam em alta velocidade e na contramão. Perdi um irmão com 24 anos que se acidentou de moto na Henrique Closs, bateu em um caminhão em uma curva. O filho do meu amigo de 14 anos, aluno de vocês [escola Santa Tecla], faz quatro anos também foi atropelado na estrada e morreu. Por isso participei da passeata pedindo por segurança da estrada” (julho de 2016).

Em síntese, conviver com o tráfego de caminhões pesados e com os tremores provocados pelo peso e o barulho faz parte da rotina dessa comunidade. Como no núcleo da mineração, a condição ruim da estrada é praticamente consenso entre moradores que vivem próximo ao aterro/lixão. Segundo 13M, representante do Xô Lixão e moradora do centro do núcleo da mineração, “[...] muita coisa mudou, sinto falta da calma e tranquilidade daqui, isso já não existe mais, durante a semana são os caminhões pesados e em alta velocidade e aos finais de semana os motoqueiros que fazem trilha de moto”. De acordo com o entrevistado⁶ 6A/L, “[...] os caminhões passam com tanto excesso de peso que treme dentro de casa, mas não tem fiscalização e a Fepam e órgãos estão comprados”.

De modo geral, os moradores têm ciência de que a responsabilidade sobre tais danos causados a uma via pública caberia, por um lado, à iniciativa privada, sua causadora direta (no caso, a mineradora, a empresa responsável pelo gerenciamento do lixão/aterro e as empresas terceirizadas que fazem tais deslocamentos) e, por outro, ao Estado representado, sobretudo, pela prefeitura de Gravataí (a quem caberia à manutenção do asfalto, sinalização, iluminação, quebra-molas, obras de recuperação) e pelos órgãos estaduais (Polícia Rodoviária, Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER)) responsáveis pela fiscalização da estrada.

⁵ Apesar de não ser propriamente uma rodovia, oferece risco tanto quanto se assim fosse, pois o que conceitualmente deveria diferenciá-las as torna semelhantes, ou seja as estradas não são planejadas ou pensadas para o tráfego intenso de veículos nem para velocidades alta, que é o que ocorre de fato com o trânsito de Santa Tecla.

⁶ A casa de 6A/L fica a poucos metros da estrada e a propriedade faz divisa com o aterro/lixão. Isso significa que está situado em torno de três km da mineradora, pegando assim todo o trânsito dos dois empreendimentos.

3.1.2 Detonações e o segundo suplício: deslocamento forçado, má qualidade de vida, perda de atividades rurais e destruição da paisagem

Embora seja também motivo de preocupação de quem vive mais próximo ao aterro/lixão, o segundo motivo mais citado nas reclamações das pessoas que moram no entorno do núcleo da mineração são as explosões, ligadas diretamente a empresa mineradora e que apareceram em 15 entrevistas. Elas são as que mais provocam externalidades - consequência direta da atividade de mineração – e causam uma série de problemas de variadas matizes, que vão dos aspectos relativos à saúde, perdas materiais aos danos ecológicos envolvidos.

Em seu depoimento, o Entrevistado 1M comenta que a exploração mineral gerou para ele e sua família danos psicológicos e materiais, pois moravam ao lado da exploração, que ocorria nas terras do avô: “[...] a exploração acontecia de qualquer jeito, sem planejamento nenhum. Os prejuízos para nós eram piores, a casa era cheia de rachaduras e o medo de cair as pedras nas nossas cabeças era um verdadeiro terror” (julho de 2016). Ainda segundo 1M, “[...] o barulho era ensurdecedor, [vinha] sem aviso prévio e algumas vezes por dia”. E, para aqueles que hoje ainda moram próximo à área de detonações, como 22M, o tormento é ainda o mesmo: “[...] passo trabalho com os sustos; e medo. O que mais tenho são rachaduras nas paredes, vidros quebrados; e ainda por cima não posso mais criar meus animais como antigamente, agora tenho poucos bichos” (agosto de 2016). Muitas pessoas na comunidade se condoem pela localização deste sítio, que fica em frente à mineradora e próxima a área de detonação, pelos transtornos que essa causa à família que mora ali.

Como no caso dos "sustos" e “medos” deste morador, entre os dolos imateriais provenientes das explosões estão os constrangimentos afetivos e psicológicos advindos do deslocamento forçado de quem estava ou está bem próximo à mineradora, a qual pressiona a população do entorno da área de exploração a se retirar forçosamente em razão da incompatibilidade com a atividade. Repare-se que aqui há uma inversão de valor e prioridade efetuada no discurso da mineradora: ao invés da atividade exercida na mina (explosões) ser vista como incompatível com uma boa qualidade de vida e moradia das pessoas, são elas e sua presença no local as acusadas de incompatibilidade. Disso, inverte-se a equação. De: "explosões incompatíveis com moradia = fim da mineração no local"; passa-se a: "moradia incompatível com mineração = deslocamento dos moradores".

As pessoas que vivem próximas à área de detonações são as que mais sofrem com a poeira, barulho e com o risco (que correm também eventuais visitantes e passantes),

permanente de serem atingidas pelas pedras. A vida para essas pessoas é extremamente difícil, impingindo-se a elas uma constante pressão e uma tensão diária. Segundo uma antiga moradora (entrevista 24M), proprietária das terras onde a mineração começou a exploração e ex-professora da Escola Estadual de Ensino Fundamental (EEEF) Santa Tecla:

Eu e meus filhos pequenos saíamos correndo para longe, mais ou menos um quilometro, para nos escondermos durante as explosões. E muitas vezes não nos avisavam e quando tocava a sirene tínhamos que correr para baixo da mesa da cozinha, pois as pedras caíam em cima da minha casa, galpão, pátio; e às vezes detonavam a noite também (julho de 2016).

Ainda segundo 24M, a não precaução ou preocupação tardia são identificadas por ela como forma de “[...] pressão da empresa para pressionar a venda de seus 27 ha”, pois, além de não avisar quando iriam ocorrer as detonações, somente após as “[...] explosões ia um funcionário da empresa na minha casa para saber se estávamos todos bem, mas nunca antes para avisar” (julho de 2016). Por fim, depois de conviver com este quadro traumático que lembra uma verdadeira cena de guerra (com sirenes tocando, pessoas correndo em busca de abrigo, bombas explodindo em seguida e estilhaços caindo sobre suas casas), 24M acabou por permutar suas terras com a própria mineradora e, depois, de 10 anos resistindo, mudou-se para o local onde mora até hoje, ainda perto da empresa, mas não da área de detonações; faz 28 anos que saiu de lá. A entrevistada 24M foi a primeira família a qual foi imposto o deslocamento forçado.

Atualmente, essa aflição em razão das detonações ainda é sofrida por outros moradores que tem suas habitações próximas à área de exploração, onde ocorrem às explosões. Segundo depoimento da entrevistada 22M, “[...] as pedras voam sobre a minha casa e caem no galpão ou na área. E já caiu até na cozinha [...]. A poeira não adianta limpar, limpo pela manhã e a tarde já está coberto novamente, tenho rinite e minha filha nem me visita muito por causa da poeira, porque quando vem aqui passa muito mal (agosto de 2016). A vizinha, 23M, também compartilha com ela, 22M, as queixas em relação às explosões: “[...] é difícil criar animais por causa da mineradora e os meus cinco cachorros tem muito medo e uivam o tempo todo por causa das explosões. Os tremores são horríveis e a minha casa está toda rachada e quase não tem vidro inteiro nas janelas. Se elas estiverem abertas, os vidros quebram todinhos” (setembro de 2016).

Apesar de não haver desapropriações nesse núcleo, a baixa qualidade de vida em razão dos impactos mencionados funciona ao mesmo tempo como mecanismo de expansão da área de mineração e de pressão sobre a comunidade, provocando o deslocamento compulsório (a alternativa infernal da vez) em razão dos transtornos decorrentes. A isso se soma a

desvalorização dos imóveis justamente por se encontrarem limítrofes à empresa, pois, apesar de parte da área ainda possuir uma paisagem vinculada à estética da Mata Atlântica, atrativa aos chamados "neo-rurais", a proximidade com a mineradora e a intensificação dos problemas diários trazidos por ela afasta a vinda e o interesse de novos sitiantes e possíveis compradores dessas propriedades.

Com isso, a mineradora se beneficia duplamente, por um lado, através da sua ação negativa sobre os imóveis (que afugenta e torna desinteressante a chegada de novos moradores) e, por outro, ao gerar com as explosões um sentimento contínuo de aflição nas pessoas que lá moram, as quais acabam por procurar outros locais de moradia. Além disso, quando o que já era uma situação insuportável não consegue vencer a resistência dos moradores, a empresa oferece a eles um valor de mercado bem abaixo por suas terras, em que a negociação geralmente é feita sob o regime de permuta e avaliação depreciada do imóvel. Conforme 22M, “[...] a maioria dos meus vizinhos foi embora, vendendo suas propriedades para a mineradora por pouco dinheiro ou trocando. Eles (a empresa), me ofereceram uma troca, mas não aceitaram o sítio que escolhi” (agosto de 2016).

Situação semelhante ocorre quando se tenta vender as terras através de imobiliárias, pois seus proprietários (quando a possuem de fato e não apenas de direito, pois muitos não possuem título de propriedade averbado, mas somente a posse efetiva, o que piora ainda mais a situação) também não conseguem um valor que consideram justo. Disso resulta que algumas pessoas da comunidade são mais lesadas que outras em relação à depreciação de seus imóveis, sendo o parâmetro de avaliação a proximidade com a mineradora. Ainda sobre os prejuízos causados em razão das explosões, muitos estão impossibilitados de exercer atividades produtivas que tinham até recentemente, como a criação de animais já comentada em depoimento anterior. Sobre tal constrangimento, 22M relata: “[...] a minha propriedade tem nove arroios e os animais vivem soltos. Próximo ao horário das detonações tenho que sair correndo, catando os animais para se abrigarem das pedras e muitas vezes não consigo pegar todos e as pedras passam raspando pelos animais, que ficam muito assustados” (agosto de 2016).

Mas não só na criação de animais a mineração interfere negativamente. Para o entrevistado 19M, “[...] os detonamentos atingiram diretamente as vertentes e 80% já secaram. E toda a vizinhança da mineradora, que usava as terras para desfrute ou outras finalidades, tiveram que sair e vender suas terras para a mineradora” (agosto de 2016). Mais recentemente, as explosões amenizaram um pouco com a relativa adequação da empresa as normas ambientais e com a incorporação de novas tecnologias ligadas à extração de rochas.

Todavia, ainda de acordo com 19M, isso só se deu através da interferência direta da Fundação Municipal de Meio Ambiente (FMMA) e da Fundação Estadual de Preservação Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM), cuja ação, juntamente com a pressão diária dos moradores, impôs à mineradora a obrigatoriedade de plantar uma cortina vegetal em torno do empreendimento visando reduzir o impacto das explosões e do consequente barulho, poeira e objetos arremessados sobre suas terras. Conforme o entrevistado 24A/L, que participou ativamente da Acost e trabalhou durante anos na subprefeitura de Costa do Ipiranga: “[...] as explosões ocorriam sem nenhum planejamento, de forma descontrolada e caótica, o barulho era ensurdecedor. Hoje melhorou bastante, as detonações ocorrem somente duas vezes ao dia a partir das 17h30m, com uma sirene de aviso, mas nem sempre foi assim” (agosto de 2016).

Os transtornos e os sustos provocados (os quais vêm junto com um permanente sentimento de medo, receio e apreensão) foram queixas recorrentes nas entrevistas. Como desabafa a entrevistada 23M, “[...] as explosões me assustam, quase engoli a bomba do chimarrão⁷ um dia, distraída da sirene” (setembro de 2016). Mesmo tipo de reclamação, ligada aos aspectos emocional e psicológico, faz a entrevistada 21M, que reside em propriedade que faz divisa com a empresa: “[...] tenho problema de audição e muitas vezes estou sem o aparelho e não consigo escutar a sirene que sinaliza as explosões. Eu tenho verdadeiro pavor com o estrondo. A minha casa estremece e passo muito mal” (agosto de 2016). Como ocorre com a depreciação do valor da venda do imóvel, também neste caso quanto mais próximo das detonações mais fortes elas serão ouvidas/sentidas, repercutindo em danos às moradias limítrofes à mineradora. Estas têm como resultado rachaduras nas paredes e vidros quebrados que exigem constante reparação e manutenção, gerando para as famílias um pesado custo (visto a maioria possuir poucos recursos econômicos) e constantes prejuízos materiais.

As rachaduras nas paredes são visíveis em quase todas as casas da comunidade próximas ao núcleo da mineração e também em algumas do entorno do lixão/aterro. Conforme relata a entrevistada 6A/L, “[...] estou distante quase três quilômetros da mineradora e a minha casa é cheia de rachaduras; a cada explosão tudo estremece aqui e as paredes trincam” (setembro de 2016). Por outro lado, há uma sazonalidade envolvida, visto que as queixas das explosões mudam de local e se agravam conforme a época, pois os veios de pedra migram conforme a necessidade e expansão da exploração mineral. Em alguns casos

⁷ Bebida tradicional no Rio Grande do Sul, a base de erva mate disposta em recipiente chamado “cuia” e ingerida com água quente por uma espécie de canudo de metal com umas das extremidades com forma achatada e com pequenos furos por onde é sorvida a água retendo a erva, denominado de “bomba”.

geram ainda mais custos as famílias pela necessidade de reforçar suas casas e construir alternativas de abrigo durante as explosões. É o caso da entrevistada 22M, cujo filho, morador da casa ao lado da sua, construiu uma varanda com chapa para se abrigar no momento das explosões e assim não correr o risco de ser alvejado pelas pedras: “[...] no meu aniversário minhas amigas vieram passar à tarde comigo e a gente teve que correr para debaixo da chapa por causa das detonações, elas ficaram apavoradas” (agosto de 2016).

Houve alguns relatos em outras entrevistas sobre esse episódio e a maioria das pessoas do núcleo da mineração (mas também do núcleo do aterro/lixão). Quando indagados sobre os incômodos das explosões, sempre se referiam a entrevistada 22M como a pessoa que atualmente mais sofria com a mineração. Segundo o presidente da Amalst, entrevistado 22A/L, “[...] quando eu ainda tinha a pecuária fui um dia levar uns produtos para ela, e fiquei tão chocado com o problema que ofereci ajuda, com advogado para processar a mineradora, mas ela depois de pensar a respeito se esquivou da oferta” (julho de 2016).

O processo de britagem⁸ também causa poluição sonora. Sobre esta última, embora seu impacto tenha já sido amenizado devido à introdução de inovações técnicas, ainda assim o ruído causado aparece como queixa em quatro (12%) dos lares entrevistados. Ademais, tanto as detonações como as outras etapas de extração mineral (como decapagem e britagem) comprometem a qualidade da água dos arroios - antes utilizados pelas famílias no seu cotidiano -, além de também provocar o aterramento da Sanga dos Padres e o assoreamento do arroio Santa Tecla, que está interligado com os arroios Sapucaia e Martins que, por sua vez, desembocam na foz do Rio dos Sinos. Segundo 7M, antiga moradora nascida e criada no bairro e cuja propriedade faz divisa com a empresa, “[...] o arroio está assoreado por causa da mineradora, aterraram lá em cima no morro e a terra desce do morro com as chuvas, caindo no mato e depois no arroio Santa Tecla. Nem as minhas terras são mais as mesmas por causa disso, imagina o arroio” (julho de 2016).

Abaixo é possível ver uma imagem (Figura 19) mostrando o assoreamento do arroio Santa Tecla, a jusante da propriedade referida, divisa natural entre a mineradora e propriedades, inclusive com a EEEF Santa Tecla, onde foi registrada a imagem. Desde 2014 houve algumas tratativas da parte da escola com a empresa, alertando para o assoreamento e pedindo medidas para resolver ou contornar a situação, como a reposição de mata ciliar e o cercamento de área da empresa que dá acesso à estrada e ao arroio, onde os trilheiros de moto

⁸ Processo de beneficiamento da rocha, que passa por fragmentação e moagem feita com equipamentos que causam barulho.

circulam, provocando danos também. Já em 2016 a escola fez um relatório entregue à mineradora dando ciência do fato, da falta de vontade da empresa em resolver o problema e alertando que o arroio vinha apresentando um quadro de poluição, com espumas e pedindo uma análise da água. A empresa então se prontificou a fazer a coleta e exame da água, que obviamente foi dada como isenta de qualquer contaminação. Com relação ao cercamento, disseram que não compensava para a empresa fazer a obra e ofereceram R\$500,00 para que a escola resolvesse o problema, que ficou sem solução, afligindo a escola, que sofre com invasões constantes ao espaço escolar, principalmente na Área de Preservação Permanente (APP) e horta orgânica. Quanto à mata ciliar, nem ao menos deram retorno sobre a possibilidade de replantio desta (Figura 19).

São recorrentes os problemas de alagamento devido ao assoreamento proveniente da atividade minerária. De acordo com o entrevistado 19M, que é profundo conhecedor da localidade e escreve para um jornal de São Leopoldo chamado jornal Ecológico, além de integrar a Associação dos Patrulheiros Ecológicos São Francisco de Assis (APESFA), “[...] o arroio está aterrado com o depósito de areia e brita e está poluído com a presença de óleo, enxofre e outros produtos químicos, o que levou a perda de mata ciliar” (agosto de 2016). E complementa: “[...] a paisagem foi destruída onde se localiza a mineradora. [Lá] não existe mais morro, chegando ao ponto de, por motivos de decapagem, soterrarem e transferirem o leito do Rio das Sangas, Sanga dos Padres, Sanga dos Morretes, Sanga do Quebra-dente, que se unem e deságuam no arroio Santa Tecla e Martins” (agosto de 2016).

Figura 19 - Assoreamento do arroio Santa Tecla



Fonte: Autora (2016).

O arroio Santa Tecla antigamente representava a principal fonte de água para os animais e era usada na irrigação das lavouras, sendo importante para as pessoas que vivem nesse núcleo, que se utilizava dele no dia a dia. Contudo, de algo precioso e querido pelos moradores este se apresenta hoje como problema, pois, por estar muito raso quando chove, transborda e alaga as propriedades próximas; já nos períodos secos, o nível de água se torna muito baixo. O entrevistado 19M, além de alertar sobre a relevância econômica do arroio para o bairro, conta com desolação, que se sente responsável pela vinda da mineradora para cá, pois intermediou a concessão e posteriormente o negócio da permuta: "[...] hoje já não tem mais peixes nos arroios, nem ratões do banhado. O arroio era utilizado pela comunidade que servia para os animais e para consumo da casa, até para cozinhar e hoje isso é impossível. E o arroio perdeu a utilidade para a comunidade" (agosto de 2016).

Ainda segundo 19M, se perdeu também bens imateriais como “[...] a paisagem e a memória histórica com a aniquilação da Sanga dos Padres e de um antigo cemitério jesuíta” (agosto de 2016). Somando-se às mudanças na paisagem e ao apagamento da memória, há ainda à perda do morro onde faziam passeios e de espaços de sociabilidade e lazer, como tomar banho na Sanga dos Padres e se reunir para pescarias no arroio Santa Tecla. Já para aqueles que tiveram que abandonar suas terras em razão da proximidade com a atividade, fica a revolta de não poder mais estar e viver nas terras de seus antepassados e cuja memória afetiva remete ao tempo da infância e ao convívio com parentes, vizinhos e pessoas próximas. Em seu depoimento, o entrevistado 1M, por exemplo, após lamentar a perda de “[...] três pequenas cachoeiras e uma paisagem exuberante, com uma variedade de animais”, relembra com nostalgia de uma Santa Tecla hoje já inexistente: “[...] é onde me criei, onde os meus amigos estão, conheço todo mundo, minhas raízes. Sinto pela transformação, pela perda da natureza, sinto falta de como era antes” (julho de 2016).

Já as pessoas que moram perto da britagem e da administração da mineradora estão sujeitas a outro tipo de riscos e temem inclusive pelo armazenamento de explosivos. Segundo o entrevistado 3M, morador cuja propriedade faz divisa com a empresa, “[...] só fui me dar conta do risco e do quanto estou vulnerável quando a empresa foi invadida e assaltada exatamente por causa dos explosivos. Não sabia que armazenavam tanto” (julho de 2016). De todo modo, em todos os depoimentos aqui transcritos os constrangimentos relatados demonstram como a atuação da mineradora compromete a qualidade de vida dessas pessoas; para alguns com mais intensidade, para outros menos, mas todos sentindo de alguma forma e a seu modo os efeitos palpáveis e intangíveis da exploração mineral.

3.1.3 A terceira aflição: poluição atmosférica e problemas de saúde

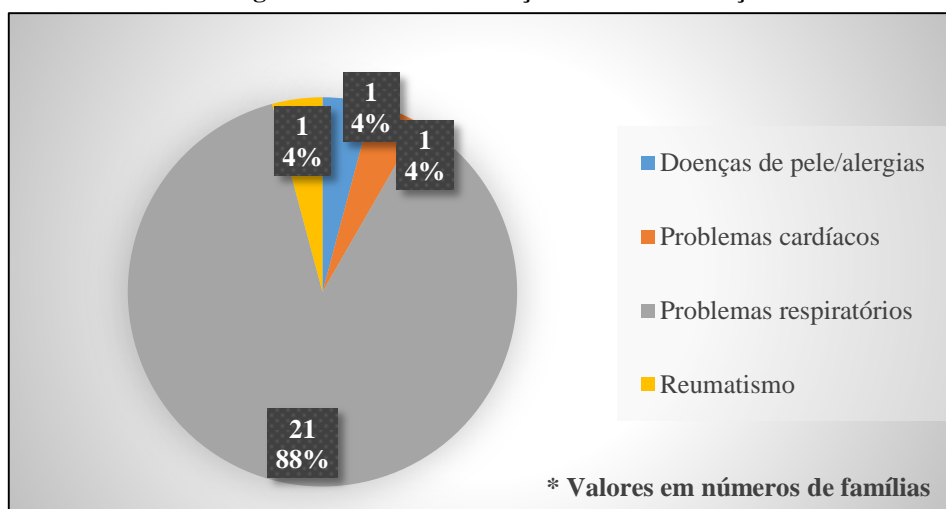
O terceiro incômodo gerado pela mineração (e que surgiu em 14 entrevistas) refere-se à poeira oriunda das explosões e do trânsito dos caminhões que transportam as pedras extraídas das minas. O desconforto de ter de conviver com a poeira constante, tornando o ar muito ruim, aumenta principalmente no verão. A contrapartida da mineradora tem sido, em dias muito quentes e de muito pó, passar um caminhão pipa pela estrada principal e vicinal em frente à escola Santa Tecla para amenizar a secura do ar imposta pela atividade. Paliativo hoje existente devido às inúmeras reclamações da comunidade, porém essa medida não é sistemática ou regularmente aplicada. A espessa névoa de poeira que se acumula muitas vezes em torno do morro Santa Tecla, torna o problema visível, porém no geral esse tipo de poluição passa despercebido daqueles que não moram no local, exatamente por não sentirem cotidianamente os desconfortos gerados pelo problema que nem sempre é visível.

Além dos inconvenientes rotineiros devido ao excesso de poeira nas casas e que exige da comunidade mais esforços e gastos para manter suas residências minimamente limpas, esta traz também problemas de saúde, apesar de que nem sempre são detectados e da dificuldade de serem associados diretamente à atividade. De todo modo, 88% (21) das pessoas entrevistadas nesse núcleo tem algum problema de saúde relacionado a doenças respiratórias⁹ crônicas¹⁰. Dado este que, se não pode ser tomado como prova de que todas elas são decorrentes da exposição à poeira, certamente representa um forte indicativo de que uma parte expressiva dos moradores provavelmente desenvolveu problemas respiratórios (ou, se já existentes, foram intensificados) por conta desta mesma exposição. A pergunta aplicada aos entrevistados não se restringiu somente a eles, abrangendo também a família nuclear, sendo a pergunta: “[...] você ou as pessoas que moram na casa tem algum problema de saúde, se sim, quais?”. A Figura 20 mostra os resultados.

⁹ O número de óbitos por doenças respiratórias no ano de 2014 em Porto Alegre foi de 1.281 pessoas e Gravataí, 197 (CIDADES/IBGE, 2014).

¹⁰ De acordo com Ministério da Saúde, “[...] doenças respiratórias crônicas (DRC) são doenças crônicas tanto das vias aéreas superiores como das inferiores. A asma, a rinite alérgica e a doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) são as DRC mais comuns. Representam um dos maiores problemas de saúde mundialmente” (BRASIL, 2010, p.8).

Figura 20 – Gráfico Doenças-Núcleo Mineração



Fonte: Autora (2016).

Entre as doenças respiratórias relatadas, a rinite alérgica foi a mais citada. Causada pela inalação de partículas estranhas ao corpo - o que provoca uma reação imunológica que acarreta obstrução nasal, coriza, coceira no nariz, espirros -, ela também pode ser ocasionada por uma predisposição genética, por pólen, poluição ambiental, mas tem na poeira um dos principais responsáveis por esse quadro.

A entrevistada 13M achou estranho o fato de sua mãe, que viveu sempre na localidade de Santa Tecla e não ser fumante, ter contraído bronquite. Fazendo um elo com pessoas que trabalharam na mineradora e sabidamente tiveram problemas respiratórios, segundo ela “[...] não foram poucos os casos de trabalhadores, não dessa empresa, mas da anterior, que morrerem por causa da exposição a atividade” (julho, 2016).

Por fim, como se disse, a pesquisa não se ateve ao levantamento dos funcionários e ex-funcionários da empresa que tiveram problemas de saúde devido o exercício da atividade. Ainda assim se teve acesso a relatos a respeito de casos notórios em que trabalhadores da mina morreram ou estão doentes pela exposição à atividade, casos estes que o entrevistado 1M relata: “[...] foram vários os casos de pessoas que trabalharam a vida toda na mineração e tiveram problemas de saúde e depois vieram a falecer por conta disso” (julho de 2016).

3.1.4 Mineração, Estado e iniciativa privada

Já a mineradora, para dar conta de tais riscos e impactos, se utiliza de outros expedientes, atuando sistematicamente de forma assistencialista, auxiliando a comunidade de forma eventual com pequenos donativos às igrejas, às escolas, para festas da comunidade,

para o CTG, Pró-Natal e outros eventos. Além dessas práticas pseudo filantrópicas, entre as estratégias da empresa para a superação dos problemas que provoca também está a cooptação de pessoas com prestígio e liderança na comunidade. Da mesma forma, usa como subterfúgio a maquiagem dos reais danos ecológicos que ocasiona e a isenção de responsabilidades, atuação esta que se reflete na sua prática com a comunidade. Como exemplo dessa postura, a empresa doou uma pequena área verde para a construção de uma praça em frente à EEEF Santa Tecla, porém, não a doou pronta e repassou a responsabilidade à prefeitura, delegando a esta a incumbência e o custo de fazer as obras de infraestrutura, adquirir os equipamentos e dar manutenção (Figura 21 e 22).

Figura 21 – “Praça” em frente à escola Santa Tecla



Fonte: Autora (2017).

Como se pode notar nas imagens, a “praça” na realidade não existe como tal. Em 2010 fizeram em parceria com a prefeitura, algo que ia nessa direção em uma área de um hectare (onde inclusive passa uma sanga) sem, contudo, fazer obras de infraestrutura que garantissem sua conservação. Segundo relato do entrevistado 13M, a obra “[...] foi no valor de 207 mil [reais] pagos a uma empresa para a construção da praça, embora somente tenha sido feita a limpeza da área e colocado os brinquedos” (julho de 2016). Ainda segundo relatos de pessoas da comunidade, as mudas de árvores que vieram para ser plantadas na praça foram abandonadas no local (ou seja, não foram plantadas) pelos funcionários da prefeitura. O resultado do descaso, tanto da prefeitura quanto da mineradora, é evidente nesse caso, com a área de lazer surgindo praticamente natimorta para a comunidade, que dela não

pode usufruir devido à insalubridade do local, aliada à ausência de infraestrutura básica e manutenção, capina regular e limpeza da área, como é visível na Figura 22.

Figura 22 – “Praça” em frente à escola Santa Tecla



Fonte: Autora (2017).

Para a entrevistada 13M, “[...] deveriam investir em lazer para a gurizada, [mas] deram só o terreno da praça para a prefeitura e não fazem nada pela comunidade, só destroem” (julho de 2016). Ainda conforme a entrevistada 13M: “[...] a praça deveria ser entregue a nós pela mão da mineradora e pronta. Somente a doação do terreno é pouco, pois não fazem nada pelos jovens, que não tem nenhum lazer, como é oferecido nos centros urbanos, como praças, rampas de skate e outros esportes” (julho de 2016). E também para a entrevistada 5M, “[...] a mineradora não tem nenhum projeto social na comunidade, doaram a praça para prefeitura, só o terreno e mais nada, eles pouco ajudam” (julho de 2016).

De fato, a “praça” (ou local onde ela deveria existir), fruto da parceria entre prefeitura e mineradora e apelidada pelos moradores de “elefante branco”, para a comunidade somente gera estresse e preocupações pelos riscos que oferece às crianças, principalmente aos alunos da EEEF Santa Tecla. Como esta fica em frente ao local, muitas vezes os alunos frequentam a “praça” antes do horário inicial das aulas e no término dos turnos. Porém, sem a devida conservação e infraestrutura, além do mato alto impedir o acesso aos brinquedos, o lugar torna-se perigoso por causa de cobras venenosas e outros animais que passaram a habitar o local.

Quanto ao Estado representado pela prefeitura de Gravataí, foram inúmeras às vezes em que como vice diretora da escola EEEF Santa Tecla, fui testemunha da negligência dos administradores municipais, sendo incontáveis as chamadas feitas por nós da equipe diretiva para virem fazer a manutenção. Cobrança esta feita também por outras pessoas da comunidade, até serem (sermos) "vencidas pelo cansaço", acabando por entender (ainda que não aceitasse) que de fato nada irá acontecer. A prefeitura, apesar dos apelos dos moradores com relação à sua limpeza, não dá o mínimo suporte, é muito esporádica a vinda (uma a duas vezes ao ano) de funcionários e trabalhadores. Fato que inviabiliza a utilização do espaço por praticamente todo o ano, pois em torno de um mês a vegetação logo cresce e se expande no local novamente. Como resultado, gradativamente os brinquedos e equipamentos vão se deteriorando ou sendo vandalizados ou furtados. Soma-se a isso ainda o fato da prefeitura de Gravataí ter administrado e destinado à verba de uma obra para a qual é difícil conceber um gasto de 207 mil reais, sendo o destino de todo este valor uma incógnita para a comunidade, visto ser evidente que todo este recurso não foi aplicado na construção da praça.

Já no caso da mineradora, além de culpar e responsabilizar a prefeitura pelo descuido da área, a estratégia nesse caso tem sido de aparecer como figura benemérita, de quem faz ações pró-comunidade com a doação supostamente descompromissada de um ha de terras. No entanto, segundo depoimento de um representante da antiga Acost, o ato se deu devido à exigência de compensação ambiental em razão de danos ambientais cometidos pela empresa anterior, a Guaporense, comprada pela atual mineradora e que explorou em área não autorizada e foi multada. Ou seja, ao contrário de representar uma “boa ação” da empresa para a comunidade, se trata de uma medida legal de caráter obrigatório e não fruto de um aparente gesto desinteressado, feito por pura generosidade. Assim, conforme o entrevistado 24A/L:

Na época a Acost fez pressão porque a mineradora estava explorando em áreas não autorizadas. Entramos com uma Ação cível Pública contra a então mineradora Guaporense por danos ambientais. Eles foram multados e com a troca de proprietários a mineradora Vera Cruz¹¹ ficou responsável pela compensação e dou as terras a Acost e a prefeitura se incumbiu da construção (julho de 2016).

De fato, analisando essa estratégia de efeito cosmético da mineradora, tal ação, embora possa ser usada como propaganda e argumento de que está preocupada com a comunidade, teve efeito positivo bastante limitado sobre os moradores. Quando perguntado

¹¹ A empresa atualmente se chama Pedra Mineração e Pavimentação, mas continua pertencendo aos mesmos proprietários, mantendo o nome empresarial de Vera Cruz, havendo somente uma troca do nome fantasia.

aos entrevistados a respeito de mitigações ambientais ou compensações, a maioria diz desconhecer medidas efetuadas pela empresa nesse sentido. Além disso, embora se refiram sempre aos auxílios pontuais já mencionados, a maioria tem olhar crítico com relação à “praça”, mesmo sem saber que é na verdade uma compensação devida à comunidade, caso da entrevistada 5M, para quem “[...] a mineradora não faz praticamente nada pela comunidade, aquela praça é uma vergonha” (julho de 2016).

Das mitigações ambientais se tem conhecimento através das adequações exigidas pela Fepam e FMMA, caso do plantio da cortina vegetal e do replantio de mata nativa. Algumas poucas pessoas do núcleo têm conhecimento sobre tais medidas de mitigação, entre elas a entrevistada 24M: “[...] a mineradora fez reflorestamento da mata nativa, recuperação ambiental, tem áreas com muita mata nativa” (julho de 2016); e o entrevistado 29M, funcionário da empresa Pedra Mineração e Pavimentação, segundo o qual “[...] plantamos mais de oito mil pés de árvores” (julho de 2016). Assim, a comunidade, como pouco sabe, também pouco cobra, sendo mínimo o retorno da empresa aos moradores.

Embora em menor medida - muito em razão da distância, o que ameniza os transtornos da atividade -, a relação desigual da mineradora também se verifica com o núcleo do lixão/aterro. Segundo a entrevistada 7A/L, que mora no entorno deste, distante dois quilômetros da empresa, “[...] a mineradora incomoda por causa dos tremores e das explosões, treme janelas e portas e provoca rachaduras e muita poeira” (julho de 2016). Contudo, os prejuízos materiais desse núcleo por causa da mineração se concentram na precarização do acesso e das condições da estrada Henrique Closs, como relata o entrevistado 13A/L, reciclador da ARST e morador da Vila Tripa, “[...] a minha irmã tem moto e está sempre com problema nas rodas e pneus e tem muita despesa por causa da manutenção, os caminhões da mineradora estragam a estrada e dão prejuízo” (julho de 2016).

A comunidade de Vila Tripa jamais solicita algo da mineradora, exceto o pleito do emprego, do qual nunca são atendidos. Conforme a entrevistada 10A/L, que no momento está sem trabalho, “[...] acho que a mineradora não emprega as pessoas da Vila Tripa e que o aterro também não, só a associação, as outras empresas do bairro não empregam também” (julho de 2016). Embora sofram com as explosões, tremores e principalmente com os caminhões da mineradora, nunca fizeram denúncias ou a processaram. O empreendimento encontrou resistência na comunidade de forma coletiva somente quando deflagrou um problema pontual, devido à precariedade da estrada, causada pelos caminhões da mineração, conflito ocorrido no ano de 2014, como descrito anteriormente.

Segundo Bezerra e Acselrad (2010), o Estado sucumbe à pressão do capital ao flexibilizar leis, ao não investir na efetiva fiscalização ambiental e ao conceder outras vantagens econômicas e logísticas a esses empreendimentos. De fato, notadamente a área de atração destes são os locais onde existe fragilidade de organização social, aliada à convivência e omissão por parte do poder público em que muitas vezes participam e atuam os próprios gestores dos mesmos empreendimentos. Por outro lado, diferentes formas de pressão e coação foram utilizadas pela empresa em Santa Tecla, entre elas estão inicialmente à tensão psicológica através das explosões feitas sem medidas de segurança e sem controle e que, ao final, lhes propicia a expansão das áreas de mineração com a saída forçada da vizinhança. Em síntese, a comunidade de Santa Tecla absorve as consequências do empreendimento. Embora contrariada com os riscos, danos e pressão psicológica, a resistência aqui se faz de modo isolado, com as pessoas se colocando contrárias ou em oposição à mineradora quando diretamente atingidas, o que gerou ao longo dos anos muitas reclamações, poucas denúncias e raros processos.

3.2 NÚCLEO DO ATERRO/LIXÃO

Este subcapítulo aborda as implicações e problemáticas decorrentes da instalação do aterro/lixão, e os comprometimentos ecológicos que afetam a comunidade que vive em seu entorno.

3.2.1 Instalação do lixão/aterro: entre desapropriações, reocupações, perda de atividades produtivas e de qualidade de vida

Entre as marcas intangíveis da vinda do lixão/aterro para Santa Tecla estão o preconceito e a discriminação ligados ao estigma de se viver próximo a um local onde se depositam os restos e a sobra - "[...] o que não presta mais" (LIMA, 2015) - de uma sociedade de consumo como a brasileira. Mas, embora afete de forma mais acentuada quem reside na Vila Tripa e no entorno do aterro/lixão, também quem mora próximo ao núcleo da mineração carrega o signo-sinal social de morar perto de algo "sujo", "imundo", "fétido". Aqui, tal como no caso da mina, as pessoas também são submetidas a diversos constrangimentos, como os relativos ao processo de desapropriação, à perda da paisagem e de suas memórias afetivas. Além de viverem sob o espectro do risco e insegurança decorrentes de contaminações e da baixa qualidade de vida oriunda do mau cheiro constante, os impactos ecológicos a que estão

expostos aumentam devido à proximidade com o empreendimento e pela sua proporção¹². Para já dar uma ideia do que se está falando, as imagens abaixo, feitas em 2013, mostram a área de deposição e o trabalho de redistribuição dos resíduos (Figuras 23) e a dimensão do aterro/lixão (Figura 24).

Figura 23 - Aterro/lixão e a redistribuição dos resíduos feita na parte mais alta do “morro”



Fonte: Correio de Gravataí, (2013).

¹² Uma verdadeira montanha de lixo que por vezes chega a confundir as pessoas, as quais pensam se tratar de uma montanha de fato, o que ocorreu com alunos da UFRGS ao visitarem a COOTRACAR, em 2013, quando alguns deles, apontando para o aterro/lixão que estava a sua frente, perguntaram: “e aquele morro, o que é?”

Figura 24 - Imagem de Divulgação do Aterro Sanitário Santa Tecla que dá uma ideia da sua dimensão



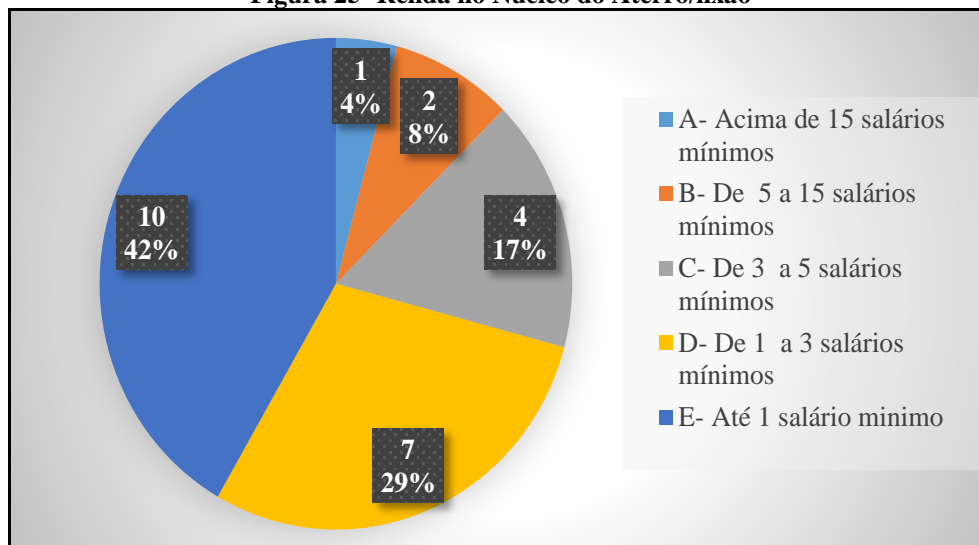
Fonte: PREFEITURAS....., (2015).

Como se pode notar pela dimensão do empreendimento visto nas imagens, a poluição da água, do solo e do ar é sentida de forma significativa na região, trazendo também problemas materiais como perda de animais, de produção agrícola e outros impactos relatados por moradores e amplamente publicizados pela mídia, os quais serão vistos a seguir.

Diferente dos moradores do núcleo da mineração, no caso da Vila Tripa, como parte das famílias já foi expropriada no passado e visto que de fato se trata de uma ocupação cuja legalidade é muito precária (colocando as pessoas sob constante ameaça de desocupação devido à acusação recorrente de ser uma "invasão" e, portanto, legalmente "irregular"), a depreciação econômica de imóveis não é uma questão para seus moradores. O que não é o caso daqueles que vivem no entorno do aterro/lixão e que tem suas propriedades regularizadas, os quais se sentem afetados materialmente em virtude da desvalorização de suas terras. Exemplo disso é que, dos oito entrevistados do entorno, seis tocaram nessa questão (ver próximos tópicos).

Quanto a Vila Tripa, embora não sofra com a depreciação dos imóveis (que por si só já indica uma condição de vulnerabilidade social), a renda nessa comunidade é bastante baixa, conforme a Figura 25.

Figura 25- Renda no Núcleo do Aterro/lixão



Fonte: Autora (2016).

É importante observar a distinção socioeconômica e o perfil das pessoas que moram na Vila Tripa em relação àqueles que, embora pertençam ao mesmo núcleo, residem no entorno do aterro/lixão (Tabela 5). Das 24 entrevistas, oito foram realizadas no entorno e 16 na Vila Tripa, desses últimos 10 deles pertencem à classe “e” e recebem até um salário mínimo, os seis restantes são da classe “d” (quanto aos demais entrevistados na área do entorno do aterro/lixão, sua condição socioeconômica é mais elevada, com somente um entrevistado pertencendo à classe “d”, quatro à classe “c” e o restante às classes “a” e “b”).

Tabela 5 – Renda no entorno do Aterro/lixão e Vila Tripa

Renda-núcleo aterro/lixão	Vila tripa 16	Entorno aterro/lixão 8
A- acima de 15 salários mínimos	0	1
B- de 5 a 15 salários mínimos	0	2
C- de 3 a 5 salários mínimos	0	4
D- de 1 a 3 salários mínimos	6	1
E- até 1 salário mínimo	10	0

Fonte: Autora (2016).

Como se pode observar abaixo (Figura 26), a composição profissional é predominantemente de atividades ligadas ao tratamento de resíduos. Boa parte das profissões dos moradores da Vila Tripa estão associadas à limpeza urbana e a catação e reciclagem em particular. Desses, cinco são catadores e recicladores pertencentes à Associação de Recicladores de Santa Tecla (ARST) e uma pessoa trabalha como catador-reciclador autônomo. Sobre esta última, a Figura 31 mostra a vista do seu pátio onde o neto brinca de

bicicleta (ao fundo e a esquerda), também a casa de uma filha e, à direita, da casa de outra filha.

Dos três entrevistados que vivem de aposentadoria ou auxílio doença, um é da Vila Tripa, recebendo auxílio doença e impossibilitado de continuar exercendo a atividade de reciclador; os outros dois são do entorno, aposentados, um como bancário e outro como comerciante. Moram na Vila Tripa dois catadores que trabalham com limpeza urbana e com serviços gerais na EMEF Humberto de Campos. Sobre os demais entrevistados da vila, além de uma cobradora de ônibus e de um agricultor-carroceiro, duas pessoas no momento estavam desempregadas (uma sem envolvimento com o universo dos resíduos e a outra trabalhando como coletora para uma empresa) e mais duas pessoas não trabalham fora de casa, executando serviços domésticos.

Já no caso da população do entorno, dos oito entrevistados dois são aposentados, um comerciante, um vigilante, um agricultor-construtor, um professor, uma pessoa que trabalha com atividades domésticas e uma paisagista. Ou seja, diferentemente da Vila Tripa, a composição do entorno do aterro/lixão praticamente não tem envolvimento direto com as atividades que remetem aos resíduos. Cabe observar que a categoria de reciclador cooperativado sequer aparece, pois nenhum dos entrevistados tem qualquer envolvimento com a COOTRACAR. Abaixo, segue a figura com as profissões do núcleo do aterro/lixão.

Figura 26 - Profissões núcleo Aterro/lixão



Fonte: Autora (2016).

Já sobre os transtornos e problemas com relação à operação do aterro/lixão iniciam-se com sua instalação em 1997 e com o processo de desapropriação das terras onde já existia o lixão (cerca de 12 ha). Quando as duas famílias proprietárias e uma de agregados (que

moravam nas terras com o consentimento do proprietário sem pagar aluguel ou arrendamento) que ali habitavam tiveram que se retirar, foram, segundo seus depoimentos, ludibriados e lesados, pois tiveram suas propriedades avaliadas de forma depreciada e até hoje nunca foi pago todo o valor devido. Conforme o entrevistado 14A/L, que é filho de um dos antigos proprietários das terras onde hoje está localizado o aterro/lixão, além de passar por todo processo de coação até serem despejados, tiveram que viver por um tempo de favores até retornar mais tarde, só que agora como "invasores" do que antes eram suas terras: “[...] sofremos violência física e humilhação. A gente não iria sair daqui nunca, minha família se esforçou uma vida para comprar as terras, fomos criados aqui e educados a nunca vender, nosso sustento era este” (julho de 2016).

Ainda de acordo com 14A/L, os parentes que tinham um pouco mais de condições financeiras tiraram as “aberturas” da casa e foram embora e ele e a família ficaram até o último momento do despejo. Depois disso, indignado com o que havia ocorrido, conta que voltaram e ocuparam a “área verde”¹³ situada no entorno do aterro. A ex-esposa de 14A/L, 11A/L, rememorou o episódio durante a entrevista:

Nos deram um prazo, mas a gente não saiu e a gente teve que sair correndo por que as máquinas derrubaram as casas e não deu tempo de tirar as coisas de dentro. Peguei meus filhos e um neto de 10 meses e a gente foi largado na estrada. A indenização foi uma mixaria e não pagaram antes da gente sair. A gente foi pra casa de amigos e depois de um mês a gente voltou (julho de 2016).

Esse foi o processo que levou a constituição da Vila Tripa (Figuras 27 e 28), transformando a realidade dessas pessoas radicalmente, as quais mudaram do status de proprietárias, moradores e/ou agricultores para o de “invasores”, passando a viver clandestinamente dos resíduos depositados no lixão/aterro.

¹³ As pessoas na comunidade se referem a área do entorno do aterro como se fosse uma área verde, porém, ela era de propriedade de um senhor, segundo consta abastado, que residia em Porto Alegre, hoje já falecido, que teria cedido as terras aos ocupantes, desde que estes não ampliassem a área apropriada para o lado oposto da estrada Henrique Closs, onde continuava suas terras.

Figura 27 – Imagem de algumas casas da Vila Tripa situadas de frente para a estrada Henrique Closs e com fundos para o aterro/lixão



Fonte: Autora (2017).

Figura 28 - Pátio na Vila Tripa com o “morro” do aterro/lixão ao fundo, Santa Tecla, Gravataí/RS



Fonte: Autora (2017).

Como dito, quando da desapropriação, havia duas famílias com posse regularizada, antigos criadores de porcos, proprietários de “barrera” e alguns agregados. Os prejuízos materiais e imateriais não foram poucos. Uma das famílias tinha mais recursos e não retornou ao local, mas a outra, que criava porcos, e um casal de agregados retornaram e ocuparam a

área. Com o tempo, foram vindo outras pessoas, dando assim origem a Vila Tripa. Sobre estas últimas, segundo depoimento de entrevistado 4A/L, “[...] meu pai trouxe alguns amigos, pessoas que necessitavam e depois com o passar do tempo o outro casal também foi trazendo seus parentes” (julho de 2016).

Atualmente a ocupação tem 24 habitações cujas famílias têm laços de parentesco direto ou indireto. Exemplo disso pode ser visto a partir da própria entrevistada 4A/L, em cujo pátio há três casas além da dela, todas de filhas, e um galpão onde deposita os resíduos (ver Figuras 30, mostrando o galpão de reciclagem; e Figura 29, com a casa de uma de suas filhas).

Figura 29 - Casa na Vila Tripa



Fonte: Autora (2017).

Como observa Bourdieu (2007, p.161), a ocupação do espaço habitado passa pela forma como este se estrutura socialmente e pelo contexto em que se encontra definido seu modo de apropriação, configurando um quadro denominado pelo autor de “oposição espacial”: “[...] o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, sob a forma sutil da violência simbólica”. Assim, a segregação espacial é fruto da desigualdade nas relações de poder e se concretiza na precariedade e na localização das moradias das camadas das populações de baixa renda, caso dos moradores da Vila Tripa (Figuras 30 e 31).

Figura 30 – Galpão de depósito de resíduos

Fonte: Autora (2017).

Essa nova realidade - criada a partir da intervenção do próprio Estado quando da “modernização” do lixão ao ser transformado em aterro sanitário - vai levar a outros constrangimentos, como o impedimento das famílias que lá estavam de dar continuidade ao modo como viviam suas vidas. Esta é a principal indignação do entrevistado 14A/L, que se reconhece como agricultor e hoje faz fretes com carroça: “[...] a gente era agricultor, tinha vacas leiteiras, cavalos, porcos; e a gente plantava e tinha pomar. A propriedade tinha 10 ha e 800 metros, e por causa do próprio lixão deram o preço lá em baixo e disseram que era improdutivo, o que foi uma injustiça” (julho de 2016).

Ainda segundo 14A/L, ele e sua família não podem mais plantar ou criar animais: “[...] perdi cavalos que fugiam e iam para o aterro/lixão e os guardas prendiam e como era proibido eu não buscava e perdia o bichinho” (julho de 2016). Muitos também perderam animais que fugiam e se contaminavam com a água do arroio quando havia vazamento de chorume, o que inclui, no caso de 4A/L, seu próprio filho, que também foi entrevistado. Ambos, pai e filho trazem consigo e de certo modo traduzem o sentimento de outras pessoas da Vila Tripa que tiveram dias melhores naquelas terras e que hoje se sentem humilhadas e prejudicadas: “[...] as terras estavam com a família desde o meu bisavó, há mais de 200 anos, e era documentada. E a família sabia o quanto era importante conservar aquelas terras compradas com muito sacrifício pelo meu bisavó, que deixou para meu avó e depois para o meu pai” (outubro de 2016).

Figura 31 - Pátio de recicladora da Vila Tripa



Fonte: Autora (2017).

Hoje não resta mais nada da paisagem de outrora. Para o entrevistado 13A/L, reciclador da associação Santa Tecla, “antigamente era muito melhor, me criei aqui, a paisagem era bonita. Antes do lixão o lugar era outra coisa, a gente tinha animais e plantava aipim, cana, tinha vaca e a gente ordenhava leite” (julho de 2016). Também a entrevistada 7A/L (irmã de 4A/L) se ressentiu por que a família não pôde continuar a viver da forma que vivia antes, sendo sua fala permeada de nostalgia do tempo em que a família tinha “[...] alambique, tafona de farinha e que os avós e pais plantavam e criavam animais” (julho de 2016). Já o entrevistado 4A/L - neto dos antigos proprietários, também morador da Vila Tripa e que fez denúncias explícitas contra o aterro/lixão - lastima:

Foi a pior coisa que o meu avô podia ter feito. Por causa de mais dinheiro aceitou colocarem lixo nas terras dele e deu no que deu. Hoje não temos mais terras, tivemos que invadir, porque nunca pagaram direito e mandaram a gente sair sem ter recebido o dinheiro. E tivemos que viver com o cheiro ruim o tempo todo e não podemos mais plantar (julho de 2016).

Como se vê, nessa família a revolta chega aos mais jovens, que se ressentem daquilo que pouco viveram, como ter ao seu lado árvores frutíferas e os cultivos na área de roça. E se queixam porque a eles foi impingido à convivência com o cheiro ruim e ter de viver do (e quase no) lixo e da reciclagem. Conforme a entrevistada 7A/L, mãe dos jovens citados acima, a alternativa (infernál) que lhes restou foi se criar em cima do lixão: “[...] meus filhos foram criados na montanha de lixo e lá brincavam até de escorregador” (julho de 2016). Ou seja, lhes

foi sonogado uma infância lúdica, bucólica e, no seu lugar, imposto à fealdade da convivência com uma “montanha de lixo” que chegou a medir 81 metros, segundo administrador do aterro/lixão (entrevistado 4Ó).

A isso, somado aos danos ecológicos causados pelo lixão/aterro, sobrevém o constrangimento das pessoas decorrente do fato de não poderem usufruir do espaço que vivem como gostariam ou de compartilhá-lo com amigos e parentes em razão da proximidade com o empreendimento. O que gera um sentimento geral de frustração para quem levava uma vida próximo à natureza, sem poluição, sem cheiros desagradáveis e longe dos transtornos diários da cidade, como ruídos provocados pelo tráfego intenso dos caminhões. Já com relação aos aspectos materiais, está posto que as pessoas da Vila Tripa se ressentem daquilo que atinge diretamente suas vidas (e, por vezes, mesmo sua própria existência), como é o caso do impedimento de realizarem atividades agrícolas, como relata outro entrevistado, 6A/L, morador do entorno do aterro/lixão: “[...] não posso mais plantar, ter pomar, porque as frutas adoecem e caem antes de se desenvolverem” (julho de 2016).

3.2.2 Vila Tripa, estratégias de vivência e reinvenção identitária: catação noturna, guardas e porcos

Embora as pessoas da Vila Tripa estejam vinculadas à atividade de catação e dependam de alguma forma do lixo, elas não deixaram de passar por constrangimentos posteriores relativos à implantação do aterro/lixão. Isto porque, quando a área era somente um lixão elas tinham livre acesso aos resíduos, o que não ocorre mais com a mudança de “categoria”, pois o aterro sanitário implica maior controle e respeito a normas técnicas que se incompatibilizam com a prática da livre catação (ou, nos termos dos catadores, “catar pra si”¹⁴) ao ar livre e em contato direto com o material depositado.

Contudo, mesmo os catadores sendo peremptoriamente proibidos de acessar os resíduos, tal proibição não foi acatada por eles e, ao menos inicialmente, cobrada pelos órgãos competentes. O que passou a ocorrer na medida em que o lixão/aterro avançava em sua “transição”, recrudescendo com isso o controle sobre os catadores. De fato, em alguns períodos a catação era vista inclusive de forma positiva, pois, para os administradores, agilizava e otimizava o trabalho no aterro/lixão, tamanha a quantidade de resíduos que

¹⁴ Por algumas vezes ouvi essa expressão dos catadores, quando queriam indicar que catavam sem vínculo com a associação.

recebiam diariamente. É o que consta no depoimento para um jornal da região do então presidente da Associação de Recicladores de Santa Tecla (ARST):

Acresce à tese a comparação da quantidade aterrada nos dias em que os catadores clandestinos são proibidos de subir ao lixão. A cada vinte caminhões que chegam ao depósito, quando as 50, 60 pessoas sobem para revirar o lixo, podem colocar mais 10 caminhões em cima que terá espaço. Quando não tem ninguém lá para fazer esse trabalho, colocam os 20 e pronto. Mas na realidade todo mundo é consciente das leis. A ordem de não subir é dada, mas a necessidade ainda faz muita gente ignorar⁷. Gelson coordena 25 famílias, responsáveis pelo mesmo ofício, porém regularizado junto aos galpões de reciclagem localizados dentro do aterro, hoje operado pela Mecanicapina (AS MÃOS ..., 2009).

Dessa forma, no transcorrer da existência do aterro/lixão, ora havia medidas proibitivas efetivamente cobradas, ora flexibilidade na sua aplicação (por vezes, quase que de modo institucionalizado). Ao mesmo tempo, havia também o famoso “jeitinho”. Nos relatos coletados, constam entre as práticas e estratégias dos catadores para a continuidade da catação, a convivência dos guardas e funcionários do aterro/lixão, obtida através da doação de porcos oferecidos pelos catadores, os quais criavam os animais provendo sua alimentação com parte do lixo. O silêncio dos guardas, pago com porcos, é relatado pela entrevistada 14A/L: “[...] era proibido, mas a gente catava igual; e os porcos se alimentavam dali. A gente pagava os guardas com os bichos e, quando iam levar os porcos, a gente separava uma semana ou duas antes e deixava preso. Ia uns 15 porcos para cada um dos guardas, que geralmente eram dois” (julho de 2016).

A finalidade do confinamento dos suínos antes de serem “doados” para os guardas era de alimentá-los com ração e não com o lixo, talvez condição imposta pelos próprios guardas. De fato, é notório no município o preconceito existente com relação à carne de porco oriunda de Santa Tecla e hoje, refletindo sobre esses relatos, fica mais fácil entender como essa construção (do gosto) se processou e seu reflexo sobre as pessoas que passaram a demonstrar resistência à produção local, comercializada de forma clandestina nos pequenos açougues e minimercados da região de Gravataí e Cachoeirinha, com preços inferiores ao mercado.

De todo modo, segundo os depoimentos, chegou a ser em torno de quatro mil os porcos soltos à noite no aterro/lixão, os quais se alimentavam enquanto seus criadores vasculhavam o mesmo lixo. Já quanto ao período em que houve maior rigidez e cobrança em relação à alimentação desses animais a partir do lixo, este se deu quando a capital Porto Alegre passou a ser responsável pela administração do aterro/lixão, a partir de 1998. Mais especificamente, no breve período em que a Fepam concedeu a licença de operação deste, o qual foi bastante curto, posto que ela não foi renovada, com a administração operando a partir de então na maior parte do tempo através de liminares.

Segundo noticiou o Correio de Gravataí (2004), “[...] para a Fepam, no entanto, a vida útil do local terminou em abril de 2004”. De acordo com 14A/L, depois de algum tempo representantes da Fepam foram até o local e desde aí se proibiu (em termos legais) a catação no aterro/lixão, e a partir desse momento os catadores passaram a ser perseguidos pelos guardas: “[...] eles não perdoavam se te pegavam sozinho. Quando a gente tava junto eles não se metiam, só ameaçavam, mas sozinho eles até batiam. E se um cavalo fugisse e fosse para lá, lá ficava, porque se fosse buscar o problema ia ser maior” (julho de 2016). Mas ainda em 2009 a catação ocorria de forma tão intensa que era quase encarada como “parceria”, conforme reportagem em jornal (AS MÃOS ..., 2009), que trazia na capa (Figuras 32 e 33) fotos da prática da catação no aterro/lixão e a história desses catadores:

A polêmica existência do aterro Santa Tecla é discutida na justiça desde 2002. De um lado, a prefeitura de Gravataí na busca pelo licenciamento e ampliação. Do outro, ambientalistas e moradores, apoiados pelo Ministério Público, exigem seu fechamento. Já os catadores flagrados no lixão pela reportagem na última terça só querem sobreviver e com isso indiretamente ajudam a manter o depósito em pleno funcionamento (AS MÃOS ..., 2009).

Segundo os depoimentos, a catação nunca cessou e em determinados períodos aos catadores foi imposto diversas humilhações e ameaças que afetaram sobremaneira seu meio de vida, com situações de violência e criminalização devido à condição de ilegalidade. A partir daí a comunidade da Vila Tripa, devido à proibição da catação no aterro/lixão e a ação da guarda ostensiva, passou então a arriscar suas vidas na catação noturna, até serem, segundo contam os técnicos da prefeitura, “completamente impedidos”. Esta alternativa (noturna) criada por eles é relatada pela entrevistada 12A/L: “[...] quando não deixaram mais a gente catar o lixo, aí começamos a fazer isso durante a noite e muitas vezes a gente comprou os guardas” (julho de 2016).

Por outro lado, além da catação noturna, a deposição de lixo hospitalar no lixão/aterro também agravava as condições de vida dessas pessoas, que, conforme alguns relatos, por vezes se fazia assustadora, caso do entrevistado 9A/L: “[...] uma vez uma mulher ficou toda contente porque tinha achado um pedaço de carne e quando foi ver no claro, era um seio” (julho de 2016). A seguir (Figura 32) os flagrantes da catação registrados pelo periódico do município de Gravataí.

Figura 32 - Catação diurna em 2009 no aterro/lixão Santa Tecla, Gravataí/RS

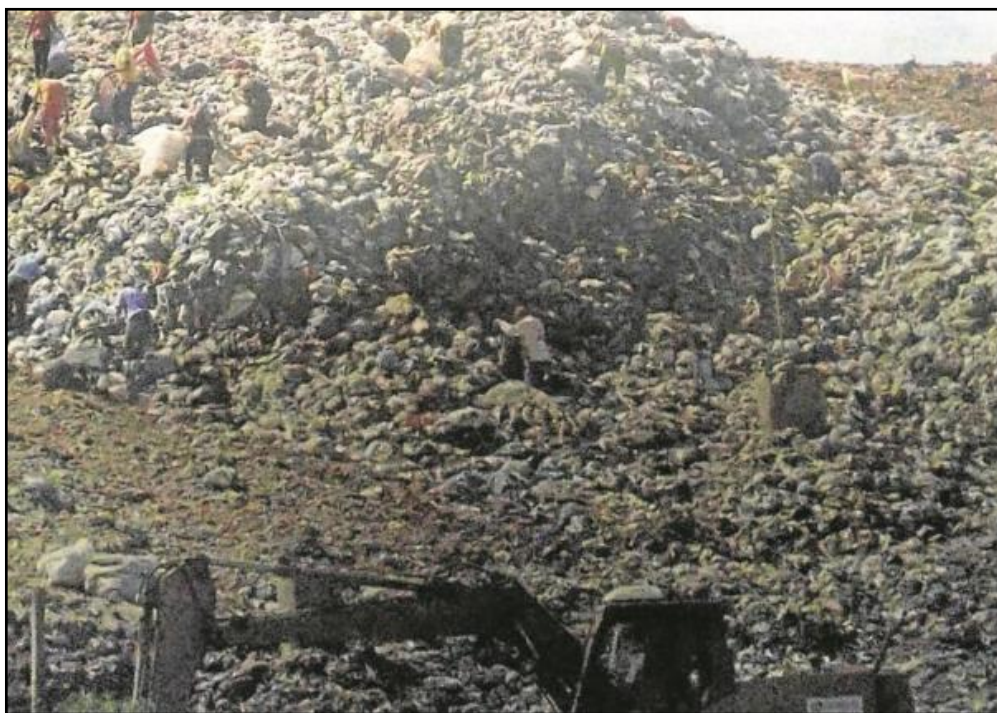


Fonte: Almeida (2009).

De fato, foram anos de lixo hospitalar indo para o aterro/lixão. Segundo fontes de jornais, aí estavam incluídos órgãos e tecidos humanos, seringas, gazes usadas, sangue e todo tipo de material cirúrgico altamente sujeito à contaminação e potencialmente disseminador de doenças (MAGALHÃES; RODRIGUES, 2003). Já de acordo com o jornal eram depositados no lixão/aterro do município “material infectante produzido diariamente por 33 hospitais de Porto Alegre” (LIXO HOSPITALAR, 2003). Oficialmente era enviado para lá 30 toneladas diárias de lixo hospitalar (cinco destas de materiais infectantes) oriundas também de clínicas particulares de Porto Alegre (os números oscilam conforme as fontes, mas são sempre elevados). Segundo noticiou o jornal Diário Gaúcho, o próprio supervisor operacional do DMLU admitiu que “[...] o lixo contaminado dos 31 hospitais da cidade” é despejado no local

(MAGALHÃES; RODRIGUES, 2003). Abaixo (Figura 33), as condições da catação diurna, em meio também ao lixo hospitalar.

Figura 33 - Catação diurna em 2009, aterro/lixão, Santa Tecla, Gravataí/RS



Fonte: Almeida (2009).

Segundo os relatos as pessoas ficaram décadas catando em meio a resíduos hospitalares, iniciando já desde o tempo do lixão, no final da década de 1980, até seguramente 2004, quando oficialmente cessou a deposição de lixo hospitalar com a saída da prefeitura de Porto Alegre do consórcio¹⁵. No entanto, como vimos, segundo os depoimentos e o Correio de Gravataí¹⁶, ainda em 2009 havia catação diurna, sendo esta prática recorrente mesmo com as pessoas sofrendo represálias. Fato corroborado no depoimento comovente de uma catadora entrevistada à época pelo jornal Correio de Gravataí (Figuras acima, publicadas junto com a reportagem):

O que vou fazer? Não dou para roubar, não foi o que eu aprendi em casa. Catar lixo não é nobre, mas é digno. Se quiserem tirar a gente como já fizeram com homens armados e tudo mais, podem vir. Enquanto existir o depósito, vamos continuar mantendo nossos pés no valão até chegar ao morro onde os caminhões despejam o lixo da cidade inteira (AS MÃOS ..., 2009).

¹⁵ Consórcio entre os municípios de Gravataí, Cachoeirinha, Esteio, Porto Alegre, os quais colocavam seus resíduos no aterro/lixão Santa Tecla.

¹⁶ Foram duas reportagens consecutivas nesse jornal contando a história dos recicladores e do aterro/lixão.

A fala dessa catadora é sintomática e mostra a contradição de um Estado que cria ou permite e incentiva que uma situação extrema se torne um fato (lixão) que, por sua vez, atrai um grupo de pessoas que vivem nas margens do próprio Estado (gerando com isso uma relação de dependência econômica dos catadores em relação ao lixão). Mais adiante, o mesmo poder público irá então atuar de modo violento, excluindo os catadores do usufruto de algo que ele próprio gerou, mas que passa a ser visto como "prejudicial" e "perigoso" justamente para aqueles que sua ação atraiu, agora criminalizados e tratados novamente como "invasores". Contradição que está por trás da produção desta situação limite (um lixão a céu aberto onde se deposita lixo hospitalar altamente contaminante) cujo efeito resulta na chegada de uma população (socialmente tida como "descartável", tendo em vista o tratamento dado pelos órgãos competentes em relação a elas) que faz uso econômico de algo que, mais do que ser o rejeito do rejeito do que é produzido por uma dada sociedade, representa um perigo real e iminente para suas próprias vidas. Disso tudo resulta ao final, primeiro, a absolvição do Estado (que agora diz "proteger" os catadores proibindo-lhes a entrada no lixão/aterro) e, segundo, a culpabilização destes por persistirem fazendo uso do lixo depositado num espaço criado pela própria ação/inação do Estado.

Por outro lado, o desabafo da catadora, ao ponderar que "catar lixo não é nobre, mas é digno", deixa claro como é possível responder e se reinventar diante da precariedade social vivida por um grupo social altamente estigmatizado como o são os catadores, os quais dignificam seu ofício ao reconstruir seu sentido pejorativo positivando-o. Ao mesmo tempo, ao contrapor "nobre" x "digno", ela aponta para uma distinção (que remete à diferença de classe) básica entre riqueza e dignidade, deixando claro que ser rico e ter prestígio (duas qualidades da nobreza) não significa ser digno e vice versa. Da mesma forma, sua persistência (geralmente vista por agentes governamentais e organizações que com eles trabalham como "teimosia") mostra como, por trás do que fazem os catadores, há toda uma ciência, conhecimento e mesmo vocabulário específicos envolvidos. Estes (ciência, conhecimento e vocabulário), além de ter sido construído ao longo dos anos sem intervenção direta do poder público ou de outra entidade qualquer, resultam da invenção de uma identidade não só profissional, mas também coletiva baseada no auto-reconhecimento mútuo de se ver como pertencendo a um grupo específico de pessoas. Abaixo (Figura 34), vista do aterro/lixão desde onde os catadores denominam de "flor do lixo", expressão usada por eles para definir a catação em cima do lixo, diretamente na superfície.

Figura 34- Aterro/lixão Santa Tecla, Gravataí/RS



Fonte: AS MÃOS, (2009).

O que remete novamente à etnografia de Raquel Lima (2015) sobre os catadores de Gramacho, para os quais, longe do lixo representar apenas o "resto" e a "imundice" da cidade, este se encontra repleto de "coisas de valor":

[...] eles produziam a recriação do valor das coisas descartadas. A transformação destas em 'materiais recicláveis' correspondia não apenas à valorização dos objetos, mas à sua conversão em dinheiro para os catadores. É precisamente em torno dessa bandeira que estes trabalhadores se organizaram para reivindicar sua identidade profissional (LIMA, 2015, p.436).

Há aqui, tanto nos catadores de Gramacho como nos de Santa Tecla, uma operação de inversão da ideia presente no senso comum de que lidar e viver do lixo retira "[...] das pessoas a qualidade de sujeitos" e, mesmo que parcialmente, de seres humanos. Ao contrário, é desse lidar e viver que os sujeitos catadores se constituem como tais e passam a reivindicar, diante do estado e da sociedade, seus direitos, entre eles, como disse a catadora citada pelo jornal, o de "[...] continuar mantendo nossos pés no valão" e dele fazendo uso.

Embora publicizada, as fontes oficiais sempre procuraram negar a permanência da catação. Segundo relato da técnica e funcionária da prefeitura (entrevistada 6Ó) que atuava

como fiscal da empresa terceirizada que administrava o aterro/lixão e hoje faz o transbordo, essa prática foi abolida desde 2001: “[...] teve toda uma organização desses catadores, que foram treinados, e aí foram colocados nas unidades de triagem. Então houve também todo um processo de retirada de catadores de cima do aterro sanitário, porque nossa licença de operação exigia que não tivesse catação em cima dele, isso foi em 2001” (outubro de 2016). Como se vê, os órgãos competentes assumem a existência dessa irregularidade somente entre os anos de 1997 a 2001. O que contradiz não só os relatos dos catadores e moradores da Vila Tripa, mas também as reportagens de jornal aqui citadas, as quais trazem fotos da catação ocorrendo depois desse período, ambos mostrando que, ao menos até 2009, os catadores continuaram “[...] mantendo os pés no valão”. Além disso, se seriam no mínimo 12 anos de “coleta irregular” (pois antes acontecia rotineiramente), os fatos e depoimentos levam a crer que provavelmente essa atividade nunca tenha cessado, mas apenas tenha tido momentos de retração em razão da maior rigidez na proibição, como no período em que Porto Alegre fazia parte do consórcio e o DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre) administrava o aterro/lixão e no breve período em que havia licença de operação.

Outro indício da continuidade da catação é a postura saudosista dos catadores e recicladores entrevistados com relação à transformação do lixão em aterro sanitário. Na perspectiva deles, esta mudança foi positiva porque elevou o volume dos resíduos (porém, também do lixo hospitalar), já que continuaram catando por muito tempo. De fato, seu recente encerramento como depósito de lixo significou uma perda de renda, como afirma o entrevistado 4A/L: “[...] o fechamento do aterro foi ruim para mim e muitas outras pessoas que dependiam da reciclagem, associados ou não” (julho de 2016). Para estas, seja lixão ou aterro, não havia um impedimento prático efetivo, mas períodos de perseguições, cobrança de propina e tentativas de exercer maior controle por parte da administração. É o que deixa entrever a entrevistada 5A/L ao constatar: “[...] me criei no lixão, comecei a catar com sete anos e trabalhei até pouco tempo atrás, mesmo quando o aterro fechou. Nunca fui da associação, sempre “foi catar pra si”¹⁷ (outubro de 2016).

Os relatos dos catadores não associados, como 5A/L, dão indícios do mercado alternativo que gira em torno dessa atividade e que a proibição de catação não foi suficiente para que ela cessasse de acontecer. Já hoje, a realidade do transbordo é de redução do volume

¹⁷ Lembrando que a expressão “catar pra si” se refere ao trabalho direto da família com o lixo, sem participação de intermediários como a associação ou a cooperativa.

dos resíduos e teoricamente a associação e a cooperativa não tem acesso direto ao “morro”, ao menos segundo depoimento do administrador do aterro/lixão, entrevistado 4Ó:

São dois caminhões que fazem a coleta seletiva e recebem material de outros órgãos como a vigilância sanitária, que traz para cá alimentos vencidos, carne, coisas que são apreendidas ou retirada dos mercados. Também tem uma Secretaria de Ação Social que traz roupas que não servem mais para venda, caso de defeitos muito graves, e é isso, a estação do transbordo é praticamente só lixo domiciliar, o lixo seletivo segue diretamente para as unidades de triagem (outubro de 2016).

Assim, os resíduos destinados à cooperativa e para a associação se restringiram muito com o fechamento do aterro/lixão, o que ficou explícito nos depoimentos. De acordo com o entrevistado 4A/L, por exemplo, “[...] com o encerramento das atividades do lixão/aterro os associados diminuíram e as pessoas que dependiam do lixo para sobrevivência ficaram sem renda; e hoje coletam uns 50,00 [reais] por semana” (julho de 2016). A questão, porém, é: porque os recicladores associados se ressentem com o encerramento das atividades do aterro, se teoricamente eles não tinham acesso a esses resíduos, somente os da coleta seletiva? E porque os catadores desvinculados dessas entidades também se queixam do encerramento, se não poderiam usufruir do que ali era depositado?

Atualmente, o número de pessoas que sobrevive do lixo através da associação é pequeno e faz parte das duas principais reclamações com relação a ela: o rendimento baixo e uma espécie de nepotismo, em que persistem privilégios de uns em detrimento de outros, Assim se queixa a entrevistada 5A/L, catadora nascida e criada nas terras do avô, então proprietário do que viria a ser o lixão: “[...] a associação é panelinha, só trabalham os parentes do presidente, principalmente agora, que tem menos associados. Hoje só trabalham dois que não são parentes e um deles é meu irmão” (outubro de 2016). De fato, dos 24 associados, 18 são parentes do presidente da ARST. Já quanto a cooperativa, seu vínculo com a população local é bastante distante, com a quase totalidade dos cooperativados vindo de outros bairros todos os dias para o local de trabalho, trazidos por uma condução própria da cooperativa. Fato que repercutiu nas entrevistas, pois, dos 24 entrevistados no núcleo do aterro/lixão, nenhum está vinculado à Cooperativa de Trabalhadores Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis (COOTRACAR), de acordo com os entrevistados, em toda a Vila Tripa existe somente uma pessoa cooperativada, parente da entrevistada 11A/L. A cooperativa caracteriza-se por uma organização exógena a comunidade tanto da Vila Tripa como de Santa Tecla, numa construção de fora para dentro, pois seus cooperativados vieram de uma

desapropriação¹⁸, sendo que, entre as compensações, estava a montagem dos “galpões” de reciclagem.

Contudo, o que a existência desses três tipos de vínculo com o lixo (“catar pra si”, na ARST e na COOTRACAR) indica é que, em se tratando desse grupo social específico que trabalha com o lixo (catadores e recicladores), há também entre eles uma forte diferenciação interna. Situação que, apesar do convívio aparentemente pacífico, subentende haver disputas internas as quais não foram possíveis de acessar por completo durante a pesquisa de campo. De todo modo, um episódio em que essa diferenciação se fez notar - ainda que rapidamente e de modo não explícito - ocorreu quando entrevistava a mãe da uma das duas pessoas da Vila Tripa que trabalham na COOTRACAR. Logo ao iniciar a conversa com 11A/L, sua filha se postou de forma quase ostensiva sentada em um banco, permanecendo calada e observando o tempo todo o que falávamos, ao ponto de em determinado momento lhe perguntar se estava interrompendo alguma coisa, se elas tinham um compromisso ou algo do gênero. Ela então me tranquilizou dizendo que não, ficando, contudo, no mesmo lugar e olhando e ouvindo atentamente até o final da entrevista. Apesar de se pronunciar apenas uma vez, o fez quando o tema sobre o qual falávamos girava em torno da cooperativa, para dizer: “[...] gosto de trabalhar na cooperativa, porque é organizada. Na COOTRACAR não corro o risco de trabalhar para outros receberem por mim, não vou trabalhar para os outros, o que acontece na ARST. Eu sei, porque trabalhei muitos anos lá”¹⁹ (julho de 2016).

Já os catadores e recicladores que não estão inseridos na associação ou na cooperativa, mas que permanecem nessa atividade e dizem que continuam com a prática no local, a pergunta que fica é: a que tipo de resíduos estão atualmente tendo acesso? Esta é uma interrogação que leva a intuir que, assim como continuaram com a catação durante o aterro/lixão, talvez esteja ocorrendo o mesmo com o material que chega para o transbordo no lixão/aterro e que, em tese, ali não deveria permanecer, mas sim ser transportado para outro depósito de lixo no município de Minas do Leão. De todo modo, o que se tem é um quadro de irregularidades com relação à operação do lixão/aterro do princípio ao fim da sua vida útil.

¹⁸ A construção do condomínio Alphaville [em Gravataí] levou ao deslocamento forçado das pessoas que moravam e trabalhavam naquele bairro. Seguindo o que se conhece como processo de gentrificação a partir da expansão imobiliária em espaços antes habitados por parcelas da população em desvantagem social, esses locais, antes desvalorizados, passam a se constituir em bairros considerados “nobres”, levando à saída forçada dessas populações que são então direcionadas para locais distantes e periféricos.

¹⁹ Confesso que a presença da filha da entrevistada tornou o clima na residência pesado, a ponto de depois não me sentir a vontade para fazer outras visitas, dando por encerrado o trabalho de campo na Vila Tripa. Depois, tentando entender aquela situação, me dei conta que ela provavelmente não havia chegado lá por acaso e que possivelmente tenha sido chamada por uma das crianças da família. Resta saber qual a motivação para a postura de visível desconfiança e contrariedade pela minha presença na casa.

Por outro lado, a partir do que foi exposto neste item compreende-se a postura nostálgica dos catadores relativa ao encerramento do aterro/lixão, pois repercutiu de forma significativa na vida de quem sobrevive da catação e da reciclagem. Por isso, muitos veem com bons olhos o período em que podiam “catar pra si”, estando hoje limitados através da atuação da associação, da coleta seletiva e do não acesso direto ao transbordo. De fato, ao mesmo tempo em que para alguns a passagem de lixão para aterro sanitário trouxe certas vantagens financeiras momentâneas devido ao aumento do volume depositado, no longo prazo isso significou diminuição de renda, sendo consenso na vila que seu fechamento implicou perdas. Além disso, algumas pessoas que vivem ou viviam da catação do lixo sofreram não só com as restrições que lhes foram impostas pela administração do aterro/lixão, mas também com a necessidade de ter de se adequar a nova realidade vinda com a criação da associação e da cooperativa (que, como visto, além de diminuir a autonomia dos catadores, pouco oportuniza a participação da comunidade de Santa Tecla) ou então procurar novas fontes de renda. De todo modo, a infernalidade das alternativas que restaram permanece.

3.2.3 Anestesiando os sentidos: o cheiro e o estigma

Como visto, com a permanência da catação e a possibilidade de outras rendas que circulavam em torno do lixão/aterro, se intensificaram os conflitos com a intervenção da prefeitura. Da mesma forma, sua recategorização para aterro sanitário e a formação do consórcio que passa a administrá-lo aumenta em muito a tonelagem diária de resíduos recebidos e junto vem problemas como aumento do volume de chorume e do cheiro ruim. Em 2008, numa reportagem do jornal Correio de Gravataí, uma moradora do entorno dizia: “[...] até o mês passado estava pior, porque eles não estavam movimentando muito. Aí ficava aquele lixo todo ali, jogado. Mas o dia que faz muito calor é um horror” (TORRES, 2008). Ao longo do texto, o repórter faz a seguinte observação sobre o problema e que remete a invisibilização já referida anteriormente a que estão submetidos os moradores de Santa Tecla e, em particular, da Vila Tripa e da área do entorno do lixão/aterro: “[...] na verdade, é algo mais perceptível do que visual. O cheiro nos dias quentes é insuportável” (TORRES, 2008).

O cheiro ruim - que, para quem é de fora e passa pela localidade parece vir de lugar nenhum - causa uma situação de grande desconforto, sobretudo, aos moradores do entorno, que são os que mais reclamam, pois, além do incômodo diário, acaba afugentando não só quem já vive no local como também amigos, parentes e novos sitiantes em busca de qualidade ambiental e tranquilidade. Exemplo disso é o que conta o entrevistado 9A/L, morador do

entorno do aterro/lixão que se sente profundamente lesado por causa do cheiro que chega até seu sítio: “[...] uma vez me senti humilhado, porque estava dando um churrasco e tinha bastante convidados e começou aquele cheiro ruim, insuportável. Eu fiquei com muita vergonha, acabou com o churrasco, porque ninguém conseguia comer” (julho de 2016).

Com efeito, durante as entrevistas as pessoas foram convidadas, diante de algumas alternativas, a optar por aquelas que melhor definissem o seu sentimento de incômodo em relação ao lixão/aterro, com a liberdade de escolher quantas alternativas quisessem e de agregar outras. O resultado de suas insatisfações está na Tabela 6, a qual mostra o mau cheiro (15 entrevistados) como principal problema levantado, sendo que a maioria dos demais itens citados (poluição do solo, ar e água; poluição do Arroio Martins; vazamento de chorume; lixo hospitalar; animais mortos) possui relação direta com o referido fedor sentido pelas pessoas.

Tabela 6 – O que mais incomoda com relação ao lixão/aterro

Núcleo Aterro sanitário	24 Entrevistas
Cheiro	15
Caminhões	11
Poluição do solo, ar, água	11
Poluição arroio Martins	10
Vazamento de chorume	7
Incêndios	1
Gás metano	1
Animais mortos	1
Lixo hospitalar	1
Nada	7

Fonte: Autora (2016).

Por um lado, a capacidade local de superar adversidades e se adaptar a situações de extrema insalubridade por conta da necessidade de continuar vivendo a partir dos recursos de que se dispõe lembra em muito o panorama inóspito e nocivo dos cheiros e miasmas da Idade Média e Moderna na Europa. No entanto, enquanto para alguns o cheiro é percebido como um grande incômodo, para outros não se configura um problema central, mesmo para quem está muito próximo daquilo que o produz. De fato, dentro desse núcleo estão bem demarcados os interesses e a postura em relação ao aterro/lixão²⁰. De um lado, opondo-se a ele, estão aqueles que moram na área do entorno e que, além de sofrer com a proximidade do empreendimento, não se beneficiam de nenhuma forma deste; de outro, estão aqueles que residem na Vila

²⁰ Relembrando o que foi dito na introdução, adotou-se no trabalho a distinção entre quem mora “no entorno” do aterro/lixão e quem residem na Vila Tripa, pois, embora pertençam ao mesmo núcleo, tanto o perfil como o modo como veem sua relação com o lixo não só difere, mas por vezes se mostra antagônico.

Tripa, para os quais, pelo fato do lixo ser crucial na garantia de sua sobrevivência e reprodução social e embora também sofram com sua presença e com o mau cheiro, estes (presença e cheiro ruim) são vistos como um “mal necessário” (outra alternativa infernal).

Para se ter uma ideia da proximidade das residências com o material de trabalho de quem vive na Vila Tripa, abaixo as Figuras 35 e 36 mostram o quintal e o acesso (portas) às casas de uma família de recicladores autônomos da vila.

Figura 35 - Porta de entrada da casa de uma recicladora



Fonte: Autora (2017).

Figura 36- Casa de recicladora e uma das portas de acesso



Fonte: Autora (2017).

Já na Figura 37 se pode ver o pátio da entrevistada 1A/L e o galpão de reciclagem ao fundo, tendo ambos atrás de si um banhado²¹ que faz limite com o aterro/lixão, espaços estes onde guarda seu material de trabalho (que engenheiros ambientais chamam de “resíduo” e a população em geral vê como “lixo”). Espaço onde trabalha com reciclagem, usa para descansar e receber visitas, e também o lugar onde seu esposo, comprometido pelo AVC, passa bastante parte do tempo. Com efeito, muitas foram às vezes em que fui recebida por 1A/L e nos sentamos naquelas cadeiras brancas, colocadas estrategicamente em baixo da sombra das árvores, momentos em que pude ter um breve acesso direto ao modo como se dá a naturalização desse convívio diário com o lixo, o qual é visto como renda, oportunidade de trabalho, sendo disso abstraídas suas características indesejáveis.

Figura 37 - Pátio da entrevistada 1A/L, Vila Tripa, Santa Tecla, Gravataí/RS



Fonte: Autora (2013).

Em parte, muito da maior capacidade de adaptação dos moradores da Vila Tripa em relação a quem vive no entorno se deve ao convívio diário com o cheiro desagradável, que

²¹ Nome que se dá na região sul do Brasil a áreas de baixada em fundos de vales e regiões de morro (no caso, um deles sendo do lixão/aterro) onde há acúmulo de água das chuvas ou das cheias de ribeirões, arroios e rios. Para outra imagem mostrando o referido banhado, ver Figura 42.

passa a ser não só suportável, mas até mesmo imperceptível, ao menos nas falas das pessoas. Ademais, o simples fato de boa parte delas não só viver ao lado, mas trabalhar por vezes desde criança pequena diretamente com o lixo e seu odor característico, faz com que este termine por ser visto como algo normal no seu cotidiano. Aqui a máxima popular que diz “[...] a gente se acostuma até com aquilo que é ruim” parece proceder, com a constância e a exposição em tempo integral fazendo com que os moradores da Vila Tripa se habituem ao cheiro e a partir daí dizer não senti-lo mais.

Assim, apesar dos entrevistados da vila serem os mais afetados pela proximidade com o empreendimento, para praticamente todos a dependência e o uso econômico do lixão, à necessidade de trabalhar e conviver com ele supera os desconfortos causados pelo ar poluído e, como se verá adiante, pela contaminação da água. Apesar de na Vila Tripa a exposição ao mau cheiro ser ainda mais intensa que na área do entorno, tanto o trabalho com o material reciclável como a proximidade das moradias deste (toda vila é contígua ao aterro/lixão) fez com que as pessoas se habituassem e, depois de certo tempo, como que tivessem anestesiado os sentidos, não sentindo mais o odor da mesma forma que aqueles que não estão nesta condição. Para a entrevistada 2A/L, por exemplo, que trabalha com a coleta de resíduos urbanos em uma empresa, “[...] o cheiro do aterro nunca foi problema, eu me acostumei” (julho de 2016).

Já em contrapartida, na área do entorno do aterro/lixão, das oito entrevistas realizadas, somente uma pessoa diz não se importar com o cheiro e, não coincidentemente, já morou na Vila Tripa e estava ligada ao trabalho dos catadores. Conversando com uma das pessoas que se instalaram recentemente (ainda enquanto o aterro/lixão operava) na frente da Vila Tripa, esta diz que se sentiu extremamente afetada pela poluição do ar, tendo inclusive passado por problemas de saúde, entre eles o agravamento da rinite, alergia na pele, no rosto e no resto do corpo, dores de cabeça e de estômago, só vindo a melhorar quando do fechamento definitivo do aterro/lixão.

O fato é que, por necessitarem dos resíduos para sobreviver, tanto quem vive na Vila Tripa como quem vem de outros locais atraídos pelo retorno econômico propiciado pelo lixão/aterro (caso dos recicladores da COOTRACAR) mantêm uma relação (e avaliação) diferenciada do restante do bairro Santa Tecla com este. Assim, devido à dependência direta do lixo, aqueles que vivem na órbita de atividades a ele relacionadas acabam por minimizar as consequências de ter de conviver com o aterro/lixão, chegando a afirmar não se sentir afetado pelo mau cheiro e reforçando o sentimento de perda com seu fechamento. É o caso da recicladora 1A/L, hoje autônoma e sem vínculo com a ARST, mas que foi sua fundadora, para

quem o aterro/lixão significou sua própria existência e de sua família por 20 anos: “[...] com o aterro/lixão eu não me queixava de dinheiro, a falta dele é pior que o cheiro, esse não é nada, nem sentia” (julho de 2016). Como se vê, mais uma vez se está diante de outra alternativa infernal, o que fica claro no trecho “[...] a falta dele [dinheiro] é pior que o cheiro”, ou seja, embora se possa conviver com este devido ao retorno econômico que garante, isso não significa que seja algo bom ou desejável.

Para aqueles que passaram a viver do lixo de forma informal como catadores autônomos nos anos 1980 e 90 e, posteriormente, nos anos 2000, através da ARST e da COOTRACAR, o aumento de volume diário de resíduos no final da década de 1990 possibilitou o acesso e entrada de recursos econômicos, constituindo uma espécie de mercado informal do lixo (Figura 38). Contudo, mesmo essa maior dependência financeira fazendo com que sua posição seja menos crítica do que a dos moradores do entorno em relação ao empreendimento, numa relação de adequação a ele e seus efeitos, ainda assim, como visto na Tabela 6, o cheiro ruim apareceu como problema em 15 das 24 entrevistas feitas.

Figura 38 – Entrada do terreno de uma família que recicla de forma autônoma na Vila Tripa



Fonte: Autora (2017).

Mas o que as diferentes percepções em relação ao mau cheiro põe em evidência é que há em Santa Tecla, uma clara diferenciação de classe (que se materializa também geograficamente) que ficou explícita nas entrevistas. Segundo a entrevistada 23A/L, proprietária de um sítio no entorno, o cheiro nauseabundo a afetava sobremaneira: “[...] o que

mais me incomodava no aterro/lixão era o cheiro, que era insuportável” (agosto de 2016). No entanto, como já visto, para muitos que moram na Vila Tripa este não é mais sequer notado, caso da entrevistada 1A/L, recicladora autônoma que convive com o odor do aterro/lixão e dos resíduos depositados no pátio e galpão de sua casa, para quem, ao falar sobre ele, disse: “[...] acostuma e tu não sente mais” (julho de 2016). Também para a entrevistada 7A/L, que morou por anos nas terras que foram desapropriadas para a ampliação do lixão/aterro e hoje mora no entorno, “[...] o cheiro não incomodava, já estava acostumada, os parentes quando iam à minha casa reclamavam e não gostavam, mas nós não, a gente só sentia quando às vezes saía e depois voltava, aí a gente sentia que era realmente bem forte, mas depois passava” (agosto de 2016).

Contudo, tal diferenciação se estende para fora da área do núcleo do aterro/lixão. Enquanto o cheiro não era mais quase percebido pela maioria de quem vive na Vila Tripa, em contrapartida, a cerca de dois km ele se fazia sentir para várias pessoas do núcleo da mineração. Foram muitos os relatos nesse núcleo. A entrevistada 14M, representante do movimento Xô Lixão e pertencente a uma família tradicional na região, com os avós e pais nascidos ali (o nome da estrada Henrique Closs é em homenagem ao avô paterno), professora aposentada e com ensino superior completo, diz que, conforme a direção do vento, o cheiro chegava até eles: “[...] quando era o lixão o cheiro incomodava e poluía, o cheiro e a fumaça vinham até aqui. Com o aterro, o lixo não deveria ficar a céu aberto, mas o cheiro e a poluição ficaram piores com o volume de chorume muito maior, poluindo o solo, água e ar” (julho de 2016).

Até mesmo o relato oficial da prefeitura assume a existência do mau cheiro, testemunho irrefutável para quem vivia no bairro enquanto estava em plena operação. Em sua entrevista, 6Ó, responsável pela fiscalização, comenta sobre a inevitabilidade do odor característico de locais (seja aterro ou lixão) que servem de depósito de lixo como o de Santa Tecla:

O cheiro sempre teve e foi objeto de muita recriminação. Então nós tomamos como medida fazer uma cortina vegetal para que parasse um pouco em dias de vento. O cheiro era inevitável e não porque estava sendo mal operado, mas porque sempre fica uma parte do lixo descoberto. Sempre tem que ficar uma frente descoberta enquanto tu está trabalhando. Hoje já não tem mais este problema (outubro de 2016).

Porém, para o ex-diretor da FMMA, entrevistado 2Ó, que atuou no período inicial do aterro/lixão, o cheiro decorria da má operação deste, cuja administração não cumpria as normas técnicas exigidas:

Porque toda a obra tem um tempo de vida. E a coisa foi sendo empurrada com a barriga até que surgiram sérios problemas com a comunidade com relação ao mau cheiro, o chorume, problemas decorrentes de má execução das técnicas adequadas para funcionar como realmente um aterro sanitário, até ao ponto de ser fechado (outubro de 2016).

Já o ex-diretor do DMLU, entrevistado 1Ó, sustenta que as queixas não procedem e responsabiliza o cheiro devido à criação de suínos no entorno do aterro/lixão: “[...] embora as pessoas reclamassem, não tinha cheiro. Eu ia de 15 em 15 dias ou uma vez por mês e subia no topo do aterro e o cheiro que sentia era da criação de porcos, próximo ao aterro” (outubro de 2016).

Veja-se que, no caso deste entrevistado, parece operar a lógica inversa ao argumento de que a necessidade de ter de viver do e com o lixo faz com que não mais se sinta seu cheiro. Afinal, pelo que diz o ex-diretor do DMLU, o fato deste vir ao lixão/aterro somente a cada sete ou quinze dias (tendo, portanto, uma experiência distinta de quem lá permanece 24 horas por dia) fez com que ele tivesse aguçado seu olfato, ao ponto de conseguir discernir, em meio a toneladas de lixo, o cheiro de pocilgas vindo de locais distantes do odor dos resíduos existentes “no topo do aterro”, onde se encontrava. De todo modo, e a despeito dos inúmeros depoimentos em contrário ao entrevistado 1Ó, seu discurso novamente remete à culpabilização das próprias vítimas que sofrem com o mau cheiro existente, no caso, as que estão mais próximas do lixão/aterro, em pior condição econômica e que, por sua conta e risco, inadvertidamente (segundo alega este) criam porcos.

Mas a necessidade também vai anestésiar outros sentidos, no caso, de parte dos próprios moradores de Santa Tecla, os quais acabam também reproduzindo um olhar acusatório sobre um estilo de vida considerado pela maioria que não vive sob essas condições como degradante. Nesses momentos, mais uma vez apareceu claramente a diferença de classe na avaliação sobre os efeitos do lixo. Conforme depoimento do representante da Amalst (Associação dos Moradores das Adjacências do Lixão de Santa Tecla), entrevistado 22A/L, por exemplo, o qual no passado foi proprietário de uma agropecuária e hoje é aposentado, possui um caminhão e com ele faz carretos:

O pessoal da Vila Tripa convivia com o lixo de forma natural sem a mínima preocupação com higiene ou saúde. E um dia eu vi, ninguém me contou, um caminhão de lixo de supermercado com produtos avariados e vencidos chegar com ovos e cervejas quentes de ficaram o dia todo no sol, que chegaram a cozinhar os ovos. E um dos proprietários da área do então lixão e criador de porcos simplesmente comeu os ovos e tomou às cervejas. Eu simplesmente fiquei chocado. Acredito que muitas mortes que aconteceram de catadores podem estar associada ao lixo (julho de 2016).

Como se pode notar, as observações acima, para além do seu caráter moral, se aproximam em parte do que disse o ex-diretor do DMLU (do qual, aliás, 22A/L diverge fortemente). Além da avaliação acerca da “[...] mínima preocupação com higiene ou saúde” por parte dos catadores conduzir a uma perspectiva individualizante (relativa à conduta, ao caráter e à escolha individual de cada um) que retira de cena o contexto social vivido pelas pessoas e mesmo o próprio histórico que levou a formação da Vila Tripa, novamente a culpa por “[...] muitas mortes que aconteceram de catadores” recai sobre eles próprios, na medida em que “o pessoal da Vila Tripa” não teria um comportamento adequado em relação, no caso, a sua alimentação e aos alimentos por eles encontrados no lixo.

Todavia, ao avaliar a relação da comunidade da Vila Tripa com a indústria do lixo pela perspectiva dos catadores e recicladores, compreende-se a existência de uma certa nostalgia e saudade em relação ao período em que aterro/lixão funcionava plenamente e do tempo em que podiam “catar pra si” livremente e sem restrições. Assim, em contraponto ao que disse o representante da Amalst, para a entrevistada 15A/L, trabalhadora da coleta seletiva terceirizada do município: “[...] tudo que consegui foi com o lixo. No tempo do lixão a gente fazia muito dinheiro, comprei terreno e casa com o dinheiro da catação no lixão, o cheiro era ruim, mas tinha trabalho, isso é o que importa” (Julho de 2016).

Sobre a questão do estigma de viver próximo a um depósito de lixo, das entrevistas feitas no núcleo do aterro/lixão, quatro pessoas admitiram explicitamente já ter sofrido discriminação por morar próximo ao local, dessas, três são da Vila Tripa e outra do entorno. A entrevistada 11A/L, avó de uma ex-aluna da EEEF Santa Tecla, relata: “[...] minha neta sofria preconceito na escola²², era chamada de lixeira pelas colegas” (julho de 2016). Já segundo a entrevistada 10A/L, ela sofre discriminação pelos garis (os quais, além da posição social ser muito próxima, também trabalham com lixo) que recolhem o lixo urbano de Gravataí por morar na Vila Tripa: “[...] porque eles muitas vezes não recolhem o nosso lixo. Porque acham que, porque vivo aqui, que moro no meio do lixo, não precisam recolher nosso lixo” (julho de 2016). Essa atitude, segundo ela, leva as pessoas da vila a jogar seu lixo no Arroio Martins, poluindo ainda mais o córrego.

Obviamente, para quem não admitiu ou fez menção ao preconceito durante as entrevistas, isso não significa que ele não exista ou que não seja percebido, pois tal artifício pode simplesmente funcionar como mecanismo de autoproteção ou forma de resistir e se

²² A escola está localizada no núcleo da mineração.

contrapor ao próprio estigma do qual se é vítima. Por outro lado, novamente aqui a relação dos moradores da Vila Tripa não só com o aterro/lixão, mas também com os demais moradores de Santa Tecla aparece de modo visivelmente complexa e ambígua. Isto porque há neste caso uma separação implícita e por vezes não dita ou então que se mostra apenas em momentos específicos e cuja amplitude depende do público envolvido. Pelo teor dos depoimentos no núcleo da mineração, o preconceito em relação à comunidade da Vila Tripa é velado, com os entrevistados no geral não assumindo que há discriminação da parte deles relacionada a quem vive do lixo. Todavia, ele está presente, como se pode notar no depoimento de uma antiga moradora, entrevistada 13M, e pela forma como nomeia e se refere a quem vive na Vila Tripa:

Preconceito acho que sempre houve, inclusive das pessoas aqui do bairro para com os outros bairros. Me parece que o pessoal daqui não se mistura, por exemplo, com o pessoal da Costa do Ipiranga, porque são considerados brigões, violentos e viviam com faca na cintura, as pessoas do Morro do Paula pela marginalidade e os do lixão por causa da sujeira do lixo. O pessoal daqui se considera elite do bairro e tem preconceito com a vila (julho de 2016).

Como se pode notar, embora essa moradora do núcleo da Mineração esteja, em sua fala, denunciando justamente o “preconceito com a vila” por parte de quem se “considera elite do bairro”, fica clara a diferenciação entre o que ela chama de “pessoal daqui” e os que “não são daqui”. Afinal, os “daqui” “[...] não se misturam” não só com “o pessoal” de outros bairros (caracterizando uma distinção externa), mas também com “os do lixão” (o que remete a uma distinção interna entre a “elite do bairro” e o “pessoal da vila”). Além disso, por inferência, a ideia de que existe um “pessoal daqui” remete a algo autêntico, ligado à naturalidade, ao nascimento, de ser nativo do lugar ou cuja família está no local desde sua origem, sendo que, quando colocado em contraposição ao “pessoal do lixão”, se subentende que estes não seriam (ao menos totalmente) “daqui” (no caso, ou de Santa Tecla ou ao menos das áreas do bairro que estão distantes do lixão/aterro).

De todo modo, seja “de fora” ou “de dentro”, permanece a estigmatização das pessoas que vivem na Vila Tripa ou que lidam com o lixo como “sujos”, “fedorentos” e “excluídos”, o que é percebido por seus moradores, sobretudo, pelos mais novos. Exemplo disso foi que, na grande maioria das vezes em que estive pessoalmente na vila, fui testemunha da vergonha que os alunos da escola Santa Tecla sentem do local onde moram, pois todos faziam questão de não serem vistos por mim. A cada casa em que ia meus alunos sumiam, se escondiam, poucos apareciam, possivelmente por não quererem ser identificados pelo local onde vivem.

Contudo, se olhado num sentido mais amplo, este estigma atinge ambos os núcleos, inclusive os produtores locais de suínos da agricultura familiar em geral, que viram (como se viu no depoimento do ex-diretor do DMLU) sua produção associada ao lixo devido à origem do lixão como fornecedora de resíduos para alimentação animal. Assim, corroborando a dupla diferenciação (interna e externa), a mesma “elite do bairro”, quando se vê diante de moradores de fora de Santa Tecla, sente o estigma por parte destes de viver próximo a um depósito de lixo. E, de fato, no núcleo da mineração três pessoas disseram sofrer preconceito em razão da localidade abrigar o aterro/lixão. Segundo a entrevistada 12M, por exemplo, “[...] quando digo onde moro sempre dizem assim: - ‘ah! Lá no lixão’” (julho de 2016).

Em suma, o preconceito encontra-se aqui referido a um atributo ao mesmo tempo concreto e subjetivo ligado à ideia de “proximidade”: quanto mais perto se vive do lixão/aterro, maior tenderá a ser o estigma negativo; quanto mais distante deste, menor ele será. Contudo, como próximo e distante são duas categorias bastante relativas, a intensidade da estigmatização dependerá de cada situação e do que se está percebendo como longe e perto (Vila Tripa, região do entorno, Estrada Henrique Closs, EEEF Santa Tecla, Escola Municipal Humberto de Campos, localidade de Santa Tecla).

Por fim, um último comentário sobre o nome do local onde vive a maioria dos catadores, a Vila Tripa. No caso desta, as pessoas que lá residem assim a chamam como uma espécie de apelido interno dado por causa do seu formato, que se constitui como se fosse uma tripa contornando o aterro/lixão. Assim, apesar do termo “tripa” poder adquirir uma conotação negativa se associado ao intestino (local que anatomicamente liga o estômago ao ânus e onde é produzido o “bolo fecal”, outro tipo de dejetos, rejeito, resto, resíduo), como esta foi uma denominação que nasceu nos próprios galpões de reciclagem, geralmente não é vista de forma pejorativa pela comunidade. O que não significa, porém, que quem não viva na Vila Tripa (seja em Santa Tecla ou fora dela) não faça, por conta própria, tal associação.

3.2.4 Lixão/Aterro e danos ecológicos: sobre chorumes, arroios, poços e água de beber

O lixão/aterro vem comprometendo o ambiente do entorno faz 20 anos, associado ao passivo ambiental anterior do lixão de mais de uma década, disso resultando na poluição do ar, do solo, das águas superficiais e possivelmente do lençol freático, tema que será discutido a seguir. No que se refere à poluição dos arroios (e em particular os arroios Sapucaia e Martins), sua contaminação ocorre tanto pela ação direta do aterro/lixão, através dos vazamentos e transbordamentos do chorume, como pela via indireta, sobretudo com o

mercado informal do lixo que circula em torno dessa atividade. Sobre esta última, segundo depoimentos, é prática corrente veículos motorizados e carroças jogarem lixo no arroio Martins. O que contribui por sua vez para provocar seu transbordamento e intensificar os alagamentos quando do período de chuvas, alterando a rotina e comprometendo o ir e vir da população de ambos os núcleos (aterro/lixão e mineração) ao impedir a passagem aos centros urbanos.

De fato, a poluição do arroio Martins vai ser pivô das denúncias que iniciam na área do entorno e também na Vila Tripa. Sua contaminação e o envolvimento da prefeitura de Gravataí já eram notícia veiculada em 1993 inclusive no site oficial do governo do estado do Rio Grande do Sul, quando, devido à denúncia dos moradores da comunidade de Santa Tecla, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou Ação Civil Pública sobre a “[...] colocação/despejo de lixo nas imediações do Arroio Martins contaminando o recurso hídrico, entre outras irregularidades ambientais” (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

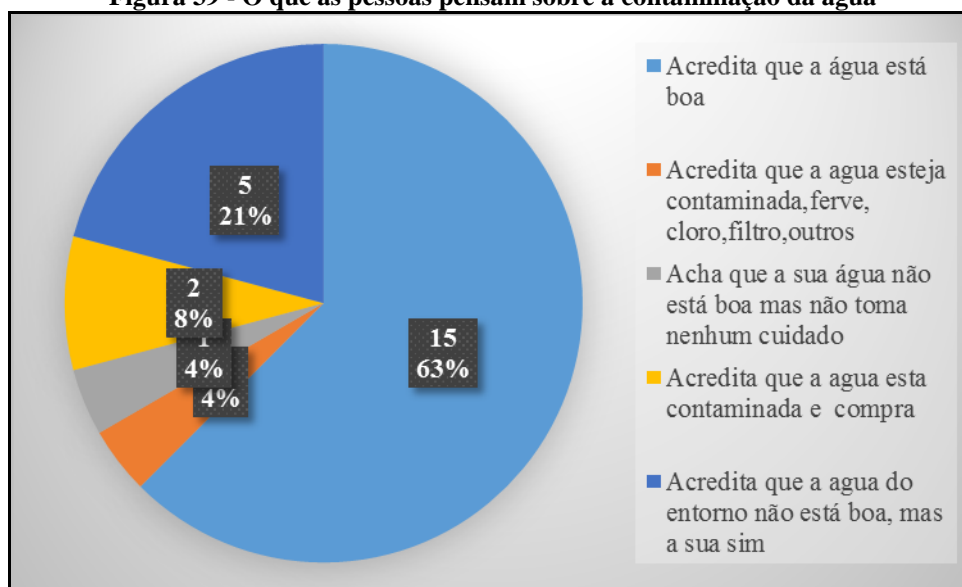
Mais recentemente, a morte do arroio Martins, que vinha sofrendo com a poluição desde os anos 1980, foi fator último de fechamento do aterro/lixão, sobretudo, a partir do momento em que se deu maior visibilidade aos vazamentos de chorume que escoam para seu leito. Eventos envolvendo sua contaminação vem sendo registrada nos jornais desde 2003, ano em que o jornal Diário Gaúcho (MAGALHÃES, 2003) anunciava: “[...] Líquido do lixo ainda contamina arroio, com chorume”. De fato, era ponto passivo para a comunidade e posteriormente para os órgãos ambientais (e particularmente para a Fepam) a existência da canalização do chorume que o levava aos arroios, conforme reportagem no mesmo jornal: “[...] uma vistoria feita pela Fepam determinou a retirada em 10 dias dos canos que levam o chorume do lixão/aterro Santa Tecla para uma sanga que desemboca no arroio Sapucaia” (MAGALHÃES, 2003).

O arroio Martins é importante no abastecimento de água para a agricultura e criação de animais, tendo sido outrora também local de lazer, de banhos e pescarias. De acordo com o entrevistado 4A/L, morador da Vila Tripa, que tem uma propriedade que faz limite com o aterro/lixão e foi autor de denúncias de vazamentos de chorume que chegaram a comprometer as águas do rio dos Sinos, “[...] o que se planta não vinga, o arroio Martins está poluído e tudo na volta” (julho de 2016). Corrobora com este sentimento o depoimento do representante do movimento da Amalst em reportagem ao Diário Gaúcho (MAGALHÃES, 2003): “[...] é um crime, o arroio irriga plantações, além de servir como balneário para os moradores”. Na mesma linha e de modo semelhante ao estigma relacionado à produção suína na região, em sua entrevista, 6A/L, morador do entorno com propriedade limítrofe ao aterro/lixão, fala sobre

a poluição da água e do solo: “[...] meu irmão teve que parar de produzir hortaliças que comercializava, porque as pessoas não queriam mais comprar a produção dele. Quem quer comprar algo produzido tão próximo do aterro e irrigado com essa água?” (julho de 2016).

Durante o trabalho de campo foi possível perceber a importância dos arroios e sua contaminação/morte, o que é palpável para toda a comunidade. Unicidade que contrasta com a avaliação sobre outros impactos ecológicos advindos do lixão/aterro, caso, como visto, do mau cheiro e, como se verá a seguir, da qualidade da água para consumo. No que se refere às fontes de água, a principal delas para a comunidade do núcleo do aterro/lixão são os poços artesianos, dos quais 23 entrevistados (96%) no núcleo do aterro/lixão fazem uso, somente uma pessoa utiliza água de vertente. Contudo, e apesar dos indícios que vêm através das doenças e sintomas associados à má qualidade da água, as pessoas tanto da área do entorno como da Vila Tripa no geral não tomam maiores cuidados ao consumi-la (por exemplo, fervê-la ou filtrá-la). Somente um entrevistado toma medidas como a fervura e adição de cloro e apenas dois compram água. Além disso, apesar da proximidade das propriedades com o aterro/lixão, 15 entrevistados (63%) do núcleo do aterro disseram acreditar que a água está boa e é potável (Figura 39).

Figura 39 - O que as pessoas pensam sobre a contaminação da água



Fonte: Autora (2016).

Seguindo a mesma lógica de anestesiar os sentidos, apesar de cinco entrevistados (21%) acreditarem que a água do entorno está contaminada, estes não acham que o mesmo ocorre com a água que usam. Mas aqui é essencial ter em vista que os catadores estão sempre transitando numa linha muito tênue entre, de um lado, os danos causados pelo lixão/aterro e,

de outro, o fato básico de que é dele que tiram seu sustento, razão que explica em parte a relativa ambiguidade nas entrevistas em relação tanto à questão do cheiro (do qual, como visto no item anterior, parte deles "se acostumou") como à contaminação da água.

Assim, a desconstrução da água de beber como problema, tanto pela comunidade do núcleo do aterro/lixão como pelo Estado (tema que será aprofundado no subcapítulo "Estratégias do Estado e iniciativa privada"), não significa que seus efeitos não sejam sentidos. A contaminação da água leva a um quadro recorrente de doenças como diarreia, mal estar e dores de cabeça entre a população da Vila Tripa. Tais sintomas, contudo, e de maneira muito próxima aos problemas respiratórios vistos no núcleo da mineração, apesar de fazer parte do seu cotidiano, passam a ser consideradas "normais" exatamente por se tornarem habituais.

No caso da entrevistada 5A/L, por exemplo, mãe de crianças da escola que apresentam frequentes problemas de saúde, esta acredita que o mal-estar dos filhos não tenha ligação com a água: "[...] a água é de poço, acho que não tem problema. E a gente nunca teve problemas de saúde por causa disso". Ao mesmo tempo, porém, reconhece que o "chorume não era tratado e sim jogado no arroio Martins e no próprio lixão" (julho, 2016), o que indica uma possível contaminação das águas do entorno. A negação é compreensível também tendo em vista que no curto e médio prazos esta situação de insalubridade não deverá se alterar. De todo modo, o efeito concreto é que a provável má qualidade da água potável não ser um problema (ou, ao menos, um problema menor) para os moradores do entorno e da Vila Tripa contribui para que ela seja vista como uma não-questão tanto para os responsáveis pelo lixão/aterro como para os órgãos competentes da prefeitura e do governo do estado.

De fato, especialistas da prefeitura reconhecem que havia contaminação, poluição e seus desdobramentos somente enquanto a área não estava sob responsabilidade do município, quando o depósito era então considerado lixão. Segundo depoimento concedido em 2007 pela bióloga e especialista em gestão ambiental (entrevistada 6Ó), a Agência de Notícias da Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul (PARLAMENTARES, 2007), a respeito do período anterior ao aterro sanitário: "[...] no lixão eram constantes os incêndios provocados pela combustão do gás metano, proveniente dos próprios resíduos, e explosões resultantes desse acúmulo. No entorno do lixão, os moradores sofriam com problemas respiratórios e de pele, resultado do não tratamento dos resíduos ali depositados".

Mas, se parte da comunidade não vê as evidências de má qualidade da água como algo que se deva preocupar, naturalizando-a dentro de um padrão de aparente normalidade, há quem veja relação entre o aterro/lixão e problemas de saúde dos moradores. Segundo a

entrevistada 11A/L, que trabalhou como recicladora e hoje tem dois filhos trabalhando com reciclagem na ARST e uma filha na cooperativa, “[...] a minha neta tinha muitas dores de cabeça e rinite por causa do cheiro que vinha do aterro/lixão” (julho de 2016). Já segundo depoimento da entrevistada 24M, ex-professora e ex-diretora da escola Santa Tecla, que recebe os estudantes dessa comunidade, principalmente a partir do 6º ano, “[...] eram constantes os casos de crianças da vila que tinha mal estar na escola, com queixas de dores de cabeça, enjoo e problemas gástricos” (setembro de 2016). De fato, como colega de 24M na escola e depois de nove anos convivendo com a comunidade de Santa Tecla, seria impossível não ter notado a recorrência com que os alunos oriundos da Vila Tripa adoecem, muitas vezes num mesmo momento. Ocorrendo como se fossem pequenos surtos, alguns alunos apresentam sempre o mesmo quadro, ano após ano, com fortes dores de cabeça e, sobretudo, problemas estomacais.

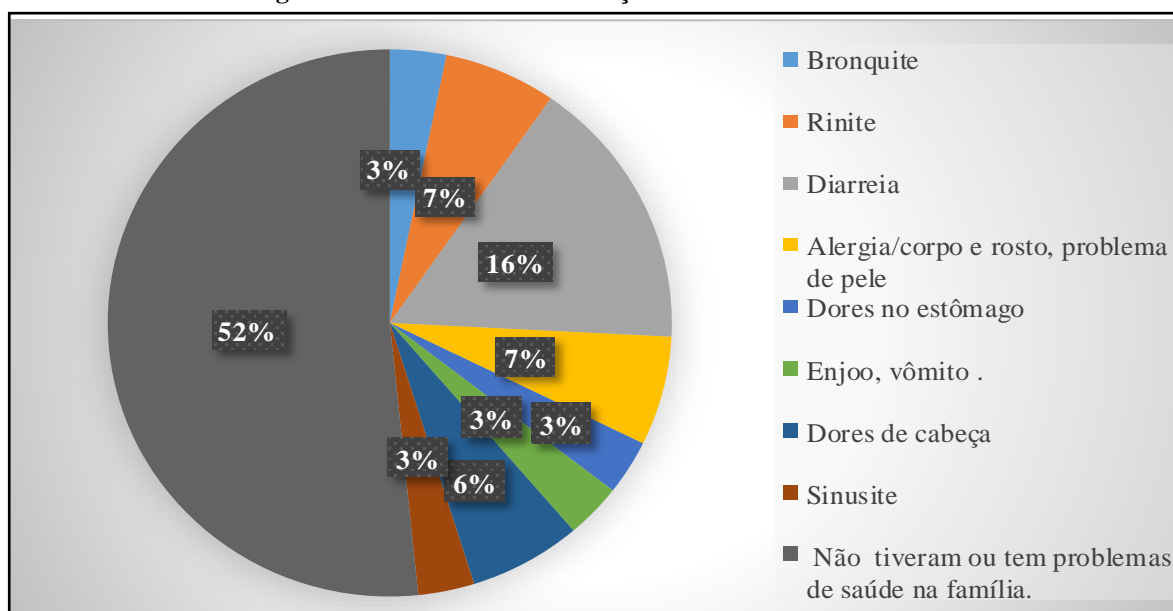
É necessário também levar em consideração outro componente relevante, que diz respeito ao papel dos médicos e agentes de saúde no encaminhamento e tratamento de eventuais doenças e sintomas da população que vive na Vila Tripa. Assim, colaborando para a situação de invisibilidade dos problemas causados pela contaminação da água está o fato de que, embora alguns profissionais da saúde, quando consultados, intuem que o problema maior possa estar relacionado aos danos ecológicos causados pela presença do aterro/lixão e ressaltam tal associação, seu diagnóstico e tratamento geralmente reduz a questão a uma simples virose, por exemplo, ou a uma disfunção estomacal qualquer, não indo a fundo ou dando a causa destas e muito menos respondendo o porquê de sua recorrência.

Sobre tal prática, para o entrevistado 4A/L, morador da Vila Tripa, neto do proprietário do terreno em que se iniciou o lixão e responsável por denúncias de vazamento de chorume, “[...] meus filhos tem problema de rinite, problema de diarreia e vômito; e os médicos sempre dizem que é virose, mas eu acho que pode ser da poluição” (julho de 2016). Já a entrevistada 11A/L tem uma posição diferente da de 4A/L sobre a contaminação da água. Embora perceba que algo está acontecendo, chega a uma conclusão próxima a de 5A/L (como visto, para quem, por ser água de poço, “[...] a gente nunca teve problemas de saúde”). Diz ela: “[...] a vila toda teve um surto de diarreia, das crianças aos adultos e até a semana passada ainda tinha gente doente e foi mais de 15 dias assim. E os médicos disseram que é virose. Mas não acho que seja da água, porque a nossa água é boa, é de poço, a prefeitura fez análise” (julho de 2016).

Com efeito, a rejeição à ideia de contaminação da água e a percepção dos problemas de saúde como “normais” (como visto acima, reforçada factual e simbolicamente pelas

“análises” da prefeitura, tema a ser tratado a seguir) é visível nas entrevistas. Embora haja ocorrência de diversos sintomas por elas percebidos que podem estar possivelmente associadas à contaminação da água, 14 famílias afirmam não apresentar nenhum quadro de doença, o que corresponde a 52% dos entrevistados do núcleo do aterro/lixão, como se observa na Figura 40. E, apesar da constatação da recorrência de diarreia ter sido detectada pelas duas escolas que atendem essa comunidade, somente seis entrevistadas acreditam que doenças na família são geradas pela poluição originária do aterro/lixão. O mesmo ocorre com problemas de pele e alergia, que também foram encontrados durante as entrevistas, mas pouco associados à poluição.

Figura 40 - Recorrência de doenças no núcleo aterro/lixão



Fonte: Autora (2016).

Voltando ao depoimento de 4A/L, sua esposa - mãe de meninas gêmeas com idade de dois anos, ambas com alergia de pele na região da boca e do rosto - diz que “[...] os médicos não sabem detectar o que pode ser e que o diagnóstico é sempre virose” (julho de 2016). Ao indagar se o médico fez alguma associação entre a alergia e a poluição provocada pelo aterro/lixão, ela diz que não. A questão aqui é saber se os agentes de saúde estão cientes da origem de seus pacientes, onde moram e que tipo de vida levam, pois apenas o endereço colocado em suas fichas de atendimento pouco diz sobre as condições insalubres em que vivem (ver, entre outras aqui já incluídas, Figura 35) e abaixo Figura 41. Sem mais subsídios ou uma análise sistêmica e acompanhada, o diagnóstico sempre é o mesmo, virose ou algum problema estomacal, que passa a ser então visto como parte do cotidiano pela comunidade,

forjando um padrão de normalidade e tornando diarreias, dores de cabeça e demais problemas de saúde corriqueiros e aceitáveis.

A isso se soma ainda a não consideração de todo um passado não somente relacionado ao convívio com a contaminação da água, mas também ao modo como as pessoas antes trabalhavam na catação, realizada em condições bastante precárias, conforme se lê no relato de um repórter ao jornal Correio de Gravataí: “[...] a reportagem não teve acesso às famílias. Apenas registrou os catadores que além de enfrentarem a concorrência mútua, dividiam os resíduos com animais domésticos, além de insetos, roedores, e larvas” (ALMEIDA, 2009).

Figura 41 - Casas na Vila Tripa, Santa Tecla, Gravataí/RS



Fonte: Autora (2017).

Por outro lado, sua condição social se mistura com todo um passado afetivo diretamente relacionado à coleta de lixo (como na frase já transcrita da entrevistada 7A/L: “[...] meus filhos foram criados na montanha de lixo e lá brincavam até de escorregador”), o que não pode ser facilmente equacionado a partir de uma leitura moralizadora ligada à conduta individual de cada um ou a uma suposta “falta de informação”.

Como já dito, para muitos o aterro/lixão chega a ser visto com uma aura nostálgica, caso da entrevistada 1A/L, fundadora da associação de reciclagem (que hoje trabalha de forma autônoma e com muita limitação por conta de problemas cardíacos), a qual relembra:

“[...] a gente também ganhava os produtos do Big²³ que vinham uma vez por mês e a gente dividia. Era muita coisa, desde fraldas à comida, dava para distribuir para os parentes do marido e também para vizinhos e amigos” (julho de 2016). Também o entrevistado 9A/L comenta sobre o quanto o lixo era compensador para os recicladores e por isso a falta de apoio aos movimentos contrários ao aterro/lixão: “[...] a mulher de um empregado meu conseguiu construir uma casa com a renda da catação em seis meses” (julho de 2016). Por fim, a esposa do entrevistado 4A/L relembra com nostalgia: “[...] era uma fartura de lixo, o aterro/lixão deixava a gente coletar nos momentos que as máquinas paravam e a grande maioria das pessoas da vila sobrevivia dessa forma” (julho de 2016).

Como se vê, ainda que por vezes isso se dê de modo velado, novamente aqui aparece o confronto de classe, sendo compreensível a não adesão da Vila Tripa à luta pelo fechamento do lixão/aterro. A percepção dos impactos ecológicos por parte dos catadores e recicladores, embora sentidos e vividos na pele (em muitos casos, literalmente), devem ser colocados sob tal perspectiva, havendo sempre uma ambivalência avaliativa que transita entre a aceitação tácita, a lembrança de um passado em que aparentemente se vivia melhor e a denúncia de se encontrar em uma situação extrema, como no caso da poluição dos arroios, a qual está entre a terceira maior reclamação da comunidade, tendo aparecido em 10 entrevistas.

De todo modo, a contaminação da água acabou por ser levada a público pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Humberto de Campos (EMEF), situada em frente ao aterro/lixão e que atende os alunos da Vila Tripa e entorno. A diretora dessa escola denunciou em 2010 a situação, chamando a comunidade escolar, mães e pais para colocá-los a par do problema, como se pode notar nessa matéria do jornal *Correio de Gravataí*:

As mães que mantêm filhos na escola Humberto de Campos localizado na frente do aterro, cuja emissão de gases são respirados pelas crianças, denunciaram que muitos adoeceram pela ingestão da água servida no estabelecimento de ensino. A própria diretora da escola, hoje licenciada, recomendou aos alunos e aos pais que não bebam da água disponível no colégio, pois estaria contaminada. A sua substituta assumiu a direção em maio e conta que leva de casa sua garrafa de água para evitar a barrenta: ‘É um problema de saúde pública não levado a sério pelas autoridades. O ambiente ao redor do aterro é malcheiroso: eu que não estava acostumada, sofri muito para permanecer no local’ (ALMEIDA, 2009).

²³ Produtos com prazo de validade vencidos, mofados, danificados e/ou não comercializáveis vindos da rede de Hipermercados BIG, hoje pertencente à Walmart Brasil.

Sobre a água bebida na escola, segundo entrevista feita com o secretário desta, entrevistado 7Ó, desde 2011 eles vem sendo abastecidos com água de caminhão pipa uma vez por semana devido aos problemas de poluição:

A diretora anterior desconfiou que a água estava contaminada pelo número elevado de casos com crianças com sintoma de diarreia e também funcionários e professores, e mandou analisar a água do poço da escola. E foi detectado cólera e um número de coliformes fecais acima do tolerável (setembro de 2016).

Também segundo 7Ó, enquanto não providenciavam a caixa d'água, a escola comprava água para o consumo da comunidade escolar, e “[...] hoje é feito um controle na caixa de 15 em 15 dias com medição do cloro; e os surtos diminuíram muito. Mas nós tivemos uma funcionária que morava na vila que vivia constantemente com diarreia” (setembro de 2016).

No que se refere à prefeitura, esta ao mesmo tempo em que fornece a água para a escola, nega e isenta o aterro/lixão de qualquer responsabilidade em relação a sua contaminação. No caso dos responsáveis pelo aterro/lixão, estes adotam o artifício da negação ao mesmo tempo em que mobilizam mais uma vez o discurso técnico e da competência. Apesar da responsável pela fiscalização, entrevistada 6Ó, reconhecer que “[...] sempre tivemos problemas com a comunidade, principalmente a escola; sempre tivemos muita crítica em função que a água ficou poluída com coliformes fecais”, ela afirma não ter conhecimento sobre a contaminação da água nos poços da escola Humberto de Campos. O mesmo (negação) se dá em relação ao aterro/lixão, pois, para 6Ó, não existiriam problemas causados por este em relação à qualidade da água. E, se caso houver, a contaminação seria não em função da deposição de lixo, mas sim - tal como na fala do ex-diretor do DMLU - em razão da criação de suínos do entorno, eximindo completamente a prefeitura e a administração do aterro/lixão de qualquer responsabilidade:

Se nós pegarmos os nossos laudos que a gente tem do aterro, ele não gera coliformes fecais. Porque ele [no caso, os coliformes] é oriundo das pocilgas da região. Tem muitos criadores de porcos na região, a chuva vem, lixivia e se infiltra. Então não é em função do aterro, nós temos os laudos e a comprovação de que não é do aterro (outubro de 2016).

Como se vê, a fala da responsável pela fiscalização do aterro/lixão vai na mesma direção do que disse o ex-diretor do DMLU (que "subia no topo do aterro e o cheiro que sentia era da criação de porcos próximo deste"). Aqui se está diante de uma batalha desproporcional de evidências: laudos técnicos x percepção cotidiana dos moradores. Ainda que tais laudos sejam encomendados ou mesmo realizados pelos próprios responsáveis pelo

empreendimento, constituem documentos técnicos cuja elaboração deve, em tese, seguir todo um procedimento sistemático, controlado e com uso de metodologia "científica", o que os torna difíceis de ser refutados.

O curioso, contudo, é que, da mesma forma que parte dos moradores imputa a contaminação da água à existência de uma montanha de lixo como vizinha, tendo como critério a observação direta da realidade em que vivem, os responsáveis pelo aterro/lixão fazem o mesmo em relação às "pocilgas da região", visto que não há um acompanhamento e estudo criterioso destas para saber qual a dimensão do seu impacto no ambiente. Ademais, como se trata de duas atividades (deposição de lixo e criação de suínos) que geram um tipo de problema muito semelhante (por exemplo, aumento de coliformes fecais e da incidência da bactéria que causa cólera), nada impede que ambas estejam agindo em sinergia e contribuindo ao mesmo tempo para a contaminação das águas de Santa Tecla.

Mas a batalha pela culpabilidade destas últimas também pode ser jogada em termos técnicos pelos que entendem que ela se deve a presença do lixão/aterro e do modo como este é administrado. Tal como no caso da diretora da escola, que "[...] mandou analisar a água do poço" usado por crianças e funcionários, também o entrevistado 22A/L, presidente da Amalst, que reside em propriedade limítrofe ao aterro/lixão, encomendou uma análise da água, e "[...] na época, o exame microbiológico para coliformes fecais, constatou a presença de 22 bactérias na água de um de meus poços e 160 bactérias em outro. Essa quantidade não é tolerável ao consumo humano" (julho de 2016).

De todo modo, em que pesem as diferenças em relação ao culpado por tal contaminação (se as pocilgas/porcos ou o lixão/aterro), os principais envolvidos (técnicos da prefeitura, da administração do lixão/aterro, representantes das escolas e moradores do entorno e da Vila Tripa) parecem concordar de que há um problema de fato com a água (como visto, mesmo moradores que acham que a água de beber, por vir de poço artesiano, é potável, acham que os arroios e águas superficiais da região estão contaminados). Por outro lado, devido a uma série de razões objetivas, históricas e afetivas aqui já discutidas, ligadas a sua situação ambivalente em relação ao aterro/lixão, apesar das evidências existentes e das análises já feitas, uma parte da comunidade da Vila Tripa aceita o veredito da equipe institucional de especialistas da prefeitura sobre a qualidade potável da água. Para a entrevistada 1A/L, uma prova de que a água seria potável é o fato de haver "[...] seres vivos no banhado" (Figura 42), que faz divisa natural entre o seu terreno e o aterro/lixão, o que no seu entender indicaria que a água do poço está "boa para beber" (julho, 2016).

Entendimento que mais uma vez se choca com o olhar daqueles que não vivem do lixo ou não estão acostumados com os constrangimentos e danos ecológicos decorrentes do aterro/lixão.

Para as pessoas como 19A/L e outros como ela, que não fazem parte do "mundo do lixo" ou não tinham até recentemente contato com ele, vivenciá-lo cotidianamente e senti-lo durante o dia e a noite, ocorre de forma drástica. Já para as famílias da Vila Tripa - cuja condição social os diferencia dos demais moradores -, a necessidade de sobrevivência é imperativa e sua existência permeada pela vulnerabilidade não deixa espaço para determinadas aflições (alternativas) "infernais" que lhes são impostas e com as quais precisam conviver e se adequar a sua maneira. Contudo, para ambos (pessoas do entorno e da Vila Tripa) as mudanças nas suas vidas em razão da vinda do aterro/lixão foram significativas. E se para alguns isso se deu de forma mais negativa do que para outros, o certo é que, para o consórcio do Aterro Sanitário Metropolitano Santa Tecla e para a prefeitura de Gravataí, sua existência trouxe imensa lucratividade e dividendos políticos, tema abordado no próximo capítulo.

Figura 42 - Imagem do banhado com parte do “morro” do aterro/lixão ao fundo, o qual faz divisa com o pátio das moradias da Vila Tripa



Fonte: Autora (2013).

4 ARTICULAÇÕES E (R)EXISTÊNCIA LOCAL X ATUAÇÃO DOS PODERES PÚBLICO E PRIVADO

O objetivo deste capítulo é acompanhar a trajetória de resistência do bairro Santa Tecla com relação a esses empreendimentos, bem como descrever como os poderes público e privado agem e reagem diante da explicitação dos conflitos ambientais e quais mecanismos utilizam. Segundo Hannigan (2009, p.99), a construção social do problema ambiental não está engessada, mas diretamente vinculada aos atores sociais, “[...] eles não dependem de uma série de critérios fixos, sociais e evidentes. Ao contrário, seu progresso varia diretamente de acordo com o resultado do sucesso dos atores envolvidos, tais como cientistas, industriais, políticos, funcionários públicos, jornalistas e ativistas ambientais”.

No caso de Santa Tecla, parte de seus moradores se apropriou do discurso ambiental ao reivindicar o fechamento do aterro/lixão, partindo para o embate através de denúncias, apelos públicos e luta judicial, instaurando um conflito que se torna público. Como resultado, os problemas ambientais passaram a ser debatidos de forma organizada na comunidade através de dois movimentos: o primeiro com a Amalst, fundada em 2003, seguido pela entrada em cena da associação informal “Xô Lixão”, fundada em 2005. Ambos os movimentos com significativa relevância no contexto dos conflitos. Porém, a resistência da comunidade em relação ao aterro/lixão não se deu contra a instalação deste, mas sim contra sua ampliação física, o prazo de operação e a possibilidade de abertura de outro depósito de lixo em Santa Tecla. A comunidade passou a exigir então o fechamento do aterro/lixão existente e já saturado e a repudiar a ideia de que a localidade sediasse outros.

Com relação à mineradora, se verá que ela encontra uma resistência mais individual, feita normalmente através de denúncias e reclamações, sendo que a comunidade se articulou coletivamente¹ somente uma vez nesses 40 anos de exploração.

4.1 AÇÕES E MANIFESTAÇÕES CONTRA A ATIVIDADE MINERADORA E A PRODUÇÃO DA ACEITAÇÃO INFERNAL

Este subcapítulo aborda as relações entre a atividade mineradora e a comunidade, como essa última reage e como a primeira se coloca através das “alternativas infernais”.

¹ Em anexo panfleto de chamada para reunião que trataria das medidas e mobilizações da comunidade com relação ao problema estrada.

4.1.1 O “Movimento da Estrada”

Em relação à atividade de mineração em Santa Tecla, diferentemente do aterro/lixão, historicamente ela encontra uma resistência mais individualizada por parte dos moradores, se dando normalmente através de denúncias esporádicas e reclamações pontuais. De fato, pelo que se pôde apurar, nos últimos 40 anos de exploração nenhuma articulação e manifestação coletiva da comunidade contra a mineração havia ocorrido até que, em 2014, seus moradores passaram a agir de modo organizado através da interferência e atuação do movimento Xô Lixão. No centro da discussão que então se formou encontrava-se a reivindicação da melhoria da estrada Henrique Closs, cuja conservação, como visto no capítulo anterior, se torna precária devido à circulação intensa de caminhões transportando minério (Figuras 43 e 44).

Figura 43 - Manifestação estrada Henrique Closs



Fonte: MORADORES, (2014).

Figura 44 - Manifestação na estrada Henrique Closs



Fonte: Suzana Parzianello (2014).

No que se refere ao tempo de duração, a mobilização dos moradores, que ficou conhecida como “Movimento da Estrada”, foi relativamente curta se comparada ao que aconteceu com o aterro/lixão, levando em torno de seis meses até a resolução parcial do impasse. Como táticas, os integrantes do Xô Lixão, além de utilizarem instrumentos jurídicos e fazer reuniões com a comunidade, organizaram manifestações e protestos, dois deles ocorrendo com o fechamento da estrada Henrique Closs (ação que repercutiu nos jornais locais e em uma emissora de TV da capital) e uma manifestação realizada no centro de Gravataí (Figuras 45 e 46).

Figura 45 - Primeira manifestação do “Movimento da Estrada”



Fonte: Suzana Parzianello (2014).

Figura 46- Manifestação e fechamento da estrada Henrique Closs



Fonte: Suzana Parzianello (2014).

Essa pressão social, no entanto, não dizia respeito somente às mineradoras, principal causador do mau estado da estrada, sendo dirigida também (e de modo semelhante ao que ocorreu com o aterro/lixão) à prefeitura de Gravataí, acusada de negligência e descaso na sua manutenção. Sobre esta dupla imputação, para o entrevistado 6A/L, por exemplo, morador do entorno do aterro/lixão, “[...] a estrada é sempre ruim, cheia de buracos, me dá prejuízo com o carro que quebra seguido e é perigosa porque não tem acostamento. Participei da manifestação da estrada; para mim a prefeitura é responsável e a mineradora é a principal causadora de problemas na estrada hoje, depois do lixão fechado” (julho de 2016).

Como consequência do descaso da mineradora e do poder executivo, a comunidade passou então a exigir de ambos a restauração efetiva e estrutural da estrada, o que até então era feito de forma meramente paliativa através de operações eventuais de “tapa-buracos”. Além disso, também exigiram que fosse feito o controle do peso dos caminhões através da fiscalização nas balanças e a obrigatoriedade da lonagem da carga por eles levada, evitando assim o excesso de peso e que parte do material transportado (seja brita ou lixo) caia na pista. Sobre estas reivindicações, um dos representantes do movimento do Xô Lixão menciona que a empresa procurou logo se esquivar das acusações, repassando a responsabilidade aos motoristas dos caminhões (os quais em grande parte são terceirizados) e à prefeitura, que não faria a manutenção adequada da estrada. Assim, segundo a entrevistada 13M:

A empresa não está nem aí para a comunidade, argumentam que os caminhões não são deles e tiram o corpo fora de todas as irregularidades, como o excesso de velocidade, de peso, ausência de lonagem. Dizem que não é responsabilidade deles, que eles só vendem a brita e não transportam (julho de 2016).

Ainda segundo 13M, “[...] foi um jogo de empurra-empurra entre poder público e privado” (julho de 2016), fazendo com que o Xô lixão tivesse que lutar contra ambos em duas frentes. De fato, a empresa, durante as tratativas, alegava que havia se prontificado a realizar uma parceria com a prefeitura e que havia doado o material para a restauração da estrada. A prefeitura entraria com as máquinas e mão de obra. De acordo com 13M, “[...] eles dizem que cumpriram a parte deles e que a prefeitura utilizou o material doado por eles em outras obras e não cumpriu sua parte no trato” (julho de 2016). Como se verá mais adiante, algo parecido ocorre com o tratamento e recuperação do passivo ambiental deixado pelo lixão/aterro. Assim, da mesma forma que o jogo de empurra entre mineradora, terceirizadas e prefeitura de Gravataí tem como efeito prático o descaso com a restauração e conservação da estrada Henrique Closs, enquanto as prefeituras de Esteio, Cachoeirinha, Porto Alegre e Gravataí brigam até hoje na justiça para saber que parte cabe a quem pelos impactos da deposição de lixo, os moradores de Santa Tecla (e particularmente os da Vila Tripa e entorno) são obrigados a conviver em seu cotidiano com os efeitos daí advindos.

Depois de muita pressão da comunidade, a prefeitura optou por fazer a obra, o que em parte levou a uma desmobilização dos moradores. Contudo, e embora à reestruturação tenha sido feita de forma mais elaborada que nas vezes anteriores, ela não ocorreu conforme o que havia sido exigido durante as manifestações. Assim, a despeito do seu êxito parcial nesse conflito, ele foi temporário e o sentimento geral do que ficou conhecido como “Movimento da Estrada” é de frustração. Segundo a entrevistada 13M, muitos também se sentiram usados, visto que “[...] arrumamos a estrada para a mineradora usar”. Hoje, 2017, os inúmeros buracos na Henrique Closs retornaram e a falta de manutenção persiste, assim como os problemas em relação à fiscalização do peso dos carregamentos e à insegurança na estrada e proximidades desta provocada pelos caminhões.

Por outro lado, o caráter pontual com que se restringiu e foi conduzido o “Movimento da Estrada” dá indícios de que existe uma relação consensual entre os moradores do núcleo da mineração e a empresa difícil de ser quebrada ou colocada em xeque por muito tempo, fato que se relaciona por sua vez com as alternativas infernais (vistas no capítulo anterior) disponíveis às pessoas envolvidas, como será visto no próximo item. Contudo, aqui ocorreu algo particularmente interessante e que não havia acontecido até então. Como dito, o mau

estado da estrada aflige tanto os núcleos da mineração quanto da Vila Tripa e do entorno do aterro/lixão, o que explica em parte o fato do “Movimento da Estrada” ter conseguido agregar moradores dos dois núcleos, união e participação estas, como se viu no tópico anterior e a partir do item 4.3, que até então não havia acontecido.

De fato, essa diferença em relação à divergência entre, de um lado, a luta contra a deposição de lixo e, de outro, a dependência econômica dela fica visível ao olhar para a participação dos entrevistados durante as manifestações: 18 no caso do núcleo da mineração (43%) e 12 do núcleo do aterro/lixão (neste último, 18 deles se sentem lesados pela precariedade da estrada e o tráfego dos caminhões). Dados estes, como será visto adiante, bem acima do que acontece, entre os entrevistados, com as mobilizações contra o lixão.

4.1.2 Um negócio de família e a “cordial” chantagem das alternativas infernais: mineração e seus empregos

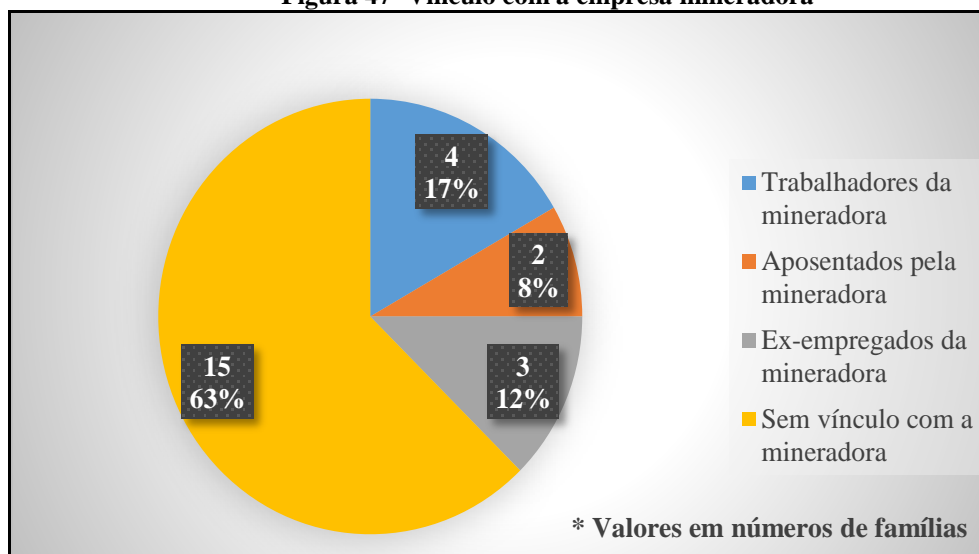
A mineração, apesar das explosões constantes, foi pouco a pouco se tornando uma atividade silenciosa, naturalizada e pouco lembrada ou abstraída pela comunidade. A exceção do episódio que ocorreu com o “Movimento da Estrada”, visto acima, e apesar de nas décadas de 1980 e 90 a antiga associação, a Acost, hoje desativada, ter sido autora de denúncias às autoridades ambientais sobre o avanço (em alguns casos, até hoje ilegal) da atividade mineradora em área imprópria, no período mais recente (anos 2000), mesmo denúncias de crimes ambientais, danos ecológicos e constrangimentos de diversas ordens (entre outros, detonações, “chuva” de pedras, poluição atmosférica, deslocamento forçado, perda de atividades rurais, desvalorização da terra, destruição da paisagem, fluxo intenso e excesso de peso/carga dos caminhões, problemas respiratórios, poluição dos arroios e assoreamento de cursos d’água locais) na maioria das vezes ocorrem esporadicamente e de forma individualizada. Além de poucas e esparsas, e apesar da longa existência da exploração, tem tido como denunciante quase sempre os mesmos dois personagens: a pessoa que se recusou a conceder entrevista e o entrevistado responsável pelo único processo exitoso, no caso, por danos materiais em virtude das explosões e tremores que ocasionaram rachaduras e a perda completa de sua edificação por desmoronamento.

Mesmo acontecimentos traumáticos descritos no capítulo anterior - como a pressão psicológica advinda da proximidade da mina e as perdas materiais concernentes aos danos às moradias - parecem não interferir no relacionamento “cordial” entre mineradora e membros da comunidade. Uma primeira explicação para tal situação recai na postura “assistencialista”

e “amigável” da empresa ao adotar o que o pessoal do setor de relações públicas chama de “boas práticas”, normalmente vistas como filantrópicas e supostamente de caráter “desinteressado” através de pequenas “doações” à comunidade escolar, ao Centro Tradicionalista Gaúcho (CTG), para realização de festas religiosas e comemorativas e, como visto, construção de praças.

Outro dado refere-se à relativa importância do emprego de moradores na mineradora. Das pessoas entrevistadas no núcleo da mineração, apesar de 15 (63%) delas não ter nenhum vínculo atualmente com a empresa, quatro (17%) são empregados desta, três (13%) já trabalharam ou tem parentes que trabalham na mineradora e duas (8%) se aposentaram por ela. Como se vê (Figura 47), embora não seja um dado estatístico, ainda assim é significativo que nove entrevistados do núcleo da mineração (38%) possuam ou já possuíram algum vínculo direto com a mineradora (influência esta, como se verá a seguir, que se estende em parte as suas famílias).

Figura 47- Vínculo com a empresa mineradora



Fonte: Autora (2016).

Já em contrapartida, quando inquiridos a respeito da necessidade da empresa por mão de obra local, 16 entrevistados disseram que ela emprega a população local; dois acham que só empregam pessoas de determinadas famílias, numa espécie de “panela”; três acham que empregam mais pessoas de fora da comunidade; e outras três que ela não dá empregos para a comunidade.

Por um lado, como parte significativa das pessoas afetadas diretamente e que vivem no núcleo da mineração e trabalham para a mineradora, isso faz com que elas sejam atraídas

para a esfera de influência direta desta, que passa por vezes a ser chamada eufemisticamente por quem lá trabalha de “família”. E em Santa Tecla, as pessoas geralmente se referem às mineradoras pelo sobrenome dos seus proprietários, quando se quer falar da chegada na localidade da empresa de mineração Guaporense nos anos 1980, por exemplo, que antecedeu a empresa Vera Cruz, pertencente à família Zandoná, é comum se dizer “quando veio a Asmuz”. Assim, “trabalhar na Asmuz” significa, de fato, trabalhar “para a família Asmuz”, disso resultando o movimento subsequente de ser visto e/ou se ver como “parte da família” (ainda que numa condição subalterna de empregado ou funcionário). Como consequência, ao vincular seu crescimento pessoal à trajetória profissional no empreendimento, alguns acabam se identificando com a empresa (ou melhor, com a família que a controla) e, a depender do contexto, a defendendo contra quem se coloca contra ela ou fazendo apologia de sua existência.

A mineradora tem também como expediente procurar cooptar e influenciar pessoas com prestígio na comunidade, como lideranças políticas, carismáticas ou que tenham alguma inserção, prestígio ou ascendência junto aos demais moradores. No caso do oferecimento de postos de trabalho, por exemplo, é usual a distribuição de cargos de confiança e chefia para empregados-chave. Esses vão gravitar na órbita da mineradora em uma relação de subordinação muitas vezes paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que dependem da mineração, se sentem por ela ameaçados e dela sobrevivem prejuízos materiais e psicológicos, como visto no capítulo anterior. Como afirma Acselrad (2010, p.114), “[...] na expectativa de que tais empreendimentos tragam algum tipo de benefício localizado” gera-se uma situação de desigualdade resultante da “[...] menor capacidade de os moradores dessas periferias se fazerem ouvir nas esferas decisórias ou mesmo de seu consentimento – dada a carência de emprego, renda, serviços públicos de saúde e educação”.

Por outro lado, sua influência aumenta através da alocação de postos de trabalho estratégicos concedidos a membros de famílias importantes dentro da comunidade ou então que venham a fazer algum tipo de resistência a ela. Porém, e paradoxalmente, a relativa escassez local de postos de trabalho gerada pela própria mineradora ao não ofertar empregos na quantidade que os moradores do núcleo da mineração gostariam (preferindo empregar pessoas de outros locais, o que tem sido objeto de cobrança e reclamação junto à empresa), atua como uma espécie de armadilha ao criar expectativas nestes quanto a esta possibilidade.

Além disso, a população local também reclama da postura desta no que se refere à política de empregar somente uma pessoa de cada família, artifício que, por um lado, restringe o acesso da população local a esses empregos e, por outro, mantém refém um contingente

expressivo de pessoas. Com efeito, a promessa de emprego e trabalho passa então a ser utilizada como barganha (sobretudo no caso das pessoas que mais sofrem com a atividade ou que com ela têm mais prejuízos), constituindo uma espécie de "recompensa" ou "aspirina" atenuante em que a família do empregado e ele próprio, por temer represálias, se vê enredada por laços de parentesco que a tolhe ou inibe de ingressar com possíveis ações judiciais contra a mineradora.

Já por outro lado, e como mostrado ao longo do trabalho, o núcleo da mineração está inserido no contexto da formação de "zonas de sacrifício" não só pela influência e vínculo diretos da empresa com moradores e suas famílias através da garantia de seus empregos, mas também por meio de relações indiretas. Assim, embora postos de trabalho e cargos de confiança distribuídos seletivamente entre a comunidade já sejam suficientes para ser vistos como importante na vida das pessoas, alternativas como obtenção de uma possível renda vinda junto com riscos, impactos e constrangimentos ambientais se consolidam não só no âmbito do emprego formal, estando centrado também na relativa dinamização da economia local.

É o que ocorre, por exemplo, com o incentivo ao comércio local decorrente do aumento da circulação interna de pessoas na localidade, consequência esta da movimentação intensa de motoristas de caminhão, empregados da mineradora que moram em outros locais e outras pessoas que com ela tem algum tipo de relação ou demanda a ser resolvida. Em maior ou menor medida, estes passam então, a consumir localmente, por exemplo, ao fazer suas refeições nos três restaurantes que abriram em Santa Tecla, dois no núcleo da mineração, (Figura 48) os quais seguramente dependem do fluxo de gente que transita em torno da atividade, tendo como público principal funcionários da empresa e caminhoneiros que fazem o transporte da brita.

Figura 48- Restaurante no centro do Núcleo da Mineração



Fonte: Mariane Bierhals Schütz (2017).

Com isso, a mineradora aumenta a geração de dependência da comunidade não só através de “doações” e outras práticas assistencialistas ou por meio da chantagem efetuada com o oferecimento seletivo de postos de trabalho para determinados integrantes das famílias, mas também ao estimular indiretamente o comércio local e servir como fonte de trabalho e geração de renda provenientes da sua simples presença na região. Na sequência, boa parte da comunidade torna-se refém (no sentido de ter algum interesse pessoal vinculado a ela) do empreendimento através da expectativa de ganhos monetários e vantagens imediatas como estabelecimento de atividades comerciais (caso dos restaurantes), prestação de pequenos serviços, obtenção de trabalho fixo e, como visto no capítulo anterior, até mesmo com a possibilidade de receber indenizações ou permutar suas terras devido aos impactos da mineração. Em todos estes casos, porém, a possibilidade de emprego, renda ou algum outro “benefício” vêm junto com uma dupla alternativa infernal: pagar o custo ambiental inerente à atividade minerária ou então sofrer com a não renda e o não emprego vindo com a mesma.

De todo modo, o resultado de todos os artifícios aqui descritos e adotados pela mineradora não deixa de ser a produção de uma forte percepção, em parte dos moradores de Santa Tecla (e especialmente no núcleo da mineração), da presença da empresa como algo imprescindível ou ao menos necessário.

4.1.3 Mineração e a cotidiana resistência silenciosa: asfalto, energia elétrica, progresso e desenvolvimento

Como visto no segundo capítulo (itens 2.1 e 2.1), segundo Acselrad, empreendimentos com alto potencial de causar impactos ecológicos e constrangimentos sociais nos lugares onde se instalam procuram produzir, junto à população local, um movimento em direção à aceitabilidade de suas atividades, sendo este,

[...] a expressão [...] do jogo político das grandes corporações que procuram impor aos setores menos organizados da sociedade a aceitação de níveis de poluição rejeitados por países [ou regiões e localidades internas a estes] e setores sociais mais organizados e criteriosos na definição de restrições a processos poluentes e ambientalmente danosos (ACSELRAD, 2010, p.113).

Por outro lado, tal como no caso da anestesia dos sentidos de quem trabalha com o lixo em relação ao mau cheiro, paralelamente, mas junto ao movimento de construção da aceitação e do "acostumamento" em relação ao convívio com as minas, sobrepõem-se o que é visto por parte dos moradores (e, claro, pela mineradora) como efeitos positivos ou "benéficos" da sua vinda para Santa Tecla. De fato, para muitos deles, o toque de Midas mais lembrado foi à pavimentação da estrada Henrique Closs, seguida pela sedução da expectativa dos empregos e negócios indiretos relacionados ao comércio local, como visto no item anterior. Na região, a chegada do asfalto foi e continua sendo percebida como fruto da presença da mineração e que permitiu, a uma população carente de infraestrutura e que sofre com o uso precário das estradas: o encurtamento da distância em relação ao centro de Gravataí, seus bairros e outras cidades; um deslocamento feito com maior rapidez e qualidade; a abertura de novas oportunidades econômicas; a possibilidade de obter emprego em áreas mais distantes; e, para os mais jovens, a maior facilidade de continuar seus estudos em escolas que tenham ensino médio.

No caso da população local, a associação positiva entre tais melhorias e a chegada das minas aparece de forma bem explícita na visão de um antigo morador, entrevistado 16M, para o qual:

A mineração trouxe o progresso. Em 1976 veio a Asmuz² e junto o movimento. Hoje é muito melhor que antes, porque não tinha luz, nem asfalto, nem policiamento. O ônibus antes da mineração era uma vez por dia. O progresso é bom, é importante ter meio de vida. Antes da mineração a atividade econômica era cortar

² Como visto no tópico anterior, os moradores de Santa Tecla geralmente se referem as mineradoras pelo nome dos seus proprietários, assim a "família Asmuz" foi a empresa de mineração que antecedeu a Vera Cruz, que é da "família Zandoná".

acácia para vender, vinha gente de longe fazer isso, ou quebrar pedras (julho de 2016).

De fato, a percepção de 16M não é a única entre a população de Santa Tecla, sendo que, para a maioria dos entrevistados tanto do núcleo da mineração quanto do aterro/lixão, a pavimentação da estrada Henrique Closs, mas também a chegada da energia elétrica e de obras de infraestrutura como a ponte de alvenaria no arroio Martins seriam resultado da vinda de empreendimentos ligados à atividade minerária. Ocorre que, em primeiro lugar, com tal associação direta, o que deveria ser uma obrigação do poder público e ao mesmo tempo um direito da comunidade passa a ser entendido novamente como um "benefício" dado pela empresa mineradora.

Além disso, embora a mineração seja vista como empreendimento que vai trazer alguma espécie de retorno (indireto ou direto) aos moradores, um olhar mais apurado mostra que o crédito por tais "benfeitorias" não advém somente dela, pois outros atores e iniciativas também foram responsáveis por trazer para Santa Tecla elementos associados ao "bem-estar" vindos com a "modernidade". No caso do asfalto, por exemplo, ainda que boa parte dos moradores pense decorrer da atividade de mineração de rochas, com as empresas das "famílias" Asmuz e os Zandoná –, a pavimentação da estrada Henrique Closs foi realizada em parceria com uma usina de asfalto que hoje não opera mais no local. E, embora somente uma parte da obra tenha então sido concluída, seu término veio através de outras parcerias, no caso, do aterro/lixão e a subestação de energia elétrica pela antiga Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica –(CEEE), sediada na entrada do bairro, próximo a RS 118.

No caso da rede elétrica, embora esta tenha de fato sido estendida para a localidade em parte devido à gestão das mineradoras junto aos órgãos estatais (o mesmo ocorrendo em relação à pavimentação), sua efetivação não se deu por causa dos moradores ou como uma espécie de boa ação samaritana em relação a estes, mas pela própria necessidade da empresa de energia para suas atividades (por sinal, como qualquer atividade minerária, altamente intensiva do ponto de vista do energético). Além disso, sua implantação teria tido também a participação e influência da Acost, segundo relata o entrevistado 24A/L: "[...] fomos responsáveis por muitas melhorias, como levar a eletricidade em três núcleos do bairro, a implantação de linha de ônibus, telefone, correio e outras" (agosto de 2016).

Por outro lado, a própria chegada do asfalto tem também um caráter paradoxal, pois, apesar dos aspectos positivos citados acima, acabou, como visto no item 4.1.1, por se transformar num dos principais problemas para a comunidade. Sobretudo para quem tem a posse ou propriedade da terra, de fato inicialmente a instalação das mineradoras significou,

no curto prazo, uma valorização dos imóveis na região devido à pavimentação da estrada Henrique Closs. Porém, com o passar do tempo, a existência do asfalto conjugada com a intensificação da exploração e extração de rochas implicou um fluxo intenso e incessante de caminhões, disso resultando consequências nefastas não só relacionados à degradação ambiental, aos riscos à saúde e a eventuais danos materiais, mas a própria desvalorização dos estabelecimentos rurais, principalmente quando localizados no entorno das minas.

Ademais, como visto no item 2.3 (ver também fotos nos anexos) e no tópico sobre o episódio envolvendo o “Movimento da Estrada”, tal intensificação do trânsito e da circulação de veículos pesados levou a uma aguda precarização justamente das condições e da qualidade da estrada Henrique Closs. Ou seja, ainda que se aceite que esta tenha sido pavimentada somente devido à vinda da mineração (o que, como visto, não parece ser o caso), em não muito tempo o aumento das minas e sua exploração levou os moradores a ter que conviver com outra “alternativa infernal”, no caso, as péssimas condições da rodovia com a deterioração do asfalto e o “crescimento das crateras” e suas consequências em termos do risco (inclusive de vida) que isso significa para quem vive em Santa Tecla.

Em suma, mesmo ao se aceitar como parâmetro de avaliação o que se considera como a chegada do progresso e desenvolvimento (caso do asfalto e da energia elétrica), vê-se que os resultados são bastante insuficientes, já que, como visto ao longo dos capítulos anteriores, o descaso privado e público com o local está posto. Juntas, as alternativas disponíveis denotam a assimetria existente entre empresa, Estado e comunidade, fortalecendo relações de subordinação da última em relação à primeira e retirando atribuições que deveriam estar a cargo do segundo. Por outro lado, tem como efeito o assujeitamento dos moradores do entorno da área de extração e beneficiamento no núcleo da mineradora, na medida em que, mesmo sentindo-se lesados, têm de suportar compulsoriamente a poluição e os impactos produzidos pelas minas ao não se colocar como resistência coletiva em torno de pleitos comuns. Portanto, trata-se aqui da produção de uma relação de coexistência aparentemente “pacífica” (na qual operam vínculos clientelísticos ligados à ideologia da “família-empresa” e da política do “favor”) em que a reivindicação e a externalização da contrariedade em relação ao empreendimento são sistematicamente silenciadas e desencorajadas.

A tal relação assimétrica mantida pela empresa com a comunidade se junta ainda o desconhecimento geral dos moradores acerca das leis ambientais, dos canais legais para uma possível contestação e do vocabulário hermético adotado nos meios jurídico e burocrático-administrativo. O que faz com que possíveis medidas compensatórias (que, como visto, localmente geralmente não são entendidas no seu sentido legal, isto é, como resultado de uma

ação danosa ou mesmo criminosa ao meio ambiente e/ou à população local) sejam apresentadas não como um direito das pessoas, mas sim vendidas pelas empresas também como "benefícios" trazidos por ela própria. O mesmo vale para o caso do asfalto na estrada Henrique Closs e demais ações já descritas “em prol da comunidade”, as quais, depois, quando levadas para fora de Santa Tecla, pode servir como propaganda de sua “[...] política de responsabilidade socioambiental corporativa” (GIFFONI PINTO, 2013).

Neste caso, entra-se aqui no terreno das teorias sobre o conceito de “reciprocidade assimétrica” (SABOURIN, 2011), com a dádiva advinda das mineradoras (estrada, luz elétrica, praça, pequenas contribuições para realização de atividades locais, ponte, emprego, trabalho, renda ou mesmo possibilidades de ganhos abstratos como “progresso” e “desenvolvimento”) tendo como contra-dádiva a aceitação tácita de seus impactos pela comunidade³. Disso, tem-se a construção de uma espécie muito específica de sociabilidade entre empresa e população local e que se reflete na aceitação e não reação desta diante da primeira, com as pessoas em princípio tolerando, se submetendo e/ou se conformando com o empreendimento em virtude deste tipo de “[...] mecanismo central, nas condições de liberalização hoje prevalentes, para a imposição de riscos ambientais e de trabalho às populações destituídas” (ACSELRAD, 2010, p. 114).

No entanto, esta espécie de “ajuda” supostamente desinteressada, como salienta Gronemeyer (2008, p.12), quando realizada dentro de um contexto de assimetria de poder, “[...] es una manera de mantener el mendrugo en las bocas de los subordinados sin dejar que sientan el poder que los guía”. Assim, a promessa de possíveis benefícios e ganhos, ao ser apresentada dentro de um quadro de precariedade social e econômica, passa a mobilizar a comunidade e a gerar expectativas materiais em torno de si, criando uma relação de dependência que tem como um de seus efeitos o esvaziamento e mesmo ausência de questionamentos em relação às empresas. Por outro lado, as “alternativas infernais” existentes, conjugadas com iniciativas de cunho mais individual por parte da população, acaba por enfraquecer o efeito de eventuais denúncias de danos causados pelas empresas e despolitizar possíveis reivindicações, pois, ao deslocar “[...] potenciais zonas de conflito para o universo morno da colaboração e cooperação, sua atuação, no fundo, tem por objetivo tão somente garantir, junto à população local, o que no jargão empresarial se denomina licença social para que este último possa 'operar'" (GERHARDT, 2013, p.17).

³ Conforme Sabourin (2011, p.22), “[...] o primeiro elemento próprio à teoria da reciprocidade envolve a definição do conceito do ponto de vista socioantropológico. O princípio da reciprocidade não se limita a uma relação de dádiva/contra-dádiva entre pares ou grupos sociais simétricos”.

Como resultado, com o passar dos anos a atividade mineradora foi incorporada não só como um "mal necessário", mas como um "[...] mal que pode trazer alguma vantagem imediata", ou seja, um "bem", ainda que pontual, fazendo com que a maior parte da comunidade não trabalhe com a perspectiva ou ao menos não veja no horizonte próximo a hipótese do fim da exploração e extração de rochas. Ao mesmo tempo, estando histórica e ideologicamente influenciados e mobilizados pela retórica do desenvolvimento e da modernização como algo que traz consigo, intrinsecamente, um "melhoramento", algo que seria bom para a sociedade (SACHS, 2000), e apesar de todos os malefícios que traz consigo para os estratos sociais economicamente mais vulneráveis, ao atrair "[...] sobre si e suas localidades os investimentos disponíveis no mercado" (ACSELRAD, 2010, p.180), a mineração surge como uma alternativa compulsória (a que resta) a ser suportada por indivíduos e grupos sociais que, não tendo outra opção, buscam se inserir da melhor forma (ou da menos pior) nesse processo.

Nesse sentido, como havia percebido James Scott (1985), considerando todos as possibilidades de ação disponíveis às pessoas e os expedientes de cooptação e sedução adotados pela mineradora aqui descritos, mesmo o clima aparentemente silencioso e "amigável" entre ela e moradores poderia ser visto também como um modo muito particular de resistir não diretamente a mineradora, mas a uma situação adversa mais ampla e cujas relações de poder a ela subjacentes, do ponto de vista da população local, parecem não ter como ser alteradas facilmente no médio e curto prazos. A esse sentimento tácito de impotência por parte da população (que, importante lembrar, vai sendo socialmente construído ao longo do tempo), vem então se somar sua invisibilidade social, fragilizando-a diante dos investimentos que ali se instalam ou pretendem se instalar, "[...] pois, em ausência de políticas ambientais de licenciamento e fiscalização de atividades apropriadas e sem políticas sociais e de emprego consistentes, as populações mais pobres e desorganizadas tenderiam a sucumbir às promessas de emprego, quaisquer que sejam seus custos" (Acselrad, 2010, p. 114).

Como resultado, com exceção do breve "Movimento da Estrada" (o qual, como visto, também durou um tempo relativamente curto), ao longo de 40 anos tem-se como regra a não explicitação coletiva de contrariedade em relação aos empreendimentos minerários em termos de uma ação mais ou menos organizada e, ainda que com altos e baixos no que se refere a mobilizações esporádicas, duradoura ou de longa duração (característica essa que, como se verá a partir do próximo capítulo, difere das lutas em torno do fechamento do lixão/aterro). Não à toa, portanto, visto a convivência recíproca se dar, em geral, de modo

pacífico e cordato, a mineradora, por um lado, não se sente minimamente ameaçada ou mesmo pressionada e, por outro, tem uma atitude de desobrigação para com Santa Tecla, contribuindo minimamente com esta (e, na maioria das vezes, somente quando solicitada).

De fato, ao contrário de outros casos envolvendo conflitos desencadeados por atividades minerárias, aos moradores não é preciso dispendir (pois, do ponto de vista das empresas, qualquer ação a eles dirigida é entendida como “custo”, ou seja, um valor monetário a ser dispendido para manter o negócio lucrativo) um tratamento e retorno mais substancial, como no caso da construção de creches, postos de saúde, escolas etc. Iniciativas estas que, ao substituírem o poder público, são geralmente utilizadas para conter qualquer movimento de oposição local (ACSELRAD, 2011). Enfim, o que se tem neste caso é a constituição de uma relação desigual entre comunidade e mineradora em que esta última produz impactos sociais e ecológicos irremediáveis que precisarão, contudo, ser vividos e sofridos pelas pessoas. Para com elas ou não há nenhum tipo de preocupação ou ela vem sob a forma de um retorno pontual através de medidas de caráter assistencialista ou então ações mínimas de “mitigação” e “compensação”, as quais, como visto, são percebidas localmente como “benefícios”.

4.2 LUTA PELO FIM DA DEPOSIÇÃO DE LIXO/RESÍDUOS E A VINDA DE NOVOS LIXÕES/ATERROS

Segundo a prefeitura de Gravataí, desde 1997 já não havia mais lixão em Santa Tecla, quando este passou por algumas obras e então começou a ser nomeado como "aterro controlado", mudando seu status definitivo em 1998 para “aterro sanitário”. Posição esta reforçada pela narrativa da bióloga e funcionária da prefeitura responsável pelo monitoramento do aterro/lixão, entrevistada 6Ó: “[...] somente em 1998 foram feitas obras de adequação do antigo lixão e de recuperação. Primeiro teve uma fase de biorremediação. Começaram trabalhando naquele lixo que estava depositado, mais antigo, naquele aterro controlado” (outubro de 2016).

De fato, como se verá ao longo deste tópico, o poder público municipal e o consórcio que passou a administrar o aterro/lixão fizeram uso de diversos artifícios retóricos via argumentação técnica, expedientes jurídicos e estratégias políticas para dar continuidade ao seu funcionamento. Contudo, as tratativas e finalmente a intervenção propriamente dita da prefeitura na área onde hoje este se encontra - ocorrida em 1997, portanto, seis anos antes da fundação da Amalst - não se deu de forma gratuita, tendo como um de seus protagonistas a

pressão exercida pela ⁴Associação Preservação da Natureza do Vale do Gravataí (APN-VG). Ao mesmo tempo, parte dos moradores de Santa Tecla começou a se apropriar do discurso ambiental ao reivindicar, de modo mais intenso e organizado, o fechamento do lixão então existente e já totalmente saturado, partindo para o embate através de denúncias, apelos públicos, articulações junto à políticos locais e luta judicial, instaurando um conflito que então se tornou público.

Num primeiro momento, a resistência da comunidade não se deu diretamente contra a recategorização do lixão para aterro sanitário, mas sim, primeiro, pelo fechamento do primeiro, depois, contra sua ampliação física e o prazo de operação previsto e, mais recentemente, contra a possibilidade de abertura de novos depósitos de lixo em Santa Tecla, passando-se a repudiar a ideia de que a localidade poderia sediar outros aterros/lixões. Sobre esta mudança de status do depósito de lixo que então existia em Santa Tecla, com exceção dos catadores e recicladores da Vila Tripa, embora os demais moradores considerassem nocivo o lixão, inicialmente não houve um posicionamento organizado contra sua transformação em aterro sanitário. Em parte isso se deu muito porque, naquele momento, a mudança remediava uma situação (“alternativa infernal”) ainda pior relativa à presença do lixo então depositado a céu aberto. Por sinal, tal recategorização foi considerada um ganho por alguns deles, pois se tratava, em princípio, do poder público buscando resolver uma questão premente para as pessoas que lá viviam. Além disso, havia ainda a oferta/promessa de um percentual do lucro do depósito de lixo que seria revertido à comunidade em forma de medidas compensatórias, possibilidade que nunca se efetivou.

Já segundo depoimento do primeiro presidente da Associação Comunitária de Santa Tecla (Acost⁵), entrevistado 24A/L, que fez denúncias e participou das negociações, a obra foi feita a revelia da comunidade: “[...] a associação se reuniu com o então prefeito e a Fundação do Meio Ambiente⁶ da época e a Fepam, pedindo pelo fechamento do lixão. Não queríamos um aterro, somente o fechamento do lixão atual. Se aproveitaram da existência do lixão para fazer no local o aterro, mas não fizemos oposição a essa ideia” (agosto de 2016). De acordo com o depoimento acima, a comunidade teria participado minimamente das tratativas de

⁴ Lembrando que entre os fundadores dessa ONG estão atores sociais que mais tarde iriam tornar-se: um diretor da FMMA de Gravataí e outro do DMLU de Porto Alegre.

⁵ Apesar de estar ciente da existência, entre 1988 a 1996, da primeira Associação Comunitária de Santa Tecla (Acost) e de suas conquistas, as quais são importantes no sentido de já ter havido um movimento local organizado e, portanto, uma experiência de luta anterior que permanece e se atualiza através da memória das pessoas que dele participaram e ainda residem em Santa Tecla, ela não será foco desse estudo, embora apareça em alguns momentos nos depoimentos.

⁶ Nesse período ainda não existia a FMMA, fundada em 1994.

recategorização através de alguns de seus membros, sendo que, apesar de não quererem o aterro sanitário, não se pronunciaram contra ele, mas sim contra o lixão.

Porém, em conversa com várias pessoas de Santa Tecla, no geral elas dizem que não queriam o novo empreendimento e que nunca foram consultadas sobre o tema. Até mesmo entre quem tem nos resíduos seu meio de vida, parte expressiva diz que não queria a instalação do aterro sanitário, o que é compreensível, pois, como visto no capítulo anterior, o processo de recategorização do lixão e sua reciclagem como aterro foi bastante conturbado e teve efeitos muito mais negativos do que positivos para catadores e recicladores da Vila Tripa. Na realidade, durante esse processo o que ocorreu de fato é que Santa Tecla passou a ter de conviver com um novo tipo de problema (agora reciclado): o aterro sanitário, pois este passou a absorver o lixo não só de Gravataí, mas de quatro grandes cidades da região metropolitana (incluindo a capital). Ou seja, ao invés do fechamento do lixão, Santa Tecla ganhava um novo, maior e mais danoso depósito de lixo que permaneceria ainda por muito tempo recebendo lixo e em atividade.

4.2.1 Santa Tecla ganha visibilidade: construindo a resistência

Ao iniciar o presente estudo, tinha conhecimento da presença do Movimento Xô Lixão e seu envolvimento nos conflitos locais. Porém, logo em seguida me deparei com a existência de outro movimento, a Associação dos Moradores das Adjacências do Lixão de Santa Tecla (Amalst), que teve grande relevância no contexto local na primeira metade dos anos 2000. Com efeito, até então, e apesar da existência do lixão há mais de uma década, os problemas por ele causados eram sentidos e conhecidos somente por quem convivia com o infortúnio de morar próximo a ele. Conhecimento e percepção que irão se ampliar quando a comunidade de Santa Tecla e bairros próximos começam a se articular e se manifestar através dos dois movimentos que então surgiram e que irão dar visibilidade ao tema.

Assim, a partir de 2003 os problemas ambientais locais relativos ao aterro/lixão vão passar a ser debatidos de forma organizada pelos moradores através de duas iniciativas coletivas: primeiro, com a criação Amalst, fundada em 2003 e cuja atuação se estendeu até 2005; e depois, a partir de 2005 até 2013, com a entrada em cena da associação informal Xô Lixão. Como se verá, ambos (que nunca deixaram de chamar de lixão o que as autoridades chamam de aterro sanitário) tiveram significativa relevância no contexto dos conflitos, sendo que, nos momentos em que ela se deu de forma mais articulada, chegou a levar cerca de 200

peessoas para uma audiência pública realizada na câmara de vereadores para se discutir o assunto (ver Figura 56).

No caso da Amalst, esta foi formada por pessoas do entorno do aterro/lixão e do distrito da Costa do Ipiranga, a qual Santa Tecla pertence, sendo que, entre suas lideranças mais atuantes, estavam seu presidente, um antigo morador do entorno do aterro/lixão (na época, comerciante, dono de uma agropecuária e nascido numa propriedade que faz divisa com o empreendimento, onde sempre viveu) e um advogado dono de um sítio na Costa do Ipiranga que residia em Porto Alegre. Com isto, durante cerca de três anos os integrantes da Amalst vão fazer frente a sua continuidade arguindo de modo permanente sobre o esgotamento de sua capacidade, sobre irregularidades na operação do lixão/aterro (acusando-a inclusive de ser ilegal) e colocando sempre em pauta a luta pela sua não ampliação.

Nesse momento, tanto o passado do lixão e seus efeitos como o processo de transformação deste em aterro sanitário vem à tona através de denúncias, protestos, manifestações, articulações junto a potenciais aliados “de fora” (como advogados, jornalistas, procuradores e ambientalistas), pressão sobre vereadores e políticos locais e por meio de ações civis e judiciais da comunidade contra o Estado (sobretudo quando representado pela administração do consórcio e pela prefeitura de Gravataí). Como resultado de tais iniciativas, a partir de 2003 tanto os problemas causados pelo lixo como o conflito que então se instalou passam a ser vastamente publicizados e debatidos publicamente não só pelos integrantes da associação (e depois pelo Xô Lixão), nas escolas e entre os moradores de Santa Tecla, mas também nos jornais, nas respectivas secretarias das prefeituras que ou enviavam resíduos ou (no caso de Gravataí) os recebia das primeiras, no DMLU, por órgãos ambientais como a Fepam, na Câmara de Vereadores de Gravataí e, obviamente, internamente pelo consórcio que passou a administrar o lixão/aterro. Segundo Hannigan, na construção social da questão ambiental, “[...] os problemas ambientais emergentes devem ser legitimados em arenas múltiplas- na mídia, no governo, na ciência e pelo público” (2009, p.110).

Nesse contexto, a atuação da mídia foi bastante relevante, pois os periódicos populares da imprensa escrita são muito acessados pela população rural, desempenhando importante papel no seu cotidiano e na constituição de um elo de ligação com o universo urbano. Por outro lado, além de servir como fonte de informação dos próprios moradores sobre os fatos que iam se sucedendo e seus desdobramentos, as matérias publicadas nos jornais funcionavam também como ferramenta na materialização das denúncias, dando ressonância às vozes coletivas e individuais e atuando como instrumento de pressão através da própria construção do lixão/aterro como problema ecológico e ambiental (Figura 49).

Ao final, todo esse movimento de organização interna (em Santa Tecla) e a repercussão pública que tomou o tema levou a discussão sobre a questão do aterro/lixão para além do enclave constituído em torno da localidade, transcendendo a barreira de invisibilidade local ao tornar-se pauta debatida por órgãos municipais, estaduais e por moradores dos municípios da região metropolitana como um todo (o que inclui, obviamente, os poderes públicos municipais, sobretudo prefeituras com interesse direto no aterro/lixão por levarem seu lixo para Santa Tecla).

Figura 49- Manifestação da comunidade liderada pela Amalst, 2003



Fonte: VAZ (2003).

4.2.2 Amalst e suas primeiras lutas: entre chorume⁷, canos e vazamentos clandestinos

Nos anos 2000, as primeiras notícias na mídia apareceram a partir de 2003 contendo denúncias relativas aos danos ecológicos decorrentes do empreendimento feitas por aquele que viria a ser logo em seguida presidente da Amalst (entrevistado 22A/L). No entanto, num primeiro momento suas acusações foram de caráter individual, alertando para o vazamento de chorume e dirigindo-se aos prefeitos de Gravataí e Porto Alegre e aos diretores do

⁷ Resíduo líquido formado a partir da decomposição de matéria orgânica presente no lixo.

Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU). Posteriormente, tal cobrança virá na forma de um pleito coletivo, como conta o próprio 22A/L: “[...] não aceitaram minhas denúncias. Perguntaram quem eu era, quem eu representava, então tive que fundar uma associação” (setembro de 2016).

Como desdobramento dessa intenção (de fundar uma associação) e em paralelo a atuações mais individuais contra a continuidade da deposição de resíduos no lixão/aterro, transcorrido mais de um ano desde a primeira denúncia feita em 2003 a recém fundada Amalst denunciava ao Ministério Público que o escoamento irregular de chorume vindo do lixão para os arroios da região persistia, com canos e tubulações largando diretamente o chorume nas propriedades do entorno. Sobre este fato, conforme depoimento de outro representante da associação⁸, “[...] nossa associação descobriu a canalização do chorume que brota das entranhas do lixão através de dutos com mais de um metro de diâmetro e que vão despejar toda esta matéria altamente poluente em propriedades particulares, vizinhas do lixão” (ROSA, 2004).

Como efeito dessa movimentação da Amalst, o vazamento contínuo de líquido poluente para uma sanga que desemboca nos arroios Sapucaia e Martins foi assim noticiado no jornal Correio de Gravataí (LIXO HOSPITALAR, 2003): “[...] O resultado da análise enviada ao laboratório pela associação identificou teores de mercúrio e chumbo (metais pesados) acima dos permitidos pela Fepam, além de baixos níveis de oxigênio na água” (Figura 50).

⁸ Reproduzido também no site Máfia do Lixo (<http://www.mafiadolixo.com/>).

Figura 50- Denúncia de vazamento de chorume do aterro/lixão de Santa Tecla, Gravataí/RS

Fonte: CHORUME ..., (2003).

Por outro lado, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre (DMLU) sempre contestou os vazamentos e afirmava que os “[...] 17 mil litros de chorume diários são tratados em tanques e depois vão para a Corsan ou pulverizado novamente no aterro” (LIXO HOSPITALAR ..., 2003). O relato dado ao jornal é do superintendente operacional do DMLU, órgão então também responsável pelo aterro/lixão. Mas ele próprio, ao completar seu comentário, não descarta a possibilidade de que o vazamento tenha ocorrido: “[...] o sistema é feito para que isso não aconteça, mas pode acontecer” (LIXO HOSPITALAR ..., 2003). Além disso, ao contrário do que afirmava o superintendente, a existência física e visível dos canos que levavam o chorume para a sanga e arroios era inegável e a associação obtém com êxito a retirada destes, como visto em reportagem do Diário Gaúcho aqui já transcrita e como mostra abaixo a Figura 51.

Figura 51 - Presidente da Amalst denuncia dois canos que escoavam chorume do aterro/lixão Santa Tecla



Fonte: Magalhães (2003).

Já de acordo com a gestora do aterro/lixão e funcionária da prefeitura, entrevistada 4Ó, “[...] a produção de chorume era em torno de sete mil metros cúbicos, [demandando] por volta de 40 a 50 viagens por mês com caminhões com capacidade de 30 metros cúbicos” (outubro de 2016). Porém, conforme o entrevistado 9A/L à prefeitura fazia uma “maquiagem” com os números e “[...] enviava apenas alguns caminhões de chorume para a Corsan, para a estação de tratamento de Cachoeirinha, entre dois ou três por semana” (julho de 2016). Autor de várias denúncias, 9A/L também descreve a rotina dos muitos vazamentos premeditados, involuntários ou “acidentais” nos arroios da região (Figura 52): “[...] o projeto tinha uma estação de tratamento do chorume que depois, sim, seria descartado no arroio. [Porém], fizeram as obras de encanamento, o que permitia largar diretamente no arroio o chorume quando queriam, apenas abriam os registros, mas o tratamento nunca ocorreu” (julho de 2016).

Figura 52 - Presidente da Amalst, com “Diário Gaúcho” de 21/11/ 2004 em suas mãos, aponta para o escoamento do chorume



Fonte: Rosa (2004).

Além do escoamento por canos, o entrevistado 4A/L, morador do entorno do aterro/lixão, descreve outra forma de se ver livre do chorume usada pela administração do lixão/aterro: “[...] às vezes meia noite eu me dava ao trabalho de fiscalizar e via eles derramando o chorume no próprio lixão e depois escorria para a sanga que está do outro lado, na minha propriedade” (julho de 2016). Além disso, segundo 4A/L, os responsáveis pelo consórcio muitas vezes se aproveitavam “[...] para encobrir o escoamento do chorume por esses canos” durante os períodos de chuva, abrindo-os enquanto ela perdurava e assim diminuindo a visibilidade da ação e a possibilidade da comunidade perceber a manobra.

De fato, pelos depoimentos e conversas informais com moradores, os problemas relativos aos vazamentos de chorume sempre foram uma constante, sendo feitos pelo consórcio "para economizar", pois assim não precisavam enviar os caminhões contendo o chorume para a Companhia Rio-grandense de Saneamento (Corsan). Ocorre que o derramamento do chorume no próprio aterro/lixão e os vazamentos intencionais e “acidentais” via canos subterrâneos nos arroios próximos perduraram até recentemente (se é que cessaram, como se verá adiante), como se pode notar pela matéria de 2013 de um jornal de Porto Alegre

contendo denúncias da comunidade em relação ao aterro/lixão e que trazia um esquema mostrando como se processava os vazamentos (Figura 53).

Figura 53- Esquema do vazamento de chorume, aterro/lixão, Santa Tecla, Gravataí/RS



Fonte: Magalhães (2003).

Por fim, reforçando a alegação acerca da continuidade do lançamento de líquido para os cursos d'água na região do entorno, a foto abaixo (Figura 54), tirada por 9AL, morador do entorno que a apresentou publicamente em 2014 durante encontro organizado pela EEEF Santa Tecla chamado "Conflitos Socioambientais e Feira da Biodiversidade de Santa Tecla" (2014) (ver folder em anexo), mostra um caminhão despejando chorume em cima do aterro/lixão.

Figura 54 - Caminhão despejando chorume em cima do aterro/lixão



Fonte: José Esperança (2014).

4.2.3 A batalha contra liminares, deposição de lixo hospitalar e excesso de volume despejado no aterro/lixão

Como decorrência de sua atuação, em 2005 a Amalst montou o “Dossiê do aterro Santa Tecla” (ROSA; ROSA, 2005) e o enviou ao governador do Rio Grande do Sul, à época, Germano Rigotto, detalhando todas as irregularidades do aterro/lixão. Nele constava a informação de que o prazo de operação deste terminara em 2003 e que a partir dessa data as atividades no local estavam sendo executadas de forma irregular e sem licença ambiental. Fato registrado cinco anos depois, ainda em 2008, na imprensa local com manchetes como: “Aterro opera sem licença e não dura um ano, diz Fepam” (TORRES, 2008). Na mesma edição, além da denúncia acerca da completa ilegalidade de operação no local, o referido jornal aponta como as normas técnicas e operacionais e o gerenciamento do lixão/aterro falharam: “[...] Fepam é taxativa: local opera sem licença e sem controle técnico e não é fiscalizado desde 2004” (TORRES, 2008).

Contudo, este estado de irregularidade foi resolvido pelo consórcio através da obtenção de liminares concedidas pela justiça e que garantiam a continuidade do funcionamento do lixão/aterro. Apesar de desde 2004 não portar mais a licença de operação concedida pelo órgão ambiental competente, as prorrogações judiciais (em princípio provisórias, mas de fato permanentes) permitiram que a deposição de lixo ocorresse até o ano

de 2013, ou seja, até esta data o depósito de lixo nunca deixou de operar, dando início a uma batalha judicial (com liminares e cassações) e política (com proposição de projetos, leis e editais).

Sem contar confrontos episódicos ocorridos no período do lixão a céu aberto e quando da sua recategorização no final dos anos 1990, no total foram mais de 10 anos de embate entre a comunidade de Santa Tecla, o poder público e o setor privado, até que se encerrasse parte da questão com o fechamento parcial do aterro/lixão, o qual deixou (em tese) de ser um depósito de lixo para se transformar num local de transbordo (passagem) deste (ver item 4.3.6). Como resultado, se num dia a comunidade festejava a paralisação do aterro/lixão, após dois ou três dias a justiça autorizava a continuidade da deposição do lixo. E então novamente iam os moradores de Santa Tecla fazer protestos com carro de som, faixas ou tentar impedir que caminhões passassem até o aterro/lixão. Situação que se estendeu por longo tempo, com anos transcorridos seja com este operando, interdito pela justiça ou novamente liberado por conta de alguma ação da prefeitura ou do consórcio⁹.

Em síntese, o que aconteceu foi que, embora a Fepam tenha determinado sua desativação, o aterro/lixão não só continuou em atividade normalmente, mas agravou ainda mais a situação ao passar, já em 2000, a receber resíduos hospitalares da capital sem passar por nenhum tipo de desinfecção. Situação esta também denunciada pela Amalst em 2003, conforme ilustra a manchete do Diário Gaúcho três anos depois (VAZ, 2003): “[...] Lixo hospitalar: moradores de Gravataí fazem protesto”. Embora desde 2003 a Amalst tenha obtido a proibição da deposição destes, como noticiado alguns dias antes pelo mesmo jornal, “[...] os resíduos dos estabelecimentos de saúde, incluindo os com potencial infectante” continuaram a ser levados para Santa Tecla de forma irregular “através de prorrogações de 45 e até 90 dias” (LIXO HOSPITALAR ..., 2003).

De fato, o ano de 2003 foi profícuo em termos de atuação da Amalst e sua repercussão não só na mídia, mas também junto aos órgãos competentes. Ao recorrer ao Ministério Público reiteradas vezes e denunciar publicamente à desobediência do consórcio às leis ambientais ao depositar no local lixo com alto potencial contaminante, inicia-se neste período uma intensa disputa em que a justiça ora favorecia as reivindicações da associação ao impedir o DMLU de Porto Alegre de depositar lixo hospitalar infectante, ora favorecia a Federação

⁹ Cabe lembrar que, como visto no capítulo anterior, os moradores de Santa Tecla referidos são oriundos do núcleo da mineração e do entorno do aterro/lixão, pois os residentes da Vila Tripa no geral não concordavam com o encerramento do empreendimento, haja vista seu envolvimento direto com o universo dos resíduos e da necessidade de continuidade dessa atividade independente de ser denominado lixão ou aterro sanitário.

dos Hospitais e Estabelecimento de Saúde do Estado (FEHOSUL), liberando seu depósito no aterro/lixão por meio de liminares e mandados de segurança.

Também tal artifício foi noticiado na mídia, como ilustra o trecho a seguir de uma das matérias que saíram no Diário Gaúcho à época (RODRIGUES, 2003): “[...] uma liminar concedida pela desembargadora Ângela Maria Silveira do tribunal de justiça do estado determinou a retomada da coleta e o depósito dos resíduos no local por 45 dias. A medida atende a FEHOSUL”. O referido jornal trazia ainda a informação de que esse tipo de resíduo, segundo resolução da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), caracteriza-se pela “[...] possível presença de agentes biológicos que possam apresentar riscos de infecção” (LIXO SE ..., 2003). Também conforme a referida resolução da ANVISA, o aterro/lixão recebeu resíduos do tipo "Grupo A", formado por substâncias que oferecem risco a saúde como restos cirúrgicos, gases, esparadrapos, curativos, seringas, sondas, sangue, órgãos, tecido humano, excreções, restos alimentares, entre outros.

Segundo a imprensa local, eram produzidos diariamente por 35 hospitais e descartados no aterro Santa Tecla 25 toneladas por dia de lixo hospitalar e cinco toneladas de resíduos infectantes oriundas de dois hospitais públicos (Hospital Conceição e Hospital das Clínicas) e de hospitais e clínicas de saúde particulares da capital. Embora o consórcio, prefeituras e DMLU continuassem chamando o depósito de lixo/resíduos de "aterro sanitário" (como dito na segunda nota de rodapé logo na introdução, o termo mais apropriado neste caso talvez seria "desterro sanitário"), esse material nunca passou por nenhum processo de descontaminação, Ademais, não poderia nem mesmo ser depositado no aterro/lixão de Santa Tecla, o qual não possuía licença ambiental para receber tais resíduos, tendo sido planejado para receber somente lixo doméstico. Irregularidade também veiculada na imprensa, conforme se lê na matéria a seguir do Diário Gaúcho: “[...] este lixo pode causar doenças se contaminar cursos de água ou entrar em contato com animais. O DMLU recolhe este lixo e o deposita no aterro de Gravataí, violando determinação da licença ambiental da Fepam” (RODRIGUES, 2003).

Tais violações chegaram inclusive a se dar de modo ainda mais acintoso e premeditado. Segundo depoimento da entrevistada 22A/L, no início “[...] o lixo hospitalar vinha escondido nos caminhões entre o lixo comum. Os resíduos eram ensacados em sacos brancos não transparentes e misturados aos demais resíduos” (setembro de 2016), sendo que, depois que o fato veio à público, continuou sendo depositado por força de liminares, como já comentado. Por conta destas denúncias e outras mais, ainda em maio de 2003 a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), apesar de renovar a licença de operação do aterro/lixão, determinou, contudo, que não fosse permitido o depósito de resíduos de saúde,

“[...] exceto se passarem por processo de desinfecção” (MAGALHÃES; RODRIGUES, 2003), o que, segundo relatos dos moradores do entorno, também nunca ocorreu.

Mesmo com a Amalst fazendo denúncias sistemáticas na imprensa, junto ao órgão estadual responsável pela proteção ao meio ambiente e via ministério público, tal situação irregular perdurou durante anos. Ao mesmo tempo, a associação entrou com processo contra as prefeituras de Gravataí e Porto Alegre e, especificamente, contra o DMLU, responsável pela administração do aterro/lixão naquele período. Por fim e ainda que o aterro/lixão tenha continuado a receber lixo de outros municípios, em 2004 cessa oficialmente a deposição de resíduos hospitalares, quando Porto Alegre se retira do consórcio e passa a não enviar mais nenhum tipo de lixo para ser depositado de modo permanente em Santa Tecla.

Outra irregularidade denunciada pela Amalst é o excesso de volume na deposição de resíduos no aterro/lixão Santa Tecla. De fato, a quantidade de toneladas vai variar tanto na mídia, nos depoimentos da comunidade, quanto nas informações dos órgãos competentes, como se verá mais adiante. Por ora, no entanto, e sem entrar no mérito se o volume diário fornecido oficialmente corresponde à realidade, como outros dados oficiais contestados por parte dos moradores de Santa Tecla, o fato é que ele (volume) trouxe consequências que devem se estender ainda por muito tempo, o que é reconhecido até mesmo por técnicos que estiveram à frente do processo. Em seu depoimento, um dos responsáveis pelo aterro/lixão, entrevistado 4Ó, por exemplo, ao se referir às responsabilidades do Plano de Recuperação Ambiental (PRAD) – que, por sinal, deveria vigorar desde o encerramento do aterro/lixão em 2013 -, alega que os impactos ecológicos vão “[...] dar trabalho mais uns 15 anos ainda, descendo chorume para as lagoas. A quantidade diminui em época de chuva e aumenta a quantidade que desce para as lagoas. [Ao ser] lixiviado, vai longe ainda, o processo é longo” (outubro de 2016).

Além de reconhecer que o lixo de Porto Alegre era excessivo, sendo responsável pela antecipação do fechamento do aterro/lixão, 4Ó, ao alertar que o PRAD ainda não foi definitivamente colocado em prática, fez ainda alusão a uma disputa não resolvida que, se corresponde às prefeituras envolvidas, que repercute negativamente mais uma vez sobre os moradores de Santa Tecla:

A partir do momento que ele foi fechado, teve um prazo para que o consórcio fizesse essa recuperação. Esse é um custo que tem que ser dividido entre os municípios que usaram o aterro e isso está na justiça, para saber quanto toca para cada um. Esteio, por exemplo, não pode ter o mesmo custo que a capital, 40% desse morro [se referindo à montanha de lixo] foi lixo de Porto Alegre (outubro de 2016).

Como se vê, devido a existência de uma pendência judicial quanto aos ônus e as responsabilidades de cada município sobre os impactos da deposição de lixo, o que tem levado a um jogo de acusações recíprocas interminável de parte a parte, medidas que poderiam atenuar os danos causados pelo lixão/aterro, ao serem judicial e incessantemente postergadas, terminam por ser absorvidos e socializados novamente pela comunidade de Santa Tecla.

Quanto à prefeitura de Gravataí e sua ação, pelas informações de 4^o esta limita-se a “fiscalização permanente” dos drenos e queimadores do metano e cobertura do aterro/lixão por “[...] uma camada de argila, de brita, pedra e depois foi plantado grama em cima. E daqui a pouca [nesse momento indicando onde já está parte gramada do lixão aterro], (Figura 55) a gente nem vai perceber que ali tem lixo” (outubro de 2016).

Figura 55 - Plantio de grama, obra do PRAD, 2015. Aterro/lixão, Santa Tecla, Gravataí/RS



Fonte: José Esperança (2015).

A despeito de tais iniciativas, tendo em vista o volume de recursos já gasto pela prefeitura de Gravataí, mesmo os resultados efetivos dessa ação paliativa executada pelo poder executivo foram questionados por alguns moradores. De acordo com entrevista do secretário geral do governo municipal ao Diário de Cachoeirinha (RECUPERAÇÃO ..., 2016), teriam sido desembolsados pelo município nos últimos anos quatro milhões de reais na recuperação do lixão/aterro, sendo “[...] necessários para as obras do PRAD a aplicação de 25 milhões”. No entanto, a comunidade tem questionado tanto o valor gasto como os

resultados concretos das obras de recuperação do aterro/lixão. É o caso de um morador, entrevistado 9A/L (autor da imagem acima - Figura 55, durante o “II Encontro sobre Conflitos Ambientais de Santa Tecla” (ver folder em anexo), organizado pela EEEF Santa Tecla em 2015, o qual, ao fazer referência aos recursos já aplicados, fez duras críticas durante sua fala às obras de recuperação através do replantio de árvores, à qualidade e eficácia da cobertura com grama feita pela prefeitura. De acordo com as colocações de 9AL no Encontro de 2015, “[...] foi gasto milhões de reais de forma errada, o plantio da grama superficial do aterro é vergonhoso, foram milhões gastos indevidamente nisso, assim como as 40 árvores que deveriam plantar para absorver a água contaminada” (dezembro, 2015).

O certo é que houve excesso de lixo depositado e que o limite tanto de tempo quanto de volume de resíduos já havia sido extrapolado quando do fechamento parcial do lixão/aterro em 2013. Porém, os depoimentos também demonstram que, como houve uma queda considerável na quantidade depositada com a saída de Porto Alegre em 2005, ela foi, paradoxalmente, determinante na continuidade do funcionamento do aterro/lixão, assegurando sua operação ainda por vários anos. O tema foi levado à público pelos jornais, caso do Correio de Gravataí, que noticiava em novembro de 2005: “[...] o lixo de Porto Alegre não vem mais para o Aterro Sanitário Metropolitano Santa Tecla, com isso a previsão de uso do local pode ser ampliada para setembro de 2007” (ATERRO SANITÁRIO ..., 2005). Assim, a diminuição drástica do volume de lixo/resíduos vai dar fôlego à prefeitura que, respaldada nesse fato, pede a ampliação física do aterro/lixão em 2005 e, conseqüentemente, de seu prazo de operação, que inicialmente era de cinco anos e meio.

Já a Amalst, que iniciou a luta contra a ampliação, em 2005 acaba por contemporizar e se retrair com a saída de Porto Alegre do consórcio no mesmo ano, pois, de acordo com o então presidente da associação, entrevistado 22A/L, seus integrantes viram-se contemplados nas suas demandas: “[...] nos sentimos vitoriosos porque conseguimos que não fosse mais depositado lixo hospitalar e ampliado [o existente] ou aberto outro aterro” (julho de 2016). Todavia, embora a associação tenha parado com as manifestações e demais atividades, além do fantasma da abertura de novos depósitos de lixo seguiu pairando sobre Santa Tecla, o atual aterro/lixão, contrariando a expectativa de seus integrantes, além de continuar em funcionamento, acabou por ser ampliado em 2004, não como proposto no projeto inicial que a prefeitura pretendia executar, mas com uma extensão menor, de 12 ha para 14 ha.

Tal ampliação afetaria diretamente o entrevistado 22A/L (presidente da associação), que teria suas terras desapropriadas, fato que pode ter contribuído para seu distanciamento em relação a luta contra o lixão/aterro. Assim, a Amalst, ao se recolher na luta com o final

precoce da sua atuação, acabou deixando dúvidas entre alguns moradores sobre o papel e o protagonismo que vinha exercendo até então, visto que o conflito e os impactos permaneceram. Em parte, como resultado desse refluxo, o aterro/lixão só seria fechado em 2013 e por pressão agora de outra mobilização originada a partir de moradores do núcleo da mineração e não mais apenas do entorno do aterro/lixão, os quais vão atuar em uma outra frente de resistência: a possibilidade de novos aterros/lixões se instalarem em Santa Tecla. É nesse momento, 2005, que surge o chamado Movimento Xô Lixão.

4.2.4 Um ótimo negócio: ganhos e irregularidades na deposição do lixo no aterro/lixão Santa Tecla

Enquanto a comunidade do entorno do aterro/lixão lidava e continua a lidar com todos os problemas descritos anteriormente, tanto as prefeituras da região metropolitana que levavam seu lixo para Santa Tecla como a prefeitura de Gravataí (a quem as primeiras pagavam um valor substancial para que ela o recebesse) se beneficiaram econômica e/ou politicamente. Como visto, embora existisse um limite de tonelage diária de absorção de resíduos, segundo diversos depoimentos isso pouco era respeitado. Definir o número exato da quantidade de tonelage diária que efetivamente entrava no aterro/lixão não está, obviamente, entre os objetivos da pesquisa. Contudo, ainda assim é possível apontar, qualitativamente, além do quanto isso foi lucrativo para alguns e prejudicial para outros, o caráter irregular com que se lidou com o volume de lixo depositado nesses anos.

Sobre a quantidade de lixo levado diariamente para Santa Tecla pela capital, mesmo informações oficiais são no mínimo desconstruídas, o que já coloca em questão a fidedignidade dos dados, sendo que os números podem variar de 250 até 5.000 toneladas diárias. Tudo irá depender da época (2003, 2008, 2013), do tempo usado para o cálculo da tonelage (dia, mês, ano), das diferentes administrações do aterro/lixão (consórcio com participação da capital, sem participação desta, administração terceirizada), de onde vinha o lixo (da região metropolitana, das prefeituras que participaram do consórcio, só de Porto Alegre, só das demais prefeituras) e da fonte citada (entre outras: órgãos ambientais estaduais como Fepam, DMLU, prefeitura de Gravataí, demais prefeituras, consórcio responsável pela sua administração, documentos relativos aos pedidos de licenciamento, mandados de segurança e liminares, jornais e depoimentos dos entrevistados e demais moradores, sendo que notadamente os registros oficiais sempre pendem para menos).

Segundo estudo realizado por Cotrim e Reichert (2000), o Aterro Sanitário Metropolitano Santa Tecla foi o primeiro licenciado com tal status (em contraponto com os lixões então existentes) pela Fepam e executado para a recuperação ambiental de uma área degradada, sendo sua capacidade diária de 700 toneladas de resíduos Classe II¹⁰. Dado este que seria reproduzido pelo jornal Diário Gaúcho em dezembro de 2003: “[...] os resíduos de Cachoeirinha, Gravataí, Esteio e Porto Alegre são depositados no aterro desde 1997. Durante seis anos o aterro recebeu a média de 700 toneladas diárias” (MORADORES PEDEM ..., 2003). Porém, alguns meses antes o mesmo jornal havia apresentado um número diferente, como se pode notar neste trecho, publicado ao final de agosto de 2003:

Após a notificação da justiça a Fepam e as prefeituras de Gravataí, Porto Alegre, Esteio e Cachoeirinha, que integram o convênio intermunicipal de uso do aterro, terão três dias para apresentarem uma área alternativa para o depósito das cerca de 600 toneladas diárias de lixo doméstico e hospitalar (RODRIGUES, 2003).

Ainda na mesma reportagem é dito que, pelo convênio, a prefeitura da capital poderia depositar somente até 250 toneladas de resíduos diários. Porém, a própria entrevistada 6Ó, bióloga responsável pelo monitoramento do aterro/lixão, admite que realmente houve um momento em que Porto Alegre extrapolou seu limite diário de deposição de resíduos. O mesmo é dito pelo representante da Amalst, entrevistado 22A/L: “[...] quando era o consórcio somente de Porto Alegre, era em torno de 1.200 toneladas e mais 1.500 aproximadamente dos outros municípios” (julho de 2016). Já notícia vinculada pela Justiça Federal do Rio Grande do Sul (FJRS) em 2014 apresenta outro número: “[...] o local, fechado em maio deste ano, recebia cinco mil toneladas de lixo por mês vindos do município sede e também de Esteio, Cachoeirinha e Porto Alegre. Na época, a altura dos resíduos depositados atingiu 85 metros (JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2014).

De fato, parte dos especialistas entrevistados responsabilizam o fim da operação do aterro/lixão à sobrecarga provocada por Porto Alegre no período em que esta depositou lixo em excesso. Em sua entrevista, 2Ó, ex-diretor da FMMA, alega que “[...] teve um tempo que Porto Alegre trazia todo o seu lixo para cá e isso agravou a situação e acelerou o processo de exaustão do aterro e o seu fim” (outubro de 2016). Já para a entrevistada 6Ó, os números e a quantidade reduzem consideravelmente quando Porto Alegre sai do consórcio, a partir de

¹⁰ São resíduos que não são considerados perigosos, tendo como propriedades a biodegradabilidade, combustibilidade e solubilidade em água.

2004, quando, segundo ela, “[...] reduziu o volume [recebido] no aterro de 372 mil [toneladas anuais] em 2003 para 106 mil em 2013” (outubro de 2016).

Por outro lado, e apesar dos desencontros de informações, é possível vislumbrar o quanto a deposição de lixo foi benéfica para o consórcio e a prefeitura de Gravataí. Para o presidente da Amalst, entrevistado 22A/L, “[...] quando era o consórcio a prefeitura de Gravataí ganhava muito dinheiro com isso, além de depositar o lixo sem custo” (julho de 2016). Também é possível perceber nos relatos o nível de irregularidade que cercava a operação do lixão/aterro, do excesso de lixo ao depósito de lixo hospitalar, da carga de animais vivos ao lixo vindo de curtumes, de acordo com 9AL, “[...] muita gente sabia que vinha lixo de curtumes de Novo Hamburgo para cá” (julho, 2016). Conforme reportagem veiculada em um jornal local, em 2003 houve denúncia e a autuação da empresa Avipal S/A por enviar aves ao lixão/aterro, o que exigiu uma tomada de posição por parte do diretor do DMLU e do então presidente da Fepam: “[...] o crime ambiental desta vez foi o depósito de carga viva no lixão de Santa Tecla. A empresa foi flagrada depositando como lixo toneladas de pintos vivos juntamente com toneladas de ovos podres, conforme auto de infração 954/2003, que foi lavrado pela FMMA” (LIXO ..., 2006).

Durante a vigência do consórcio, ficou estabelecido que Porto Alegre entraria com o corpo técnico através do DMLU, que se responsabilizaria pelas obras de saneamento, reestruturação e recuperação do lixão quando de sua conversão em aterro sanitário. Ao município de Gravataí cabia ceder o local para a operação e como retorno receberia dinheiro pelas toneladas depositadas. Assim, se quanto mais Gravataí recebeu resíduos, mais obteve lucro, Porto Alegre também se beneficiou, resolvendo seu problema de destinação do lixo urbano por alguns anos, inclusive, como visto, em relação ao lixo hospitalar, levado por muito tempo ao aterro/lixão Santa Tecla sem ter licença para tal. A notícia no jornal Diário Gaúcho traz alguns números sobre os ganhos, tanto das prefeituras de Porto Alegre como de Gravataí, no que se refere ao lixo hospitalar: “[...] o custo do descarte desses resíduos sem tratamento no aterro Santa Tecla é de R\$16 por tonelada. Para incinerar uma tonelada de lixo infectável o preço seria de R\$ 1 mil” (RODRIGUES, 2003).

Sobre essa desigual repartição dos lucros obtidos, o ex-diretor do DMLU, entrevistado 1Ó, tece o seguinte comentário:

A prefeitura de Gravataí ganhou muito dinheiro em um dado momento. Por um período Porto Alegre estava depositando 1.000 toneladas diárias no aterro Santa Tecla e a prefeitura desse município pagou um milhão de reais para que a prefeitura de Gravataí recebesse esses resíduos. Nesse período era depositado mais uns 1.500 dos outros municípios, excedendo umas 600 toneladas (julho de 2016).

Já de acordo com o depoimento de um técnico dado ao jornal Diário Gaúcho (PREFEITURA ..., 2003), os valores e as toneladas diferem. Ainda no mesmo ano, 2003,

O Santa Tecla recebe cerca de 700 toneladas diárias de lixo de Porto Alegre, Esteio, Cachoeirinha, Gravataí. Só pelos resíduos de Esteio e Cachoeirinha, 110 toneladas por dia. A prefeitura de Gravataí ganha cerca de 50 mil por mês: ‘estas duas cidades pagam R\$ 15,00 por tonelada de resíduo’, diz Paulo. A prefeitura de Gravataí não diz quanto o DMLU da capital paga pelas 400 toneladas depositadas no aterro.

Nessa contabilidade oscilante e elástica, por um tempo a quantidade se multiplica drasticamente, não esquecendo que já em 2003 o lixão/aterro absorvia 30% do lixo da região metropolitana e por um período todo resíduo de Porto Alegre (JUSTIÇA ..., 2003). Independente da informação correta acerca da quantidade, não é difícil intuir que quem mais ganhou com o lixo foram as administrações municipais que se sucederam em Gravataí. Conseqüentemente, as forças políticas que então estavam no poder e os interesses a elas vinculados foram as que mais se beneficiaram, pois, como mencionado além de depositar o lixo da cidade sem custo algum, recebiam valores dos outros participantes do consórcio: “[...] o uso do aterro é fundamental para Cachoeirinha e Esteio, em nenhum dos municípios há áreas apropriadas para receber uma estrutura semelhante. Para utilizar a área de Gravataí os dois municípios pagam taxa de 27 mil por mês ao convênio” (LIXO DA ..., 2005).

Na metade do ano de 2005, a gestão pública municipal de Porto Alegre se retira oficialmente do consórcio metropolitano e desde então o serviço vem sendo terceirizado. Também foi noticiado pelos jornais locais o envolvimento de políticos e prefeitos de Gravataí com as empresas interessadas nas licitações do aterro/lixão para o gerenciamento e administração e principalmente visando conseguir licenciamento para a abertura de outros aterros/lixões no local, caso das empresas Mecanicapina¹¹ e da Vega, aqui já citada. No que se refere à primeira, esta ganhou a licitação para administrar o aterro/lixão Santa Tecla por muitos anos, desde 2008, e continua até hoje com o transbordo gerenciando os resíduos que vão para o município de Minas do Leão¹². E isso a despeito de, no segundo trimestre de 2017, o proprietário da Mecanicapina, Claudia Kras Borges, ter sido “[...] preso na operação ‘Máfia do Lixo’ por dúvidas ou certezas do Ministério Público em relação a lisura dos negócios que a empresa faz com várias prefeituras”, fato que veio a público, conforme noticiado no blog de

¹¹ Uma das empresas de limpeza urbana que vai administrar o aterro/lixão quando esse serviço passa a ser terceirizado.

¹² Já o aterro de Minas do Leão é administrado pela Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos (CRVR).

um conhecido jornalista no estado¹³. Ainda segundo o blog de Chico Pereira (2017), a prefeitura de Gravataí:

Paga e deve sempre não menos que 40, 50 milhões para essa empresa, fruto de supostos serviços prestados [...]. Talvez seja o maior sangue suga das finanças de Gravataí, porque a empresa terceirizada faz quase todos os serviços da cidade e seu dono é quase um prefeito, não tivesse o prefeito o dever de fiscalizar os serviços e os valores cobrados e pagos. (PEREIRA, 2017)

Voltando ao transbordo, segundo o entrevistado 6Ó (novembro, 2016), a justificativa da prefeitura para a continuidade se dá porque ela não dispõe de caminhões suficientes para fazer a coleta e, ao mesmo tempo, levar até Minas do Leão. Além disso, os caminhões que possui são inapropriados, o que tornaria o transporte inviável economicamente, pois este exige o uso de “carretas”, que são veículos maiores e com maior capacidade. Daí, segundo 6Ó, “[...] a necessidade de um local para depositar os resíduos por uns dias”.

Isso depois de ter passado pela mão de outras empresas inclusive uma mista, parceria entre prefeitura e iniciativa privada, de acordo com jornal Correio de Gravataí (TORRES, 2008): “[...] a Mecanicapina fechou um contrato de aproximadamente 280 mil pelo período de 30 dias, renováveis por até mais 90 dias para administrar o aterro”. Essa empresa prestava serviços à prefeitura de Gravataí de capina, varrição, limpeza de praças e administração do aterro/lixão de material inerte no distrito da Costa do Ipiranga. Em 2006 é notícia de jornal local o patrocínio de candidatos a prefeitos pelas empresas citadas:

Bordignon, deputado estadual eleito pelo PT, arrecadou 200.374,14 e recebeu de pessoas jurídicas 15 mil da Mecanicapina limpeza urbana. Marco Alba, deputado estadual eleito pelo PMDB arrecadou 249.270,73 pessoa jurídica e recebeu da Vega engenharia ambiental 50 mil (QUEM PAGOU ..., 2006).

Numa dinâmica já bem conhecida nacionalmente, empresas que prestaram serviços por anos como administradores do aterro/lixão financiaram campanhas políticas, relação esta que é designada nos jornais como parte da atuação da “máfia do lixo” no estado. Aos governos municipais e a iniciativa privada interessava muito a continuidade do aterro/lixão e a abertura de outros, o que ocorreu com a abertura de um depósito de material inerte e um de resíduos industriais, ambos localizados no distrito da Costa do Ipiranga. O último teve concedida a sua licença de operação em 2008, todos os dois privados. Existe também um mercado informal, onde até algumas residências da Vila Tripa recebiam resíduos, como

¹³ Sobre o episódio, ver: <http://blogdochicopereira.com/web/preso-o-dono-da-mecanicapina> (Acesso em: 12 set. 2017).

mostra a entrevistada 1A/L: “[...] quando o aterro não dava conta, muitas vezes os caminhões largavam direto aqui, mas um dia me deixaram uma carga de um produto que não deu para aproveitar e não tinha o que fazer porque era químico, então tive que enterrar aqui no pátio” (julho de 2016). Desse comércio alternativo de resíduos/lixo, inclusive a prefeitura sempre teve consciência do fato, conforme depoimento de fiscal da FMMA de Gravataí, entrevistado 3Ó:

Teve denúncias de que a COOTRACAR recebia lixo sem ordens e consentimentos das empresas. Os caminhoneiros faziam o negócio. E que essa prática não ocorria somente com a cooperativa, mas que também largavam para pequenos catadores. E ocorreram multas às empresas e caminhoneiros por essa prática, pois são lugares inapropriados e nós da fiscalização fechamos esse tipo de estabelecimento. E havia mais de 17 lugares que recebiam lixo ilegalmente (outubro de 2016).

Fica evidente, como se vê, que as irregularidades sempre estiveram presentes na órbita do aterro/lixão (de fato, foram regra e não exceção) e que para alguns foi um bom negócio. Já para a comunidade de Santa Tecla, que há quase três décadas convivia com lixão e depois aterro, o ônus é a tônica e o prejuízo ecológico lhe é imposto até hoje, mesmo com o aterro/lixão fechado. Fato este reconhecido mesmo pelos representantes oficiais, como admitido durante sua entrevista pelo técnico da FMMA 5Ó: “[...] e hoje ele [aterro/lixão] está em processo de administração do seu passivo. É o chorume que vai continuar saindo, um passivo que vamos ter que lidar para o resto da vida” (outubro de 2016). Os prejuízos vão demorar mais de 15 anos para cessar segundo técnicos da prefeitura, entrevista 6Ó, “[...] tem que controlar aquela área ambientalmente por mais uns 15 anos, nós só podemos parar de controlar quando não tiver mais nenhum gás para queimar, quando não tiver saindo mais nenhum líquido” (outubro de 2016). Em suma, será longo o processo de recuperação da área, e de fato, para alguns seus efeitos repercutirão "para o resto de suas vidas", como sentenciou o próprio técnico da FMMA, com os riscos e prejuízos permanecendo sentidos somente pela comunidade de Santa Tecla.

A esta não foram repassados os lucros ou cumpridas as medidas de compensação. Quando da conversão do lixão em aterro sanitário, foram apresentadas promessas de creches, postos de saúde, compostagem coletiva. No entanto, nenhuma delas foi cumprida ou minimamente concretizada. Enquanto os quatros municípios do consórcio se beneficiaram por terem resolvido seus problemas de deposição do lixo, ao mesmo tempo em que pouparam gastos em razão do localização, próximo as suas cidades, a única obra finalizada foi à substituição da ponte de madeira que havia no local por uma de concreto, melhoria necessária não pensando nas pessoas, mas prevendo o tráfego intenso dos caminhões do aterro/lixão e a

nova realidade em que seria transformada Santa Tecla. Dessa forma, fica difícil (por conta das inúmeras versões) ter a medida real dos lucros provenientes dessa atividade, o que dirá dimensionar os prejuízos, o constrangimento e a frustração impostos à população de Santa Tecla.

4.2.5 O Movimento Xô Lixão e a resistência contra novos lixões/aterro

Ao contrário da Amalst, a Associação Xô Lixão tem entre seus representantes alguns professores da comunidade do núcleo da mineração, um ex-bancário sindicalizado e uma paisagista, funcionária pública aposentada (esta última moradora do entorno do aterro/lixão). Embora o movimento tenha partido do núcleo da mineração, durante as manifestações por eles organizadas participaram moradores de ambos os núcleos. Já no caso dos entrevistados que estiveram presentes em eventos contra o aterro/lixão, cinco deles são do núcleo da mineração e oito do aterro/lixão (sendo sete do entorno e, como seria de se esperar a partir do que foi visto no capítulo anterior, somente um da Vila Tripa).

Na época em que foi fundada, em 2005, os integrantes do Xô Lixão estavam cientes de que a existência pretérita deste tipo de atividade poderia abrir precedentes para a instalação de outros aterros sanitários em Santa Tecla, visto que tinham conhecimento de que já havia uma proposta feita ao poder executivo neste sentido e cujos trâmites burocráticos corriam silenciosamente dentro da prefeitura de Gravataí. Da mesma forma, sabiam das tratativas de uma grande empresa ligada ao tratamento de resíduos visando à compra de uma área de cerca de 300 hectares na Costa do Ipiranga, sendo que a pretensão desta incluía trazer lixo do estado de Santa Catarina para o novo aterro. Para se ter uma ideia dos potenciais impactos que a implantação de um aterro/lixão deste porte traria para Santa Tecla caso tivesse se efetivado, lembre-se que o atual lixão/aterro se encontrava inicialmente numa área de apenas 12 hectares, depois ampliada para 14 ha.

A empresa em questão é uma multinacional do lixo chamada Vega, holding do Grupo Solví que atua no segmento de coleta e destinação final de resíduos sólidos e responsável por inúmeros aterros/lixões na América Latina, incluindo, além do Brasil, Peru, Bolívia e Argentina¹⁴. Assim, em 2006 a prefeitura municipal se pronuncia explicitamente ao apresentar o projeto Lei nº 014/2006, que previa a concessão, por 20 anos, dos serviços de limpeza pública, tratamento e destinação final dos resíduos de Gravataí para empresas

¹⁴ Ver: <http://www.vega.com.br/Institucional.html>.

privadas, proposta que então foi rejeitada pelos vereadores. Pretensão esta que também foi noticiada posteriormente pela imprensa local, segundo a qual o projeto “[...] apresentado pela prefeitura previa a concessão para uma empresa privada dos serviços de limpeza pública, tratamento e destinação final dos resíduos no município de Gravataí” (MORADORES DE SANTA TECLA ..., 2007). E, conforme noticiou o jornal (MOMENTO REGIONAL), com a possibilidade de aprovação da lei 014:

A cidade pode receber até lixo hospitalar e industrial. De acordo com esse projeto de lei: o inciso II, do artigo 6º, prevê dar destino e tratamento a resíduos de serviços de saúde e industriais, abrindo a porta para o recebimento de todos os tipos de resíduos. Qualquer empresa poderá mandar o seu lixo - que inclui material radioativo e hospitalar - para Gravataí (LIXO ..., 2006).

Ainda segundo a matéria desse jornal, caso tal projeto não tivesse sido vetado pela câmara de vereadores, o município correria o risco de abrigar, se passasse essa lei, um aterro sanitário de grande porte, o que pode ser visto no depoimento de um dos vereadores que, à época, fora contra o projeto: “[...] ele [prefeito] quer transformar o nosso município num grande depósito de lixo das outras cidades. Não posso aceitar e não será aprovado com o meu voto” (LIXO ..., 2006). De fato, a iniciativa da prefeitura não iria adiante, como ilustra abaixo a Figura 56.

Figura 56 - Sessão na Câmara de Vereadores de Gravataí em que seria votada a decisão sobre o veto de proibição ao aterro/lixão



Fonte: MORADORES DE SANTA TECLA ..., (2007).

Como contra ofensiva e diante da conjuntura que se pronunciava, os integrantes do Xô Lixão passaram então a exigir não somente o fechamento do aterro/lixão, mas a aprovação de uma lei que protegesse o município como um todo da implantação de outros depósitos de lixo e/ou construção de central de resíduos de qualquer natureza em Gravataí. Luta esta da qual saiu parcialmente vencedora no final de 2006, com a aprovação da Lei municipal nº 2.643/07, que, conforme o texto, proibia, “[...] a qualquer título, construir e/ou autorizar, conceder ou permitir a construção de central de resíduos industriais, domiciliares, inertes e de saúde, bem como de aterros sanitários na zona definida pelo Plano Ambiental de Gravataí como Patamares da Serra Geral” (GRAVATAÍ, 2007), zona esta que inclui as regiões conhecidas como Costa do Ipiranga e Santa Tecla.

Sobre sua aprovação, para o promotor que atuou no caso à época, ela foi vista como:

Um marco importante na história do município de Gravataí, pois significa não só o cumprimento de uma justa aspiração popular, revelando que essa Casa cumpre seu importante papel no regime democrático, não cedendo a outros interesses que não aqueles que representem o próprio interesse público, como também significa a real possibilidade de a região retornar o reequilíbrio ambiental, hoje sensivelmente afetado pelo funcionamento do Aterro Sanitário, e que, não fosse a deliberação a defesa dessa Casa, teria seus ecossistemas feridos de morte’, manifestou o Promotor Martini (MORADORES DE SANTA TECLA ..., 2007).

Com efeito, naquele momento específico o Movimento Xô Lixão conseguiu mobilizar grande número de pessoas, alguns políticos locais e aliados na procuradoria de Gravataí, fazendo ao mesmo tempo muita pressão social, disso resultando na lei citada acima, elaborada por um vereador que encampou a causa. Assim, o Jornal de Gravataí noticiaria em março de 2007: “[...] para o presidente da câmara a nova lei proibindo aterros sanitários na Costa do Ipiranga é uma conquista da comunidade que há muitos anos mantém-se mobilizada contra a exploração da região com o depósito de lixo urbano” (CÂMARA ..., 2007).

Como dito, apesar de em 2005 a compra das terras pela Vega ter sido sinalizada, esta estava condicionada à concessão da licença para operar na região. Contudo, ainda assim, em 2007 se confirmou as suspeitas da comunidade de que a empresa havia comprado áreas para esse fim, o que foi também noticiado pelo Jornal de Gravataí (MORADORES DE SANTA TECLA ..., 2007): “[...] a empresa Vega, que atua no segmento de coleta e destinação final de resíduos sólidos, comprou uma área de 200 hectares na região de Santa Tecla e aguarda a liberação de um projeto encaminhado a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam)”. Não por acaso, de acordo com integrantes da Amalst e Xô Lixão a empresa financiou e tem financiado as principais campanhas eleitorais na cidade de Gravataí.

Apesar dessa conquista para o Xô Lixão, interesses privados e da prefeitura de Gravataí em relação ao negócio do lixo continuaram muito presentes, com forte lobby de vereadores e demais políticos favoráveis à instalação de outros aterros/lixões. Segundo a entrevistada 13M, “[...] foi um acaso termos conseguido a aprovação da lei. Foi por um voto de diferença. Teve um político da região que por questões partidárias votou contra e até hoje é rejeitado pela comunidade” (julho de 2016). No caso, "o político da região" mencionado se refere a um antigo representante da Acost (cuja atuação se deu nos anos 1990 e hoje está desativada) que então recebeu duras críticas de parte da comunidade por ter sido cooptado pela política e conivente com a instalação do empreendimento ao não se colocar junto à resistência contra o lixão/aterro.

Ainda sobre a aprovação da lei que impedia a construção de novos lixões/aterros, no caso da Vila Tripa, embora entre os moradores haja hoje ressalvas em relação sua possível instalação na região, muitos pensam como o entrevistado 12A/L, “[...] dependendo da localização ou se a gente puder catar, não seria ruim” (julho de 2016). Já no que se refere ao movimento Xô Lixão e representantes da Amalst, em termos gerais e considerando todas as ameaças ligadas à intensificação na deposição de lixo urbano na localidade, os integrantes das duas associações consideram a comunidade de Santa Tecla exitosa, pois acreditam que, caso não houvesse resistência à iniciativa privada, então aliada ao poder público municipal, além da continuidade do atual aterro/lixão, outros teriam sido construídos na região. Porém, como é comum em situações envolvendo “zonas de sacrifício”, o caso não se encerraria por aí.

Apesar da comunidade se beneficiar através da legislação vigente com a promulgação da lei nº 2.643, pairava ainda o fantasma da concessão à iniciativa privada dos serviços de limpeza pública, tratamento e destinação final dos resíduos desse município, o que tornaria Santa Tecla alvo de grandes aterros de dimensão até mesmo interestadual. Assim, embora o projeto de lei nº 014/2006, que permitia a concessão para a Vega, tenha sido vetado, a possibilidade de abertura de novos depósitos de lixo no bairro continuou sendo uma possibilidade para a comunidade. De fato, o descumprimento e desrespeito a lei persistiram e, em 2008, apesar da conquista da lei 2.643/2007 e do veto ao referido projeto de lei (014) da prefeitura, foi concedida a uma empresa privada licença ambiental para a construção de um aterro sanitário industrial privado numa área de 46,93 ha no distrito da Costa do Ipiranga. Nesse momento, segundo Diário Oficial de 06/11/2008, lá instala-se então o Aterro Industrial "Pró-Ambiente", nome fantasia da empresa (e fantasia aqui poderia ser lido também no seu

sentido literal) que, de acordo com as normas da ABNT (2004), é "[...] central de resíduos sólidos industriais classes I e II" (classificação que permite receber lixo hospitalar).

Apesar da concessão ao Pró-Ambiente” ter sido logo suspensa um pouco depois, o empreendimento seria retomado em 2010, passando desde aí a funcionar sem impedimento algum. Isso se deu porque, a despeito da vitória parcial obtida no final de 2006 com a aprovação da lei nº 2.643, esta foi derrubada em 2009 pela câmara de vereadores, tornando a preocupar os moradores e criando um clima de tensão e apreensão com a possibilidade (para muitos agora iminente) de instalação de outros lixões/aterros. Sobre este episódio, segundo entrevista de 13M os integrantes do movimento Xô Lixão a viram como uma,

Traição política. Porque apoiamos a futura prefeita [PT] e ela permitiu a revogação da lei, que foi a votação durante o mês de janeiro, quando as pessoas estavam em férias e sem estardalhaço. Quando soubemos não deu mais tempo para nos organizarmos para fazer pressão e novamente ficamos vulneráveis, sempre com a expectativa de que venham a instalar outros aterros na região (julho de 2016).

Com a derrubada da lei nº 2.643, embora ela tenha impedido a Vega de executar seus projetos em 2007, em 2013 foi concretizada a compra da área noticiada em 2005 pela imprensa, sendo que os representantes de ambas as associações acreditam que a área tenha ficado desde então “reservada” para a empresa durante esses anos. Além disso, mas dentro do mesmo contexto, outra empresa do ramo de resíduos sólidos, a Multisserviço, em 2005 comprou 50 hectares em uma área de banhado, próximo à divisa com Sapucaia, distante em linha reta um quilometro do aterro/lixão atual. Como resultado, e ainda que as duas áreas (da Vega e Multisserviço) sejam do ponto de vista ambiental e pela legislação vigente inadequadas para a deposição de lixo em razão da presença de manancial de águas, ambas as iniciativas têm posto até hoje em alerta parte dos moradores de Santa Tecla, pois não deixa de ser um indício de que novas tentativas de se construir outros lixões/aterros venham a ser feitas.

Assim, a partir de 2013 a associação Xô Lixão novamente se mobiliza ao se juntar ao movimento de confrontação e pressão exercido junto à prefeitura de Gravataí, que então publicou um novo edital de licitação para construção de um outro aterro sanitário. Num primeiro momento, um mês depois de publicado, o próprio executivo municipal suspendeu o processo de licitação alegando problemas nos cálculos, pois foram contabilizadas duas cidades (Cachoeirinha e Esteio) que estariam participando do convênio/consórcio sem fazer parte deste. Fato que deixou os integrantes do Xô Lixão um pouco desorientados, pois, segundo eles, a explicação da prefeitura foi deveras ambígua, genérica e imprecisa, assim

como o próprio edital, que falava em “depósito em lixo externo”, não deixando claro o que isto significava.

Algum tempo depois, em agosto de 2014, segundo entrevistada 13M, a associação Xô Lixão se reuniu e colocou novamente em sua pauta a reivindicação de “[...] uma lei para extinguir os lixões concomitantes ao plano de saneamento básico de Gravataí, submetido à aprovação até setembro daquele ano e que tinha como projeto principal o estudo de uma área para implantação de um novo aterro sanitário” (julho de 2016). No caso, a entrevistada se refere à Política Nacional de Resíduos Sólidos, lei de 2010, que previa o encerramento dos lixões no país (e que exigia adequação de todos os estados e municípios) até agosto de 2014¹⁵. Este prazo, contudo, depois de muita pressão para que fosse prorrogado, foi ampliado para 2018.

No momento, além dos vazamentos, há problemas relativos ao transbordo do lixo, o qual é levado ao aterro/lixão, lá depositado a céu aberto num local específico e finalmente transportado para a cidade de Minas do Leão¹⁶. Sobre o transbordo, os integrantes do Xô Lixão acreditam que não há fiscalização adequada, sendo que o recebimento de lixo já deveria ter cessado, inclusive com denúncias de fumaça escura proveniente da queima de resíduos no local. O único impacto que arrefeceu foi à poluição ar, mas, como já visto, problemas como contaminação do solo e da água persistem de forma grave, assim como a sujeira e sacos de lixo espalhados no meio da estrada extraviados pelos caminhões que fazem o transbordo. Já estes, como também ressaltado, circulam com excesso de peso, o que compromete a segurança e causa prejuízo às estradas devido à sobrecarga. E, tal como as minas, há outra vez a contribuição para a desvalorização das propriedades próximas e distantes do aterro/lixão.

4.2.6 A retórica da tecnologia e do argumento legal na concepção de Santa Tecla como “zona de sacrifício”

Segundo Hannigan (1997), a questão ambiental é uma construção social que passa pouco a pouco a ser legitimada e mediada pela ciência e pela tecnologia, transformada em uma arena de disputa de poder específica com constantes conflitos envolvendo sua manipulação pelas forças políticas envolvidas. Na mesma linha, Leff (2006, p.14) afirma que

¹⁵ Embora, diga-se de passagem, já houvesse uma lei contendo tal proibição desde 1981, com a Lei 6.938.

¹⁶ Os resíduos são levado ao município de Minas do Leão e depositados nas minas de carvão a céu aberto desativadas, ficando distante de Santa Tecla em torno de 130 km. Segundo 6Ó, para encurtar a distância parte do percurso é feito por balsa, “[...] para não pegar estrada sempre, ficando mais perto e aí poder retornar mais rápido para nós” (novembro de 2016).

“[...] la articulación de las ciencias no lleva a incorporar una ‘dimensión ambiental’ dentro de un sistema de paradigmas establecidos, sino a un proceso de reconstrucción social a través de una transformación ambiental del conocimiento y una revalorización de los saberes no científicos”.

São vários os mecanismos ligados ao conhecimento perito que têm sido utilizados, tanto pelo poder público quanto privado, para implantação e continuidade de projetos de “desenvolvimento local”, sendo o lixão/aterro Santa Tecla um bom exemplo disso. Também no presente caso, a instrumentalização da ciência, a mobilização do discurso perito e a alegação de introdução de novas tecnologias como solução para o problema do lixo desempenharam papel essencial na implantação e continuidade de operação do lixão/aterro e na constituição da localidade como “zona de sacrifício”, servindo como legitimador de sua existência. Porém, ainda assim se fez necessária uma negociação em relação ao gerenciamento do risco administrado por especialistas com formação técnica diversificada (biologia, engenharia ambiental, especialização em gerenciamento de resíduos sólidos etc.), os quais acham-se respaldados no conhecimento científico produzido em suas respectivas áreas.

A alegação sobre a existência de um corpo técnico institucionalmente "qualificado" (nas secretarias municipais, na Fepam, no DMLU, trabalhando para a administração do lixão/aterro) vai servir como instrumento garantidor da sua continuidade desde o processo inicial, quando da recategorização do lixão em 1997 para “aterro controlado” e, logo depois, “sanitário”, até seu fechamento em 2013, passando pela concessão ou cancelamento (sempre provisório) de licenças de instalação e operação, mas também por liminares na justiça garantindo sua continuidade. Em todos esses casos foi necessária a participação, consulta, contestação e/ou o aval de especialistas. O que já de início traz à tona, quando das tentativas de prolongar/antecipar o funcionamento do lixão/aterro, a disputa pela competência para falar sobre o assunto, propor alternativas, fazer denúncias ou a elas responder e contestar. Em outras palavras, a disputa já começa por saber quem pode ou não pode falar; quem deve ou não ser levado a sério e quem possui ou não conhecimento ou treinamento adequados para uma dada finalidade.

Como se viu, entre as muitas coisas que não foram cumpridas desde sua recategorização estão as compensações ambientais que deveriam ter sido revertidas à comunidade e que seriam financiadas a partir da retenção de um percentual do lucro obtido pela prefeitura com o depósito de lixo. De acordo com entrevistado 24A/L, “[...] para Santa Tecla nunca teve compensação nenhuma, embora tenham prometido várias coisas” (outubro de 2016). Como

também visto, a manipulação da expectativa (a "promessa" de que fala o entrevistado 24A/L) encontra-se desde o início das propostas de transformar o lixão em aterro. Este foi então apresentado à comunidade como algo de "primeiro mundo", onde se usaria "tecnologia de ponta" e que esta traria "melhorias" para a comunidade, tudo isso revestido com um forte discurso científico e vocabulário técnico em que a tecnologia funciona como condão (espécie de varinha mágica) para resolver problemas gerados pelo lixão.

Assim, segundo o entrevistado 2Ó: "[...] o aterro foi [feito] no sentido de recuperar a área degradada através dos queimadores, coleta do chorume, impermeabilização do solo, trabalho de paisagismo. O aterro sanitário é uma obra de engenharia bem construída" (outubro de 2016). De fato, tudo parecia que sairia perfeitamente como mandam os manuais técnicos de construção desse tipo de empreendimento e, a despeito de tudo o que aqui já foi visto, ainda hoje para alguns peritos tudo teria saído como deveria ser. É o caso não só de 2Ó, como também para o entrevistado 4Ó, para quem "[...] o aterro foi feito dentro de normas internacionais e ele é fiscalizado e cobrado dentro dessas normas" (outubro de 2016).

Contudo, com o passar do tempo as pessoas foram se sentindo ludibriadas e revoltadas, pois para elas o agora chamado aterro sanitário não operou e nunca iria operar efetivamente como deveria, isto é: segundo "normas internacionais", conforme disse o entrevistado 4Ó, e visando "recuperar a área degradada" a partir dos procedimentos enumerados pelo entrevistado 2Ó (uso de queimadores, impermeabilização, paisagismo, controle do chorume). Conforme a entrevistada 13M:

Me incomodava quando iniciou o aterro a propaganda que faziam dele. Fui com a escola e alunos visitar, faziam questão de dizer que estava de acordo com a legislação ambiental e que tinha tecnologia. No entanto, não tinha nada. O chorume não era tratado, houve melhorias e obras de infraestrutura, mas não era aquela maravilha que apregoavam, além das falcatruas, como a infiltração do chorume no solo e vazamentos que não eram acidentais (outubro de 2016).

De fato, além do staff de profissionais peritos dar sustentação técnica para a operação do aterro/lixão, também agiu sistematicamente na desconstrução das denúncias feitas pela população local ao, por um lado, desqualificar suas falas e esvaziar seu poder de chamar atenção da opinião pública e dos demais órgãos competentes e, por outro, ao reforçar seu próprio discurso sobre a veracidade do que dizem, argumentam e justificam. Neste último caso, isso se deu no caso da sustentação acerca da capacidade do local absorver lixo hospitalar que não passava por processo de desinfecção. Sobre este ponto viu-se já aqui que a atuação da prefeitura se deu, por um lado, judicialmente, por outro, fazendo uso do apelo ao "bem público" e, por outro ainda, agindo por meio da dissimulação ao impor à comunidade de Santa

Tecla não só o recebimento do lixo "normal" da região metropolitana, mas a deposição dos resíduos hospitalares desta. Também aqui a legitimidade do discurso científico esteve presente, como se vê nos argumentos acionados pelo entrevistado 2Ó, para o qual, devido à capacidade do solo e do próprio processo de decomposição desse tipo específico de resíduo: "[...] o lixo hospitalar não teria problema em razão das bactérias, da vida bacteriana muito grande, que dá conta, absorve e faz o controle desses resíduos. Não era um problema muito grande, a porcentagem de lixo hospitalar era pouca se comparada com o todo o lixo que ia para lá" (outubro de 2016).

Já no caso da desqualificação das falas nativa e do esvaziamento do seu poder de crítica, uma maneira como isso se deu foi amparando e reforçando a posição da prefeitura e do consórcio sobre possíveis vazamentos ou outra irregularidade através da confecção de laudos feitos pelos próprios técnicos responsáveis pelo aterro/lixão. Um exemplo disso pode ser visto a partir do caso das análises da água que, como se viu no terceiro capítulo, foram pedidas pela comunidade e patrocinadas pela Amalst, pela escola Humberto de Campos e pelo entrevistado 9AL importante ator social nas denúncias.

Durante sua entrevista, a entrevistada 6Ó, responsável pelo monitoramento do aterro/lixão, quando questionada sobre as denúncias de poluição das águas da área do entorno deste, alegou: "[...] não sei sobre a contaminação da água na escola Humberto de Campos e inclusive fizeram estudos no laboratório de dois poços a jusante e dois a montante para verificar e nenhum dos dois deu problema" (novembro, 2016). Já segundo o entrevistado 4A/L, neto do proprietário do terreno em que se iniciou o lixão, onde nasceu, e autor de várias denúncias: "[...] ao mesmo tempo em que não aceitavam os nossos laudos, faziam [a prefeitura] os deles de qualquer jeito. Quando denunciei a prefeitura, vieram colher amostra na sanga da minha propriedade; e os técnicos pegavam a água que era preta em garrafa pet reutilizada de refrigerante" (julho de 2016). Este morador complementa ainda que foram vários exames feitos dessa forma e que, quando um aliado nas denúncias que mora no entorno do aterro/lixão, entrevistado 9A/L, trouxe um técnico pago por ele para fazer o exame, viu que não era feito daquela forma pelos técnicos da prefeitura.

De fato, na relação entre técnicos do lixão/aterro e moradores de Santa Tecla, viu-se no terceiro capítulo como os primeiros mantêm uma visão etnocêntrica acerca do público leigo, percebido como "incompetente" para fazer avaliações sobre os efeitos do lixão/aterro no ambiente (e ainda que sofram - por vezes, literalmente - na pele estes mesmos efeitos). Além disso, nota-se a manipulação do saber competente posto e efetivado na ação perita através da elaboração de análises e laudos sobre a qualidade da água. E, mesmo que estas tenham sido

feitas sem critério e cuidado exigidos, devido ao relativo desconhecimento da população local sobre os devidos procedimentos, suas denúncias foram (e continua sendo, pelas falas dos entrevistados) desqualificadas, como se pode notar na fala da entrevistada 6Ó quando se refere ao laudo que a diretora de escola apresentou, feito por técnicos que não estavam a serviço da prefeitura.

Em síntese, o saber perito serviu como critério para definição de medidas e de ações (ou ausência delas) a serem tomadas e que passaram, ainda nos anos 1990, pela avaliação e ratificação da própria escolha do lixão de Santa Tecla como local tecnicamente “apropriado” e “adequado” para ser, primeiro, transformado em aterro sanitário e, depois, para que cumprisse seu objetivo de fato, isto é, receber quantidades muito maiores de lixo da região metropolitana. Ou seja, se a influência das mineradoras para a chegada do asfalto à localidade não teve como motivação o bem-estar da população local, mas apenas melhorar a eficiência no escoamento das pedras extraídas das minas, aqui a motivo que levou a intervenção técnica no lixão não tinha como objetivo a melhoria da qualidade de vida dos moradores por ele impactados. Ao contrário, este argumento (de solução de um problema local) foi justamente usado junto à população local como meio de convencimento desta visando garantir que a recategorização ocorresse sem maiores contestações.

Por trás do empreendimento esteve sempre a dissimulação dessa pretensão anterior das prefeituras de Porto Alegre, Esteio, Cachoeirinha e Gravataí, a saber: resolver sua dificuldade no que se refere à destinação do lixo por elas produzido (sendo que, no caso de Gravataí, este ainda se beneficiava com o valor pago pelo recebimento do lixo) e não acabar com os incômodos causados pelos efeitos do lixão que já existia para quem mora em Santa Tecla. Até porque, se de fato dificuldades de moradores que vivem próximos a lixões fosse prioridade, por que então as demais localidades identificadas para receber o lixo dessas cidades não foram objeto de intervenção pública, visto que, como se verá a seguir, um dos critérios para sua seleção era o local ser considerado uma “área degradada”?

Como bem percebeu o então presidente da Acost, entrevistado 24A/L, “[...] se aproveitaram da existência do lixão para fazer no local o aterro”. Como consequência, já em seguida a adoção da “solução técnica” para solucionar a “inadequação” do lixão não à vida dos moradores, mas para receber todo resíduo produzido por essas quatro cidades (sua transformação em aterro controlado e sanitário), a população local viu chegar à sua porta cada vez mais quantidades imensas de lixo em um volume crescente e muito maior do que o que antes ali era depositado. E se quem vivia no entorno teve que arcar com os impactos ecológicos desse aumento, no caso da Vila Tripa, além de ter de também suportá-los, teve

ainda que conviver com a inviabilização do seu principal meio de vida, com a diminuição da renda obtida com a catação de material reciclável no antigo lixão sem que nenhuma medida compensatória (que, de fato, permitisse outras fontes de renda e não fosse meramente paliativa) fosse implementada.

Como se vê, aqui fica novamente explícito o caráter contraditório do sistema capitalista: a produção de um conjunto de inovações por meio do avanço do conhecimento científico (inseridas nos anos 1990 quando da criação de aterros sanitários) e que levou ao desenvolvimento de formas menos impactantes de se lidar com o lixo, passa a ser apropriada politicamente. Ao virar mais uma “oportunidade de negócio”, tais inovações irão, ao serem introduzidas em Santa Tecla, acabar por expropriar ou atingir negativamente quem se encontra mais abaixo na escala social. Por outro lado, sendo a atual problemática ambiental uma construção social que precisa passar pela legitimação da ciência e pela introdução de novas tecnologia (como apontada por Hannigan no início deste tópico), a opção final pelo bairro Santa Tecla para implantação do aterro sanitário também necessitou estar embasada numa avaliação técnica.

É nesse momento que o discurso perito surge como fonte legitimadora de uma decisão política anterior discutida, tomada e acordada entre quatro paredes pelos respectivos representantes destes municípios e da qual não participaram aqueles que são os mais interessados e diretamente afetados, isto é, as pessoas que vivem em Santa Tecla e, principalmente, na área do entorno e na Vila Tripa. Na época foram feitos estudos pelas agências especializadas da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan) e pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) sobre áreas favoráveis para deposição de resíduos em toda a região metropolitana, incluindo Gravataí.

Sobre estes estudos preliminares, o geólogo da prefeitura, entrevistado 5Ó, define o local como “[...] propício para a atividade devido ao solo argiloso e seus aspectos geomorfológicos” (outubro de 2016). Corrobora essa análise o ex-diretor da FMMA, entrevistado 2Ó: “[...] quando tu vai fazer um aterro, primeiro tu tem que ter uma camada de argila para depois colocar uma lona. Ali não precisou colocar nem a lona, a camada de argila é muito espessa, muito grossa” (outubro de 2016). Esta sintonia entre técnicos (elemento fundamental no processo de fixação do que se diz como verdade antes que ela passe a funcionar como tal) é seguido novamente pelo entrevistado 5Ó: “Gravataí apresenta muita argila, com o solo impermeável, bom para a deposição de resíduos, as áreas propensas à implantação de aterro estão na Costa do Ipiranga, e o bairro Santa Tecla tem um contexto geológico favorável, exatamente por causa da argila” (outubro de 2016).

Outra justificativa técnica para a indicação de sua operação no local é o fato de ser uma área já degradada pelo lixão, trazendo a ideia de que, através de inovações tecnológicas, gestão racional e implementação de normas técnicas e de controle apropriadas, o aterro sanitário recuperaria ou ao menos mitigaria os danos causados pela existência de mais de uma década do lixão. Segundo ex-diretor da FMMA, entrevistado 2Ó, “[...] se tu vai implantar um aterro sanitário, tu tem que escolher um área que já foi degradada, que tu vai recuperar com aquele aterro, então é uma obra boa” (outubro de 2016). E, conforme ex-diretor do DMLU, entrevistado 1Ó, sobre o motivo da escolha dessa área, Santa Tecla “[...] está longe de aglomerados urbanos e em uma área que já tinha sofrido degradação” (outubro de 2016).

Dessas constatações pode-se tirar então o seguinte silogismo: solos argilosos + área degradada são adequados para a deposição de resíduos/lixo sólidos; Santa Tecla possui este tipo de solo e este tipo de área; logo, Santa Tecla possui uma vocação natural (no caso, “argilosa”) e fabricada (“degradada”) propícia para receber lixo e com ele conviver. Assim, aparentemente, as condições técnicas “adequadas” (“área degradada” + “solo argiloso”) encontradas pelos peritos é que teriam levado a escolha de Santa Tecla para receber o lixo da região metropolitana. Mas aqui se poderia indagar: em meio as demais opções levantadas pela Metroplan e CPRM, na escolha de Santa Tecla estiveram presentes apenas fatores técnicos? Nenhum outro local apresentava as condições adequadas? Como se deu, de fato, os bastidores dessa decisão? Teriam havido outros elementos, atores, pressões e interesses a nortear sua eleição como a mais “apropriada”? Infelizmente, não se teve a possibilidade de investigar os bastidores das reuniões feitas e de como, na prática, se deu tal decisão, contudo, considerando o histórico por trás de projetos de desenvolvimento como a construção de aterros sanitários, o mais provável é que outros interesses que não a aptidão natural de Santa Tecla, se não a determinaram, influenciaram fortemente sua escolha¹⁷.

Veja-se que, pelo que alegam 5Ó e 2Ó, em princípio parece tratar-se de uma análise estritamente técnica, não havendo nela menção de interesses econômicos, corporativos e/ou forças político-partidárias por se ter constatado a existência de uma área degradada e de uma grande camada de argila no subsolo de Santa Tecla. Contudo, ao entrar no jogo político, ela

¹⁷ Uma análise sobre este episódio poderia ser feita, por exemplo, a partir do conceito de “chantagem locacional” tal como proposto por Acsehrad e Bezerra (2010, p.113) e que remete ao “[...] jogo político das grandes corporações que procuram impor aos setores menos organizados da sociedade a aceitação de níveis de poluição rejeitados por países e setores sociais mais organizados e criteriosos na definição de restrições a processos poluentes e ambientalmente danosos. Ainda segundo os autores, muitas vezes é através da “chantagem locacional dos investimentos” feito por grandes empresas e corporações que se dá a “[...] imposição de riscos ambientais e de trabalho às populações destituídas” (ACSELRAD; BEZERRA, 2010, p.114).

(a identificação da condição técnica apropriada) passa a funcionar como uma espécie de “artefato” (LATOURE, 2000) que “abre portas”, no caso, que garantam a legitimidade da escolha do lixão de Santa Tecla (e não outro de local “degradado” e “argiloso”) para ser transformado em aterro sanitário. Enfim, especialistas, a despeito da retórica por eles adotada de que a vinda do aterro significaria uma melhora de vida para as pessoas, ao atestarem tal vocação (natural e construída) para a instalação do aterro/lixão, forjaram sua potencial condição de “zona de sacrifício”, dando a ela status de realidade consumada.

Esta, aliada aos prejuízos ecológicos (contaminação do lençol freático, do solo e do ar) e constrangimentos sociais (exposição a doenças, diminuição da qualidade de vida, desapropriação, depreciação de imóveis, perda de produção agrícola, perda de animais por intoxicação e abandono de atividade agrícola), produziu então uma situação que, além de subordinar a população local aos interesses dos representantes políticos que estavam à frente das respectivas administrações municipais, veio intensificar a degradação já existente decorrente do antigo lixão. Como resultado, tem-se novamente a geração de um círculo vicioso cujo efeito maior recai na atração de outras empresas e empreendimentos poluentes para a localidade e na reprodução da dinâmica que caracteriza uma “zona de sacrifício”.

De outra parte, viu-se já que outro expediente utilizado em Santa Tecla foi o sistemático descumprimento das normas técnicas e leis ambientais pelo consórcio que administrou o lixão/aterro. De fato, a fragilidade e as brechas jurídicas da legislação ambiental (tanto na sua constituição quanto na fiscalização e punição) levam a flexibilização e descumprimento de instrumentos regulatórios como EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental) e TAC (Termo Ambiental de Conduta). Novamente, o caso do aterro/lixão é exemplar no que se refere às estratégias dos poderes público e privado, os quais se valem de diversos subterfúgios visando contornar ou evitar a aplicação da lei e que teve como resultado prático a continuidade do aterro/lixão sem a existência dos instrumentos legais citados acima (EIA/RIMA e TAC). Como resultado, novamente criam-se fatos consumados, ou melhor, irregularidades consumadas que vão das questões técnicas como o manejo inadequado dos resíduos e do chorume ao excesso de volume, deposição de resíduos hospitalares e industriais e outros problemas causados pela própria continuidade do aterro/lixão por longos anos, mesmo já tendo expirado seu prazo de vida útil.

Tais irregularidades, que começam já no início de sua operação, continuaram logo depois da mudança de status de lixão para aterro. Em 2000, a comunidade já sofria com a poluição de arroios, conforme relata a entrevistado 24A/L: “[...] embora o aterro tenha tecnologia, foram muitos os vazamentos de chorume e mortandade de peixes e em 2000

ocorreu o vazamento e a morte do arroio Martins”. Assim como 13M no trecho já citado em que ela admite que se sentia "incomodada" com a "propaganda" que faziam do aterro alegando "que tinha tecnologia", em sua fala, 24A/L toca, ainda que rapidamente, na questão relativa ao discurso da modernização dos lixões. Para começar, ao reconhecer que “o aterro tenha tecnologia”, isso, de ter tecnologia disponível, em nada garante que ela irá ser utilizada de fato ou conforme deveria sê-lo¹⁸. Ocorre que, o mais importante aqui é que tal possibilidade (de uso indevido ou não uso) fez com que se pudesse trazê-la (a tecnologia) à cena como uma espécie de “bode expiatório”.

Isso porque é nesse momento, quando se coloca em questão a qualidade do uso e a forma com que foi aplicada a tal “tecnologia de ponta”, que surge a justificativa acerca do seu “mau uso”, do “uso indevido” ou “incompetente”, o que, primeiro, individualiza a culpa (ou a coloca sobre um grupo pequeno de pessoas cuja posição depende de quem está mais acima delas) e, segundo, despolitiza a questão ao afastar motivações mais amplas (ligada a interesses econômicos e políticos) que fogem ao âmbito de que está por trás de sua execução propriamente dita. Disso, inicia-se um jogo de empurra-empurra e de acusações recíprocas (muitas vezes pontuais ou relativas a certos episódios envolvendo atores específicos) que tem como efeito principal desviar a atenção de uma indagação anterior e fundamental: por que, apesar de todas as irregularidades que iam sendo cometidas, a operação do lixão/aterro foi sendo estendida por mais de 15 anos? Afinal, denúncias não faltaram, inclusive da própria agência estadual responsável pelo cumprimento da legislação ambiental, a Fepam.

Para os especialistas de Porto Alegre, como o ex-diretor do DMLU, entrevistado 1Ó, por exemplo, a má administração e operação do aterro era responsabilidade da prefeitura de Gravataí, que não soube geri-lo depois que eles se ausentaram. Outra alegação é de que, ao entregarem o controle do depósito à iniciativa privada, as várias empresas que passaram por sua direção não atuaram de forma apropriada e com a devida competência. Já de acordo com a especialista da prefeitura de Gravataí, entrevistada 6Ó, o município detinha uma companhia mista, parte pública e parte privada, que acabou entrando de forma emergencial ao assumir o aterro/lixão: “[...] mas não faziam as coisas direito, como compactar bem o lixo, e erros na construção de drenos. Deixaram muito a desejar. Por exemplo, eles fizeram uma inclinação do lixo de 45 graus, quando era para ser de 60 graus e isso ocasionou muita erosão” (outubro de 2016).

¹⁸ O que é fácil de perceber quando se pensa que, apesar de poder ter uma arma automática em casa e licença para usá-la, isso não significa que seu proprietário irá fazê-lo algum dia.

Já os técnicos de Gravataí responsabilizam Porto Alegre pelo fim do limite da capacidade do aterro/lixão, sustentando que, se não fosse pelo volume de resíduo depositado por este município, o aterro ainda poderia estar operando. De acordo com o entrevistado 5Ó, o DMLU teria colocado o aterro/lixão dentro das condições técnicas para poder receber a licença ambiental e de recuperação. Mas esse contexto foi prejudicial ao município de Gravataí em razão do volume de resíduos: “[...] hoje poderíamos ainda ter o aterro com vida útil. Esses resíduos de todos estes municípios estourou a capacidade” (outubro de 2016). Note-se que, se esta possibilidade aventada por 5Ó tivesse acontecido, e apesar dos danos imediatos com o volume não serem tão grandes, isso significaria a permanência, para além de 2013 e provavelmente até hoje, da maior parte dos problemas aqui já descritos enfrentados pelos moradores de Santa Tecla.

Ainda sobre a explicação para o desastre que foi o aterro/lixão ter se dado por seu funcionamento inadequado e incompetência das suas respectivas administrações, de acordo com o entrevistado 1Ó, “[...] o problema de má execução das técnicas adequadas para funcionar como realmente um aterro sanitário levou a sério problemas com a comunidade, como mau cheiro, chorume até o ponto de ser fechado” (outubro de 2016). Já conforme depoimento do entrevistado 2Ó, este reconhece que “[...] o local voltou a ser um lixão a céu aberto, pois sequer enterravam mais o lixo”. Com isso, tendo o aterro/lixão já esgotado sua capacidade e o lixo já não sendo coberto todos os dias, “[...] o fedor era enorme, os queimadores já não funcionavam e o chorume acabou indo para os arroios e poluindo. O aterro não estava mais cumprindo a expectativa para o que havia sido projetado e nem a orientação técnica que deveria ser seguida” (outubro de 2016). Segundo 2Ó:

Encheram o antigo buraco que antes era barragem e compactaram bem, e depois colocaram todos os queimadores e drenos. O problema foi que excederam no volume de resíduos depositados. Aí a coisa saiu de controle, porque não foi planejado, acharam que ia ser eterno e a coisa passou do ponto e começou a dar problemas de todos os tipos (outubro de 2016).

O mesmo relata ainda o que a obra de engenharia "de primeiro mundo" e com "tecnologia de ponta" prometida à comunidade se tornaria após o término de seu prazo de validade: “[...] a coisa funcionou bem durante muitos anos, até que chegou num ponto que se exauriu. Porque toda a obra tem um tempo de vida, e aí teria que se procurar uma nova área, procurar uma nova solução” (outubro de 2016). De fato, segundo 2Ó, mesmo que este sustente ter sido uma obra de engenharia bem elaborada, com todo o aparato técnico necessário, isto teria ocorrido somente durante um período específico. Depois disso, ao

superar o prazo de validade e de capacidade efetiva, prevista para sete milhões e meio de toneladas, o local teria deixado de operar como deveria:

Mas tudo tem um tempo de validade. A do aterro era recuperar as condições antigas do terreno, era para elevar até o nível do pé de cedro que existia, preencher toda aquela área. Tinha fases um, dois, três, tinha uma altura que deveria ser e tantas toneladas tinha que ter, mas de cabeça não lembro. E quando chegou o momento [de saturação] tinha que ter uma nova área e parar de colocar o lixo lá, dizer: 'chegamos ao limite, que é aqui e agora; e deu, pois, daqui para frente às coisas não vão funcionar mais direito'. Teria que ter uma nova área esperando e isso não ocorreu e ficaram protelando e colocando cada vez mais lixo; e tira daqui e coloca lá e aí o negócio virou bagunça (entrevistado 2Ó, outubro de 2016).

Note-se que, ao alegar que os responsáveis “não faziam as coisas direito” (como sustenta 6Ó) ou que “a coisa saiu de controle” e “que teria que se procurar uma nova área” (caso de 2Ó) e ao enfatizar a “má execução das técnicas”, a ausência da “devida competência” e “a má administração” (como o fez 1Ó), ainda que de fato isso tenha ocorrido e seja parte da explicação para os impactos causados pelo aterro/lixão, tira-se de cena um dos principais motivadores (e em certo período se poderia se dizer determinante) de todas as irregularidades e “incompetências” que lá ocorreram.

Assim, se mudarmos a pergunta e indagarmos, por exemplo, por que “não se fazia as coisas direito?”, por que “a coisa saiu de controle?”, por que “houve uma má execução das técnicas?”, por que, “[...] quando chegou o momento de ter uma nova área, isso não ocorreu?”, estaremos diante da seguinte constatação: o fato de que, dentro do jogo político que então se formou entre as quatro prefeituras envolvidas, estas, em diferentes momentos, praticamente obrigaram o depósito (e seus respectivos técnicos e administradores) a receber volumes altíssimos de resíduos e que não estavam de acordo com sua capacidade (e aqui não se está eximindo estes de responsabilidade, mas apenas apontando a dimensão mais ampla em que estes profissionais estão inseridos). Afinal, o que vem em seguida (o “mau uso”, “uso inadequado” etc.) foi meramente resultado dessa imposição. E aqui se poderia perguntar, por exemplo, o que teria acontecido com quem estava na gerência do aterro/lixão se, no auge que marcou o volume enviado por Porto Alegre para lá, ele tivesse se negado a receber os caminhões de lixo a partir do argumento técnico de que, pela capacidade que havia sido projetado, o depósito não poderia receber tamanha quantidade de resíduos?

Um episódio emblemático no que se refere à possibilidade de manobrar argumentos técnicos e jurídicos deu-se quando da tentativa de ampliar o tempo de operação e a área do lixão/aterro. Também aqui especialistas vão respaldar a ampliação do seu prazo de validade com a justificativa de que teria havido um aumento físico da área de deposição (de 12 para 14

ha) e devido a diminuição expressiva do volume depositado com a retirada de Porto Alegre do consórcio. Porém, nesse momento se deparam com a Lei nº 2.643/2007 - como visto, aprovada no final de 2006 por apenas um voto de diferença e uma conquista do movimento liderado pela Amalst e depois pelo Xô Lixão - que proibia a construção de aterro sanitário na zona definida pelo plano ambiental como “Patamares da Serra Geral”. Sobre este episódio, reconhece o entrevistado 5Ó:

Quando nós, a prefeitura, requeremos a ampliação do Santa Tecla para no futuro fazer o fechamento adequado da atividade, nos deparamos com essa lei. Tecnicamente nós arguimos que esse zoneamento nem lei era. E o que impede a atividade do aterro se respeitada todas as normas? São as Normas Brasileiras (NBRs) que fixam as condições mínimas exigíveis para a apresentação de projetos de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos e são muitas. E são definidoras como, por exemplo, onde tu vai locar o aterro, perfil do solo, a geologia, a distância da comunidade e uma série de coisas (outubro de 2016).

De saída se vê na fala do então representante da prefeitura a lógica contraditória do argumento, o qual reivindica "a ampliação do Santa Tecla para no futuro fazer o fechamento adequado", ou seja, "ampliar" (o tempo e o prazo de deposição de lixo) para "fechar" (o lixão/aterro). De todo modo, ainda assim era preciso contornar discursivamente o que dizia a lei nº 2.643, o que foi feito não contra ela diretamente, mas contra o elemento que ela contém e que delimita a área de proibição de depósitos de lixo: o "zoneamento", no caso, definido pelo Plano Ambiental de Gravataí como Patamares da Serra Geral, o qual segundo 5Ó não seria uma "lei".

Não se teve acesso às minúcias de como foi esse debate, sendo inclusive possível que a referida lei tenha sido revogada a partir dessa argumentação (de que se basearia somente num zoneamento). O que importa aqui, todavia, tal ampliação se daria de forma arbitrária e sem licença da Fepam, entidade esta que, se em 2008 já alertava sobre a operação do lixão/aterro a revelia do órgão ambiental, de acordo com a retrospectiva dos fatos do jornal Correio de Gravataí, desde 2003 já o considerava “[...] um local remediado, não criado para receber o lixo adequadamente. Há uma altura máxima para o aterro crescer, e ele já está no limite” (TORRES, 2008,). Mas, ainda assim, a ampliação ocorreu sem licença ambiental e EIA/RIMA: “[...] uma adaptação da área com aumento de dois ha teria garantido uma nova decisão liminar permitindo a continuidade do aterro. O caso é analisado pela justiça federal. Há uma ação social que questionou a legitimidade da operação do aterro” (TORRES, 2008).

Como se pode notar, mais uma vez o expediente utilizado pelos poderes público e privado para conseguir seus intentos foi simplesmente “aplicar mais do mesmo”, ou seja, o desacato às leis e aos órgãos competentes através da criação de fatos consumados, no caso,

uma "adaptação" que, depois, leva e legitima a ampliação e continuidade do aterro/lixão de forma irregular e sem consentimento ("licença") dos órgãos competentes (Fepam) e de seus especialistas. Tudo isso avalizado através de mecanismos legais e jurídicos que, por sua vez, embasam o corpo técnico da prefeitura e sua justificativa sobre o necessário aumento do prazo de operação, ampliação da área e aumento de sua capacidade pela retirada de Porto Alegre do consórcio.

De fato, 5Ó, geólogo e funcionário da FMMA, foi em certo momento de sua entrevista muito sincero quando indagado sobre a concessão de licenças ambientais para a construção de aterros sanitários:

Qualquer atividade socioeconômica tem impacto ambiental. A licença é concedida para poluir, para degradar até um certo parâmetro, até o permitido. A pessoa [que] ganha uma licença ambiental, ela está livre, ela está livre do que? Ela ganha uma licença pra degradar, para poluir até um certo parâmetro e medida (outubro de 2016).

A partir desse raciocínio, se deduz que ter uma licença ambiental é ter nas mãos um poderoso instrumento que deixa aquele que a possui "livre" (ainda que "até certo ponto") para "degradar" e "poluir". Ocorre que será justamente a relativa indeterminação e a possibilidade de contestação (técnica e jurídica) deste mesmo "certo ponto" que garantirá a "liberdade" para o aterro/lixão continuar operando, a começar pelo fato de implicar, num dado momento, a participação do poder judiciário na sua delimitação, o que leva a batalhas legais cujo desfecho, na maior parte dos casos, é a continuidade do empreendimento enquanto fato consumado. Porém, a situação se agrava ainda mais se tal permissão ("licença") - que, como reconheceu 5Ó, já é em si algo que vai contra a preservação ambiental (embora esteja dentro dos dispositivos vinculados a sua garantia) - não existir. Isto porque tal estado irregular abre uma janela para se desrespeitar quaisquer parâmetros de controle e cerceamento da atividade. Em suma, como a disputa política e judicial leva à uma indeterminação conjuntural do "ponto" limite de degradação, tudo passa a ser potencialmente permitido desde as brechas (técnicas e legais) existentes sejam competentemente manobradas, com os responsáveis pelo empreendimento agindo a revelia da lei e dos órgãos ambientais.

Em última instância, foi o que ocorreu por muitos anos com o aterro/lixão de Santa Tecla, que operou sem licença e sob liminares, estas tendo como resultado a perpetuação do lixão/aterro como fato consumado. Conforme entrevistada 6Ó, desde antes de sua construção nunca foi realizado "[...] Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e sim uma Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), elaborado em 2004 pela Fundação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)" (novembro de

2016). O interessante aqui é que, mesmo com o aterro/lixão operando sem licença durante anos e mesmo com as inúmeras denúncias e irregularidades (que aumentaram após a saída da capital e o DMLU do consórcio), com e a justiça intercedendo com frequência em favor da prefeitura, se sua vinda para Santa Tecla não foi uma decisão meramente técnica, o mesmo pode se dizer do seu fechamento, ao menos é o que pensa o entrevistado 1Ó: “[...] o aterro Santa Tecla não continuou sua atividade porque trocou o prefeito e partido, que não tinha interesse que ele continuasse. O encerramento do aterro foi uma posição política” (outubro de 2016).

Em suma, os especialistas (e seus laudos e vocabulário técnicos), o apelo à tecnologia (e sua prometida eficiência), juntamente com o aparato jurídico (e suas leis, regulamentações e liminares) deram sustentação à operação do aterro/lixão. Atualmente, ainda que isto seja negado por parte dos técnicos encarregados, atualmente o aterro/lixão permanece efetivamente causando danos para os moradores, como se verá a seguir. O curioso é que, de modo muito parecido com o que ocorreu em 1997, quando a área do lixão passaria por um “processo de recuperação”, o mesmo está acontecendo agora, em 2017. Segundo entrevista 6Ó, “[...] continua [a operação], mas como uma recuperação, uma manutenção do aterro, sendo operado com a licença LO2015 DL da Fepam para a atividade de remediação de área degradada pela disposição de resíduos sólidos urbanos” (novembro de 2016); e complementa: “[...] não é necessário EIA/RIMA para essa atividade”. Como se vê, considerando o que ocorreu com as promessas (de “remediação” e “recuperação”) feitas pelos órgãos competentes na segunda metade da década de 1990 e, como se verá a seguir, levando em conta os atuais problemas com o transbordo do lixo que chega ainda no aterro/lixão, nada garante que o drama vivido pelos moradores de Santa Tecla terá um final no curto prazo.

4.2.7 Momento presente: transbordo e o eterno chorume ou continuidade do aterro/lixão

O transbordo (Figuras 57 e 58), que irá permanecer até hoje após o fim da deposição oficial de lixo no aterro/lixão, é assim descrito por especialista ambiental da prefeitura, entrevistada 6Ó:

Os caminhões vão chegando e o lixo é colocado ali na estação de transbordo e vem as carretas, e a máquina vai colocando o lixo dentro delas, então, elas viajam em torno de 130 km. Inclusive a viagem mais próxima para Minas do Leão é feita uma parte de balsa, para não pegar estrada, para ser mais prático, ficando mais perto e aí pode retornar mais rápido para nós¹⁹ (novembro de 2016)

Em geral, entre os moradores de Santa Tecla a continuidade do transbordo foi aceita sem maior contestação, pois significou livrarem-se de um problema maior e mais grave, que era sua continuidade, possível ampliação ou construção de outro aterro/lixão potencialmente ainda mais impactante (pela sua dimensão) nas imediações. Além disso, na prática o transbordo fomenta a continuidade do trabalho de boa parte dos catadores e recicladores vinculados a ARST e COOTRACAR, sendo para estes uma importante fonte de renda (ainda que menor do que quando catavam "pra si" diretamente "na flor"²⁰, como dizem os catadores). Como consequência, diante do tamanho das adversidades que já haviam sido enfrentadas durante anos, sua permanência surge como um problema menor.

Entretanto, sua continuidade também causa transtornos, sendo a queixa com relação ao mau cheiro a principal. Sobre este, relata o reciclador da ARST, entrevistado 12A/L: “[...] o transbordo incomoda porque ainda causa cheiro, com os animais mortos e lixo orgânico que fica depositado a espera do transbordo que pode demorar dias para acontecer” (julho de 2016). De fato, segundo este e outros relatos ouvidos de moradores, os animais mortos podem permanecer no local por semanas, ficando expostos a céu aberto. Porém, tal alegação é contrariada pelo depoimento de técnica da prefeitura, entrevistada 6Ó, a qual afirma que “[...] os animais mortos, quando chegam, eles fazem uma cava no lixo que já tem lá e colocam ali e fazem uma coberturinha de resíduos, sabendo que ali estão os animais mortos. O primeiro caminhão que vem eles já levam aqueles animais mortos junto” (novembro de 2016). Entendimento compartilhado pelo responsável pela administração do aterro/lixão, entrevistado 4Ó, o qual afirmou que os resíduos “[...] só podem ficar no aterro por 24h” (outubro de 2016). No entanto, a reclamação geral acerca do cheiro gerado pelo transbordo é indício de que as irregularidades permanecem e que se isso ocorria durante a operação regular do aterro/lixão, o mesmo pode estar acontecendo com o transbordo.

¹⁹ Os caminhões da coleta do município depositam os resíduos no transbordo para depois as “carretas”, que são caminhões maiores, transportarem até a cidade de Minas do Leão/RS.

²⁰ Expressão usada pelos catadores para se referir ao coração do lixão/aterro quando podiam neste entrar com liberdade e autonomia para dele retirar seu sustento.

Figura 57- Transbordo

Fonte: Autora, (2016).

Outro fator que deve contribuir para o cheiro ruim é a ausência de cobertura no local de deposição do lixo, que segundo o administrador está sendo construído, (ainda que ostente somente os pilares). Com efeito, contrariando tal afirmação, não havia indícios de obra recente no local e até o momento da entrevista, final de 2016, e em visitas feitas no ano anterior, por exemplo, esses pilares já estavam lá, o que significa que desde 2013 o transbordo opera trabalhando com os resíduos a céu aberto, procedimento que, pelas Normas Brasileiras de Resíduos (ABNT, 2004), não poderia acontecer (Figura 58). Por isso, a recorrência nas reclamações com relação ao cheiro, como no caso de uma recicladora da ARST, entrevistada 12A/L, para a qual “[...] os caminhões não dão conta de levar todo o lixo que fica lá exposto no sol por dias antes de ir para Minas do Leão” (outubro de 2016).

Figura 58- Transbordo e aterro/lixão ao fundo



Fonte: Autora, (2016).

Porém, ao retornar ao local no primeiro semestre de 2017 constatei que a obra avançou, mas não foi finalizada, pois o local de transbordo ainda não opera completamente coberto, (Figura 59).

Figura 59- Pavilhão do Transbordo em 2017



Fonte: Autora (2017).

Outra preocupação que permanece é com relação ao chorume que continua sendo produzido pelo aterro/lixão. Foram muitos os relatos sobre sua presença e escoamento para arroios próximos, não sendo visto transportado como deveria ir para a Companhia Rio-grandense de Saneamento (Corsan). Para o entrevistado 9A/L, por exemplo, “[...] o transbordo prejudica porque se antes não tratavam o chorume, agora menos ainda. Não sei ao certo o que está acontecendo, mas sei que o chorume deveria estar sendo recebido pela Corsan para tratamento, mas que essa não está mais aceitando, não sei porque, talvez falta de pagamento” (outubro de 2016). Já uma moradora da Vila Tripa e também catadora, entrevistada 15A/L, avança outra possibilidade: “[...] não sei o que estão fazendo com o chorume do transbordo e provavelmente estejam largando na ponte” (julho de 2016). Ainda de acordo com outro morador da Vila Tripa, entrevistado 14A/L, “[...] me incomodava o aterro/lixão e hoje o transbordo por causa do chorume, que contamina as terras do meu filho e com o lixo que fica a céu aberto no transbordo” (julho de 2016).

Corroborando tais desconfianças em relação ao destino do chorume, em 2014, durante o encontro "Conflitos Socioambientais e Feira da Biodiversidade de Santa Tecla" (ver folder em anexo), realizado no núcleo da mineração e organizado pela EEEF Santa Tecla, um importante ator local denunciava que os vazamentos continuavam ao mesmo tempo em que mostrava ao público que assistia o evento uma foto (Figura 60) por ele tirada. Nela via-se o derramamento do chorume em um córrego que passa por propriedade limítrofe ao aterro/lixão. Temor este (de que vazamentos seguissem acontecendo) por ele reforçado em 2015, quando da segunda edição do encontro.

Figura 60 - Chorume em propriedade vizinha ao aterro/lixão



Fonte: José Esperança (2014).

Em resumo, e embora não seja possível afirmar de modo taxativo, a possibilidade de descumprimentos e irregularidades em relação ao chorume é um dado bastante factível, ainda mais se considerado todo o histórico anterior do aterro/lixão.

Outro ponto controverso refere-se às reclamações sobre o trânsito de caminhões de lixo realizados na madrugada e o barulho de máquinas também nesse horário quando, de acordo com as fontes oficiais, o funcionamento do aterro/lixão deveria seguir somente até próximo da meia noite. Sobre esta possibilidade, segundo me confidenciou uma moradora, ao falar sobre a movimentação de caçambas no aterro/lixão já tarde da noite, o excesso de peso seria tanto que sua casa chega a tremer quando os caminhões passam, cerca de três vezes por semana, a noite toda indo e vindo em direção ao aterro/lixão. Contudo, contrariando esta última, o entrevistado 4Ó, gestor e administrador do aterro/lixão a cargo da prefeitura, alega que, “[...] segunda e terça, trabalham das oito a uma da manhã corrido, não fecha ao meio dia, e de quarta a sábado é das oito a meia noite” (outubro de 2016). Já destoando um pouco do que diz 4Ó, de acordo com outra fonte oficial, entrevistada 6Ó, bióloga responsável pela fiscalização da operação do aterro/lixão e do transbordo, os resíduos recolhidos pelo último caminhão não

vão para o transbordo: “[...] tem caminhão coletando lixo no centro da cidade até à meia noite, mas só vai descarregar no outro dia, depois da meia noite não descarregam, depois da meia noite está fechado o transbordo” (outubro de 2016).

Essas informações desencontradas, aliadas aos comentários locais sobre a existência de turnos dobrados a noite cumpridos por integrantes da ARST para dar conta dos resíduos, deixam o que pensar, primeiro, sobre a procedência destes últimos (visto que teoricamente a associação e cooperativa, somente teriam acesso aos resíduos da coleta seletiva) e, segundo, sobre a real quantidade recebida por eles já que, como visto anteriormente, existem queixas por parte dos próprios associados sobre ser pequeno o volume de resíduos proveniente da coleta seletiva. Não é à toa, portanto, que as pessoas que moram próximo ao aterro/lixão e observam essa movimentação passem a fazer suas próprias conjecturas, como a entrevistada 23A/L: “[...] eu acho que o transbordo não funciona somente como tal. Por que então os caminhões chegam à noite entre 11 horas e uma da manhã no aterro? Movimento estranho para transbordo e daqui da minha casa eu ouço o barulho de maquinário pesado no aterro/lixão, acho que estão deixando o lixo ali ainda” (julho de 2016). Assim, se a assertiva da bióloga responsável pela fiscalização (entrevistada 6Ó) procede e o último caminhão da coleta seletiva que recolhe a meia noite não vai para o transbordo, indo somente no outro dia, não deveria haver caminhão ou barulho deste no aterro/lixão após esse horário, já que o último caminhão entraria às 23h. Então, que caminhões seriam estes, se não são os da coleta feita pela prefeitura?

De qualquer forma, o modo como o aterro/lixão operou por todos estes anos e a postura das prefeituras de Gravataí e Porto Alegre e do consórcio metropolitano Santa Tecla deixam antever problemas futuros com o transbordo. Ademais, como visto, as informações dos funcionários da prefeitura divergem, já prenunciando irregularidades. O que explica em parte a percepção entre moradores de que o lixão/aterro nunca teria encerrado por completo, mesmo agora, ao permanecer apenas como local de passagem do lixo. Mas tais indagações põem também em xeque a própria questão do lixo produzido por Gravataí, haja vista não existir nenhuma preocupação, previsão ou planejamento do poder executivo em relação ao que será feito com a deposição de resíduos no futuro, quando o aterro de Minas do Leão (para onde vai o lixo da cidade hoje) encerrar sua atividade. Afinal, e parafraseando o ex-diretor da FMMA, entrevistado 2Ó, “não tem eterno”. Assim como a prefeitura de Gravataí não se preparou para assumir e administrar o aterro/lixão após a saída de Porto Alegre do consórcio, também agora ela negligencia e posterga o problema da deposição do lixo na cidade.

Já para os moradores de Santa Tecla, sempre apreensivos, fica a tensão de que possam vir outros aterros/lixões para a localidade, pois esta voltou ao antigo status de vulnerabilidade com a revogação, em 2009, da lei já referida que proibia a instalação de novos depósitos de lixo. Por outro lado, assim como a prefeitura está inoperante em relação ao problema do lixo, não há indícios de que as pessoas estejam se preparando de modo organizado para outro possível enfrentamento. O fato de terem perdido a batalha da proibição de outros aterros sanitários em Santa Tecla provocou um relativo sentimento de impotência, fazendo com que se sintam desacreditados. Ainda assim, de acordo com 5Ó, existe uma alternativa: “[...] o que pode assegurar [alguma segurança] à comunidade de Santa Tecla é eles exigirem do município a revisão do Plano Diretor e do Plano Ambiental” (julho de 2016).

De fato, 5Ó indica um caminho possível para a continuidade da luta, pois, caso uma nova lei - pensada a partir de um embasamento técnico e o devido zoneamento ambiental - prevendo a proibição de novos aterros/lixões passe a vigorar, sendo inserido dentro do Plano Diretor do município, Santa Tecla não ficaria (ao menos até que outra reviravolta mude novamente a situação) suscetível à instalação de outros depósitos de lixo na localidade. Por outro lado, como no futuro imediato e mesmo no longo prazo a produção de lixo urbano da região metropolitana não deverá cair, uma possível vitória dos moradores frente a novos aterros/lixões representaria, muito provavelmente, sua ida para outras "Santa Teclas" (como é o caso atualmente de Minas do Leão) eleitas como "zonas de sacrifício".

4.2.8 Do nascimento da Amalst ao Xô Lixão: dissidência, coesão interna e continuidade das lutas

Sobre a atuação e a relação entre os dois principais movimentos (Amalst e Xô Lixão) que irão se contrapor nos anos 2000 à permanência do lixão/aterro em Santa Tecla, a despeito da sua recategorização em 1997/98, em termos simbólicos é significativo que ambas tragam em seus nomes “lixão” e não “aterro”, forma de tratamento também adotada pela associação e cooperativa de recicladores, pela comunidade dos dois núcleos em geral e, por vezes, pela própria imprensa. Além disso, seus membros possuem uma origem social comum, pois vêm de diferentes estratos da dita classe média (professores, advogado, dono de agropecuária, ex-bancário e funcionária pública). Ao mesmo tempo, as duas associações têm em comum o fato de terem se constituído e se mobilizado contra a manutenção do aterro/lixão, a tentativa de ampliação deste e a instalação de outros aterros/lixões na localidade. Por fim, em termos efetivos, além de ter conseguido (até agora) barrar a vinda de novos depósitos de lixo, a

pressão que ambas exerceram resultou em algumas restrições à operação do aterro/lixão nos anos que se seguiram, entre 2003 e 2013, até finalmente a deposição de lixo ser interdita em razão do esgotamento de sua capacidade.

Contudo, embora a comunidade tenha começado a se articular de modo mais organizado a partir de 2003, a Amalst e o Xô Lixão, além de não terem surgido junto com a transformação oficial do lixão em aterro sanitário, não atuaram de modo concomitante, sendo que a última surge quando a outra cessa suas atividades, em 2005. De fato, os representantes das duas organizações jamais se uniram, como ilustra o depoimento de um representante da Associação Xô Lixão, entrevistado 3A/L: “[...] antes de nos organizarmos eu mesmo tentei me aproximar, mas mostraram resistência a minha pessoa” (julho de 2016). O mesmo se queixa outro morador atuante do entorno, entrevistado 9A/L, relatando que houve uma postura refratária com relação ao seu apoio, só que no caso não de uma, mas por parte das duas associações, as quais, por sua vez, argumentavam que as intenções desse morador seriam de cunho político eleitoreiro (julho de 2016).

Assim, se, para as lideranças remanescentes da Amalst, quem participava do Xô Lixão tinha fins políticos partidários que se sobrepunham a luta contra o lixão/aterro - e por isso não quiseram se unir a eles -, no caso dos integrantes do movimento Xô Lixão a Amalst recuou de forma incompreensível em 2005, pairando no ar desde aí uma aura de suspeitas recíprocas. Fato é que, na resistência ao aterro/lixão, não existia uma coesão entre ambas as associações, seus participantes e nem com outros atores sociais envolvidos.

Além disso, os dois movimentos também se diferenciaram pelas vias utilizadas. No caso da Amalst, esta atuava de modo mais formal, trabalhando muito com a mídia e com recursos jurídicos, pois era assessorada por um advogado. Segundo seu presidente, entrevistado 22A/L, “[...] o advogado era o cabeça da associação, que fazia o que ele mandava, porque ele entendia” (julho de 2016). De fato, como visto a força desse movimento tem por base uma ação jurídica e alicerçada no relativo acesso à imprensa local e metropolitana, sem, contudo, ter um maior respaldo popular. Muitas de suas manifestações, segundo relatos, eram forjadas inclusive com atrativos como patrocínio de churrascos, sendo que a dificuldade de suas lideranças unirem a população de Santa Tecla se confirma na fala do próprio presidente da Amalst, entrevistado 22A/L, quando este se queixa da não adesão dos moradores da Vila Tripa:

A maioria da vila [Tripa] ficou contra mim, mas mesmo assim fiz muitas denúncias em órgãos e Ministério Público. A minha luta era por causa dos vazamentos de chorume propositais e acidentais, ocasionando a contaminação da água. E também para impedir a vinda de lixo hospitalar e pelo encerramento do aterro - que já era para ter terminado - e frear a vinda de outros aterros. Foi uma luta difícil, pois as pessoas não queriam participar das manifestações (julho de 2016).

Como visto no capítulo anterior, uma das respostas para a "maioria da vila" ter se posicionado contra a Amalst ou então permanecido indiferente ao que esta fazia reside na dependência econômica dos moradores em relação à deposição de lixo no atual lixão/aterro. Afinal, embora tivessem sofrido com o processo de recategorização, como visto no capítulo anterior, estes não queriam seu fechamento, pois, além de ser meio de vida e fonte de recursos financeiros, também aglutinava em torno de si a própria identidade profissional (catadores e recicladores) dos moradores.

Já no caso da Associação informal Xô Lixão, em meio ao declínio de confiança e representatividade da Amalst ela foi então fundada para dar continuidade à luta iniciada pelo movimento anterior, as reivindicações eram agora mais incisivas quanto à necessidade de fechamento do aterro/lixão e de proibição de abertura de outros na região. A fala do representante da associação Xô Lixão para um periódico local é taxativa: “[...] não queremos mais nenhum lixão na cidade. A experiência com o Santa Tecla foi mais do que o suficiente” (LIXO, 2006).

Embora o movimento Xô Lixão também não tenha obtido êxito imediato no que se refere ao encerramento das atividades do atual aterro/lixão (que, como visto, persistiu até 2013), tiveram vitórias importantes (ainda que provisórias) diretamente ligadas à ambientalização do conflito. É o caso da elaboração e aprovação da lei (nº 2.643/07), específica de proteção ambiental, aqui já abordada que proibi a instalação de aterros sanitários cuja base e justificativa partiam de um “zoneamento ambiental” que localizava Santa Tecla nos “Patamares da Serra Geral”. Sobre este evento, em última instância ele ilustra de modo emblemático como argumentos de cunho e apelo ecológico que já vinham sendo acionados e usados como instrumento de pressão vão, por vezes, se somar e em outros momentos se contrapor a reivindicações ligadas à garantia dos meios de vida e à luta por justiça social. Isto porque se a nova lei foi vista e comemorada como uma vitória pelos representantes do movimento Xô Lixão (cujos membros, lembrando, vivem na sua maioria no núcleo da mineração ou na área do entorno), o mesmo não pode ser dito dos catadores e recicladores da Vila Tripa, que dependiam diretamente do acesso ao material depositado no aterro/lixão.

De todo modo, os representantes do Xô Lixão se veem contemplados em seus pleitos, visto que seu objetivo inicial - impedir a instalação de um mega aterro no bairro Santa Tecla – por ora se concretizou. Além disso, e apesar de atuar como uma associação informal, ela acabou ampliando seu raio de ação, pois, além do propósito que levou a sua formação e de também combater a permanência do atual lixão/aterro, seus integrantes acabaram por intervir nos conflitos envolvendo outras demandas da comunidade de Santa Tecla, como por exemplo, em 2014, quando participaram das mobilizações contra a mineradora e a prefeitura, como visto anteriormente.

4.2.9 Duas alternativas infernais: aterro sanitário ou lixão?

Quando de sua proposição, o aterro sanitário foi apresentado à comunidade como obra de recuperação da degradação ambiental provocada pelo lixão. No entanto, não cumpriu tal expectativa e ainda agravou os problemas que a comunidade já tinha em razão das normas que caracterizariam um aterro sanitário terem sido constantemente desrespeitadas. Como visto no terceiro e quarto capítulos, mesmo no período que operou com licença ambiental e a despeito do discurso dos especialistas sobre a atuação dos seus responsáveis - a qual, segundo a entrevistada 6Ó, teria se dado “[...] com toda uma infraestrutura e boas práticas” (outubro de 2016) -, houve muitas irregularidades, da deposição do lixo hospitalar aos vazamentos de chorume “acidentais”, incluindo a convivência da catação no local por longo tempo (talvez durante todo o tempo). O que, por sua vez, reforça a perspectiva dos moradores (simbolizada na própria denominação dos dois movimentos que protagonizaram as lutas, os quais trazem o termo lixão) de que, a partir de 1997, o que havia em Santa Tecla não era um aterro sanitário, mas sim um lixão reciclado de grandes proporções.

Neste caso, dois pontos centrais levam a rever a existência do empreendimento como um aterro nesses quase 20 anos e a questionar sua existência de fato e não apenas como rótulo. Para começar, a prática recorrente da catação revelada pelos jornais e moradores é indicativa de que tenha sido um lixão a maior parte do tempo. Tal situação perdurou por muito tempo, conforme se viu na reportagem do jornal Correio de Gravataí já reproduzida aqui (pg.126 e127) e que estampa a foto de muitas pessoas, inclusive crianças, catando o lixo no “aterro sanitário”. O que significa que, pelo menos até 2009, ainda havia catadores trabalhando, mesmo sendo estes proibidos desde 1998, quando iniciou o consórcio. Ademais, a própria técnica responsável pelo aterro/lixão na época admite que em 2001 havia catação:

“[...] o primeiro problema foi com os catadores que pararam de catar em cima do lixo em 2001, com as unidades de triagem” (outubro de 2016).

A reportagem acima se refere à catação diurna, o que leva a crer que ela possivelmente nunca tenha sido abolida, pois, como foi visto, no período de maior controle durante a administração de Porto Alegre a estratégia de sobrevivência dos catadores foi passar para a catação noturna. Assim, esta provavelmente ocorreu durante todos os anos de existência do lixão/aterro, sendo em alguns períodos diurnos e em outros noturnos.

Como também se viu anteriormente, os depoimentos são claros com relação a existência do trabalho do catador diretamente “na flor do lixo”, fato atestado pelo então presidente da Associação dos Recicladores de Santa Tecla (ARST) em entrevista a um periódico local em 2009: “[...] uma hora que a gente passa catando por dia retiramos muitos produtos que levariam anos para sumir de vez” (AS MÃOS ..., 2009). A reportagem denuncia ainda o quanto o aterro/lixão não seguia as normas básicas e como era habitual essa prática, a ponto de ser colocada a importância “econômica” da catação na sua operação. Está claro que nem a associação nem a cooperativa absorviam esse contingente de catadores, até porque os resíduos destinados aos galpões de reciclagens são somente da coleta seletiva e o volume é irrisório se comparado ao que entrava no aterro/lixão.

Foram muitos os depoimentos nas entrevistas atestando que a associação não compensava e que a catação nunca cessou, como relembra a entrevistada 17A/L, catadora desde o tempo do lixão e participante da ARST: “[...] o aterro ter fechado foi ruim, pois a gente podia pegar muito material e agora a gente não pode mais e vai muito material fora” (julho de 2016). Além disso, para os catadores autônomos a associação significa ganhos menores, constatação esta citada na mesma reportagem: “[...] trabalhando uma hora por dia, durante uma semana inteira, Lindalva consegue lucrar 400,00 enquanto Gelson, para faturar 380,00 dentro do galpão, dedica-se integralmente por dois turnos, durante 15 dias” (AS MÃOS ..., 2009). De fato, o volume de lixo que os recicladores recebiam sempre foi considerado pequeno, pois só existem dois caminhões para fazer a coleta seletiva. Nesse período, 2009, pouco mais de 10 mil quilos sobravam para os recicladores em um universo que pode ser contabilizado por baixo em mais de três mil toneladas diárias.

O segundo ponto a indicar a continuidade do lixão refere-se ao fato do empreendimento ter, ao longo de todos esses anos, operado a maior parte do tempo de forma irregular, reforçando a memória e a própria definição de um lixão. Além da continuidade da catação ser um dos motivos para que o depósito de lixo não fosse considerado um aterro, outra razão para a desconfiança das pessoas que vivem em Santa Tecla é que durante quase

todo o tempo em funcionou, este não operava dentro das normas técnicas básicas, com algumas práticas permanecendo de modo muito semelhante as que havia antes de 1997. Segundo entrevistada 23A/L, moradora do entorno e que fez parte do movimento Xô Lixão, “[...] o aterro não era um aterro, mas sim uma montanha sanitária” (agosto de 2016). O próprio ex-diretor da FMMA, entrevistado 2Ó, reconhece (ainda que num período inicial) a continuidade do empreendimento como lixão quando a prefeitura, em 1997, passa a chamar de aterro controlado: “[...] foi a partir do consórcio que se começou a fazer o aterro mesmo” (outubro de 2016).

Assim, ser chamado de lixão pela comunidade não causa estranhamento, visto serem muitos os indícios de que ele não operava sob os parâmetros que caracterizariam sua qualidade "sanitária", pois o próprio excesso de resíduos, uma das irregularidades, antecipou o fim da vida útil do aterro. Em síntese, esta outra “alternativa infernal” e sua promessa de "melhoria" revelou-se uma falácia para a comunidade, pois não se optou por "outro modelo" e sim pelo mesmo, mas de proporções muito maiores e a despeito de seu rebatizamento. Portanto, com todas as irregularidades e não cumprimento das normas e o abandono dos procedimentos técnicos adequados durante a operação do empreendimento, compreende-se porque fica difícil para os moradores chama-lo de aterro sanitário.

5 ALGUMAS CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incidência de obras e empreendimentos que operaram ou operam sob liminares e sem licença ambiental não é pequena. Conforme Acselrad (2010, p.109), "[...] considerando que a injustiça social e a degradação ambiental têm a mesma raiz, haveria que se alterar o modo de distribuição – desigual – de poder sobre os recursos ambientais e retirar dos poderosos a capacidade de transferir os custos ambientais do desenvolvimento para os mais despossuídos". Assim, repercutindo parte da herança patrimonialista brasileira, a desigualdade social se perpetua no relativismo ao mesmo tempo técnico e moral que impera no Brasil. Alicerçado no clientelismo e na corrupção, representantes que em dado momento estão a cargo do poder público legislam em “causa própria”, ou seja, a partir de interesses particulares.

Como não poderia ser diferente, tal especificidade "nacional" se estende à questão ambiental. Nesse sentido, Guimarães (1988) critica o excesso de leis ambientais e o total abandono e descumprimento delas associada ao eterno “jeitinho brasileiro”, que no imaginário coletivo significa burlar leis e normas mais básicas de educação cidadã. Peculiaridades que acirraram a desigualdade social não só através do tráfico de influência (que é concentrador de renda), mas também por meio da manipulação seletiva de um emaranhado de leis, normas e regulamentações as quais ou são usadas (paradoxalmente) como aval para executar determinada atividade degradadora ou então contornadas judicialmente ou simplesmente desrespeitadas.

Tanto os depoimentos de técnicos, os relatos de moradores e os trechos de matérias publicadas em jornais da época aqui reproduzidos não deixam dúvidas quanto às irregularidades que envolveram o funcionamento do aterro/lixão e o uso que o Estado fez dos recursos legais para obter sua continuidade em Santa Tecla. Neste caso, o universo empírico estudado envolve uma dupla afetação: de um lado, a exploração mineral que alimenta o sistema capitalista e suas grandes obras; de outro, o próprio resultado de sua efetivação enquanto sistema integrado e globalmente conectado com a deposição de lixo em aterros e lixões sanitários. Em resumo, nesta pequena localidade do sul do Brasil encontram-se as duas pontas que unem o processo produtivo de qualquer sociedade capitalista e que tem como derradeiro participante (ainda que de modo indireto através do seu "produto", isto é, seu lixo) o chamado "consumidor final", trazendo à tona o problema do excesso de consumo, a banalização da prática da descartabilidade e o conseqüente aumento de volume de resíduos. Se constituindo como que uma síntese do que é hoje a sociedade ocidental, à comunidade de Santa Tecla transferem-se todos os seus efeitos, não só ecológicos, mas sobretudo a

necessidade (e a imposição desta) de ter de se submeter à convivência com os inúmeros impactos de obras indesejadas.

Assim, a arena de disputa entre a comunidade local e interesses públicos e privados é crivada por relações assimétricas, a primeira, onerada ecológica e socialmente, reage através da deflagração dos conflitos ambientais, com suas lideranças e demais moradores se apropriando do discurso ambiental e atribuindo para si o papel de protetores do ambiente. Já Estado e iniciativa privada, além dessa apropriação - cujo exemplo mais emblemático parece ser o nome fantasia ("Pró-Ambiente") adotado pela empresa que gerencia o aterro industrial instalado na região -, se assumem como atores sociais e agentes do "desenvolvimento", do "progresso" e da "modernização".

No caso da mineração, seus representantes têm por prática adotar estratégias de cooptação de lideranças locais, oferecer empregos seletivos para um dos membros das famílias, cargos de chefia a outros que possuem alguma inserção local, doação de recursos à comunidade para eventos pontuais ou demandas ordinárias e, claro, práticas coercitivas ou ações de obstrução e desrespeito às leis.

Já quanto ao aterro/lixão, o Estado (representado pela prefeitura de Gravataí e Porto Alegre e através de órgãos como o DMLU e Fepam) se mostra ora omissivo, ora impotente, ora conivente ora como promotor de fato dos problemas causados pelos respectivos empreendimentos, tanto com relação ao ambiente como na questão social. Ainda que informalmente a catação em cima do lixo/"na flor", (como dizem os catadores) e a atividade de reciclagem fossem de fato fontes importantes de renda para parte expressiva dos moradores, ao contrário da mineradora, o funcionamento do aterro/lixão se dava sem que se empregassem formalmente trabalhadores de Santa Tecla ao ser operado por servidores públicos de Porto Alegre. O mesmo se dava em relação a atividades secundárias como segurança e serviços gerais e de limpeza, nenhuma delas exercida por moradores de Santa Tecla e sim por pessoas vindas de outros locais da cidade de Gravataí.

De todo modo, aos que dependem ou dependiam diretamente do aterro/lixão, seu fechamento significou perda de renda e trabalho. Já para aqueles apartados das atividades relacionadas à coleta e reciclagem, é imposto somente os danos ecológicos e ambientais (que, importante reforçar, também se estende aos catadores e recicladores). E para moradores que não precisam conviver diretamente com o lixo, o aterro/lixão é considerado o pior problema para o bairro Santa Tecla, o que se mostrou mais nocivo, atingindo não somente o entorno deste, mas todo o distrito da Costa do Ipiranga e as pessoas que dependem dos afluentes da bacia do rio dos Sinos.

Contudo, os dois empreendimentos aqui estudados - ou seja, tanto a administração do aterro/lixão como a mineradora - se utilizaram de um discurso que visava atrair a população local (seja ela composta por catadores, não catadores do entorno e moradores do núcleo da mina) positivamente através da promessa de progresso e melhorias. Para a comunidade do núcleo do aterro/lixão isso se deu através da alegação de "modernização" na gestão do lixo e da criação de uma expectativa local relacionada a possíveis compensações ambientais (que nunca se concretizaram). Já para o núcleo da mineração ela ocorreu com vinda de emprego, renda via comércio local e obras de infraestrutura para o bairro. Em ambos a sedução se dava por meio do argumento de que a mina e o aterro sanitário iriam ser responsáveis por trazer "progresso" e "desenvolvimento" para a localidade. Ocorre que, para a obtenção de alguns "benefícios" foram oferecidos de forma compulsória à comunidade riscos e danos ecológicos que impactaram intensamente o modo como vivem.

Se levarmos em consideração, como propõe Acsegrad (2010, p.112), que entre as prerrogativas dos movimentos por justiça ambiental está "assegurar amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito", na perspectiva da justiça ambiental a comunidade de Santa Tecla está equidistante de uma realidade democrática e de autonomia de poder decisório sobre suas demandas ao não se ver contemplada por políticas públicas concernentes às particularidades de uma localidade rural que a caracteriza. Ocorre sim o movimento contrário, em que seu histórico, ruralidade, aspectos culturais e demandas materiais não são levados em consideração.

De fato, Santa Tecla se configura hoje em uma "zona de sacrifício" onde a chegada de um empreendimento nocivo atrai a instalação de outros de mesmo porte ou ainda mais prejudiciais, tornando o local polo de atração de atividades que trazem riscos e prejuízos ambientais. Com mecanismos e instrumentos que funcionam como "alternativas infernais", em que a comunidade se obriga a optar entre aquilo que não lhe é favorável, adotando como critério o que for menos ruim (e, em certos casos, trágico). Dessa forma, enquanto o aterro sanitário se apresenta como solução técnica e tecnológica ao problema ecológico decorrente de um lixão a céu aberto, a mineradora se vê e é vista como agente do desenvolvimento na localidade, assim é vista tanto pela chegada do asfalto como pelos empregos diretos e indiretos que proporciona. Contudo, como se viu ao longo do trabalho, ambos os empreendimentos vão trazer sérios problemas ambientais pelo caráter predatório das

atividades e através da atração de outras empresas menores, mas não menos nocivas, como a mineração de terra, argila e indústrias poluentes.

A comunidade, além de conviver diariamente com os riscos constantes a que são submetidos seus moradores por esses empreendimentos, vivem a expectativa de que outros dessa mesma matriz sejam implantados na região. Sobretudo o temor de outro aterro/lixão na região gera estresse para boa parte dessa população, que vive em sobressaltos com essa possibilidade (o que, neste caso, se estende para catadores e recicladores, pois, como visto, uma das diferenças do "aterro" em relação ao "lixão" refere-se a interdição do acesso direto ao lixo depositado).

Para finalizar, é necessário acrescentar que, se no caso da mineração, por conta de como se deu sua chegada ao local, a resistência da população local tem se dado de modo mais individual e pontual, os confrontos em torno do aterro/lixão se mostraram fundamentais para parcial encerramento dessa atividade, hoje local de transbordo dos resíduos que vão para o município de Minas do Leão. Todavia, concorda-se aqui com a afirmação de que “[...] enquanto houver áreas de menor resistência, toda decisão que restringe o dano ambiental dos empreendimentos, é seguida pela transferência das atividades danosas para áreas residenciais de populações despossuídas” (ACSELRAD; BEZERRA, 2010, p.206). Afinal, como já foi dito, se isso representa uma vitória para esta comunidade, constitui também uma perda para outras (caso, agora, de Minas do Leão), pois a atividade não cessou, apenas se deslocou, levando consigo para esta cidade não só a invisibilidade visual garantida pelos buracos abertos e abandonados pela extração de carvão, mas também todos os malefícios já conhecidos por Santa Tecla.

Por outro lado, como visto, a riqueza gerada tanto pela mineração quanto pelo aterro/lixão não é partilhada de forma justa, assim como a socialização dos danos materiais e imateriais provenientes destes empreendimentos. A começar pelo fato de seus proprietários, gestores ou quem de algum modo tem com as atividades ganhos econômicos e políticos, não viverem na localidade e, portanto, não serem afetados de nenhuma forma, enquanto somente a população local arca com os prejuízos ecológicos e constrangimentos envolvidos. Além disso, é ponto passivo (e socialmente aceito) o fato das empresas não partilharem seus lucros com a comunidade nem mesmo através de compensações que de fato tragam algum benefício duradouro aos moradores (totalmente ausentes no horizonte próximo), prática que se soma à postura austera com os gastos em relação a ambos os núcleos não só por parte da mineradora e dos responsáveis pelo aterro/lixão, como também da prefeitura municipal, sendo o descaso

evidente não só no que fazem, mas também no que não fazem esses empreendimentos e gestores públicos.

No caso específico do aterro/lixão, viu-se como este foi positivo para os municípios de Porto Alegre, Cachoeirinha e Esteio, por resolver seu problema de deposição de resíduos e, sem dúvida, para Gravataí, pois foi extremamente rentável. Talvez por isso os prefeitos tenham se empenhado tanto em mantê-lo aberto, operando sob liminares judiciais por anos e apesar de já esgotado sua capacidade. E aqui fica nítida a desigualdade na repartição da riqueza gerada com um grande empreendimento como um aterro/lixão. Apesar de todo o valor recebido pela prefeitura de Gravataí e do benefício que representou para as demais prefeituras do consórcio, pouco ou quase nada desse mesmo montante retornou ou chegou aos moradores de Santa Tecla (em especial os que vivem no entorno do aterro/lixão e na Vila Tripa), principais impactados com o empreendimento. Ao contrário, ao invés do fechamento do antigo lixão, o que ganharam foi um reciclado aterro sanitário operando irregularmente e recebendo lixo altamente contaminante e infectável. Já especificamente para os catadores e que trabalhavam com material reciclável, como visto anteriormente, primeiro lhes foi exigido dividir o pouco (os porcos) que tinham barganhando com guardas e funcionários do aterro/lixão e, depois de totalmente barrados de entrar neste, o exercício da violência institucional legalizada. Em suma, nenhum tipo de política pública especificamente direcionada para este público já em situação bastante vulnerável.

Entre tais alternativas e propostas, poderiam ter sido pensadas, entre várias outras: o reinvestimento em obras visando à melhoria das estradas locais, sua sinalização e o controle e fiscalização dos caminhões (o que ajudaria a solucionar os problemas com o transporte de rochas vindo das minas); o planejamento e execução de projetos visando garantir rendas alternativas aos moradores; a aplicação de recursos para revitalizar atividades de turismo rural na região e recuperação dos remanescentes da Mata Atlântica; a muito desejada regularização fundiária da Vila Tripa; ou ainda o mais básico, que seria o investimento não só num monitoramento efetivo (e honesto) do chorume produzido pelo aterro/lixão e seu destino, mas também a elaboração de planos de recuperação e descontaminação dos rios, arroios e sangas próximos ao aterro/lixão. Contudo, tais metas não estavam entre as opções e prioridades dos representantes tanto da prefeitura e do consórcio (que inclui os demais

municípios) que o geria¹, mas sim o desrespeito, a indiferença, a dissimulação, o descaso, a criação de um permanente estado de irregularidade, o descumprimento às leis e normas. De fato, estas práticas foram não a exceção, mas a regra, bem como a liberação da operação do aterro por liminares, o descumprimento das leis ambientais, a revogação da lei nº 2.643/2007, foram mecanismos utilizados pelo Estado, que através do arcabouço jurídico e dos aparatos legais impôs a continuidade do aterro/lixão quando seu prazo de validade já havia expirado a revelia do corpo técnico.

Concluindo, o cenário que aqui se descreveu de Santa Tecla se caracteriza como um conflito ambiental reconhecido pela comunidade e pelos atores que resistiram ao aterro/lixão. Os movimentos liderados pelas duas associações não deixam dúvidas sobre a essência do conflito, movidos pela “questão ambiental” que então se criou e com a comunidade reagindo e resistindo a este empreendimento ecologicamente nocivo ao ambiente e causador de constrangimentos sociais que afetam o “bem viver” das pessoas. Além de refutar sua permanência de forma veemente e de recusar a ideia de que o aterro sanitário tivesse deixado de ser um lixão, os moradores passaram a contestar as ações da prefeitura, do consórcio e de órgãos ambientais responsáveis pela sua operação e fiscalização. Nesse perspectiva, cientes de que lutavam e lutam pelo direito de viver em um ambiente salutar, livre das consequências nefastas impostas pela atividade, os atores locais que vivenciaram e ainda vivenciam o conflito ambiental não tiveram só perdas, mas também conquistas, como a aprovação lei de proteção ambiental da região em 2007, o fechamento parcial do lixão/aterro em 2013 e o impedimento da vinda de outros depósitos de lixo para a localidade (ainda que nada garanta que tal "fantasma" não venha a assombrá-la novamente).

Sobre a relação da Vila Tripa com o aterro/lixão, sua ampliação resultou no despejo de suas terras e posterior reocupação, demonstrando de forma latente o conflito em torno da apropriação, uso e significado deste território (que oscila entre lugar para se viver e trabalhar e local onde se despeja lixo). Por outro lado, ainda que perpassasse pela questão ambiental, é significativo que aqui esteja em jogo também uma disputa de classe. Assim, se não se pode dizer que as pessoas que vivem na vila tenham erguido uma "bandeira ambiental", elas lutam por seu sustento e pela garantia dos meios que têm para viver, se contrapondo ao lixão/aterro quando este lhe pareceu desfavorável economicamente (como no período de catação noturna), independente de suas implicações para o meio ambiente. Assim, a “ambientalização” do

¹ Embora a situação seja um pouco diferente, pois se trate da atuação específica realizada por uma empresa privada, o mesmo raciocínio relacionado à desigualdade na repartição da riqueza produzida e socialização do ônus produzido pela sua geração podem ser estendidos para o caso do núcleo da mineração.

conflito aqui se deu de forma muito particular e parcial, com a apropriação do discurso ambiental na Vila Tripa se dando através das denúncias individuais e sempre pelo mesmo ator (4AL), que se posicionou contra o aterro/lixão a partir de justificativas de cunho ecológico ao se sentir lesado diretamente pelo empreendimento, que polui uma área que lhe pertence e é vizinha ao aterro/lixão.

Diferente da comunidade da Vila Tripa, que tem sua existência atrelada à relação com o aterro/lixão e às necessidades oriundas de sua baixa condição econômica, outro morador (9AL) do entorno do aterro/lixão, parceiro nas denúncias com 4AL, sempre se colocou como “defensor” das “causas ambientais” e faz questão de enfatizar esse caráter da sua luta contra as ações da prefeitura de Gravataí. Em melhor condição material que seu vizinho, seu protagonismo nasce do sentimento de se sentir afetado, humilhado e alijado do que considerava essencial: desfrutar do espaço (sítio) que elegeu como lugar para passar a sua vida. Não que não fosse afetado pela desvalorização do seu imóvel, para ele também importante, contudo, ainda assim na sua concepção a comunidade de Santa Tecla como um todo é que está sendo prejudicada.

Com relação ao núcleo da mineração, apesar de numa primeira análise o conflito da estrada não se apresentar como “conflito ambiental”, um olhar mais acurado revela que esse movimento evidencia um problema sustentado pela insatisfação com a atividade de uma forma mais ampla, sendo que esse episódio não pode ser considerado isoladamente, pois está inserido em um contexto no qual a comunidade vem digerindo e absorvendo todo o ônus ambiental vindo com a mineração enquanto uma minoria privilegiada dela se beneficia. Embora a comunidade não externe os danos ambientais como estando no cerne dos seus problemas com a empresa, ela os têm de modo latente, o que, por sua vez, se reflete na forma como lida com tais questões e a esta última resiste. Expressando a contrariedade da comunidade em todos os níveis, sufocada que está pelas “alternativas infernais”, num crescente acúmulo, a ambientalização aqui se dá de modo pontual quando inserido no discurso das pessoas, ou seja, vem se somar a outras demandas vistas como mais prementes, caso do estado de conservação da estrada Henrique Closs.

De todo modo, Santa Tecla é exemplar quanto a ação do Estado e iniciativa privada como gestores, executores e produtores de desigualdade e injustiça ambientais. Travestidos como projetos de desenvolvimento que tornam o local “zona de sacrifício”, prefeituras e empresas fazem pouco das reivindicações da comunidade, cujos moradores, a despeito de todas as dificuldades vistas ao longo do trabalho, se pronunciam e se colocam como protagonistas, enfrentando ao seu modo a ambos, lixão/aterro e minas. O que faz repensar a

dicotomia presente nos discursos e nas políticas públicas que visam "promover o desenvolvimento rural", pois a prática está na contramão do que apregoam tais políticas. O desenvolvimento que está sendo apresentado e aplicado em Santa Tecla, além de implicar degradação e injustiça ambiental, desconsidera os atributos da localidade e suas especificidades. Por isso, e para que esta não esteja fadada a virar um continuum² urbano, abrigando empreendimentos que imponham sua presença de forma arbitrária, é preciso que sejam pensadas políticas públicas não só compatíveis com o discurso de proteção ambiental, mas também que assegurem o acesso e o desfrute dos moradores da paisagem que os cerca, uma melhor condição de vida e o respeito à história e às práticas tradicionais locais. Em síntese, se faz necessário outro paradigma de desenvolvimento.

Também vale lembrar que o local, além do turismo rural, da presença de agricultores familiares e da agricultura orgânica, apresenta potencial para estudos nas áreas de antropologia, sociologia e desenvolvimento rural, havendo relatos da presença de um quilombo, de um cemitério jesuíta e quiçá outros elementos que a pesquisa não alcançou. Nesse sentido, não é preciso muito esforço para vislumbrar para a localidade a possibilidade de se pensar em algo mais do que mineração e lixão/aterro e que essas atividades não são inexoráveis. Porém, o certo é que projetos de desenvolvimento em Santa Tecla não se colocam de forma abrangente e igualitária, e quem deles se beneficia sequer lá vive, pois não iria aceitá-los "no seu quintal". Se não houver um freio nesse tipo de "desenvolvimento" e no pseudo progresso que a tudo devasta, Santa Tecla continuará a conviver com a injustiça ambiental e sua descaracterização como área rural, com seus moradores sendo gradativa e forçosamente impelidos a migrar em busca de melhor qualidade de vida, constituindo com isso um círculo vicioso no qual quem não pode dali sair é obrigado, por estar em desvantagem econômica e material, a viver em um lugar que ninguém quer morar e cuja população se vê diariamente aviltada ao buscar garantir sua (r)existência.

Assim, para a comunidade de Santa Tecla fica o amargo usufruto da falácia do desenvolvimento enquanto para Minas do Leão (cidade para onde agora vai a maior parte do lixo metropolitano) é agora passado o bastão como nova zona a ser sacrificada, deste modo ampliando e reafirmando um movimento já existente em que um dos bens mais preciosos da sociedade capitalista (o minério; e no caso de Minas do leão, o carvão) se junta ao que esta busca de todas as maneiras rejeitar, se afastar, esconder e se livrar (o lixo que produz).

² "Crescimento urbano desordenado, visível na forma como as cidades se expandem ao longo de seu sistema viário regional, ou mesmo nas vias intra-municipais de acesso às sedes distritais e localidades rurais" (Pequeno, 2007. p.31).

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. p. 13-35.
- ACSELRAD, H. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. In: ALMEIDA, A. W. (Org.). **Capitalismo globalizado e recursos naturais territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 179-210.
- ACSELRAD, H. Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n. 35, p. 84-105, jan/abr. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v16n35/a04v16n35.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. Inserção econômica internacional e "resolução negociada" de conflitos ambientais na América Latina. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 35-62. Disponível em: <<http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/novo/analises/HenriAchselrad-Resolu%C3%A7%C3%A3onegociadadeconflitos.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2017.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C.C. do A.; BEZERRA, G. das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ACSELRAD, H; SILVA, M. G. Conflito social e mudança ambiental na barragem de Tucuruí. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará e Fundação Heinrich Boll, 2004. p. 175-193.
- ACSELRAD, H. Externalidade Ambiental e sociabilidade Capitalista. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. Recife: INPSO-FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais-Fundação Joaquim Nabuco, 1994. p. 262. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>>. Acesso em: 01/02/2017.
- ALMEIDA, A. W. Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. W. B. et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-143.
- ALMEIDA J., GERHARDT C., MAGALHÃES B. S. **Contextos Rurais e Agenda Ambiental no Brasil: práticas, políticas, conflitos, interpretações**. Belém: Rede de Estudos Rurais, 2012. (Dossiê, 3).
- ALMEIDA, M. B. de. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, p.33-52, jun. 2004.
- ALMEIDA, E. Garimpando o lixo. **Correio de Gravataí**, Gravataí, ano 25, n. 3.532, p. 8-9, 26 ago. 2009.

ALONSO, Â; COSTA, V. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: ALIMONDA, H. (Comp.). **Ecologia política: Natureza, sociedade e utopia**. Buenos Aires:

ANDREOLI, C.V.; TORRES, P. L. (Org.). **Complexidade: redes e conexões do ser sustentável**. Curitiba: SENAR, 2014. Disponível em: <http://www.agrinho.com.br/site/wp-content/uploads/2014/09/32_Residuos-solidos.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2017.

AS MÃOS que reviram o lixo. **Correio de Gravataí**, Gravataí, ano 25, n. 3.533, p. 8-9, 27 ago. 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 10004:2004** Resíduos sólidos – Classificação. 2004. Disponível em: <<http://www.v3.eco.br/docs/NBR-n-10004-2004.pdf>> Acesso em: 01 mar. 2015

ATERRO SANITÁRIO entra no último ano de uso. **Correio de Gravataí**, Gravataí, ano 21, n. 2.330, p. 3, 4 mar. 2005.

ATERRO Santa Tecla em Gravataí não receberá mais lixo hospitalar da capital. **Diário Gaúcho**, Porto Alegre, ano 4, n. 1028, p. 6, 5 ago. 2003.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.

BOURDIEU, P. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25 mai. 2016.

BRASIL. Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Regula a compensação financeira pelos recursos minerais. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Seção 1, 29 dez. 1989. p. 24.782 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7990.htm>. Acesso em: 30 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças Respiratórias Crônicas**. Brasília-DF, 2010. (Cadernos de Atenção Básica, 25). Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_respiratorias_cronicas.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2017.

CÂMARA de vereadores promulga lei que proíbi aterro sanitário. **Jornal de Gravataí**, Gravataí, ano 2, ed. 115, p. 3, 7 mar. 2007.

CANO, W. América Latina: do desenvolvimento ao neoliberalismo. In FIORI, J. L. (Org.) **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 287-326.

CARVALHO, I. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. (Série Estudos rurais).

CHORUME: moradores fazem nova denúncia. **Diário Gaúcho**, Porto Alegre, ano 4, n. 1012, p.4, 17 jul. 2003.

CLACSO, 2002. p. 115-135. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100930023420/7alonso.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2015.

COTRIM, S. L. da S.; REICHERT, G. A. Consórcios Municipais Para Aterros Sanitários, Uma Alternativa Ambiental E Economicamente Viável. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 27., 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2000. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsaidis/resisoli/iii-103.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

DAHRENDORF, R. **O conflito social moderno**: um ensaio sobre a política da liberdade. Rio de Janeiro: Zahar: EDUSP, 1992.

DIAS, E. G. C. S. **Avaliação de impacto ambiental de projetos de mineração no Estado de São Paulo**: a etapa de acompanhamento. 2001. Tese (Doutorado em Engenharia Mineral) - Departamento de Engenharia de Minas, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 1, n. 1, 2007.

FARIAS, C. E. G. **Mineração e meio ambiente no Brasil**. Relatório do CGEE/PNUD, 2002. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrs.br>>. Acesso em: 1 abr. 2016.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – FEAM (Minas Gerais). **Orientações básicas para a operação de aterro sanitário**. Belo Horizonte: FEAM, 2006. Disponível em: <<http://www.feam.br/images/stories/arquivos/Cartilha%20Aterro2.pdf>>. Acesso em 3 fev. 2017.

FERNADES, F. O negro na emergência da sociedade de classe. In: _____. **A integração do negro na sociedade de classes I**. São Paulo: Ática, 1978.

FIOCRUZ- Fundação Osvaldo Cruz. **Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=seleção>> Acesso em: 01 mai. 2016.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental: Uma Contribuição da Teoria Social. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 2, n. 3, dez. 2007.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J.; PREMEBIDA, A. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**. Porto Alegre: v. 16, n. 35, p. 34-82, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v16n35/a03v16n35.pdf>>.

FLEURY, L. C. **Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira**: a construção da usina hidrelétrica de belo monte em perspectiva. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia),

Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FUKS, M. Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio Janeiro. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p.87-113, 1998.

GERHARDT, C. Grandes projetos de desenvolvimento e a produção estrutural da insustentável desigualdade ambiental: das macroéticas e suas justificações às “entidades-satélite”. **Ruris**, Campinas: v. 8, n. 2, set. 2014.

GERHARDT, C.; ALMEIDA, J. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental. **Ambiente e Sociedade**. São Paulo: v. 8, n. 2, jul.dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v8n2/28605.pdf>>. Acesso em: 5 fev.2017.

GERHARDT, C. **Licenciamento ambiental como ritual**: acumulação e desacoplamento: ou como fazer vilões virarem heróis. Rio de Janeiro: anotações do autor, texto não publicado, 2016.

GIFFONI PITO, Raquel. O poder da crítica: um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais em um contexto de conflito ambiental. **Estudos de Sociologia**. Araraquara, v.18, n.35 p.307-324 jul./dez. 2013.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias**: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/zyp2j/pdf/goodman-9788599662298.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2009.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GUIMARÃES, R. P. Eco-Política em Áreas Urbanas: A Dimensão Política dos Indicadores de Qualidade Ambiental. In: SOUZA, A. de (Org.). **Qualidade de Vida Urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. p. 21-53.

GUIMARÃES, R. P. Ecologia e política na formação social brasileira. **Revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 243-277, 1988.

GRAVATAÍ. Prefeitura Municipal. Lei nº 2643 de 15 de fevereiro de 2007. Proíbe a construção de aterro sanitário e/ou central de resíduos de qualquer natureza, na zona definida pelo plano ambiental como "patamares da serra geral". **Jusbrasil**, 2007. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/20096563/artigo-1-da-lei-n-2643-de-15-de-fevereiro-de-2007-do-municipio-de-gravatai>> Acesso em: 10 jan. 2015.

GRAVATAÍ poderá receber lixo de todo o estado. **Momento Regional**, Gravataí, ano 16, n. 221, p. 14-15, 28 fev-15 mar. 2006.

GRAVATAÍ. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Departamento de Cultura. In: SIMPÓSIO ESTADUAL SOBRE A CULTURA GRAVATAIENSE, 5., Gravataí, 2000. **Anais...** Gravataí: 2000.

GRONEMEYER, M. Ajuda. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do Desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 18-39.

HANNIGAN, J. A. **Sociologia ambiental**: a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

HANNIGAN, J. **Sociologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Interfaces HS-Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade**. São Paulo: v. 3, n. 1, 2011.

HERCULANO, S. Justiça Ambiental: De Love Canal À Cidade Dos Meninos, Em Uma Perspectiva Comparada. In: MELLO, M. P. (Org.) **Justiça e Sociedade**: temas e perspectivas. São Paulo: LTr, 2001. p. 215-238.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=430920>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

_____. **Cidades/IBGE 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/4309209/pesquisa/38>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

_____. **Cidades/IBGE 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=43&idtema=146&codv=v31&search=rio-grande-do-sul|gravatai|sintese-das-informacoes-2014>>. Acesso em: 5 mar. 2017.

JESUS, C. M. de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2000.

JUSTIÇA define hoje a situação do lixo no aterro Santa Tecla. **Diário Gaúcho**, Porto Alegre, ano 4, n. 1049, p. 3-6, 29 ago. 2003.

JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **JFRS homologa acordo para recuperação ambiental da área do aterro Santa Tecla em Gravataí (RS)**. Porto alegre: JFRS, 20 nov. 2004. Disponível em: <<https://www2.jfrs.jus.br/jfrs-homologa-acordo-para-recuperacao-ambiental-da-area-do-aterro-santa-tecla-em-gravatai-rs/>>. Acesso em: 3 jul. 2016.

LATOUR, Bruno. Ciência em ação. São Paulo: Unesp, 2000.

LAYARGUES, P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (Org.) **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002. p. 179-220.

LEFF, E. **Aventuras de la epistemologia ambiental**; de la articulación de las ciencias al diálogo de saberes. México: D. F.: Siglo XXI, 2006.

LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de ambientalização dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 12, p. 31-64, 2006.

LIMA, M. R. P. **O Averso do Lixo: materialidade, valor e visibilidade**. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LITTLE, P.E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por Uma Antropologia da Territorialidade**. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrs.br>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

LIXO de Gravataí: executivo tem pressa na votação do projeto. **Momento Regional**, Gravataí, ano 16, n. 221, p. 14-15, 28 fev-15 mar. 2006.

LIXO DA capital não vem mais e aterro sanitário ganha um ano. **Correio de Gravataí**, Gravataí, ano 23, n. 2465, p.03, 9 set. 2005.

LIXO SE acumula nos hospitais de Porto Alegre. **Diário Gaúcho**, Porto Alegre, ano 4, n.1029, p.4 e 5, 6 ago. 2003.

LIXO HOSPITALAR da capital voltou a ser depositado no Santa Tecla. **Correio de Gravataí**, Gravataí, ano 20, n. 1.930, p. 6, 8 ago. 2003.

MAGALHÃES, C. Líquido de lixo ameaça arroio em Gravataí. **Diário Gaúcho**, Porto Alegre, ano 4, n. 993, p. 4, 4 jun. 2003.

MAGALHÃES, C.; RODRIGUES, E. DMLU suspende recolhimento do lixo hospitalar. **Diário Gaúcho**, Porto Alegre, ano 4, n.988, p. 3, 19 jun. 2003.

MAGALHÃES, C.; RODRIGUES, E. Lixo hospitalar ameaça saúde pública. **Diário Gaúcho**, Porto Alegre, ano 4, n. 987, p. 4, 18 jun. 2003.

MALAGODI, M. A. S. Geografias do dissenso: sobre conflitos, justiça ambiental e cartografia social no Brasil. **Espaço e Economia** [Online], mar. 2013. Disponível em: <<http://espacoeconomia.revues.org/136>; DOI: 10.4000/espacoeconomia. 136>. Acesso em: 9 mar. 2015.

MARTINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

MEDEIROS, T. M. **Segurança alimentar e nutricional: indicadores e gestão no rural de Gravataí**, Rio Grande do Sul. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MORADORES DE SANTA TECLA acompanham apreciação de veto do executivo ao projeto do aterro sanitário. **Jornal de Gravataí**, Gravataí, ano 2, ed. 112, p. 3, 14 fev. 2007.

MORADORES PEDEM a interdição do aterro. **Diário Gaúcho**, Porto Alegre, ano 4, n. 1143, p. 4, 17 dez. 2003.

MORADORES realizam protesto por melhorias na Henrique Closs. **Jornal de Gravataí**, Gravataí, ano 9, n. 2.080, p. 7, 11 set. 2014.

MORENO C.; LEITÃO A. C.; GOMES M. **O lado B da economia verde**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/documentos/oladobdaeconomiaverde.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

MORENO C.; SPEICH, D.; FUHR L. **A Métrica do Carbono**: abstrações globais e epistemicídio ecológico. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/carbonmetrics_livro_boll.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2017.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. In: _____. **Tanto preto quanto branco**: estudos de relações de raça. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

OLIVEIRA, V. L.; BÜHLER, E. A. Especulação, exclusão e conflitos: os efeitos de grandes empreendimentos sobre o rural e o discurso ambiental. In: Encontro anual da ANPOCS, 39. 2015, Caxambu - MG. **Paper...** Caxambu: ANPOCS, 2015. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt07>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

PARLAMENTARES visitam aterro sanitário de Gravataí. **Agência de Notícias da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 19 nov. 2007. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/noticias/ExibeNoticia/tabid/5374/Default.aspx?IdMateria=189966>> Acesso em: 1 fev. 2017.

PEREIRA, C. Máfia do lixo. In: **Blog do Chico Pereira**, Gravataí, 2017. Disponível em: <<http://blogdochicopereira.com/web/preso-o-dono-da-mecanicapina/>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

PREFEITURA quer mais lixo no aterro. **Diário Gaúcho**, Porto Alegre, ano 4, n. 1128, p. 3, 29 nov. 2003.

PREFEITURAS da região discutem recuperação do aterro Santa Tecla. **Diário de Cachoeirinha**, Cachoeirinha, 15 set. 2015. Disponível em: <http://www.diariocachoeirinha.com.br/_conteudo/2015/09/noticias/regiao/217002-prefeituras-discutem-recuperacao-do-aterro-santa-tecla.html> Acesso em: 30 mar. 2016

QUEM PAGOU a campanha de nossos candidatos. **Correio de Gravataí**, Gravataí, ano 23, n. 2.465, p. 8-9, 9 nov. 2006.

RECUPERAÇÃO do Santa Tecla depende de acordo. **Diário Gaúcho**, Porto Alegre, 7 mar. 2016. Disponível em: <<http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/>>. Acesso em: 7 out. 2016.

REDCLIFT, M. R. Pós-sustentabilidade e os novos discursos de sustentabilidade. **Raízes**. Campina Grande: v. 21, n.1, 2002.

RIBEIRO. G. L. Poder, Redes e Ideologia no Campo do Desenvolvimento. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, p. 109-125, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n80/a08n80.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova Ideologia/Utopia do Desenvolvimento. *Série Antropologia*, n. 123, Universidade de Brasília, 1992.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. **Justiça Federal homologa acordo em ação sobre o Aterro Sanitário Metropolitano Santa Tecla**. Porto Alegre, 25 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.rs.gov.br/conteudo/207536/justica-federal-homologa-acordo-em-acao-sobre-o-aterro-sanitario-metropolitano-santa-tecla>>. Acesso em: jan. 2017.

RODRIGUES, E. Aterro Santa Tecla em Gravataí não receberá mais lixo hospitalar da capital. **Diário Gaúcho**, Porto Alegre, ano 4, n. 1028, p.6, 5 ago. 2003.

RODRIGUES, E. Justiça interdita lixão de Gravataí. **Diário Gaúcho**, Porto Alegre, ano 4, n.1.047, p.7, 27 ago.2003.

RODRIGUES, E. Moradores vão à justiça contra o aterro. **Diário Gaúcho**, Porto Alegre, ano 4, n. 1024, p. 6, 31 jul. 2003.

RODRIGUES, E. Por decisão judicial o lixo contaminado dos hospitais de Porto Alegre será despejado no aterro Santa Tecla durante mais 45 dias. **Diário Gaúcho**, Porto Alegre, ano 4, n. 1030, p. 10, 7 ago. 2003.

ROSA, S. C. A. **Santa Tecla, o descalabro continua**. Porto Alegre: 2004. Disponível em: <<http://www.omegafactoring.com.br/santatecla.htm>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

ROSA, C. A. S.; ROSA, C. M. **Dossiê Santa Tecla**. Porto Alegre: 2005. Disponível em: <<http://www.omegafactoring.com.br/Dossiesantatecla.pdf> > Acesso em: 20 mar. 2015.

SABOURIN, E. Sociedades e organizações camponesas : uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011.

SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, C. F.; DORNELAS, R. S. Distâncias e proximidades na lógica da desigualdade ambiental. **NORUS- Novos Rumos Sociológicos**. Pelotas: v. 3, n. 4, p. 61-83, 2015.

SANTOS, C. F.; ARAÚJO, C. F.; MACHADO, C. R. da S. Rio Grande (RS): uma "zona de sacrifício". **Revista de Educação, Ciências e Matemática**. Rio de Janeiro: v. 3, n. 3, set/dez. 2013.

SCOTT, J. **Weapons of the weak**: everyday forms of peasant resistance. New Haven: Yale University Press, 1985.

SILVA, M. V. do N.; MORAES, J. O. A exploração de pedreiras na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Ceará: uma abordagem referente aos impactos socioambientais no município de Itaitinga. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Crise, práxis e autonomia**: espaços de resistência e de esperanças: espaço de diálogos e práticas. Porto Alegre: AGB, 2010. Disponível em: <www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=3168>. Acesso em: 05 fev. 2016.

SCOTT, J. Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance. New Haven: Yale University Press, 1985.

STAHNKE, P. R. S. **Áreas Suscetíveis a Movimentos de Massa, Riscos Ambientais e a População:** O caso do Gasoduto Bolívia-Brasil no Estado do Rio Grande do Sul. 2010. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geologia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28621/000771663.pdf?>. Acesso em: 05 mai. 2016.

THOREAU, H. D. **Desobedecendo:** Desobediência civil e outros escritos. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

TORRES, E. Aterro opera sem licença e não dura um ano diz Fepam. **Correio de Gravataí**, Gravataí, ano 25, n. 3.123, p. 9, 28 mar. 2008.

TRIVIÑOS, A. N. da S. **Bases Teórico-Methodológicas da Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais.** Porto Alegre: Faculdades Integradas Ritter dos Reis, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR). Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN). Solidariedade e Educação (FASE). **Relatório Síntese:** projeto avaliação de equidade ambiental. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/05/ETTERN-IPPURUFRJ-and-FASE-Relat%C3%B3rio-S%C3%ADntese.pdf>>. Acesso em 8 jan. 2016.

VAZ, L. A. Lixo hospitalar: moradores de Gravataí fazem protesto. **Diário Gaúcho**, Porto Alegre, ano 4, n.1040, p.5, 19 ago. 2003.

VEGA. **Institucional:** quem somos. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.vega.com.br/Institucional.html>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

APÊNDICE A – BREVE DESCRIÇÃO DO PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Núcleo da Mineração

Entrevista 1M: sexo masculino, 46 anos, nasceu e se criou na localidade; é produtor rural, ovinocultor, escolaridade ensino médio completo. Data: 07/07/2016.

Entrevista 2M: sexo masculino, 62 anos, nasceu e se criou na localidade; é comerciante e proprietário de restaurante no centro do bairro; estudou até o 4º ano do ensino fundamental. Data: 09/07/2017.

Entrevista 3M: sexo masculino, 41 anos, adventício, veio morar no bairro faz 10 anos; profissão: marceneiro autônomo; escolaridade, ensino médio incompleto. Data: 09/07/2017.

Entrevista 4M: sexo feminino, 58 anos, nasceu em Gravataí e sempre viveu na região; sua família é toda de Santa Tecla; é comerciante, proprietária de armazém e açougue; escolaridade, ensino fundamental incompleto. Data: 14/07/2017.

Entrevista 5M: sexo feminino, 48 anos, os pais são da região da Costa do Ipiranga; agricultores e açougueiro; veio para Santa Tecla aos quatro anos; é professora contratada do Estado do Rio Grande do Sul, com ensino superior completo, graduada em Letras. Data: 14/07/2017.

Entrevista 6M: sexo feminino, 40 anos, moradora do bairro vizinho Morro Agudo; veio para Santa Tecla faz 15 anos; comerciante e proprietária de bar, estudou até o 6º ano do ensino fundamental. Data: 14/07/2017.

Entrevista 7M: sexo feminino, 55 anos, nasceu e se criou na localidade assim como seus pais; hoje aposentada, trabalhava como agente de limpeza na EEEF Santa Tecla; funcionária pública concursada; escolaridade, ensino fundamental completo. Data: 19/07/2017.

Entrevista 8M, sexo feminino, 46 anos, nascida em São Leopoldo veio para a localidade ainda criança. Não exerce nenhuma profissão remunerada, mas tem renda através de imóvel arrendado, herança dos pais. É representante do CTG local, o esposo trabalha na mineradora, escolaridade, ensino médio incompleto. Data: 20/07/2016.

Entrevista 9M, sexo masculino, 27 anos, nasceu e sempre viveu na localidade, é funcionário há oito anos da mineradora, na função de auditor de estoque e suprimentos; escolaridade, ensino superior completo, graduado em Administração de Empresas. Data: 21/07/2016.

Entrevista 10M, sexo feminino, 52 anos, o pai e avós paternos são nascidos em Santa Tecla, ela nasceu em São Leopoldo e veio para a localidade aos sete anos, vive com pensão recebida pelo irmão que mora com ela, não exerce função remunerada; escolaridade, 7º ano do ensino fundamental, incompleto. Data: 26/07/2016.

Entrevista 11M, sexo feminino, 50 anos, veio com sete anos para Santa Tecla. É auxiliar de cozinha, no restaurante do núcleo da comunidade; escolaridade, ensino médio incompleto. Data: 26/07/2016.

Entrevista 12M, sexo feminino, 20 anos, nascida em Porto Alegre, veio para a localidade com nove anos, junto com avó, pai, irmãos e tios, quando adquiriram um sítio, onde mora com a família. Trabalha como garçomete no restaurante central do núcleo da mineração, é estudante de curso técnico em enfermagem, com ensino médio completo. Data: 26/07/2016.

Entrevista 13M, sexo feminino, 52 anos, nasceu na localidade de Lomba Grande, o pai é de lá, a mãe de Santa Tecla para onde a família retornou quando ela tinha cinco anos. A antiga estrada Quebra-dente, onde está localizada a escola Santa Tecla e a academia Seicho-No. É professora da EEEF, tem ensino superior completo no curso de Geografia, com especialização em Meio Ambiente. Representante e membro fundadora da associação Xô Lixão, e também do “movimento da estrada”. Data: 27/07/2016.

Entrevista 14M, sexo feminino, 53 anos, nasceu em Canoas, veio com meses para o local, a família é tradicional na região, os avós e pais nascidos ali. Professora aposentada pelo município de Gravataí e estado do RS, trabalhou na EEEF Santa Tecla; escolaridade, ensino superior completo, formação Estudos Sociais. Representante e membro fundadora da associação Xô Lixão. Data: 27/07/2016.

Entrevista 15M, sexo feminino, 50 anos, irmã da entrevista 13, venho para Santa Tecla criança. Professora estadual da escola Santa Tecla e municipal aposentada, pela EMEF Manoel Francisco Lisboa; escolaridade, ensino superior completo, graduação em Pedagogia e especialização na área da Educação. Data: 29/07/2016.

Entrevista 16M, sexo masculino, 80 anos, nascido na localidade de Lomba Grande, venho para Santa Tecla porque a esposa assumiu o armazém dos sogros, naturais do local, isso faz mais de 40 anos. Foi motorista da prefeitura de Cachoeirinha por alguns anos, mas, se reconhece como padeiro, comerciante no ramo de restaurante e agricultor, o último na categoria da qual se aposentou. Proprietário de dois imóveis locados para comércio, escolaridade, 5º ano do ensino fundamental, incompleto. Data: 29/07/2016.

Entrevista 17M, sexo feminino, 50 anos, professora aposentada do município de Gravataí, a vida profissional foi na EMEF Manoel Francisco Lisboa, nasceu e se criou no local, filha de família tradicional na região. O esposo trabalha na mineradora; escolaridade, ensino médio completo. Data: 06/08/2016.

Entrevista 18M, sexo masculino, 69 anos, é natural de Gravataí e mora na localidade faz 33 anos, sua profissão, pintor, aposentado, atualmente é caseiro. Nunca frequentou a escola, sabe ler e escrever, mas aprendeu em casa, a mãe ensinou. Data: 06/08/2016.

Entrevista, 19M, sexo masculino, 81 anos, filho de família tradicional, pai Henrique Closs, nasceu e sempre viveu em Santa Tecla, com algumas saídas. Hoje casou novamente e mora parte do tempo em Cachoeirinha, pois ainda mantém quarto na casa em que hoje a filha mora, onde passa alguns dias durante a semana. É aposentado como juiz de paz, foi comerciante, radialista da Piratini, serviu à aeronáutica, e outras atividades. Ainda atua como representante comercial, e faz parte da Associação de Patrulheiros Ecológicos São Francisco de Assis (APESFA) e de Jornal Ecológico com sede em São Leopoldo. Importante ator social nas denúncias contra a mineradora e ao mesmo tempo articulador da vinda desse empreendimento para a localidade; escolaridade, fundamental completo. Data: 06/08/2016.

Entrevista 20M, sexo masculino, 68 anos, reside faz 10 anos em Santa Tecla e morou um ano antes em Miraflores, bairro do aterro industrial, distrito da Costa do Ipiranga. É contador da Academia Seicho No Ie, onde mora faz nove anos, a esposa foi professora por alguns anos na escola Santa Tecla e vice-diretora; escolaridade, ensino superior completo, formado em Contabilidade. Data: 10/08/2016.

Entrevista, 21M, sexo feminino, 63 anos, venho para o bairro Morro do Paula faz 21 anos, junto com a mineradora, o esposo venho transferido de Porto Alegre, acompanhando a empresa que trabalhava. Hoje faz 13 anos que moram fazendo divisa com a mineradora que lhes comprou a propriedade, o marido é aposentado faz 17 anos, mas continuou trabalhando e faz três anos que está encostado por problemas de saúde, cardíacos. Ela não exerce atividade remunerada e ele trabalhava como líder de britagem na empresa; escolaridade, 3º ano do ensino fundamental, incompleto. Data: 11/08/2016.

Entrevista, 22M, sexo feminino, 70 anos, nascida e criada na mesma propriedade e casa, que pertencia a seus pais, em frente à área de detonações da mineradora, distante somente 300m, sofre com a proximidade. O filho trabalha na mineradora há 18 anos, aposentada, trabalhou por cinco anos na academia Seicho No Ie, nos serviços gerais e hoje cria animais; escolaridade, 2º ano do ensino fundamental, incompleto. Data: 11/08/2016.

Entrevista, 23M, sexo feminino, 67 anos, sofre com os mesmos problemas da entrevistada 22M, mora faz 30 anos no local, o esposo se aposentou pela mineradora como motorista, onde trabalhou por 12 anos. Ela e o esposo hoje se dedicam a agricultura e criação de animais, ela já trabalhou como caseira e hoje se dedica a sua propriedade, escolaridade, 1º ano do ensino fundamental, incompleto. Data: 10/09/2016.

Entrevista, 24M, sexo feminino, 71 anos. Moradora antiga na região nasceu e se criou em Santa Tecla, estudou na EEEF Santa Tecla antes chamada Santa Úrsula, e depois lecionou na mesma escola, desde antes de concluído o magistério até recentemente. Aposentou-se, faz uns quatro anos, mas não perdeu o vínculo com a escola, onde faz trabalho voluntário. Ela foi também diretora da escola, é muito conhecida na região. Em sua propriedade mora com dois filhos, seu marido já falecido, criava e comercializava ovelhas, hoje um dos filhos continua o negócio da família, e outro foi funcionário da mineradora, também tem uma filha, professora. Ela é aposentada como professora do estado, hoje produz e vende pães,ucas, biscoitos, bolos, para a comunidade. Seu pai fez a concessão de terras a mineradora, foi a primeira família a se retirar por causa da atividade; escolaridade, ensino médio. Data: 10/09/2016 (Essa entrevista foi feita em duas etapas, primeira em julho e finalizando no mês de setembro).

Núcleo do entorno do aterro/lixão

Entrevista, 1A/L, sexo feminino, 48 anos, moradora da Vila Tripa, natural de Rolante, está há 20 anos na localidade, dois anos como agregada dos proprietários das terras do antigo lixão, 13 anos na ocupação. Fundadora da associação de recicladores de Santa Tecla, hoje impossibilitada de trabalhar, cessou suas atividades devido a um enfarte, recebe auxílio do governo junto com seu esposo, também com problemas de saúde. Foi importante ator social dentro do contexto do comércio de lixo informal, pois recebia caminhões de resíduos. Escolaridade, 6º ano do ensino fundamental, incompleto. Data: 06/07/2017.

Entrevista, 2A/L, sexo feminino, 30 anos, natural de Sobradinho, moradora da Vila Tripa faz nove anos, a mãe fez parte da ocupação da “área verde”, ela foi embora e retornou faz 20 anos. Coletora de resíduos urbanos, em empresa, o esposo também. Fez parte por oito anos da ARST; escolaridade, 6º ano do ensino fundamental, incompleto. Data: 06/07/2017.

Entrevista, 3A/L, sexo masculino, 69 anos, sitiante residente no entorno do aterro há 12 anos, mas frequentava a localidade fazia 30 anos. Foi um dos representantes do Xô Lixão, bancário aposentado, com a esposa criam ovinos e fazem cultivos para consumo próprio;

escolaridade, algumas graduações incompletas em Matemática, Direito e Ciências da Natureza, ensino superior incompleto. Data: 07/07/2016.

Entrevista, 4A/L sexo masculino, 35 anos, é neto do proprietário do terreno em que se iniciou o lixão, onde nasceu, e retornou depois com os pais, na ocupação, morador da Vila Tripa. É reciclador associado, junto com a esposa, que no momento parou de trabalhar, e está em casa para cuidar dos filhos pequenos. Importante ator social foi autor de várias denúncias e apoiou a Amalst e outro ator social contra o aterro/lixão. É proprietário de terras na divisa do aterro/lixão, onde tem uma sanga, que segundo consta, é onde escoam o chorume do aterro/lixão; escolaridade, 3º ano do ensino fundamental, incompleto. Data: 09/07/2016.

Entrevista, 5A/L, sexo feminino, 33 anos, hoje não exerce atividade remunerada, nasceu e sempre viveu no local, moradora da Vila Tripa. Trabalhou como catadora desde os sete anos, no lixão e depois aterro, nunca foi associada. O esposo é pedreiro, escolaridade, 3º ano do ensino fundamental, incompleto. Data: 09/07/2016.

Entrevista 6A/L, sexo masculino, 37 anos, morador do entorno do aterro/lixão, nasceu e se criou no local, o tio é o proprietário da “área verde” que foi ocupada pelos catadores. Profissão, vigilante, trabalha na empresa Eletrosul-subestação Santa Tecla, o irmão é agricultor, moram na mesma propriedade que faz divisa com o aterro/lixão. Ator social fez denúncias e participou das manifestações do Xó Lixão; escolaridade, ensino médio completo. Data: 09/07/2016.

Entrevista, 7A/L, sexo feminino, 59 anos, filha do proprietário do lixão e antiga moradora da invasão, atualmente mora no entorno do aterro/lixão. Faz parte da família que foi desapropriada, seu esposo, falecido, trabalhava na ARST e era tesoureiro. Criou seus filhos no lixão e aterro, profissão, do lar; escolaridade, 3º ano do ensino fundamental, incompleto. Data: 09/07/2016.

Entrevista, 8A/L, sexo feminino, 44 anos, moradora da Vila Tripa há cinco anos, é natural de Sapucaia do Sul. Trabalha há dois anos, nos serviços gerais como contrato da prefeitura municipal de Gravataí, pela escola Humberto de Campos; escolaridade, ensino fundamental incompleto. Data: 14/07/2016.

Entrevista, 9A/L, sexo masculino, 64 anos, morador do entorno do aterro/lixão, tem a propriedade faz 40 anos e mora há 30 no local. Foi agricultor, construtor e agora agricultor novamente, ator social importante no contexto das denúncias contra o aterro/lixão; escolaridade, ensino médio completo, Técnico em Mecânico pela escola Parobé. Data: 14/07/2016.

Entrevista, 10A/L, sexo feminino, 19 anos, nasceu em Caxias e venho para Santa Tecla bem pequena, mora na Vila Tripa, desde então. No momento está desempregada, tem uma criança, e mora com a irmã; escolaridade, ensino médio incompleto. Data: 14/07/2016.

Entrevista 11A/L, sexo feminino, 54 anos, natural da região das Missões, venho para Santa Tecla porque o marido veio trabalhar na mineradora, isso foi há 26 anos. Ficou viúva e então se casou com o filho do proprietário das terras do lixão, por 19 anos, foram desapropriados e depois retornaram na ocupação. Dos filhos, dois trabalham como recicladores na associação e uma filha na cooperativa, não exerce atividade remunerada; escolaridade, 2º ano do ensino fundamental incompleto. Data: 14/07/2016.

Entrevista 12A/L, sexo masculino, 26 anos, separado mora sozinho com o filho na Vila Tripa, é reciclador da associação faz sete anos; escolaridade, 4º ano do ensino fundamental incompleto. Data: 16/07/2016.

Entrevista 13A/L, sexo masculino, 38 anos, é catador desde os 18 anos, e trabalha faz 16 anos na associação dos recicladores. Separado da esposa, mora sozinho na Vila Tripa; escolaridade, 2º ano do ensino fundamental, incompleto. Data: 16/07/2016.

Entrevista, 14A/L, sexo masculino, 64 anos, filho do proprietário da antiga barreira que se transformou em lixão e depois aterro. Nasceu nesse local, foi desapropriado e depois retornou na ocupação, se reconhece como agricultor e hoje criador de animais, e faz fretes para viver. Os filhos trabalham na associação de recicladores e sua última esposa, falecida trabalhou por nove anos na Cootracar; escolaridade, 5º ano do ensino fundamental, incompleto. Data: 16/07/2016.

Entrevista 15A/L, sexo feminino, 31 anos, natural de São Leopoldo, venho para o bairro aos 12 anos. Faz sete anos que mora na Vila Tripa, trabalhava como catadora no tempo do lixão e aterro. E atualmente trabalhava como coletora na limpeza urbana de carteira assinada, agora está sem emprego; escolaridade, 8º ano do ensino fundamental, incompleto. Data: 26/07/2016.

Entrevista 16A/L, sexo feminino, 41 anos, nascida em Gravataí, venho para Santa Tecla há 19 anos. Faz oito anos que mora na Vila Tripa e 10 anos que trabalha na associação, anteriormente catava sem vínculo; escolaridade, 5º ano do ensino fundamental, incompleto. Data: 26/07/2016.

Entrevista 17A/L, sexo masculino, 60 anos, presidente da associação dos recicladores. Catador, veio para Santa Tecla atraído pelo lixão, faz 30 anos que mora na localidade e na Vila Tripa 10 anos; escolaridade, 4º ano do ensino fundamental, incompleto. Data: 26/07/2016.

Entrevista 18A/L, sexo feminino, 60 anos, catadora do antigo lixão e aterro, recicladora da associação faz 19 anos. Mora no entorno do aterro/lixão, venho para Santa Tecla tinha 10 anos; escolaridade, analfabeta. Data: 26/07/2016.

Entrevista 19A/L, sexo feminino, 48 anos; escolaridade ensino fundamental completo, Data: 29/07/2016.

Entrevista, 20A/L, sexo masculino, 20 anos, nasceu em Canoas, mas toda a família é de Santa Tecla, mora com a família faz nove anos na Vila Tripa. Trabalha como coletor em empresa de carteira assinada; escolaridade, ensino médio completo. Data: 29/07/2016.

Entrevista 21A/L, sexo feminino, 35 anos, nascida em Santa Tecla, no núcleo da mineração, onde mora a mãe e os filhos, está morando na Vila Tripa faz quatro anos, mora sozinha; profissão, cobradora de ônibus, escolaridade, ensino médio completo. Data: 29/07/2016.

Entrevista 22A/L, sexo masculino, nascido e criado na mesma propriedade, no entorno do aterro/lixão. Era comerciante, proprietário de agropecuária, hoje aposentado, tem caminhão e faz carretos. Foi presidente da Amalst, ator social importante no contexto dos conflitos ambientais; escolaridade ensino fundamental completo. Data: 22/09/2016.

Entrevista 23A/L, sexo feminino, 59 anos, moradora do entorno do aterro/lixão, nasceu em Canoas. Venho morar faz 10 anos na propriedade que era dos avós e pais, eles produziam hortifrúti, criavam animais e forneciam para a base área, onde o pai servia. Fez parte da associação Xô Lixão, aposentada de empresa telefônica, hoje atua como paisagista; escolaridade, ensino superior completo em Marketing e Análise de Sistemas. Data: 16/08/2016.

Entrevista, 24A/L, sexo masculino, 56 anos, nasceu e se criou em propriedade no entorno do aterro/lixão, importante ator social, fundador e representante da Associação comunitária de Santa Tecla (Acost). Trabalhou anos com o irmão assessorando-o enquanto subprefeito do distrito da Costa do Ipiranga e vereador do município. E em departamentos de Educação da prefeitura de Gravataí, hoje atua como professor da rede municipal de Gravataí e Novo Hamburgo, é conhecedor profundo da região, escolaridade; ensino superior, graduado em História. Data: 24/08/2016.

Órgãos

Entrevista 1Ó, ex-diretor do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) do município de Porto Alegre. Foi diretor-geral de 01 de janeiro de 1989 a 31 de março de 1992;

de 27 de outubro de 1992 a 31 de dezembro de 1992; de 01 de janeiro de 1997 a 31 de março de 2000 e de 9 de outubro de 2000 a 31 de dezembro de 2002. Participou como ativista do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, fundado em 1989, presidente nos anos de 1997/98 e 1999/2001 e vice-presidente nos anos 1993/94 e 1995/96. E ativista da Associação de Preservação da Natureza Vale do Gravataí (APN-VG), um dos idealizadores da implantação do aterro sanitário em Gravataí.

Entrevista 2^Ó, Engenheiro, ambientalista e ativista renomado na região, foi o fundador e primeiro presidente da ONG, APN-VG, em 1979 e membro do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí. Diretor-presidente da FMMA, idealizador da “recuperação” do lixão Santa Tecla, com a implantação do aterro sanitário, hoje exerce outras atividades ligadas ao ambiente na fundação.

Entrevista 3^Ó: Fiscal ambiental desde 2009.

Entrevista 4^Ó: Representante do aterro/lixão, gestor e administrador a cargo da prefeitura, cargo de confiança desde 2012.

Entrevista 5^Ó, geólogo, faz parte de Associação para Zoneamento, composta por geólogos, geógrafos, técnicos. E trabalhou com o monitoramento do aterro/lixão pela FMMA.

Entrevista 6^Ó, bióloga responsável pela fiscalização da operação do aterro/lixão desde 2002 e também pelo transbordo, funcionária da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDUR) vinculada à prefeitura, desempenha o papel de técnica fiscalizadora das empresas terceirizadas que operaram o aterro/lixão e hoje o transbordo.

Entrevista 7^Ó, secretário da EMEF Humberto de Campos, funcionário nomeado pela prefeitura.

ANEXO A – PANORAMA DA PRECARIEDADE DA ESTRADA HENRIQUE CLOSS**Figura 1 - Buraco/cratera na estrada Henrique Closs**

Figura Fonte: Suzana Parzianello.

Figura 2 – Buraco/cratera na estrada Henrique Closs

Fonte: Suzana Parzianello.

Figura 3 – Buraco/cratera na estrada Henrique Closs



Fonte: Suzana Parzianello.

ANEXO B - PANFLETO DE DIVULGAÇÃO DE REUNIÃO DA COMUNIDADE**COMUNICADO AOS MORADORES DE SANTA TECLA E COSTA DO IPIRANGA**

No dia 29 de agosto/2014, dezenas de moradores de Santa Tecla e Costa do Ipiranga reuniram-se para discutir a situação calamitosa da Estrada Henrique Closs. A reunião avaliou que a situação é insustentável. Além dos transtornos e prejuízos decorrentes da extrema degradação da estrada, os moradores estão expostos a iminentes riscos de acidentes e de vida. A omissão e o descaso da Prefeitura de Gravataí está mais do que evidente, agravada pelo fato de ter recebido oferta de fornecimento de todo o material necessário para o conserto da via e negar-se, até mesmo, a oferecer unicamente a mão de obra. Foi relatado que o prefeito, Marco Alba, nega-se, inclusive, a receber a firma interessada em doar o material. A indignação é geral. Não é mais possível permanecermos de braços cruzados.

A Assembléia deliberou criar uma comissão de moradores para encaminhar as tarefas práticas: dar conhecimento deste movimento, mobilizar a comunidade, marcar uma audiência com o prefeito, culminando com um ato público na própria Estrada Henrique Closs no dia 10 de setembro. Para que a nossa luta possa ser vitoriosa diante do descaso e intransigência do prefeito, é preciso a participação e apoio de todos. Confiamos na força da comunidade. Para a organização do **ATO PÚBLICO NA PRÓPRIA ESTRADA HENRIQUE CLOSS**, das **8h às 10h**, faremos uma nova reunião geral no dia 05 de setembro, sexta-feira, na lancheria ao lado do CTG, a partir das 19 horas. Precisamos da presença do maior número possível de moradores.

VENHA ORGANIZAR CONOSCO ESSA LUTA. TRAGA A SUA FAMÍLIA, VIZINHOS, CONHECIDOS E A SUA INDIGNAÇÃO.

DIA DA REUNIÃO: 05 DE SETEMBRO – 19 HORAS

LOCAL: LANCHERIA AO LADO DO CTG DE SANTA TECLA

DIA DO ATO PÚBLICO: 10 DE SETEMBRO DE 2014

HORÁRIO: 8h às 10h.

LOCAL: Entroncamento da Estrada Henrique Closs com Estrada Manoel de Souza Rosa.

E E E F S A N T A T E C L A
E S C O L A D O C A M P O A P R E S E N T A

II ENCONTRO CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS
SANTA TECLA

PALESTRA:
"LUTAS POR JUSTIÇA AMBIENTAL E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO COMO RITUAL DE SACRIFICIO "

FEIRA DE PRODUTORES ORGÂNICOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR
DE SANTA TECLA .

PALESTRANTE

CLEYTON
GERHARDT
DR EM CIÊNCIAS
SOCIAIS
APLICADAS
AO MUNDO
RURAL/UFRRJ

25/11/2015
13H ÀS 17H

Local: Academia Seicho-No-Ie
End.: Estrada Quebra Dente, nº 565, Gravataí-RS
Contatos: (51) 9982.7773 (51) 8559.5018
(51) 3106.3530
E-mail: santala28cre@educacao.rs.gov.br

ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO

ATENÇÃO PESQUISADORES: Durante o desenvolvimento do trabalho, o TCLE deverá ser feito em duas vias, sendo que uma via será entregue ao sujeito da pesquisa após ser assinado pelos interessados e a outra ficará em poder do pesquisador.

MODELO Nº 01

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa:

Nome do Pesquisador Principal ou Orientador(a):

Nome do(s) Pesquisadores assistentes/alunos:

1. **Natureza da pesquisa:** *o sra (sr.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade o estudo dos conflitos socioambientais na comunidade de Santa Tecla.*
2. **Participantes da pesquisa:** (colocar o número de participantes, especificando qual será a população alvo da pesquisa).
3. **Envolvimento na pesquisa:** *ao participar deste estudo a sra (sr.) permitirá que o (a) pesquisador (a) (...). A sra (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra (sr.) (...). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.*
4. **Sobre as entrevistas:** (se houver, especificar como serão realizadas).
5. **Riscos e desconforto:** *a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. (Especificar aqui possíveis riscos e desconfortos gerados durante a pesquisa). Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.*
6. **Confidencialidade:** *todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador (a) e o (a) orientador (a) terão conhecimento dos dados.*
7. **Benefícios:** *ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre (...), de forma*

que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa (...), onde pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.

8. **Pagamento:** *a sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.*

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs.: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

Pesquisador Principal: NOME E O TELEFONE PARA CONTATO

Demais pesquisadores: NOME E O TELEFONE PARA CONTATO

Comitê de Ética em Pesquisa: Rua Guajajaras, 175, 4º andar – Belo Horizonte/MG

Telefone do Comitê: 35089110